

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO DO NASCIMENTO TORRES DE PAULA

O ABANDONO DE CRIANÇAS NA AMÉRICA IBÉRICA –
UM ESTUDO SOBRE OS RECÉM-NASCIDOS EXPOSTOS E SUAS
TRAJETÓRIAS NA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL (CAPITANIA DO RIO
GRANDE DO NORTE, 1727-1835)

CURITIBA

2016

THIAGO DO NASCIMENTO TORRES DE PAULA

**O ABANDONO DE CRIANÇAS NA AMÉRICA IBÉRICA –
UM ESTUDO SOBRE OS RECÉM-NASCIDOS EXPOSTOS E SUAS
TRAJETÓRIAS NA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL (CAPITANIA DO RIO
GRANDE DO NORTE, 1727-1835)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Área de concentração em História, Cultura e Sociedade, Linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos Silva

CURITIBA

2016

P324a Paula, Thiago do Nascimento Torres de
O abandono de crianças na América Ibérica : um estudo sobre os recém-nascidos expostos e suas trajetórias na freguesia da cidade do Natal (capitania do Rio Grande do Norte, 1727-1835) / Thiago do Nascimento Torres de Paula. – Curitiba, 2016.
310 f. : il. color. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

Orientador: Luiz Geraldo Santos Silva .
Bibliografia: p. 269-310.

1. Recém nascido - Abandono. 2. Sociologia histórica. 3. Natal (RN) - 1727 - 1835. I. Universidade Federal do Paraná. II. Silva, Luiz Geraldo Santos. III. Título.

CDD: 362.760981320903



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br


PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **THIAGO DO NASCIMENTO TORRES DE PAULA** intitulada: **O abandono de crianças na América ibérica – Um estudo sobre os recém-nascidos expostos e suas trajetórias na freguesia da cidade do Natal (capitania do Rio Grande do Norte, 1727-1835)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua... *aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.


Curitiba, dezenove de setembro de dois mil e dezesseis.


Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dr. Renato Pinto Venâncio (UFMG)
1º examinador-vis Skype


Profa Dra Renata Franco (UFF)
2º examinador-via Skype


Prof. Dr. Sergio Odilon Nadalim (UFPR)
3º examinador


Prof. Dr. André Luiz Cavazzani (Uninter)
4º examinador



Ao Deus da minha vida,
que me permitiu chegar, ir
além, ver para além do
horizonte, dilatar fronteiras,
reconhecer os erros, buscar
ajuda, recomeçar, superar os
medos, as angústias, as
ansiedades, as distâncias, as
ausências temporárias e outras
irremediáveis, suportar noites
em claro, cercado de livros e
apontamentos enquanto
Curitiba dormia, as horas
trancado em bibliotecas e
arquivos, superar a luta
cotidiana e doméstica quando
me faltava preparo, a não
presença do sol, os longos dias
de frio cortante, a intolerância,
as muitas dúvidas, as várias
certezas incertas, a solidão
mesmo muitas vezes cercado
de companheiros, e mesmo
assim tive a firmeza de um
estabelecido, quando não
passava de um típico *outsider*.

É a este que dedico o
melhor do meu atual estágio do
conhecimento!

AGRADECIMENTO

Quando esta tese for defendida e talvez aprovada pela banca examinadora, estarei celebrando não somente o término de um curso de Doutorado composto de quase cinco anos, mas o fechamento de uma carreira estudantil de 29 anos ininterruptos, que teve início no ano de 1987 na desconhecida Escola Estadual Professor Antônio Fagundes, localizada na Cidade do Natal. Foram quase três décadas de luta, dedicação e disciplina; não caminhei sozinho, tive pessoas que me auxiliaram direta e indiretamente nesta longa jornada na busca pelo conhecimento; no entanto, aqui quero destacar instituições e indivíduos que foram fundamentais para a conclusão deste último ciclo de formação do ensino superior.

Sou grato à Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte, que me concedeu afastamento de 48 meses, com todos os vencimentos, financiando amplamente minha formação. Iguamente sou agradecido à Secretaria Municipal de Ensino de Tibau do Sul/RN, que autorizou meu afastamento sem remuneração por 36 meses, para cursar as disciplinas e realizar parte da pesquisa. Não posso esquecer da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu bolsa de estudos por iguais 48 meses, assim como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), pela concessão de bolsa de professor orientador na Pós-Graduação no ano de 2014.

Ao meu orientador Professor Doutor Luiz Geraldo Santos Silva, que sempre acreditou na relevância e viabilidade do projeto de pesquisa que agora apresenta-se em formato de tese, que soube conduzir as orientações com o profissionalismo e a objetividade da experiência acadêmica. Suas leituras críticas foram fundamentais para o aprofundamento - sobretudo teórico - desta pesquisa.

À Maria Cristina, secretária do Programa de Pós-graduação em História da UFPR, que sempre esteve disposta a esclarecer dúvidas, elaborar documentos e encontrar caminhos para resolver problemas administrativos.

Aos professores doutores Antônio Cesar e Carlos Lima por todas as discussões travadas nas disciplinas no ano de 2012, assim como os bons bate-papos pelos corredores da UFPR que sempre colaboraram com minha formação doutoral.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal, que colaboraram todas as vezes que estive lá em busca de documentos.

Aos professores doutores Sérgio Odilon Nadalin e André Luiz Cavazzani, por terem participado e colaborado efetivamente na minha banca de qualificação em 2015.

Aos professores doutores que estiveram na banca de defesa, Renato Pinto Venâncio e Renato Junior Franco, além de Nadalin e Cavazzani.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), quero agradecer ao meu professor de Teoria da História, Wicliffe de Andrade da Costa, que ainda em 2011 realizou leituras atentas sobre minha proposta de projeto, que seria posteriormente enviado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizando correções, propondo modificações, indicando outros caminhos metodológicos. Similarmente sou agradecido à professora Carmen Margarida Oliveira Alveal, que cedeu documentos digitalizados que estavam sob a guarda de sua base de pesquisa na UFRN, assim como ao mestrando Antônio Ferreira, que também disponibilizou fontes digitalizadas pertencentes ao seu arquivo particular.

Ao casal de historiadores gaúchos Jonathan Fachini e Denize Terezinha, amigos de vários encontros pelo Brasil, sou grato pelas orientações e por toda a bibliografia disponibilizada.

Aos meus gestores da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte, em especial aos Diretores das Escolas Estaduais Walter Duarte Pereira, Rômulo Wanderley e Almirante Tamandaré, que por um curto período de tempo autorizaram horários especiais para que eu concluísse a redação da primeira versão deste trabalho de pesquisa, em 2016.

Agora é momento de dizer muito obrigado aos íntimos, àqueles que estavam nos bastidores sempre atentos e dispostos a ajudar-me com palavras, atenção e atitudes.

Aos meus pais, José e Maria (*in memoriam*), que quando nasceram foram batizados com fogo e pareciam ser seres de ferro, mas que na verdade não eram. Correram, trabalharam e lutaram para que minha formação de historiador fosse uma realidade, no entanto, não tiveram tempo para ver o final desta pesquisa e deste doutoramento, mas tinham profundo orgulho de ter um filho estudante de História.

Ao meu irmão Thalles Torres, que por muitas vezes foi me deixar e buscar no aeroporto, e inúmeras vezes me visitou em minha casa para conversas intermináveis sobre todos os assuntos, tirando-me da realidade solitária do doutoramento.

Ao meu primeiro sobrinho Felipe Torres, que nasceu no dia da qualificação desta tese para tornar minha vida mais alegre e feliz, esperando que um dia ele possa encontrar nas páginas deste trabalho de pesquisa a importância de analisar as articulações entre os indivíduos anônimos do passado.

À minha grande amiga Conceição Eneias, que sempre acreditou na possibilidade do meu ingresso no curso de Doutorado da UFPR, que no ano de 2011 simplesmente me dispensava de todas as atividades domésticas no apartamento que compartilhávamos na linda praia de Tibau do Sul/RN, para que tivesse mais tempo para a elaboração do projeto.

Aos meus amigos da Cidade do Natal, Reinaldo Júnior, Ronier Rodrigues, Saul Estevam, Sandersom Solon, Aderson Araújo, pessoas que sempre me acolheram atenciosamente em suas casas para um dedo de prosa.

Aos vários amigos que conquistei na fria cidade de Curitiba, que acredito que alguns serão companheiros para o resto da vida, Cidão, Thiago, Noemi, Pamela, Francisco, Silvio, Welk, Raquel, Ewerton, Vanessa, Mateus, Gilian, Igor, Thauy e Sérgio. Sou grato a estes pelos bons e inúmeros momentos de risadas, descontração e discussões apuradas, principalmente quando decidimos ler e aplicar os conceitos presentes na obra de Edward Thompson.

Friso ainda os nomes da turma do mestrado em música da UFPR, Wellington e Jessica, casal de nordestinos como eu, Marti Nuti, nosso pianista, pessoas que tive a satisfação de conhecer em minha segunda permanência em Curitiba no ano de 2015. Foram companheiros de RU, caminhadas pelo Passeio e tapiocadas na república 201 sempre que era possível, aos sábados.

Não esquecendo do amigo e revisor, André, mais conhecido na UFPR como o André do CEDOPE, pelos bons papos entre um café e outros, entre um cigarro e outros no pátio da Reitoria, mas sobretudo por ter aceito no ano de 2015 o convite para ler e corrigir meus textos, tornando-se interlocutor deste trabalho.

Por fim, destaco entre os amigos do sul o nome de Thiago Possiede, historiador, músico e militante, companheiro de moradia na velha pensão do Bar Gato Preto na boêmia Saldanha Marinho, centro de Curitiba, depois na república 113 na Mateus Leme e por fim na república 201 na Mariano Torres, endereços mais

nobres. Sou grato pelas indicações de leitura, pelos debates sobre os conceitos e aplicações das ideias de Norbert Elias e pelas aulas de violão.

Em suma, sem todos vocês acredito que tudo seria muito mais difícil, espero ter feito por merecer. MUITO OBRIGADO!

“[...] A história não é, obviamente, um sistema de alavancas mecânicas inanimadas e automatismo de ferro e aço, e sim um sistema de pressões exercidas por pessoas vivas sobre pessoas vivas”.

Norbert Elias

RESUMO

As palavras *exposto* e *enjeitado* foram os termos utilizados para fazer referência a recém-nascidos abandonados até o final do século XIX, considerando que o enjeitamento de neonatos foi uma recorrência na história do homem ocidental, apresentando acepções diferentes em tempos e espaços distintos. Assim, o objetivo desta tese é analisar o padrão de abandono de recém-nascidos identificado na freguesia da Cidade do Natal entre os anos de 1727 e 1835, destacando aspectos como: o baixo índice de enjeitamento, a significação do abandono, a elaboração das redes informais de socorro, assim como a trajetória de alguns expostos que chegaram à idade adulta. As principais fontes documentais investigadas foram os assentos de batismo, casamento e óbito, seguidos de documentação produzida pelo Senado da Câmara, como os termos de vereação. Todos os aspectos apresentados, entre outros, foram examinados à luz dos conceitos de *figuração*, *interdependência* e *equilíbrio de tensões*, todos egressos da Sociologia figuracional de Norbert Elias.

Palavras-chave: Recém-nascido. Exposto. Freguesia.

ABSTRACT

The words exposed and foundling were the terms used to make reference to the newly born abandoned until the end of the 19th century, considering that rejection of newly born was a recurrence during the entire history of western mankind, showing different meanings in time and space. This way, the aim of this thesis is to analyze the pattern of newly born abandonment identified at the parish of the city of Natal between the years 1727 and 1835, highlighting aspects such as: low rate of rejection, the meaning of the abandonment, development of informal relief networks, as well as the trajectory of some exposed that reached adulthood. The main documentary sources investigated were the seats of baptism and death and wedding certificates, followed by documentation produced by the Chamber of Senate, just like the terms of the town council. All aspects presented were examined in light of concepts of figuration, interdependence and balance of tensions, all graduates of figurational Sociology of Norbert Elias.

Keywords: Newborn . Exposed. Parish

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 – População da capitania de Pernambuco e suas anexas, 1762-1782	65
Tabela 2 – Comparação da razão de gênero da população parda e negra, escrava ou alforriada (homens por 1.000 mulheres)	66
Tabela 3 – Relação de habitantes por fogos na capitania de Pernambuco e suas anexas, 1762-1782	67
Tabela 4 – Capitania do Rio Grande do Norte, 1776	67
Tabela 5 – Capitania do Rio Grande do Norte, 1777	70
Tabela 6 – Empregos militares e civis - Capitania do Rio Grande do Norte, 1805 ..	71
Tabela 7 – Evolução da população indígena no Rio Grande do Norte na segunda metade do século XVIII e início do XIX	73
Tabela 8 – Proporção entre a população índia e não-índia, 1805	74
Tabela 9 – Proporção entre as populações indígenas e não-indígenas do Rio Grande do Norte, 1777-1844	74
Tabela 10 – População da Cidade do Natal, 1805	83
Tabela 11 – Índice geral do abandono de crianças recém-nascidas na freguesia da Cidade do Natal, 1753-1835	114
Tabela 12 – Índice de ilegitimidade e abandono em algumas figurações da América portuguesa na passagem do século XVIII para o XIX	128
Tabela 13 – Período dos casamentos da população livre e forra da freguesia da Cidade do Natal, 1727-1835	240
Tabela 14 – Legitimidade dos contraentes dos expostos adultos, 1727-1835	241
Gráfico 1 – Percentual de filhos legítimos, naturais e expostos na freguesia da Cidade do Natal, 1753-1835	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Criação e difusão das Rodas dos expostos e inclusas nas Américas de Portugal e Castela	96
Quadro 2 – Casa da Roda de Salvador, 1726	100
Quadro 3 – Casa da Roda do Rio de Janeiro, 1738	101
Quadro 4 – Casa da Roda da vila do Recife, 1789	101
Quadro 5 – Compadres do Tenente Joaquim Lino Rangel	164
Quadro 6 – Expostos adultos que contraíram o sobrenome dos receptores na freguesia da Cidade do Natal, 1727-1835	246

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Rede de dependência mútua	23
Imagem 2 – Capitania do Rio Grande do Norte e espaços vizinhos	69
Imagem 3 – A Roda na rua de Santa Tereza, Rio de Janeiro, 1845	102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACMAN – Arquivo da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Natal.

AIMNSA – Arquivo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

AIHGRN – Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

AHPAMV – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino.

ANCR – Arquivo Nacional da Costa Rica.

AGN – Arquivo Geral Nacional.

cx. – Caixa.

doc. – Documento.

f. – Folha.

n. – Número.

p. – Página.

T. – Tomo.

v. – Verso.

LBFCN – Livro de Batismo da Freguesia da Cidade do Natal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. Deixados nas soleiras	19
2. O que já foi escrito: o estado da arte	25
3. O modo de fazer: fontes e metodologia	38
4. Plano da tese	44
1º CAPÍTULO – ESPAÇOS DA AMÉRICA IBÉRICA.....	46
1.1 A formação da Capitania do Rio Grande do Norte	46
1.2 Aos números – economia	60
1.3 Aos indivíduos – população	65
1.4 A freguesia da Cidade do Natal	75
2º CAPÍTULO – OS EXPOSTOS E O MUNDO DE ALÉM-MAR	86
2.1 Expostos e enjeitados na Península Ibérica.....	86
2.2 Assistência aos recém-nascidos abandonados na América ibérica	95
2.3 Padrões de abandono	111
2.4 O baixo índice de abandono	123
3º CAPÍTULO – A ACEPÇÃO DO ABANDONO	137
3.1 O abandono como forma de proteção	137
3.2 O Tenente Joaquim Lino Rangel	157
3.3 Outros filhos da transgressão e da pobreza	175
3.4 Por um sonho de liberdade	181
4º CAPÍTULO – A ASSISTÊNCIA PELAS MÃOS DE TODOS	187
4.1 – A governança e os expostos	187
4.2 – Expostos, receptores e padrinhos: unidos em uma rede invisível	200
4.3 – A morte e os expostos	216
5º CAPÍTULO – OS QUE DRIBLARAM A MORTE: OS EXPOSTOS ADULTOS	232

5.1 – Os múltiplos destinos	232
5.2 – Os casamentos dos expostos	238
5.3 – Os casos das Donas Rosa Maria de Mendonça e Isabel Francisca Rodrigues, expostas	252
CONCLUSÃO	268
REFERÊNCIAS.....	271

INTRODUÇÃO

1. *Deixados nas soleiras*

O objetivo desta tese é investigar o padrão predominante de abandono, recolhimento e consolidação da inserção social de alguns expostos¹ no espaço da freguesia da Cidade do Natal, assim como o baixo índice de enjeitamento nesta região, realizando conexões com outras realidades da América ibérica.² Quando aponta-se para um padrão predominante de enjeitamento de recém-nascidos em Natal, fundamenta-se essa afirmação a partir das fontes paroquiais, que demonstraram, no decorrer da pesquisa, que o abandono naquela jurisdição eclesiástica foi exclusivamente domiciliar. Quem teve a necessidade de praticar a exposição de crianças em Natal na passagem do século XVIII para o XIX buscou depositar o recém-nascido na soleira de algum domicílio.³

Elegeu-se a freguesia da Cidade do Natal como espaço para análise deste objeto, considerando que aquela unidade de assistência religiosa era a mais antiga da Capitania do Rio Grande do Norte, integrando o imenso território eclesiástico do Bispado de Pernambuco, sendo submetida ao bispo de Olinda desde o final do século XVII. Salieta-se ainda que a fundação da Cidade do Natal em 1599, poucos anos antes da instalação da freguesia, esteve ligada ao processo de consolidação da presença portuguesa na América e à expulsão de corsários franceses do litoral norte da colônia.

Os anos de 1727 e 1835 foram escolhidos como balizas temporais: a primeira data remete aos registros de casamento mais antigos da freguesia em que se identificou a presença de adultos que foram abandonados quando crianças; já a segunda data vincula-se às transformações político-administrativas em curso no período posterior a 1828, ano em que foi reafirmada a responsabilidade das Câmaras municipais no cuidado com os expostos em lugares aonde não houvesse Santa Casa da Misericórdia, sob a fiscalização do Conselho Geral da Província.⁴

¹ Os termos *exposto* e *enjeitado* foram utilizados até a segunda metade do século XIX para fazer referência a recém-nascidos abandonados.

² Territórios coloniais das monarquias portuguesas e castelhanas.

³ *Exposição*, *enjeitamento* e *abandono* serão utilizados nesta tese como sinônimos.

⁴ BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Título IV – Aplicação das rendas,

Ressalta-se ainda que, durante todo o período colonial, foi obrigação das Câmaras financiar a criação dos expostos ou enjeitados.⁵ Os grupos humanos aqui examinados pertencem a múltiplas categorias: brancos pobres, escravos, negros forros, mestiços, índios, conectados aos grupos privilegiados na hierarquia social do Antigo Regime em Natal, entre eles clérigos, funcionários régios, diplomados, membros da governança e portadores de patentes militares. A problemática deste estudo fundamenta-se no baixo índice de abandono, diretamente conectado às relações de dependência e coesão entre os indivíduos. A partir desta questão foram examinados os seguintes temas: a função do ato de enjeitamento, o significado do abandono para os moradores do lugar, a falta da presença oficial da Câmara municipal na criação dos expostos, a formação de redes de relações pessoais em torno dos enjeitados e a utilização do casamento para conferir honradez a determinados expostos, sendo elaboradas as trajetórias de alguns deles.

Em Natal, no período entre 1727 e 1835, os expostos não foram muitos. Em um total de 5.381 batismos, foram identificados 157 enjeitamentos, o que corresponde a 2,9% do conjunto de nossa amostragem. No entanto, as exposições representaram uma constante junto aos domicílios, não havendo, contudo, momentos de acentuado enjeitamento, uma vez que o abandono de recém-nascidos ocorria em intervalos de vários dias ou meses. Normalmente as crianças eram encontradas por moradores do domicílio receptor à noite, pela madrugada ou ao romper do dia. Pouquíssimos foram os batizados no mesmo instante do encontro; normalmente os expostos eram conduzidos à pia de batismo muitos dias depois do nascimento, contrariando as orientações da Igreja.

Branco, pardos, índios e negros foram enjeitados no espaço da freguesia e batizados pelas mãos dos padres, recebendo nomes de santos e tendo como padrinhos os membros do próprio domicílio onde foram deixados ou pessoas que apresentavam plenas condições materiais de proverem o sustento do exposto. As ruas, os monturos e os lugares ermos não foram utilizados como espaços para exposição de crianças em Natal, assim como não foram detectados recém-nascidos mortos por animais noturnos junto aos domicílios.

Art. 76 e 77. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm> Acesso em: 23 maio 2015.

⁵ **ORDENAÇÕES FILIPINAS.** Livro I, Título 66, § 41. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p144.htm>> Acesso em: 03 ago. 2014.

Quando um exposto não resistia e morria nos primeiros dias, meses ou anos de vida, o pequeno corpo era amortalhado, encomendado por um sacerdote e sepultado na igreja matriz ou em alguma das capelas anexas, tendo o domicílio receptor como a única referência de sua existência. Entre 2.240 óbitos ocorridos entre 1760-1835 contabilizou-se 52 recém-nascidos enjeitados (2,2%).

Os expostos que chegavam à idade reprodutiva, fossem homens ou mulheres, em alguns casos eram encaminhados para o matrimônio; encontra-se um equilíbrio quanto à presença de expostos e expostas nas cerimônias de casamento, na condição de nubentes. Em um conjunto de 2.051 matrimônios, detectou-se 51 expostos adultos casando, sendo 25 homens (1,2%) e 26 mulheres (1,2%). Outros expostos adultos, quando não se casavam, uniam-se informalmente com outras pessoas, compondo famílias ilegítimas e gestando filhos naturais⁶, escapando às normas estabelecidas pela Igreja. Em outros casos havia expostos que passavam toda a existência na condição de solteiros, trazendo atrelados ao nome o qualitativo *enjeitado* e a indicação do domicílio receptor.

Identificou-se, a partir dos registros de batismo, casamento e óbito, que homens e mulheres estabeleceram um padrão comum de enjeitamento de recém-nascidos na freguesia em questão. Na calada da noite, meninos e meninas com poucos dias de vida foram depositados nas soleiras das portas dos mais variados moradores, em alguns casos portando bilhetes, caracterizando a *circulação de crianças*, conceito que se refere à prática sancionada entre adultos que transferiam para outros adultos a responsabilidade pela criação de um recém-nascido. Destaca-se que pesquisadores brasileiros, europeus e hispano-americanos já fizeram amplo uso do conceito analítico mencionado.⁷

A partir do disposto na documentação, supõe-se que naquele espaço se processou um abandono de recém-nascidos desvinculado especificamente de motivações morais e econômicas. Antes, tal prática pareceria voltada principalmente para as estratégias de indivíduos e grupos sociais, e pautada em um pacto de

⁶ Termo usado para fazer referência aos filhos ilegítimos.

⁷ FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 116. Ver também SERRA, Márcia Milena Pivatto. **Aspectos demográficos da circulação de crianças no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2004. p. 13-20; SÁ, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 11; MILANICH, Nara. Los hijos de la providencia: el abandono como circulación en el Chile decimonónico. **Revista de Historia social y de las mentalidades**, Santiago, n. 5, p. 79-100, Invierno 2001. p. 80.

silêncio e cumplicidade que por vezes era rompido, pois apenas teoricamente não se sabia quem eram os genitores dos expostos.

Conjectura-se ainda que o baixo índice de enjeitamento possibilitou que tais crianças não chegassem à presença dos oficiais da Câmara, mesmo que estes fizessem parte da rede informal de acolhimento. Infere-se que o casamento era uma forma de consolidar a inserção social dos expostos e, em alguns casos, de “limpar” o qualitativo de *enjeitado*. Detectou-se indivíduos que eram nomeados como *expostos* até o dia do casamento; após a cerimônia, a expressão *exposto* ou *exposta* não mais era registrada junto ao nome.

O conceito de *figuração*, criado por Norbert Elias (1897-1990) para interpretar a sociedade do Antigo Regime, será utilizado para compreender a freguesia da Cidade do Natal como uma formação social específica e dinâmica, onde os indivíduos estavam hierarquizados em níveis diferentes, ligando-se uns aos outros através de uma rede invisível de dependência mútua cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. Diferente da ideia de *sistema*, que se apresenta como uma entidade totalmente fechada, o conceito de *figuração* é neutro, problematizando a condição de harmonia imanente. Isso permite que pensemos as relações entre indivíduos como harmoniosas, pacíficas e saudáveis, assim como hostis e tensas.

O conceito de *figuração* distingue-se de muitos outros conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação. Contrasta portanto decididamente com um tipo amplamente dominante de formação de conceitos que se desenvolve sobretudo na investigação de objetos sem vida, portanto no campo da física e da filosofia para ela orientada. Há *figurações* de estrelas, assim como de plantas e de animais. Mas apenas os seres humanos formam *figurações* uns com os outros. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra [...].⁸

Toda *figuração* social é composta de indivíduos que não existem fora da sociedade nem vivem inseridos nela de forma isolada; todos estão ligados uns aos outros através de laços de interdependência, que são marcados pelo equilíbrio de poder mais ou menos instável. Ademais,

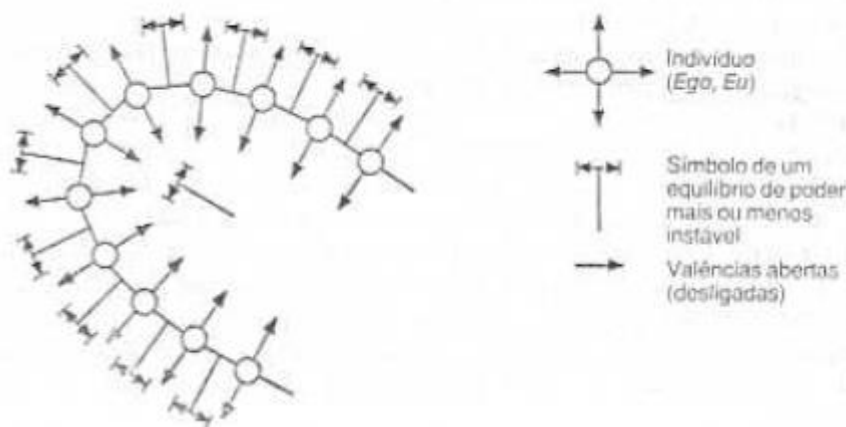
⁸ ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Trad. Sérgio Benevides, Antonio Carlos dos Santos, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 25.

“[...] o equilíbrio de poder não se encontra unicamente na grande arena das relações entre os Estados, onde é freqüentemente espetacular, atraindo grande atenção. Constitui um elemento integral de todas as relações humanas.⁹

Na teoria social de Elias, o poder não é objeto que pertença a um indivíduo e não a outro: é uma particularidade das relações entre seres humanos. Sendo assim, o entrelaçamento social existente no interior das figurações, que dá sentido a sua existência,¹⁰ pode ser representado de duas maneiras: por uma interdependência direta ou indireta. A interdependência direta pode ser identificada em figurações pequenas, onde os indivíduos se conhecem em sua totalidade, como eram os casos de algumas vilas européias, caracterizadas por sua diminuta população, ou mesmo de algumas povoações no imenso território da América ibérica, como era a freguesia da Cidade do Natal na segunda metade do século XVIII.

O diagrama a seguir é uma representação esquemática de indivíduos interdependentes (família, grupo, Estado, sociedade, etc).

IMAGEM 1 - REDE DE DEPENDÊNCIA MÚTUA



Fonte: ELIAS, 1980. p. 15.

O esquema demonstra de forma simplificada um tipo de interdependência direta. Um indivíduo está diretamente conectado ao outro indivíduo, e

⁹ _____. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 80.

¹⁰ Para os intérpretes da obra de Norbert Elias, “[...] é a rede de interdependência entre os seres humanos que os liga; elas formam o nexa do conceito de figuração [...]”. SILVA, Luiz Geraldo Santos. Norbert Elias: configuração social e a sociologia processual do Eu e do Nós. In: CODATO, Adriano (Org.). **Tecendo o presente**: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC Paraná, 2006. p. 125-126.

respectivamente um é dependente do outro, frisando-se também que dentro daquele universo de dependência existe um equilíbrio de poder. Considera-se ainda que um único indivíduo poderia se ligar a muitos outros, o que é representado pelas valências abertas.

Quanto às redes de interdependência indireta, podem ser encontradas nas grandes figurações, onde as pessoas não se conhecem em sua integralidade, mas estão interconectadas por uma rede complexa de dependência recíproca.¹¹ Isso torna mais difícil a tarefa de um pesquisador que queira rastrear ou reconstituir essas redes de relações, pois em figurações complexas, quando o indivíduo tornava-se adulto e sentia-se estabelecido em seu ofício, era possivelmente tomado por uma sensação de liberdade, uma ilusão, uma falsa liberdade; na realidade, o indivíduo estava cada vez mais preso, imbricado em uma rede de dependência mútua que se alongava continuamente.¹²

Tal situação era perceptível em cidades populosas como Lisboa, Madri, Rio de Janeiro ou Lima, no Vice-reino do Peru, no final do século XVIII. Considera-se ainda que, independentemente da dimensão da figuração social, os indivíduos dela participantes exerciam pressões uns sobre os outros e sobre si mesmos. A partir deste instrumental conceitual, abordarei o processo de abandono e recolhimento de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal.¹³

Salienta-se que a jurisdição eclesiástica de Natal não será analisada como uma comunidade, tal como considerava Ferdinand Tönnies (1855-1936), ou seja, grupos comunitários marcados por um alto nível de coesão e homogeneidade entre seus membros, onde as pessoas partilham costumes, hábitos e tradições.¹⁴ A freguesia será examinada como uma figuração onde os indivíduos estavam em conflito e apresentavam aceções diferentes quanto ao ato do abandono.

¹¹ ELIAS, op. cit., 1980. p. 13-34.

¹² HENRY, Charles. Elementos para uma teoria da individualização – quando o criador Mozart se achava um livre artista. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 156.

¹³ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 13, 155. Ver também: _____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2. p. 193-274; _____. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 20-25; _____. **Mozart: sociologia de um gênio**. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 27-28; _____. **A solidão dos moribundos – envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 41-42; _____. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 80-81, 93-99; _____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 149-150.

¹⁴ MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 231-352.

Salienta-se que naquela figuração social existiam as condições subjetivas e objetivas para que o enjeitamento acontecesse, mesmo que em pequenas proporções. Fazia parte do *habitus* do homem católico ocidental, a segunda natureza daqueles indivíduos que lhes possibilitava praticarem a caridade, ato necessário para construção da salvação da alma, já que a fé sem obra era morta. Assim, qualquer morador da freguesia recolheria e batizaria um exposto, no entanto, as condições objetivas eram fundamentais: os enjeitados não eram deixados em domicílios aleatórios; normalmente a casa receptora apresentava condições materiais de prover a manutenção da pequena vida abandonada. Quando não, os receptores buscavam padrinhos com plenas condições de manter seus afilhados.

Portanto, os expostos eram poucos e foram deixados em múltiplos espaços da freguesia, em variados domicílios; não sendo apenas recém-nascidos brancos, estiveram presentes tanto no nível superior quanto no nível inferior da figuração social. Vários morreram nos primeiros anos de vida; alguns chegaram à idade adulta, casaram-se com pessoas importantes do lugar ou mesmo com indivíduos externos à freguesia, tiveram filhos, construíram carreiras políticas; outros permaneceram solteiros ou constituíram famílias ilegítimas.

2. O que já foi escrito: o estado da arte

As pesquisas historiográficas sobre a exposição de crianças recém-nascidas apresentam atualmente três abordagens distintas: uma voltada às investigações a partir dos arquivos de instituições como as Santas Casas da Misericórdia e Câmaras municipais; outra dedicada a examinar documentos paroquiais (assentos de batismo, casamento e óbito), listas nominativas e testamentos; e uma última que se aplica a analisar os discursos em torno das práticas do abandono, exposição ou enjeitamento.

O primeiro grupo de historiadores forma um setor majoritário que tomou como objeto de suas investigações analisar o funcionamento das instituições que tinham a função de recolher, acolher e criar os expostos, sobretudo destacando as relações existentes entre as Santas Casas, as Câmaras municipais e a sociedade, frisando, em muitos dos casos, os conflitos existentes entre os indivíduos e as instituições. Neste primeiro grupo pode-se destacar os seguintes autores: Renato Pinto Venâncio; João Alfredo dos Anjos; Maria Luiza Marcílio; Cíntia Ferreira Araújo;

Nicole de Oliveira Alves Damasceno; Renato Júnior Franco e Jonathan Fachini da Silva.

O primeiro historiador brasileiro a estudar de forma central o abandono de crianças recém-nascidas foi Renato Pinto Venâncio.¹⁵ Em 1988, Venâncio defendeu na Universidade de São Paulo uma dissertação em que investigava a exposição de recém-nascidos na cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, analisando os mecanismos de assistência dados pela Santa Casa da Misericórdia aos pequenos abandonados¹⁶ que eram deixados na Roda dos expostos.¹⁷

Venâncio retorna à cena em 1999, quando publica o livro *Famílias abandonadas*. Neste trabalho o autor realiza uma análise comparativa entre as cidades do Rio de Janeiro e Salvador na transição do século XVIII para o XIX. Entre tantos aspectos do abandono de recém-nascidos, o autor buscou desvendar as causas do enjeitamento; observando como pais e familiares fizeram diferentes usos da Roda dos expostos, Venâncio concluiu, a partir de bilhetes deixados com as crianças, que o abandono não foi um ato de desamor, sendo a pobreza dos domicílios a principal força motivadora da exposição.¹⁸

¹⁵ Antes de Venâncio, os estudos sobre abandono de recém-nascidos foram realizados de forma pontual em estudos de demografia histórica ou pesquisas sobre organizações assistenciais. Cf. MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: EDUSP, 1973; MESGRAVIS, Laima. **Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976; RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: EDUnB, 1981; BURMESTER, Ana Maria de O. **Population de Curitiba au XVIIIe**. Siècle. Tese (PhD) – Université de Montréal, Montréal, 1981; VALLE, Marília Souza do. **Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829**. 372f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983; MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caçara: terra e população – Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba**. São Paulo: Paulinas / CEDHAL, 1986.

¹⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

¹⁷ Sobre a Roda dos expostos, Russel-Wood comenta que era: “Uma inovação caracteristicamente mediterrânea na assistência aos enjeitados [...]. Era uma caixa cilíndrica de madeira, colocada dentro da parede de um prédio. Girava num pino colocado sobre seu eixo vertical, e era repartida ao meio. Originalmente, essas rodas giratórias eram comuns nos conventos; alimentos, remédios e mensagens eram colocadas na repartição do lado de fora da parede. A roda era então girada, transportando os artigos para a parte de dentro, sem que as reclusas vissem o lado de fora, e sem que fossem vistas. Ocasionalmente, uma mãe pobre colocava o filho nessa roda, confiando na caridade das freiras para que criassem o bebê. [...]. Já no século XV, a instalação de tais rodas em hospitais tornara-se prática corrente. Havia vários métodos de informar aos internos de que um bebê tinha sido colocado na roda. Normalmente, existia um pequeno sino do lado de fora da parede, junto à roda, para ser tocado pela mãe; havia também as rodas mais sofisticadas, em que o peso do bebê fazia soar automaticamente um sino dentro do hospital”. RUSSEL-WOOD, A. J. R., op. cit., 1981. p. 233.

¹⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência a crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX**. Campinas: Papirus, 1999.

Os trabalhos elaborados por Venâncio são fundamentais para compreender o processo de abandono de recém-nascidos nos grandes centros urbanos da América portuguesa. O autor abordou, entre outros temas, o fluxo de entrada de crianças nas instituições, as redes de criação tecidas entre os irmãos das Santas Casas da Misericórdia e as amas-de-leite que viviam nas freguesias rurais de Salvador e Rio de Janeiro e as estratégias sociais de famílias que, em condições de total abandono e miserabilidade, deixavam o filho na Roda dos expostos. Frisa-se ainda que as pesquisas deste autor, voltadas para aquelas grandes cidades coloniais, contribuíram em nosso trabalho, sobretudo apontando que nem sempre a alta dos preços dos alimentos estava diretamente associada ao enjeitamento de recém-nascidos, e que a exposição estava ligada, em certa medida, à busca pela proteção da criança.

Em 1997, na Universidade Federal de Pernambuco, João Alfredo dos Anjos defendeu uma dissertação elaborada com base na documentação da Santa Casa da Misericórdia do Recife, examinando fontes até então inexploradas para o estudo da condição dos órfãos e expostos em Pernambuco no século XIX. O autor partiu na vanguarda deste tipo de pesquisa em terras pernambucanas, porém suas análises caminham na contramão dos resultados apresentados por Venâncio para as causas do enjeitamento: em vários pontos do texto percebe-se a associação entre abandono e bastardia, o desregramento sexual existente desde os tempos coloniais e a ilegitimidade como via causadora do enjeitamento.¹⁹ Os resultados de Anjos não colaboram efetivamente com nossa investigação na Capitania do Rio Grande do Norte, onde a ilegitimidade atingia altos níveis e os expostos eram pouquíssimos.

Maria Luiza Marcílio, também no final da década de 1990, publicou o livro *História social da criança abandonada*; neste trabalho, a pesquisadora construiu uma síntese sobre o processo de abandono na Europa e no Brasil. Na primeira parte, ela analisa a prática do enjeitamento no Velho Mundo, desde a Antiguidade até o século XX. Na segunda parte, propõe três momentos diferentes para a longa história do abandono de crianças no Brasil: A) o período caritativo, estendendo-se por todo o período colonial, chegando às primeiras décadas do século XIX; B) o período filantrópico, marcado pela difusão das Rodas dos expostos e pelo discurso

¹⁹ ANJOS, João Alfredo dos. **A Roda dos enjeitados**: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX. 223f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

médico, terminado em meados do século XX; C) o período do Estado de bem-estar social, quando o governo brasileiro intervém na questão.²⁰

O trabalho de Marcílio apresentou-se como um grande esforço de pesquisa, estabelecendo fases para o longo processo de abandono de crianças na história do Brasil. Seu estudo nos possibilita compreender que tais fases não se desdobraram da mesma forma em todos os rincões do país: lugares como a província do Rio Grande do Norte não vivenciaram a experiência do período filantrópico, já que naquele espaço nunca houve uma Roda dos expostos, sendo os umbrais das casas o único destino dos enjeitados durante os séculos XVIII e XIX, caracterizando um tipo de período caritativo alongado.

Em 2005, Cíntia Ferreira Araújo defendeu, na Universidade Estadual Paulista, uma dissertação investigando a região de Mariana na primeira metade do século XIX, entre os anos de 1800-1850. Araújo demonstra que naquela região das Minas Gerais as Câmaras municipais participaram na criação de recém-nascidos enjeitados, considerando que naquele espaço se configurou também a forma domiciliar de abandono. A pesquisadora se dedicou a analisar a necessidade do batismo, os domicílios receptores, a morte precoce e os possíveis destinos daqueles indivíduos.²¹ A importância da pesquisa de Araújo se fundamenta na investigação de um período do passado das Minas Gerais em que havia uma lacuna quanto à temática, sobretudo nos ajudando a entender o acolhimento dos enjeitados nos domicílios e a mortalidade dos expostos em outra região da América portuguesa.

Em 2011, as Minas Gerais voltaram a ser espaço de análise para o fenômeno do abandono de crianças recém-nascidas; neste ano, Nicole de Oliveira Alves Damasceno defendeu na Universidade Federal de Ouro Preto sua dissertação de mestrado, investigando as ações do Senado da Câmara na criação dos expostos do Termo de Mariana entre os anos de 1737 e 1828.²² Nesta empreitada investigativa, a autora se debruçou sobre fontes camarárias e paroquiais e listas nominativas, realizando uma análise quantitativa e qualitativa dos documentos, buscando compreender o que significava *ser um exposto* nos séculos XVIII e XIX. Damasceno

²⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

²¹ ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **A caminho do céu**: a infância desvalida em Mariana (1800-1850). 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2005.

²² DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. **Ser exposto**: a “circulação de crianças” no Termo de Mariana (1737-1828). 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

defendeu que o ato de abandonar causava o rompimento das relações entre o exposto e sua família original, porém a condição de enjeitado não colocava o recém-nascido em situação de desqualificado: pelo contrário, permitia que a criança adquirisse uma qualidade que significava uma distinção social, sobretudo porque os expostos por ela estudados eram na maioria brancos.

Estudos como este colaboram significativamente com nossa investigação da freguesia da Cidade do Natal na passagem do século XVIII para o XIX. Supõe-se que, por trás dos abandonos ocorridos nesta figuração social, estavam principalmente as estratégias sociais de indivíduos e grupos que buscavam proteger o enjeitado e resolver alguns de seus problemas, fossem estes de ilegitimidade, pobreza extrema ou mesmo de escravidão. Acredita-se que na freguesia analisada o enjeitamento possibilitava que os expostos ascendessem na hierarquia social, casando-se, compondo famílias ou tornando-se membros da governança. Assim, aponta-se o termo *exposto* atrelado ao nome como uma *marca* neutra na vida destes indivíduos, pois, se assim não fosse, esta qualificação não permitiria participação na Câmara e casamentos com pessoas de qualidade.

Pesquisas recentes vêm demonstrando como, em alguns espaços da América portuguesa, as Câmaras colaboraram na manutenção dos pequenos enjeitados que eram deixados junto aos domicílios, na maioria das vezes pagando as amas-de-leite ou as famílias criadeiras, mesmo a contragosto. Em 2014, Renato Franco publicou o livro *A piedade dos outros*; nesta obra fica evidente a circulação de crianças em Vila Rica, entre os anos de 1740-1810, e a presença ativa dos oficiais da Câmara, deliberando sobre a criação dos pequenos e resistindo a financiar a manutenção de crianças mestiças.²³

Os estudos realizados por Franco nos permitem entender o que aquelas crianças enjeitadas significavam para os homens da administração colonial, o trato dado por aqueles homens-bons à criação dos expostos. O autor busca desvendar o que motivou a circulação de recém-nascidos em Vila Rica pela via do abandono, e aponta para a pobreza da população, que tinha nos subsídios da municipalidade para a criação dos expostos uma forma de amenizar minimamente os seus problemas de ordem material. O trabalho em questão corrobora nossas análises

²³ Cf. FRANCO, Renato. **A piedade dos outros**: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

quando demonstra o perfil do enjeitamento, a qualidade dos domicílios receptores e, principalmente, quando aponta para um abandono de caráter protetor.

Ainda no ano de 2014, Jonathan Fachini da Silva defendeu na Universidade do Vale do Rio dos Sinos uma dissertação em que analisa o abandono domiciliar na vila de Porto Alegre, na passagem do século XVIII para o XIX, entre os anos de 1772-1837. O autor demonstra como aquele fenômeno desdobrou-se em uma região de fronteira, no extremo sul da América portuguesa, enfocando a participação do Senado da Câmara e os vários destinos dos recém-nascidos expostos.²⁴ Silva propõe que o enjeitamento de recém-nascidos na vila de Porto Alegre pode ser interpretado como um regulador demográfico dos filhos excedentes, pois, com a alta mortalidade infantil, a exposição servia para redistribuir os filhos entre os domicílios; assim, os motivos para o abandono poderiam ser bem variados. O trabalho de Silva, além de demonstrar a relação da Câmara com a criação dos expostos, nos ajuda a entender a dinâmica do abandono nos domicílios, a participação de mulheres forras como receptoras e criadoras e aspectos diversos da mortalidade dos expostos.

O segundo grupo de historiadores que se dedica a examinar o abandono de recém-nascidos investiga este fenômeno em regiões onde não houve a presença de Santas Casas da Misericórdia ou Rodas dos expostos, assim como em espaços em que os Senados das Câmaras não assumiram efetivamente a responsabilidade de subsidiar as amas-de-leite e as famílias criadeiras. Analisando documentos paroquiais, listas nominativas e testamentos, estes pesquisadores desvendaram a existência de redes informais de acolhimento familiar, já que, em regiões sem assistência institucionalizada, os enjeitamentos ocorriam normalmente em domicílios, permitindo que os indivíduos dividissem entre si o ônus da criação dos enjeitados. Dentre estes estudiosos, pode-se destacar: Sheila de Castro Faria; Carlos de Almeida Prado Bacellar; André Luiz M. Cavazzani; Silvia Maria Jardim Brügger.

Sheila de Castro Faria trouxe a público em 1998 a obra *A colônia em movimento*, texto egresso de sua tese de doutoramento na Universidade Federal Fluminense. Neste estudo ela investiga a freguesia rural de São Salvador dos Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro, analisando aspectos da história da

²⁴ SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino**: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus em Porto Alegre (1772-1837). 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

família, incluindo o abandono de crianças recém-nascidas e o acolhimento domiciliar, especificamente na segunda metade do século XVIII. A pesquisadora traz uma contribuição importante para a historiografia do abandono de crianças no período colonial, apontando para as estratégias de famílias com grande cabedal, que travestiam seus filhos bastardos como expostos, buscando fugir da vergonha pública.

Faria constrói o perfil do processo de abandono de recém-nascidos no norte do Rio de Janeiro apresentando os múltiplos domicílios recolhedores de expostos, entre eles casas de escravos, homens solteiros e casais estéreis, situações que também foram identificadas para a freguesia da Cidade do Natal na mesma época. A autora indica casos em que expostos se tornaram herdeiros de seus receptores, em claro gesto de proteção domiciliar; além disso, analisa a mortalidade dos pequenos desvalidos e examina a proporção em que eles estiveram presentes nas cerimônias de casamento, na condição de noivos e noivas. Por fim, Faria argumenta que foram as relações ilícitas, proibidas e socialmente condenadas, que levaram homens e mulheres a depositarem seus filhos em portas alheias.²⁵

Em 2001 foi a vez de Carlos de Almeida Prado Bacellar apresentar à comunidade acadêmica o livro *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. Neste trabalho, o historiador investiga a vida cotidiana na vila de Sorocaba durante os séculos XVIII e XIX, examinando aspectos do processo de povoamento da região, os padrões demográficos da população livre (nupcialidade e fecundidade), as estações da vida (casamento, batismo e óbito), a elite comercial e agrária, a presença de escravos na economia de abastecimento, a participação das mulheres naquele espaço do centro-sul da colônia e a existência de recém-nascidos expostos naquela sociedade.

Ao contrário de Sheila de Castro Faria, que dedicou algumas poucas páginas de seu estudo ao fenômeno do enjeitamento em Campos dos Goitacases, Bacellar reserva parte considerável do seu livro ao exame daquela realidade na vila de Sorocaba. O pesquisador identificou a existência de uma rede informal de acolhimento de expostos; deixados nas soleiras, meninos e meninas eram recolhidos nos mais variados domicílios. Além disso, o autor foi capaz de monitorar a vida de alguns enjeitados, construindo trajetórias de expostos que casaram-se com

²⁵ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

peças de posses, e de outros que, mesmo abandonados em domicílios ricos, casaram-se com indivíduos pobres.

A obra *Viver e sobreviver em uma vila colonial* propôs outra maneira de fazer a história de recém-nascidos expostos. Sem a presença de instituições responsáveis pelo recolhimento e manutenção dos enjeitados, e da documentação delas proveniente, demonstrou-se que era plenamente possível, a partir do cruzamento de assentos de batismo, casamento e óbito, somado à utilização das informações presentes nas listas nominativas, construir uma história do abandono de crianças recém-nascidas para além das localidades urbanas. Bacellar defende que a pobreza extrema ou mesmo a ilegitimidade podem ter motivado homens e mulheres ao enjeitamento.²⁶

Seguindo os passos metodológicos de Bacellar, André Luiz M. Cavazzani trouxe nova colaboração para os estudos sobre exposição de crianças. Em 2005 foi defendida por ele na Universidade Federal do Paraná uma dissertação enfocando o aspecto da recepção, analisando as estratégias de casamento elaboradas pela sociedade da vila de Curitiba, no século XVIII, como uma forma de consolidar a inserção social dos expostos. Cavazzani também examinou o fenômeno do enjeitamento na vila, trazendo à tona a existência de mais uma rede informal de acolhimento familiar; o autor estudou também a mortalidade dos expostos, que pareceu-lhe ter um fim menos trágico que os enjeitados nas Rodas dos expostos nos grandes centros urbanos.

Cavazzani acredita não ser possível indicar uma causa única para o enjeitamento de recém-nascidos na vila de Curitiba, preferindo focar as estratégias sociais, pois os domicílios receptores não eram escolhidos aleatoriamente, fosse este uma casa de largo cabedal ou uma casa marcada pela pobreza. Quanto aos casamentos, afirma que alguns expostos conseguiam reproduzir por via do matrimônio as condições materiais de seus domicílios receptores: normalmente, expostos egressos de casas ricas casavam-se com pessoas proeminentes, enquanto enjeitados oriundos de domicílios pobres uniram-se a pessoas sem maior expressividade na vila.²⁷

²⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001.

²⁷ CAVAZZANI, André Luiz M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)**. 158f. Dissertação

Silvia Maria Jardim Brügger publicou em 2007 o livro *Minas patriarcal*; neste estudo, a pesquisadora analisou a vila de São João Del Rei nos séculos XVIII e XIX. Assim como Sheila de Castro Faria e Carlos de Almeida Prado Bacellar, ela não desenvolve uma investigação totalmente voltada para a problemática do enjeitamento, mas reserva um espaço significativo em seu texto para tratar do abandono domiciliar de recém-nascidos. Brügger aponta para a existência de uma rede informal de acolhimento familiar, uma vez que não havia uma assistência institucionalizada.

Salienta-se que a autora detectou casos de expostos que foram legitimados por serem filhos da transgressão, da colaboração entre padres e escravas na exposição de pequenos cativos, constituindo assim estratégias de liberdade, uma vez que todo exposto tinha o status de liberto. Como os outros autores, Brügger examina a mortalidade dos abandonados, e busca compreender o porquê da presença maior de expostas nos registros matrimoniais, ao contrário dos expostos, vendo no casamento uma maneira de consolidar a inserção daqueles indivíduos. A pesquisadora não aponta nem a ilegitimidade nem a pobreza como causas catalisadoras do enjeitamento, afirmando que se tratava de um fenômeno de alta complexidade, fomentado por múltiplos motivos.²⁸

Estudos como os de Faria, Bacellar, Cavazzani e Brügger colaboram significativamente para nosso trabalho, nos ajudando a pensar na composição das redes informais de acolhimento domiciliar e nas estratégias elaboradas por elites e grupos depauperados para protegerem seus filhos a partir do enjeitamento, em alguns casos com a conivência dos padres.

O terceiro grupo de historiadores compõe um setor minoritário na historiografia do abandono de recém-nascidos: são pesquisadores que utilizaram também as fontes dos arquivos das Santas Casas da Misericórdia e das Câmaras municipais, porém analisando o discurso presente na documentação, tendo como orientação teórica os conceitos do filósofo francês Michel Foucault.

Em 1990, Henrique Pereira Oliveira defendeu na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo uma dissertação em que analisou o enjeitamento na vila de Desterro, atual cidade de Florianópolis, no século XIX, entre os anos de 1828-1887.

(Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

²⁸ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

Neste trabalho, ele analisou como a ação do Estado no ato de prestar assistência aos expostos apresentou-se como uma forma de disciplinar os indivíduos. Oliveira faz uso dos documentos da Câmara municipal; examinando o discurso dos homens-bons da vila diante do abandono de recém-nascidos, observa como o Senado da Câmara obrigava os moradores do lugar a criarem os expostos, detectando forças que atuaram no processo de modelação daquela sociedade.²⁹

Em 2006, na Universidade Federal de Pernambuco, Alcileide Cabral do Nascimento defendeu sua tese analisando o discurso das autoridades coloniais e imperiais sobre o enjeitamento de recém-nascidos na vila do Recife, no período entre 1789-1832. A pesquisadora fez uso dos documentos da Santa Casa da Misericórdia, e propôs que as transformações por que passou o espaço urbano do Recife influenciaram na forma dos indivíduos tratarem as crianças abandonadas. Se em um primeiro momento os pequenos deveriam ser salvos do infanticídio e eram considerados dignos da caridade alheia, em um segundo momento eles deveriam ser disciplinados e orientados, tornando-se corpos úteis à Província de Pernambuco.³⁰

A proposta metodológica escolhida tanto por Oliveira quanto por Nascimento para tratar e analisar suas fontes não representou, a meu ver, uma contribuição significativa para a temática do abandono de recém-nascidos no passado. Sua contribuição é mínima para esta pesquisa, já que os índices de enjeitamento não foram elaborados, o perfil dos domicílios envolvidos nos recolhimentos não foi composto e a reconstituição das redes de relações pessoais não foi priorizada. Isto porque a ênfase destes autores não recai sobre as figurações formadas por seres humanos, como neste trabalho, mas sobre o interacionismo simbólico proveniente dos discursos examinados. O estudo de Nascimento, especificamente, preocupou-se muito mais com as transformações da paisagem urbana da vila do Recife, ficando os expostos em segundo plano; a pesquisadora não observa o enjeitamento como uma estratégia de proteção à vida do exposto, mas como um ato infanticida, contrariando a opinião de toda a historiografia.

²⁹ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha**: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). 329f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

³⁰ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). 305f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

Em 2009, defendi na Universidade Federal do Rio Grande do Norte uma dissertação de mestrado em que analisava o lugar social dos expostos na freguesia da Cidade do Natal entre os anos de 1750 e 1800, tendo por fonte principal a documentação de batismo.³¹ A investigação foi comprometida pela pouquíssima fundamentação teórica para questionar a documentação e preencher as lacunas que se apresentavam. Eu acreditava, naquele estágio da pesquisa, que determinados aspectos do fenômeno do abandono de recém-nascidos jamais seriam desvendados e explicados, tais como a causa para o baixo índice de abandono e a natureza de determinados enfeitamentos; também não me foi possível reconstituir de forma consistente as redes informais de assistência aos expostos na segunda metade do século XVIII, assim como nem aventei elaborar as trajetórias daqueles indivíduos.

A conclusão foi incipiente, sobretudo porque confundiu-se com os resultados: o enfeitamento em Natal foi estudado isoladamente, sem conexão com figurações mais amplas. A proposta primeira de identificar o lugar social dos expostos não foi atingida; detectaram-se, de forma inconsciente, vestígios das redes de socorrimento aos expostos, como também concluiu-se, erroneamente, que os homens-bons foram omissos na assistência aos enfeitados; por fim, arrolou-se a existência de expostos que chegaram até a idade produtiva e reprodutiva.³²

Ao final deste panorama historiográfico, é possível afirmar que o abandono de crianças recém-nascidas esteve presente de norte a sul da América portuguesa; nos últimos 25 anos, os historiadores dedicados ao tema estabeleceram novos olhares sobre o objeto, utilizando fontes diferentes, analisando para além do fenômeno do enfeitamento, desvendando estratégias de indivíduos e grupos sociais em torno dos expostos, estudando o funcionamento das instituições, analisando o discurso das autoridades e construindo trajetórias.

Os estudos sobre crianças expostas também avançaram significativamente em países hispano-americanos, e inspiraram alguns contornos conferidos ao presente estudo. Salienta-se que os autores espanhóis e hispano-americanos se

³¹ A dissertação foi um desdobramento do trabalho de monografia apresentado à disciplina de Pesquisa Histórica II, no ano de 2005, para a conclusão do curso de graduação em História na UFRN. O principal resultado da pesquisa, que teve início em 2003 nos documentos de batismo, foi a confirmação da existência de recém-nascidos abandonados na freguesia.

³² PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

dedicam muito mais a investigar a prática do abandono em regiões onde havia instituições de acolhimento, e são consensuais quanto à causa dos abandonos: a ilegitimidade.³³ Quero aqui destacar algumas vozes dissonantes que surgiram entre os pesquisadores espanhóis e hispano-americanos na primeira década do século XXI, como Manuel Delgado Valderrama, Sandra Olivero, Dora Celton e Kattia Sánchez Chaves.

Em 2001, Manuel Delgado Valderrama publicou na *Revista de historia social y de las mentalidades* um artigo denominado *La infancia abandonada en Chile*, em que analisava um período de longa duração da história chilena, estendendo-se do final do século XVIII até as primeiras décadas do XX. Valderrama fez uso da documentação institucional produzida na *Casa de niños expósitos* de Santiago; tal como em outras figurações sociais de grandes proporções do mundo ibero-americano, a quantidade de recém-nascidos enjeitados nesta cidade foi gigantesca. Segundo o pesquisador, as crianças eram abandonadas com idades variadas e eram egressas também de regiões vizinhas a Santiago; Valderrama destoa da maioria dos historiadores hispano-americanos quanto às causas do enjeitamento, não vendo a ilegitimidade como a grande causa:

Cuáles serían las causas que explican este fenómeno social? Miseria, prejuicios sociales, indiferencias ante la muerte, crisis económicas, pestes, epidemias, guerras, catástrofes naturales, ilegitimidad, desarraigos, en fin, todas juntas y cada una por si sola nos servirían de hipótesis para explicar la frecuencia de los abandonos y su continuo aumento tanto en Europa como en Chile.³⁴

³³ CELTON, Dora E. Abandono de niños e ilegitimidad, Córdoba, Argentina, siglos XVIII-XIX. In: GHIRARDI, Mónica (Coord.). **Familias iberoamericanas ayer y hoy**: una mirada interdisciplinaria. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, 2008. Ver también SCOTT, Ana Silvia Volpi; CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; SILVA, Jonathan Fachini da. La exposición de niños en los espacios coloniales portugueses y españoles. In: FLECK, Elaine C. Deckmann; REGUERA, Andrea (Dir.). **Variaciones en la comparación**: procesos, instituciones, memorias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina (SS. XVIII-XXI). Buenos Aires: Facultad de Ciencias Humanas – UNICEN, 2014; MENA, Magdalena Chocano. **La América colonial (1492-1763)**: cultura y vida cotidiana. Madrid: Síntesis, 2000; ACOSTA, Elsa María Bocanegra. Las prácticas de crianza entre la colonia y la independencia de Colombia: los discursos que las enuncian y las hacen visibles. **Rev. Latino Am. Cienc. Soc. Niñez Juv.**, v. 1, n. 5, p. 1-22, 2007; RAMÍREZ, María Himelda. **De la caridad barroca a la caridad ilustrada**: mujeres, género y pobreza en la sociedad de Santa Fé de Bogotá, siglos XVII y XVIII. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006; HUAMÁN, Richard Chuhue. Enterramiento de expósitos y benefactores en la bóveda sepulcral de la iglesia y hospicios de niños huérfanos de Lima. In: HUAMÁN, Richard Chuhue; LUNA, Pieter van Dalen (Org.). **Lima subterránea** – arqueología histórica: criptas, bóvedas, canales virreinales y republicanos. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2014.

³⁴ VALDERRAMA, Manuel Delgado. La infancia abandonada en Chile. **Revista de historia social y de las mentalidades**, Santiago, n. 5, p. 101-126, 2001. p. 102.

Sandra Olivero é outra pesquisadora que destoa do grupo maior de historiadores hispano-americanos, não quanto às causas do enjeitamento, mas no que diz respeito à região estudada, assim como outros autores que apresentarei. Olivero em 2005 publicou um artigo intitulado *Natalidad y bautismo en una parroquia rural de la campaña rioplatense: la población blanca del Pago de la Costa en la primera mitad del siglo XVIII*; neste trabalho foi realizada uma acurada análise quantitativa e qualitativa dos assentos de batismo de uma região rural de Buenos Aires. Foram identificados um alto índice de legitimidade e a existência de uma circulação de recém-nascidos expostos que foram socorridos por redes informais de acolhimento familiar, sendo a bastardia o argumento central para a motivação do enjeitamento.³⁵

Ainda em 2005, a pesquisadora Kattia Sánchez Chaves apresentou à comunidade de historiadores um artigo examinando o abandono de crianças na cidade de Cartago, na província da Costa Rica, no século XVIII. A cidade em questão era desprovida de instituições que acolhessem os expostos. Chaves estudou o discurso de autoridades castelhanas sobre o abandono, detectando, tal como Olivero, uma circulação de crianças que eram deixadas pelas casas daquela cidade; A autora desvenda estratégias de famílias que enjeitavam seus filhos ilegítimos, bem como de escravos que buscavam no abandono a liberdade de seus filhos, observando, como apontou-se anteriormente, padrões semelhantes aos encontrados na América portuguesa entre os cativos.³⁶

Dora Celton, em 2008, realizou um estudo investigando o Vice-reino do Prata, mais especificamente a região de Córdoba nos séculos XVIII e XIX, analisando o abandono de crianças recém-nascidas e a ilegitimidade. Assim como Pago de la Costa e Cartago, Córdoba, até os primeiros anos do século XIX, também não dispunha de instituições caritativas que recolhessem os enjeitados; Celton também desvendou a existência de uma rede informal de acolhimento familiar, que funcionava sob um pacto de cumplicidade. A autora argumenta que a bastardia era a

³⁵ OLIVERO, Sandra. *Natalidad y bautismo en una parroquia rural de la campaña rioplatense: la población blanca del Pago de la Costa en la primera mitad del siglo XVIII*. In: GUTIÉRREZ, Antonio Escudero; CUETOS, Maria Luisa Laviana (Coord.). **Estudios sobre América: siglos XVI-XX**. AEA (Asociación Española de Americanistas), 2005. p. 1317-1337.

³⁶ SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. *Niños expósitos y huérfanos em la Provincia de Costa Rica, siglo XVIII*. **Diálogos - Revista Electrónica de História**, San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica, v. 5, n. 1-2, p. 1-13, abr./ago. 2005.

força motivadora da exposição, e uma maneira de proteger os filhos ilegítimos de pessoas honradas.³⁷

Os historiadores hispano-americanos, seja examinando centros urbanos providos de instituições de recolhimento de crianças, seja investigando regiões rurais, acreditam que a necessidade de proteger a honra de grupos e indivíduos dos diferentes níveis da figuração motivava o enjeitamento de filhos socialmente indesejados nos *tornos de las inclusas*³⁸, pois estes seriam frutos de relações condenadas pela moral católica.

Deve-se destacar que este consenso em torno da ilegitimidade como causa do enjeitamento está relacionado aos documentos de batismo, pois os párocos castelhanos registravam os filhos naturais como *ilegítimos de pais desconhecidos* ou *Órfãos*, porém, em alguns casos, anotavam claramente na borda do assento de batismo de um filho natural a expressão *expósito*.³⁹ Diferente do clero luso-americano, para o qual as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia determinavam que, ao registrar os batizados, deveriam ser diferenciados apenas os que eram filhos naturais e os que eram expostos.⁴⁰

Pesquisas como as de Olivero, Chaves e Celton colaboram com a nossa investigação, pois demonstram a existência e o funcionamento de redes informais de recolhimento de expostos em diferentes pontos da América hispanica. É nossa intenção colaborar com a historiografia especializada examinando uma região da América portuguesa onde não houve assistência institucionalizada aos expostos, apesar de sua colonização remontar ao final do século XVI: na freguesia da Cidade do Natal, na passagem do século XVIII para o XIX, os indivíduos compuseram redes informais de acolhimento domiciliar para criar e encaminhar os expostos para a vida.

3. O modo de fazer: fontes e metodologia

³⁷ CELTON, Dora E. *op. cit.*, 2008. p. 231-250.

³⁸ *Torno* era o termo castelhano referente ao cilindro de madeira instalado nos muros dos hospitais, correspondente à roda dos expostos portuguesa. MORENO, José Luis. El delgado hilo de la vida: los niños expósitos de Buenos Aires, 1779-1823. *Revista de Indias*, v. LX, n. 220, p. 664-685, 2000. p. 666. Considera-se que a expressão *Inclusa* era uma forma coloquial para denominar a *Casa de niños expósitos*. HUAMÁN, Richard Chuhue. *op. cit.*, 2014. p. 106.

³⁹ CELTON, Dora E. *op. cit.*, 2008. p. 245-246.

⁴⁰ **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XX, § 73. feitas, ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Estudos introdutórios e edição, FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales; JANCSON, Istvan; PUNTONI (Orgs.). São Paulo: EDUSP, 2010.

As fontes que foram investigadas para a elaboração desta tese estão, em sua maioria, sob a guarda dos arquivos civis e eclesiásticos do Estado do Rio Grande do Norte, além de outras preservadas em meios digitais. Fiz uso de registros de batismo, casamento e óbito referentes aos séculos XVIII e XIX; tais averbações sobre pessoas que nasciam e uniam-se passaram a ser obrigatórias nas freguesias ou paróquias ainda no século XVI, por determinação do Concílio de Trento (1545-1563).

Em 1614, Paulo V, em seu *Rituale Romanum*, reiterou a obrigatoriedade dos registros em cada paróquia e estendeu-a aos óbitos e ao crisma. A fiscalização dessa prática e as penalidades que a Igreja infringiu aos vigários relapsos ou omissos tornaram-se mais duras no século XVIII, resultando em melhores e mais completos e cuidados registros, particularmente em paróquias ultramarinas.⁴¹

Em Natal, esta documentação encontra-se depositada no Arquivo da Cúria Metropolitana, parte encadernada em livros e parte organizada em maços. Os livros de assento de batismo foram selecionados a partir de dois critérios: o recorte temporal, já que a documentação dos séculos XVIII e XIX é majoritária tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, além dos motivos que firmaram as balizas temporais da pesquisa, indicados no primeiro item desta introdução; e a exclusão de assentos de cativos para aferir o índice de abandono; assim, procurou-se trabalhar com as crianças que nasceram juridicamente livres, não importando sua cor. A documentação, de uma maneira geral, apresentou grandes e pequenas lacunas: as grandes com espaço de alguns anos, e as pequenas referentes a folhas que se perderam ou a assentos que não chegaram das capelas para a igreja matriz, representando lapsos de alguns dias ou meses.

Esses documentos alinham-se à realidade documental de outras figurações sociais da América portuguesa. Isso é claramente notado nos assentos locais de batismo: tais assentos apresentam, genericamente, uma *fórmula* que varia de acordo com o nível de instrução do padre que os redigiu ou com a posição social do recém-nascido que estava recebendo os santos óleos.⁴²

⁴¹ MARCILIO, Maria Luiza. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 14.

⁴² CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. Trad. João Maia. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 160.

Os assentos de batismo deveriam conter as seguintes informações: o nome do recém-nascido e sua condição (legítimo, natural, natural de pai incógnito, natural com os nomes dos pais, natural só com o nome do pai ou exposto); nome dos pais, condição matrimonial e suas respectivas naturalidades; nome dos avós paternos e maternos, condições matrimoniais dos mesmos, suas respectivas naturalidades e se estavam vivos; data de nascimento; data e local do batismo, ou onde foi confirmado o sacramento caso tenha ocorrido em casa; nome do padre que batizou e, às vezes, o nome do responsável pela matriz; nome dos padrinhos, suas condições matrimoniais e onde moravam. Estas informações foram importantes para compreender as relações de compadrio entre os indivíduos da freguesia, dando assim as bases para a composição das redes de interdependência diretas em que os expostos estavam inseridos.

As lacunas existentes nas séries de batismo são as seguintes: 1749, 1753-1755, 1755-1757, 1760-1761, 1761-1763, 1763-1765, 1765-1766, 1768-1770, 1770-1777, 1786-1795, 1792-1813, 1795-1807, 1799-1807, 1803, 1813-1815, 1826-1835.

Os assentos de casamento apresentam uma redação um pouco mais complexa, quando comparados aos assentos de batismo; tais documentos registravam a união de duas famílias, trazendo em seu texto informações sobre dois indivíduos.

As informações presentes nestes assentos são: data do matrimônio, horário (não consta em todos os documentos), local (capela, matriz ou domicílio), local das denúncias⁴³ (capela, matriz ou outra freguesia), se as denúncias foram na forma do sagrado Concílio tridentino, se houve impedimento e o motivo, afirmação de que os documentos de banho⁴⁴ ficavam em poder do padre que realizava o matrimônio, nome do padre presente ao matrimônio, nome das testemunhas e onde residiam; nome dos nubentes e suas respectivas filiações, naturalidade, onde residiam, condição de legitimidade e esclarecimento se eram escravos ou forros. Era indicada também a presença de filhos naturais e expostos.

Estas informações foram a base para verificar como os expostos, homens e mulheres, tiveram sua inserção social consolidada naquela figuração, pois o ato de casar aumentava a respeitabilidade do indivíduo. No caso dos expostos, tal situação ficava mais evidente quando desposavam uma pessoa proeminente na figuração ou

⁴³ Divulgação prévia de um casamento, para se descobrir um eventual impedimento.

⁴⁴ Informações produzidas a partir das denúncias.

quando surgiam como testemunhas nos matrimônios. Sobre os documentos de casamento, pode-se afirmar que são séries documentais bastante completas, não apresentando as lacunas temporais dos livros de batismo.

Entre as informações registradas pelos padres que redigiam os assentos não constam nem as idades dos noivos nem a atividade profissional do noivo. Tais dados também não estão presentes nos assentos de casamento de outras regiões, como Paraná e São Paulo. Porém, se o noivo ou o pai de um dos nubentes fosse militar, tal condição era registrada, pois “ao que tudo indica, os casamentos de pessoas de nível social proeminente eram registrados com detalhes”.⁴⁵

Dessa maneira, as lacunas existentes nas séries de casamentos são as seguintes: 1727-1740, 1740-1752, 1752-1760, 1761-1769, 1769-1782, 1782-1785, 1785-1790, 1798-1807, 1816-1836. Considera-se que esta é a série menos descontínua.

As informações dos assentos de óbito são mais restritas, quando comparadas às dos assentos de batismo e casamento. Os dados que constam nesses documentos são: nome do falecido, idade, condição de legitimidade (filho legítimo, natural ou exposto), filiação, data do falecimento, hora do falecimento, data do sepultamento, local do sepultamento (matriz ou capela), local específico de sepultamento dentro do espaço sagrado (exemplo: dos degraus para baixo), tipo da mortalha, cor da mortalha e nome do padre que encomendava o corpo.

No tocante aos expostos que morreram ainda na infância, as informações citadas possibilitaram saber com que idade morreram, quais os motivos de suas mortes e se faleceram em seus domicílios receptores, possibilitando analisar a *circulação de crianças* na figuração específica analisada. Importante também foi saber o local específico do sepultamento do exposto dentro de uma capela ou na igreja matriz. Isso revela a importância que o pequenino enfeitado tinha para o grupo familiar receptor.

A observação feita com relação aos assentos de casamento de pessoas proeminentes também é pertinente para os assentos de óbito, pois quando o defunto era alguém que ocupava uma posição de destaque na sociedade, seu registro de enterramento era elaborado com riqueza de detalhes, sempre seguindo as orientações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Pode-se ainda

⁴⁵ NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004. p. 54-55.

comentar que estes documentos paroquiais apresentam problemas, pois variam no “[...] conteúdo das atas, a correção das informações, as possibilidades de identificação do falecido etc., em função da época, do lugar, do sacerdote que fez o registro, e assim por diante”.⁴⁶ Nesta série as lacunas são: 1760-1765, 1762-1765, 1767, 1768, 1780-1784, 1784-1791, 1788-1802, 1792-1793, 1795-1802, 1795-1845, 1820-1847.

Outra fonte utilizada, também produzida no âmbito paroquial, é o Primeiro Livro de Tombo da Freguesia da Cidade do Natal, que, apesar da existência da jurisdição eclesiástica desde 1601, só passou a ser escrito em 1725, passando por toda a segunda metade do século XVIII e adentrando pelo século XIX até 1890. Tal documentação constitui-se de um material encadernado composto por vários documentos, como Editais, Pastorais, Declarações. Os vários textos presentes nesta fonte foram importantes para compreender o discurso da Igreja católica sobre os moradores da freguesia, sobre aquele território eclesiástico que passou por muitas modificações até a segunda metade do século XVIII, sempre reduzindo seu espaço de assistência religiosa. Tal fonte encontra-se sob a guarda da secretaria da igreja matriz.

Os testamentos setecentistas, atos públicos de fé e consciência dos moribundos ou de indivíduos que acreditavam pressentir a morte, elaborados na busca pela salvação da alma e atendendo à necessidade de legar bens, também foram fontes em nosso estudo. Esta documentação está arquivada na Divisão de Manuscritos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, correspondendo a um número de 30 exemplares. Os testamentos concentram-se majoritariamente na segunda metade do século XVIII, com alguns poucos nos primeiros anos do XIX. Na sua maioria, esses testemunhos do passado foram deixados por mulheres, correspondendo a 55,1% do total de documentos.

Buscou-se naquela documentação desvendar segredos de determinadas famílias da freguesia da Cidade do Natal, sobretudo relacionados a ilegitimidades de alguns filhos, como também o que aqueles indivíduos deixavam e para quem deixava seus cabedais, quando supostamente achavam que a vida estava chegando ao fim.

⁴⁶ NADALIN, Sergio Odilon. **op. cit.**, 2004. p. 54-55.

Entre as fontes manuscritas também constam os Termos de Vereação da Cidade do Natal, produzidos pelo Senado da Câmara, especificamente pelos vereadores, os ditos “homens-bons”. Estas fontes existem para todo o século XVIII e parte do XIX; tinham como função registrar as reuniões dos vereadores e versavam sobre os mais variados assuntos relacionados à comarca, desde a limpeza de caminhos e reparo de pontes até a expulsão de indivíduos de mau procedimento. Nesta documentação buscou-se verificar quais vereadores estiveram envolvidos na assistência aos expostos, casaram expostos criados em suas casas ou mesmo casaram-se com expostas.

Na documentação mencionada, as lacunas existentes nas séries são: 1709-1721, 1721-1735, 1737-1742, 1743-1744, 1745-1752, 1766-1781, 1781-1784, 1784-1793, 1784-1803, 1793-1803, 1815-1823.

As Ordenações Filipinas, disponíveis no site da Universidade de Coimbra, ajudaram a compreender como o governo português legislou sobre a família e com relação ao abandono de crianças. Também fizeram parte de nosso processo investigativo os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino referentes à Capitania do Rio Grande do Norte, especificamente os produzidos durante o século XVIII, utilizados em sua versão digital da Coleção Projeto Resgate – Barão do Rio Branco.

Entre as fontes também se encontram as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, conjunto de normas que regia a organização da Igreja, a vida religiosa dos moradores e outros aspectos da vida cotidiana. Fiz uso de uma edição de 2010 publicada pela Editora da Universidade de São Paulo. Tal documento foi importante para compreender algumas decisões do Concílio de Trento sobre a Igreja implantada pelos portugueses na América, possibilitando observar como esta mesma Igreja enquadrava os muitos indivíduos em seu projeto de moral cristã.

O tratamento aplicado às fontes passou por exercícios de fichamento em ordem quantitativa, qualitativa e por transcrições. Foram realizados cruzamentos das fichas de base nominativa com outras informações contidas nas transcrições, o que permitiu reconstruir as redes de relações sociais em que os expostos estavam inseridos, bem como elaborar trajetórias individuais de enjeitados que chegaram à

idade adulta, procurando compreender a vida daquelas pessoas como um conjunto de acontecimentos de uma existência individual.⁴⁷

4. Plano da tese

O texto completo da pesquisa é composto por cinco capítulos. No primeiro, analisei a formação da Capitania do Rio Grande do Norte no final do século XVI, no contexto mais amplo do processo de colonização. Nesta parte destaquei a fundação da fortaleza dos Reis Magos e da Cidade do Natal, como pontos estratégicos para a dominação portuguesa no norte da colônia, tendo por finalidade combater a presença francesa. A ocupação holandesa, o conflito entre portugueses, luso-americanos e indígenas nos sertões da capitania pela posse da terra, juntamente com aspectos econômicos e populacionais, também foram examinados.

No segundo capítulo, foi discutida a presença de crianças recém-nascidas enjeitadas no território da Península Ibérica, considerando que o fenômeno do abandono é mais antigo que a própria colonização da América, e que o ato de enjeitar cruzou o Atlântico em direção ao Novo Mundo juntamente com castelhanos e portugueses. Foram estudados a estrutura organizada pelos impérios ibéricos nas Américas para o recolhimento dos expostos e os diferentes tratos que os pequenos desvalidos receberam. Enfoquei especificamente a questão dos expostos na freguesia e estabeleci conexões com outros contextos da América ibérica, já que a prática do enjeitamento era uma realidade para os mundos português e hispânico; apresentei os padrões de abandono de recém-nascidos deixados nas ruas, nas Rodas ou em portas de domicílios.

No terceiro capítulo, o enjeitamento anteriormente delineado foi examinado em seus múltiplos significados. Analisei o que realmente representava a exposição de uma criança recém-nascida para indivíduos e grupos sociais, tanto do nível superior quanto do nível inferior da figuração social da freguesia, destacando motivações, estratégias e outros aspectos que davam forma à aceção do

⁴⁷ Buscarei na elaboração destas trajetórias não ter a unidade do eu como algo natural. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 184. Ver também REVEL, Jacques. **História e historiografia: exercício crítico**. Trad. Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. p. 235-248; SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-205.

abandono. Aqui demonstrei a existência de um abandono protetor, marcado por um pacto de cumplicidade e silêncio, com expostos portadores de bilhetes configurando um enjeitamento consciente e orientado. Reconstruí a trajetória do Tenente Joaquim Lino Rangel, miliciano, casado, membro da governança e abandonado, quando recém-nascido, na segunda metade do século XVIII. Percorrer os passos deste enjeitado é importante para compreender como determinadas famílias protegeram seus filhos ilegítimos, na condição de expostos, da condenação pública.

No quarto capítulo, estudei a assistência direcionada aos recém-nascidos abandonados; de maneira ampla, independente do significado que o enjeitamento tivesse, todos os expostos foram socorridos. Destaquei como os homens-bons do Senado da Câmara da Cidade do Natal socorreram extra-oficialmente os abandonados, focando principalmente a composição de redes de interdependência intrínsecas ao processo de abandono e recolhimento de recém-nascidos. A morte de expostos também foi analisada em seus vários aspectos, conectando-se à realidade de outras figurações.

No quinto e último capítulo, discuti os vários caminhos e destinos seguidos pelos expostos que chegaram à idade produtiva e reprodutiva. Foquei aspectos relacionados ao perfil matrimonial dos abandonados na freguesia, conectando-os a exemplos de outras localidades da América lusa, como São João Del Rei, Campos dos Goitacases, Sorocaba, Curitiba e Porto Alegre. Destaquei a figura de uma exposta em casa do Sargento-mor Mario de Castro da Rocha, batizada com o nome de Rosa, que, quando crescida, passou a ser conhecida como Dona Rosa Maria de Mendonça, exposta, casada com o Alferes Domingos João Campos, aos 24 de novembro de 1745, seguindo-se outras trajetórias.

1º CAPÍTULO

ESPAÇOS DA AMÉRICA IBÉRICA

1.1 A formação da Capitania do Rio Grande do Norte

Na Capitania do Rio Grande do Norte,⁴⁸ especificamente na Cidade do Natal, seu principal núcleo de povoamento e sede administrativa, nunca houve uma Irmandade da Misericórdia.⁴⁹ Possivelmente, tal organização associativa de grande destaque no Império português⁵⁰ não poderia ser criada naquela capitania, pelo fato de seus homens-bons, brancos, honrados e ricos não serem tão bons, tão brancos, tão honrados e tão ricos quanto os das Capitanias da Paraíba, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Na freguesia da Cidade do Natal, os ditos varões honrados e abastados da terra congregaram-se em torno da Irmandade do Santíssimo Sacramento, sediada na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação,⁵¹ organização para a qual convergiram todos os segmentos brancos desde os tempos da colonização.⁵² A existência da Irmandade do Santíssimo era quase que obrigatória em cidades e vilas coloniais.⁵³

⁴⁸ Neste estudo será utilizado o termo *Rio Grande do Norte*, partindo do princípio de que na segunda metade do século XVIII o adjetivo *do Norte* foi somado ao nome da capitania para diferenciá-la da Capitania do Rio Grande de São Pedro, localizada no extremo sul da América portuguesa. LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003. p. 47.

⁴⁹ PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **op. cit.**, 2009. p. 25. Ver também ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRRN, 2013. p. 41.

⁵⁰ FRANCO, Renato. Notas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica durante o século XVIII. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Org.). **As misericórdias - das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX)**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009. p. 41-61. p. 43.

⁵¹ AIMNSA / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / TERMO DE VISITA DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO DA CIDADE DO NATAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 1795. f. 89v. Ver também MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte**. Natal: IHGRN, 2000. p. 2; BARROS NETO, Manoel do Rego. **O remir**. Natal: texto no prelo, p. 26.

⁵² BOSCHI, Caio C. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986. p. 21-35.

⁵³ ALMEIDA, Luís Castanho de. Clero secular diocesano brasileiro setecentista. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 3, 1963. (Anais comemorativos). p. 58.

Embora as primeiras Misericórdias na América portuguesa tenham sido criadas paralelamente ao surgimento dos núcleos de povoação, e normalmente no litoral,⁵⁴ verifica-se que assim não ocorreu na Capitania do Rio Grande do Norte, nem no Ceará Grande.

A Irmandade da Misericórdia mais próxima da freguesia da Cidade do Natal era a Misericórdia da Paraíba, possivelmente criada em 1585, já sendo registrada na documentação do Santo Ofício em visitação a Filipéia de Nossa Senhora das Neves em 1595.⁵⁵

Em tal data, a Capitania do Rio Grande do Norte era uma região somente habitada por povos indígenas (Potiguara no litoral, de língua tupi, e os Tarairiú nos sertões, de língua Jê), um espaço ainda a ser ocupado, dominado e explorado. Evidenciava-se ainda, ali, a presença constante de corsários franceses, traficantes de pau-brasil e aliados dos ameríndios.⁵⁶

Porém, de fato e de direito, aquelas terras do norte da colônia eram pertencentes à Coroa de Portugal, pois tinham sido até 1570 uma capitania hereditária sob a responsabilidade dos donatários João de Barros⁵⁷ e Aires da Cunha,⁵⁸ que por duas vezes tentaram ocupá-la e explorá-la, tal como era o seu

⁵⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *op. cit.*, 1981. p. 19-32.

⁵⁵ SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987. p. 27-29.

⁵⁶ SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil, 1500-1627**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. p. 267. Ver também VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil: antes da separação e independência de Portugal**. 9. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. T. II. p. 47; CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p. 20; _____. **História da Cidade do Natal**. 3. ed. Natal: IHG/RN, 1999. p. 41; MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973. p. 23; PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 123; LOPES, Fátima Martins. *op. cit.*, 2003. p. 20-25; MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 2000. p. 10-12; TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007. p. 33.

⁵⁷ João de Barros nasceu em 1496 na Província da Beira em Viseu, filho de pessoas de qualidade; era neto paterno de Álvaro de Barros; acredita-se que foi o fundador do Mosteiro de Requião da Congregação de São João Evangelista. O pai foi criado de Dom Afonso V, Dom João II e Dom Manuel. João de Barros entrou para a Corte ainda criança, provavelmente por mediação de um nobre de alta estirpe, Dom João de Meneses (prior do Crato e mordomo-mor de Dom Manuel); foi homem próximo de Dom João III, moço de guarda-roupas do soberano, indivíduo de sólida formação erudita. O personagem em questão foi Governador de São Jorge de Mina de 1522 a 1525, além de ser um dos grandes historiadores quinhentistas. PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O pasto dos Brutos: contexto de João de Barros, "horizonte histórico" e política nas *Décadas da Ásia***. 265f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. p. 29-40.

⁵⁸ Homem do mar, foi valente nauta que destacou-se como Capitão-mor nas águas de Malaca; em 1533 estava em Lisboa no comando de um galeão; juntamente com João de Barros, era também

propósito,⁵⁹ não logrando êxito. Desta forma, nos anos setenta do século XVI as terras do Rio Grande do Norte foram revertidas para o governo português, mediante uma indenização ao filho de João de Barros, tornando-se uma capitania Real.⁶⁰ Pode-se afirmar que o século XVI foi, para a capitania em questão, um longo período de tentativas de ocupação, resistência nativa contra os portugueses e alianças franco-indígenas.

Em 1597, sob o comando da Capitania de Pernambuco e com o apoio dos homens da Capitania da Paraíba, o projeto da Coroa portuguesa de consolidar a presença lusa nas terras do norte e desmontar as alianças franco-indígenas foi posto em prática, com uma expedição colonizadora egressa daquelas duas capitanias,⁶¹ composta por representantes do Estado e da Igreja e por tropas indígenas. Participaram desta expedição Manuel Mascarenhas Homem (governador de Pernambuco), os mestiços Jerônimo e Jorge de Albuquerque (sobrinhos de Duarte Coelho, primeiro donatário das terras de Pernambuco),⁶² Feliciano Coelho de Carvalho (governador da Paraíba), os religiosos Bernardino das Neves, João de São

donatário de um segundo Quinhão [as terras do Pará]. Partiu de Portugal em 1535 no comando de uma armada, auxiliado pelos filhos de João de Barros; perdeu sua vida em um naufrágio, na tentativa de atingir as terras do Maranhão. SALVADOR, Frei Vicente do. **op. cit.**, 1982, p. 127, 228. Ver também VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **op. cit.**, 1978. T. I. p. 144.

⁵⁹ A segunda missão colonizadora foi realizada pelos filhos de João de Barros em 1555. MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002. p. 31.

⁶⁰ LYRA, A. Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. 3. ed. Natal: Nordeste, 1998. p. 23-31. Ver também MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 31-32.

⁶¹ É válido assinalar que a ordem para tal missão, vinda da Corte de Lisboa, foi dada ao Governador-geral do Estado do Brasil, determinando que mandasse os Capitães-mores de Pernambuco e Paraíba executarem o feito. LOPES, Fátima Martins. **op. cit.**, 2003. p. 54-55.

⁶² Frisa-se aqui que os dois mestiços da família Albuquerque não eram apenas mamelucos (filhos de pai branco e mãe índia) ou mesmo sobrinhos de um homem destacado, mas estavam ali como mediadores entre dois mundos, trazendo em seus corpos não somente os aspectos fenotípicos e culturais dos nativos do litoral da América, mas incluso um projeto de dominação territorial que tinha que avançar. Nos últimos anos estudos sobre mestiçagem têm ocupado a agenda de pesquisa de vários historiadores no exterior e no Brasil, podendo-se destacar os seguintes trabalhos: GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; ARES, Berta Queija. El papel de mediadores y la construcción de un discurso sobre la identidad de los mestizos peruanos (siglo XVI). In: ARES, Berta Queija; GRUZINSKI, Serge (Coord.). **Entre dos mundos: fronteiras culturais y agentes mediadores**. Americanos / Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997; PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia (Minas Gerais, 1716-1789)**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001; SILVA, Gian Carlos de Melo. **Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem do Recife colonial (1790-1800)**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2014; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)** 360f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

Miguel (franciscanos), Gaspar de Samperes, Francisco Lemos (jesuítas) e centenas de índios tabajaras de língua tupi.⁶³

A missão foi realizada em duas frentes: uma marítima, vinda de Pernambuco, e outra terrestre, originária da Paraíba, tendo como ponto terminal a barra do rio Grande (atual Potengi), onde enfrentaram os índios Potiguara. Para firmar os combates e confirmar a ocupação da Capitania do Rio Grande do Norte em nome do Rei de Portugal e Espanha, em 06 de janeiro de 1598 iniciou-se a construção de uma fortificação de taipa (varas e barro batido), que foi denominada de Fortaleza dos Reis Magos.⁶⁴

A fortificação foi originalmente arquitetada pelo padre espanhol Gaspar de Samperes, que fora engenheiro em Castela e Flandres antes de ingressar na Companhia de Jesus;⁶⁵ em 24 de junho o estabelecimento militar teve seu comando assumido por Jerônimo de Albuquerque.⁶⁶ Sobre esta primeira versão da fortaleza, o historiador potiguar Helio Galvão afirma:

[...] era uma fortificação provisória, com o mínimo de segurança para abrigar a gente da expedição, protegendo-a contra o inesperado ataque do gentio. Também não foi erguido no arrecife, porque construção daquele tipo não resistiria ao primeiro impacto das águas, pois a área adjacente fica totalmente coberta na maré cheia 'seis horas o cobre o mar', disse o sargento-mor Diogo de Campos. Simples paliçada, na praia, fora do alcance das marés.⁶⁷

Os índios foram controlados, não sendo necessário um grande exercício imaginativo para que se possa afirmar que foram mortos ou feridos às centenas; os que sobreviveram foram “pacificados” em um acordo luso-índigena em Filipéia de Nossa Senhora das Neves, na Paraíba, em 11 de junho de 1599. Neste período, as tropas colonizadoras já tinham organizado uma pequena povoação próxima à fortaleza, chamada de Cidade dos Reis.⁶⁸ Era a condição ideal para a criação de mais uma cidade no norte da América luso-castelhana, lembrando que eram tempos

⁶³ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 34.

⁶⁴ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento de Estado de Imprensa, 1997. p. 21-22.

⁶⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1984. p. 24.

⁶⁶ SALVADOR, Frei Vicente de. **op. cit.**, 1982. p. 271. Ver também VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **op. cit.**, 1978. t. II. p. 49.

⁶⁷ GALVÃO, Helio. **História da fortaleza da barra do Rio Grande**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979. p. 22.

⁶⁸ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **op. cit.**, 2007. p. 37.

da União Ibérica (1580-1640)⁶⁹; em 25 de dezembro de 1599, foi fundada a Cidade do Natal.

A cidade foi, nos seus anos iniciais, denominada Cidade de Santiago⁷⁰; a sede da capitania foi erguida distante da barra do rio Grande, erigindo-se uma pequena capela que seria a igreja matriz, sendo seu primeiro vigário o jesuíta engenheiro Gaspar de Samperes.⁷¹ A Capitania do Rio Grande do Norte, diferente de Pernambuco, teve oficialmente como governador um Capitão-mor, inferior na hierarquia administrativa ao Capitão-general presente em Olinda,⁷² evidenciando a falta de prestígio que teriam a região e seus homens diante das capitanias mais ricas ao sul, durante os séculos XVII, XVIII e início do XIX.

O século XVII na Capitania do Rio Grande do Norte foi marcado pela pobreza, o pouco prestígio dos homens da Câmara, a violência, os primeiros recém-nascidos abandonados e a anexação da região à Capitania de Pernambuco. Nos primeiros anos daquele século, tanto a Fortaleza dos Reis Magos quanto a própria Cidade do Natal tiveram uma função primordial no projeto colonizador, consolidando a presença portuguesa ao norte e servindo de ponto de apoio para as tropas que ocuparam o Ceará entre os anos de 1603 e 1612,⁷³ sendo o ponto de partida do mestiço Jerônimo de Albuquerque para expulsar os franceses do Maranhão em 1612, como também de Caldeira Castelo Branco para a conquista do Pará e da foz do rio Amazonas em 1615.⁷⁴

Apesar de toda esta importância, a Cidade do Natal foi marcada, desde sua fundação até a ocupação holandesa, em 1633,⁷⁵ pela pobreza e pelo lento desenvolvimento. Segundo Cascudo:

Os trinta e quatro anos de cidade, 1599-1633, foram lentos, difíceis, paupérrimos. Interessava ao Rei o forte, a situação estratégica, o ponto militar

⁶⁹ Frisa-se ainda que Natal foi fundada com o título de cidade, sendo esta uma característica da administração do período filipino, pois os espanhóis não fundavam vilas. ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **op. cit.**, 2013. p. 29.

⁷⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1999. p. 54.

⁷¹ MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos Bispos de Olinda**. Natal: Nordeste, 2006. p. 111.

⁷² ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **op. cit.**, 2013. p. 32.

⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História geral da civilização brasileira: a época colonial – do descobrimento à expansão territorial**. 8. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989. p. 198-202.

⁷⁴ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 111.

⁷⁵ O termo *holandês* é considerado impróprio, pois o que havia eram as Províncias Unidas; no entanto, este termo genérico é amplamente utilizado na historiografia. MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil holandês**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 25.

de defesa do territorial. Raríssimas mulheres brancas. Cidade apenas no nome. Uma capelinha de taipa forrada de palha e os moradores viviam espalhados nos sítios ao redor, plantando roças, caçando frutos nos tabuleiros, pouca criação de gado que se desenvolveria vertiginosamente a ponto de ter 20.000 cabeças em 1633, e as pescarias, de anzol, rede e curral. Havia o sal, colhido nas marinhas [...].⁷⁶

Contudo, desconsiderando o romantismo de Cascudo, a pobreza era uma realidade para a Capitania do Rio Grande do Norte. Em 1614 a Cidade do Natal tinha apenas 12 casas, e a única igreja não tinha porta;⁷⁷ acredita-se que o único investimento significativo feito na capitania naquele momento foi por ordem de Filipe III, que no ano de 1612 decretou a reestruturação da fortaleza, que estava em péssimo estado; a partir de 1614 a versão em pedra começou a ser erguida.⁷⁸

A construção da versão em pedra da fortaleza da barra do rio Grande foi de responsabilidade do Capitão Frias de Mesquitas, Engenheiro-mor. Quando da invasão holandesa, somente uma contraguarda estava concluída; o formato do forte (pentagonal com baluartes nos ângulos) era semelhante a “[...] vários que floresceram nas lutas de formação de cidades-estados italianas, depois adotados na política expansionista europeia”.⁷⁹

Mediante a política de povoamento iniciada com a fundação da cidade, houve a concessão de sesmarias, sendo as doações mais significativas feitas por Jerônimo de Albuquerque a seus filhos, no vale do rio Cunhaú, não sendo elas confirmadas pelo rei em função de sua extensão. Outra concessão foi feita aos jesuítas, próxima à Cidade do Natal, ao longo do rio Grande, em 1603;⁸⁰ as doações de terras na capitania geraram inúmeras queixas, tal como em outros rincões da América portuguesa, reclamações que cruzaram o oceano em forma de cartas e chegaram à

⁷⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1999. p. 58. Ver também MEDEIROS, Tarcísio. **op. cit.**, 1973. p. 37-38.

⁷⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1999. p. 52.

⁷⁸ A fortificação dos Reis Magos foi uma das primeiras a ser edificada em pedra; o uso de pedras em edificações militares só se difundiria após a expulsão dos holandeses. POSSAMAI, Paulo Cesar. A Fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII. In: _____. (Org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de história militar na Idade Moderna**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 225.

⁷⁹ MOREU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia - séculos XVI-XVIII**. 373f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 169, 223.

⁸⁰ MONTEIRO, Denise Mattos. **op. cit.**, 2000. p. 34-35. Ver também LOPES, Fátima Martins. **op. cit.**, 2003. p. 57-60.

Corte, em Lisboa, que respondeu exigindo uma reorganização das ditas concessões no Rio Grande do Norte.⁸¹

A partir de 1624, a população da América portuguesa e suas autoridades administrativas sentiram o peso das ações da Companhia das Índias Ocidentais. Em 1630, a Capitania de Pernambuco foi ocupada pelos holandeses, que em 1633 sitiaram e ocuparam a Capitania do Rio Grande do Norte⁸²; se na primeira capitania os holandeses foram atraídos pelos investimentos realizados na produção açucareira, no Rio Grande a fortaleza e o gado os atraíram: o estabelecimento militar como um ponto estratégico de defesa e os animais para subsistência das tropas. Em 23 de dezembro de 1634 capitulava o forte de Santo Antônio; foi a vez das terras da Capitania da Paraíba serem tomadas pelos flamengos.⁸³

A partir de 1633, o governo holandês, de posse da Fortaleza dos Reis Magos e da capitania, trocou o nome da Cidade do Natal para Nova Amsterdã e o da fortificação para Castelo de Ceulen⁸⁴; para consolidação da dominação, os holandeses saquearam o gado da região de Genipabu (litoral)⁸⁵ e avançaram sobre o engenho do Ferreiro Torto (litoral), onde muitos foram mortos, seguindo-se a ocupação da única unidade produtiva de açúcar e centro econômico, o engenho de Cunhaú (litoral), ao sul.⁸⁶

Tais ocupações foram importantes para a imposição da autoridade holandesa sobre os portugueses que viviam na região⁸⁷; é também necessário lembrar as alianças realizadas entre os grupos indígenas e os holandeses, que foram de suma importância para a permanência dos batavos naquelas terras.

O domínio holandês sobre os territórios portugueses na América estendeu-se além das capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte pelo Ceará-grande e Maranhão, atingindo também, do outro lado do Atlântico, na costa africana, São Jorge da Mina (1637), Luanda, Benguela e os portos satélites de São Tomé e

⁸¹ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **op. cit.**, 2007. p. 39.

⁸² Deve-se frisar que antes da ocupação propriamente dita o governo holandês na América enviou expedições de reconhecimento ao litoral do Rio Grande do Norte, buscando os melhores pontos para o desembarque de tropas. TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **op. cit.**, 2007. p. 49-50. Ver também MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Os holandeses na capitania do Rio Grande**. Natal: IHGRN, 1998. p. 21.

⁸³ MELLO, Evaldo Cabral de. **op. cit.**, 2010. p. 126-129.

⁸⁴ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **op. cit.**, 1998. p. 77.

⁸⁵ LYRA, A. Tavares. **op. cit.**, 1998. p. 86-87.

⁸⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1984. p. 66.

⁸⁷ MONTEIRO, Denise Mattos. **op. cit.**, 2000. p. 43-44.

Ano Bom (1641), já que a posse do litoral africano era fundamental para o controle do comércio de escravos.⁸⁸

Durante a presença holandesa os jesuítas paralisaram suas atividades e se recolheram ao Colégio de Olinda,⁸⁹ só retornando à Capitania do Rio Grande do Norte em 1678.⁹⁰ O final do período de domínio holandês foi marcado por inúmeros conflitos,⁹¹ não sendo diferente na capitania em questão, onde ocorreram dois grandes massacres, carnificinas realizadas por grupos indígenas aliados dos batavos contra portugueses e luso-americanos.

O primeiro massacre ocorreu no engenho de Cunhaú, em 16 de julho de 1645, seguido de outro morticínio em Uruaçu, aos 3 de outubro do mesmo ano; foram mortos homens, mulheres, crianças e religiosos católicos,⁹² ressaltando-se que durante boa parte do domínio holandês houve considerável tolerância religiosa⁹³ e uma presença igualmente considerável de franceses e ingleses na Nova Holanda.⁹⁴

⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul, séculos XVI-XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 212-215. Ver também STABEN, Ana Emilia. **Negócios dos escravos**: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759). 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. p. 42-43.

⁸⁹ PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na capitania do Rio Grande - séculos XVI-XVIII**: arcaicos e modernos. 260f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Geografia e História, Universidad de Salamanca, 2000. p. 91.

⁹⁰ MORAIS, Ana Lunara da Silva; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Nada mais que necessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos: estratégias de moradores da capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande**: história e colonização na América portuguesa. Natal: EDUFRRN, 2013. p. 47.

⁹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **op. cit.**, 2010. p. 359-390.

⁹² MEDEIROS FILHO, Olavo de. **op. cit.**, 1998. p. 105-122.

⁹³ Tal tolerância foi responsável pelo estabelecimento da Zur Israel, primeira comunidade judaica da América, composta de particulares, ou seja, não funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, que estiveram efetivamente presentes no processo de expansão urbana do Recife. Os membros da Zur Israel foram responsáveis pela construção de espaços na cidade, aterrando pântanos, construindo lojas e senzalas e catalisando a vida econômica do lugar. BRENDA, Daniel Oliveira. **Vicus Judaorum**: os judeus e os espaços urbanos do Recife neerlandês, 1630-1654. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. p. 26 et seq.

⁹⁴ MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos**: influência da cultura holandesa na vida e na cultura no norte do Brasil. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979. p. 115-116.

Expulsos os holandeses em 1654,⁹⁵ restava aos luso-americanos reorganizar as estruturas destruídas nos conflitos da Guerra de Restauração e resolver inúmeras querelas.⁹⁶ Na Capitania do Rio Grande do Norte

A reorganização administrativa teve início com a nomeação de Antônio Vaz Gondim como o primeiro capitão-mor após o período holandês, em 1656, indo sua administração até 1663, e ainda com um segundo mandato de 1672 a 1677. Sua ação como governante, foi bastante efetiva nestes anos de penúria e recuperação da vida administrativa e cotidiana [...]⁹⁷

Naquela segunda metade do século XVII dois aspectos marcaram profundamente a vida dos moradores da capitania: a guerra contra os nativos nos sertões e a falta de prestígio do Rio Grande do Norte e dos homens-bons da Câmara da Cidade do Natal.

Aquele era o momento de dilatar as fronteiras internas da América portuguesa e fazer sentir a presença lusa; a expansão da pecuária para os sertões e a escravização de grupos indígenas foram fatores primordiais para os desdobramentos da guerra entre portugueses, luso-americanos e indígenas,⁹⁸ conflito este que se estendeu até as primeiras décadas do século XVIII. Em décadas de combate, autoridades de várias capitanias foram mobilizadas e tropas paulistas foram empregadas, destacando-se a presença de Domingos Jorge Velho e Manuel Álvares de Moraes Navarro.⁹⁹

⁹⁵ Depois da capitulação do Recife os batavos abandonaram o castelo Ceulen e bateram em retirada. BOXER, Charles R. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. 2. ed. Recife: CEPE, 2004. p. 324.

⁹⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007. p. 351-359.

⁹⁷ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 90.

⁹⁸ A escravidão indígena foi realidade indiscutível de norte a sul da América portuguesa. MOTT, Luís. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 1979. Ver também MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; LOPES, Fátima Martins. **op. cit.**, 2003. PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780)**. 386f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

⁹⁹ TAUNAY, Affonso d' Escragnole. **A Guerra dos Bárbaros**. Edição especial para o Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria – Disponível em: <http://indiosnonordeste.com.br/wpcontent/uploads/2012/08/a_guerra_dos_barbaros1.pdf>. p. 68. Acesso em: 28 jul. 2014. Ver também MEDEIROS, Tarcísio. **op. cit.**, 1973. p. 52-53; MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açú e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984. p. 125-126; PUNTONI, Pedro. **op. cit.**, 2002. p. 123-145; SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **“Nas solidões vastas e assustadoras” – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII**. 362f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 256-290; ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **O muro do demônio: economia e cultura na Guerra dos Bárbaros no nordeste colonial do Brasil** –

Na denominada Guerra dos Bárbaros¹⁰⁰ milhares de índios foram exterminados; padres calculavam centenas de crianças indígenas mortas, mas conformavam os seus corações, pois os pequenos nativos tinham sucumbido já com a graça do batismo.¹⁰¹ Acreditou-se que as décadas de conflito tinham posto fim aos grupos indígenas dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte,¹⁰² sendo a ribeira do Açu um dos epicentros do conflito¹⁰³; no entanto, estudos recentes demonstram que aqueles que não foram aniquilados foram absorvidos pela sociedade colonial portuguesa.¹⁰⁴

séculos XVII e XVIII. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. p. 75-103; JESUS, Mirian Silva. **Abrindo espaços:** os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. p. 76-105; SILVA, Tyego Franklin da. Homem da guerra: Manuel Álvares de Moraes Navarro e a guerra justa na campanha do Assu. **Revista Acadêmica Historien**, Petrolina, ano 5, n. 10, p. 216-229, jan./jun. 2014. p. 218-227; KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. Os índios tapuias do Cariri paraibano no período colonial: ocupação e dispersão. In: **Anais do II Encontro Internacional de História Colonial**. Natal: UFRN, 2008. p. 11-12; ALVES, Angelita Carla Pereira; SOUZA, Dominick Farias. A Guerra dos Bárbaros na Capitania Real da Paraíba. **TARAIRIÚ – Revista Eletrônica de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, Campina Grande, v. 1, n. 4, p. 23-33, abr./maio 2011. p. 25-29; SOARES, Maria Simone Moraes; MOURA FILHA, Maria Berthilde de. A formação dos arraiais nos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em fins do século XVII. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 1, n. 2, p. 1-18, jul./dez. 2014. p. 4-17; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; SILVA, Tyego Franklin da. Na ribeira da discórdia: povoamento, política, defesa e conflito na Capitania do Rio Grande (1680-1710). In: POSSAMAI, Paulo Cesar. (Org.). **Conquistar e defender:** Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 237-240; MAIA, Ligio de Oliveira. Aldeias e missões nas Capitânicas do Ceará e Rio Grande: catequese, violência e rivalidade. **Revista Tempo**, Niterói, v. 19, n. 35, p. 7-22, jul./dez. 2013. p. 8-20; DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América portuguesa. **Revista Eletrônica de História do Brasil**, Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 5-18, set. 2002. p. 9-16.

¹⁰⁰ Sobre aquele conflito afirma-se que a unidade da guerra existiu somente para a política portuguesa, pois tratava-se de um conjunto de intensos combates travados pelos sertões. PUNTONI, Pedro. **op. cit.**, 2002. p. 125. Ver também SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **op. cit.**, 2003. p. 256.

¹⁰¹ PORTO, Maria Emilia Monteiro. Discursos de fronteira: Antonil e as imagens da guerra na Capitania do Rio Grande. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva. (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 62.

¹⁰² Tal “verdade” histórica foi construída pelos primeiros historiadores do Rio Grande do Norte, vinculados ao IHGRN. Cf. POMBO, Francisco José da Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922; LYRA, A. Tavares. **op. cit.**, 1998; CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1984.

¹⁰³ PUNTONI, Pedro. **op. cit.**, 2002. p. 123-180. Ver também MONTEIRO, Denise Mattos. **op. cit.**, 2000. p. 125; MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 90-96; TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **op. cit.**, 2007, p. 59-66.

¹⁰⁴ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens**. Natal: EDUFRN, 2011. p. 155. Ver também LOPES, Fátima Martins. Os indígenas aldeados da Capitania do Rio Grande na primeira metade do século XVIII: terra e trabalho. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 79; APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Quando as chefias indígenas se fortalecem enquanto pequena nobreza nos sertões das capitânicas do norte na segunda metade do século XVIII. **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro Científico e Cultural de Macau, 2011. p. 7.

A falta de prestígio das terras da Capitania do Rio Grande do Norte e dos homens-bons da Câmara da Cidade do Natal foi tão marcante quando o conflito que se desdobrava na segunda metade do século XVII nos sertões. Ainda no período do domínio dos holandeses, no Congresso dos Escabinos, realizado em 1640 no Recife, a Capitania em questão não teve representação,¹⁰⁵ o que revela sua pouca importância.

Logo após a Restauração, o governo português lançou editais nas Capitanias de Pernambuco e Paraíba, obrigando as pessoas que deixaram suas terras durante a ocupação holandesa a retornarem para a Capitania do Rio Grande do Norte, sob pena de perderem em definitivo suas possessões.¹⁰⁶ Eram terras desprestigiadas as do norte, em que o Estado precisava fazer uso do monopólio da violência para ter homens “minimamente dispostos a viverem na capitania”.

Um dos símbolos de poder da capitania, um dia cobiçado e dominado por holandeses e um dos pontos de defesa do norte da América portuguesa, encontrava-se em condição de quase total abandono:

Em 1670, o conselho Ultramarino repassou ao rei uma representação da Câmara de Natal, acompanhada de uma carta do Capitão-mor, nas quais se voltava a mostrar o estado de abandono da fortaleza dos Reis Magos, sem guarnição e munição suficiente. Outra vez propunha-se um efetivo de oitenta soldados a serem mantidos com os dízimos das capitanias vizinhas da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, como aconteceu antes da invasão holandesa, uma vez que os recursos da capitania do Rio Grande eram poucos e estavam consignados à reforma da igreja matriz.¹⁰⁷

A matriz, principal igreja da capitania, muito provavelmente não passava de um prédio rudimentar coberto com palhas de coqueiros e com pouquíssimo ou nenhum paramento. Os homens ditos bons da Cidade do Natal demonstravam a fragilidade econômica do Rio Grande do Norte, que de grande só tinha o nome, propondo claramente restabelecer a relação de dependência com outras regiões.

Carmen Alveal afirma que desde os primórdios da organização da Câmara da Cidade do Natal aquele

¹⁰⁵ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 83-84.

¹⁰⁶ CAVALCANTE, Helaine de Moura. Do Flamengo ao bárbaro: o processo de restauração da Capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). **Conflitos, revoltas e insurreição na América portuguesa**. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 43.

¹⁰⁷ POSSAMAI, Paulo Cesar. **op. cit.**, 2012. p. 228-229.

[...] espaço de poder foi utilizado como estratégia para melhorar a “qualidade” de alguns moradores, que não teriam espaço em Olinda, ou mesmo em Filipéia, que, por mais próxima de Olinda, concentrou pessoas de “maior qualidade” ou mesmo aptas a obter títulos e honrarias de maior significado do que apenas patentes militares, sesmarias e cargos menores da administração colonial.¹⁰⁸

Fica evidente que, no contexto mais amplo da sociedade colonial do norte da América portuguesa, os homens do Rio Grande estavam em um patamar de desprestígio, lembrando que o único caso registrado de nobilitação para a Ordem de Cristo na capitania foi o índio Filipe Camarão, que colaborou nas guerras da Restauração.¹⁰⁹

No final do século XVII, os moradores de qualidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves demonstravam o seu prestígio individualizado na Irmandade da Misericórdia, e por conseguinte buscavam elevar o status da mesma e conseqüentemente os seus, tendo o rei atendido ao pedido de distinção daqueles vassallos.¹¹⁰ Enquanto isso,

A própria Câmara da Cidade do Natal dependia de algumas pessoas que fossem fiadoras junto à Câmara de Olinda. Em 1674, por intervenção régia, o conselho foi obrigado a pagar 50\$000 réis a Bento da Costa Brito, pois ele havia adiantado à Câmara de Olinda os subsídios do tabaco. O motivo do pagamento a esta Câmara dos subsídios era que a Capitania de Pernambuco se constituía como a que sustentava a Fortaleza dos Reis Magos. Assim, ficou estabelecida uma relação de dependência à Câmara de Olinda e ao Governo da Capitania de Pernambuco.¹¹¹

Os homens-bons da Capitania do Rio Grande do Norte, vizinhos hierarquicamente inferiores aos homens-bons da Capitania da Paraíba, eram menos prestigiados.¹¹² Reafirmo que aqueles varões do Rio Grande não foram tão bons, tão

¹⁰⁸ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *op. cit.*, 2013. p. 41-42.

¹⁰⁹ RAMINELLI, Ronald. Honras, malogros: trajetória da família Camarão. In: MONTEIRO, Rodrigues Bentes; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da época moderna**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 182. Ver também MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Capa, espada, hábito e tença: concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na luta contra invasores estrangeiros na América portuguesa. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro Científico e Cultural de Macau, 2011. p. 4.

¹¹⁰ FRANCO, Renato Júnio. **Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. 376f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 71.

¹¹¹ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *op. cit.*, 2013. p. 38.

¹¹² Segundo Thiago Alves Dias, a Câmara da Cidade do Natal sofria constantemente intervenções de outras autoridades ligadas à Coroa, diminuindo sua autonomia frente ao poder régio. DIAS, Thiago Alves. **Dinâmicas mercantis coloniais – capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)**. 274f.

brancos, tão honrados e tão ricos quanto os de outras regiões da América portuguesa. Naquele contexto, nunca conseguiram estabelecer uma Irmandade da Misericórdia, ou talvez nem tenham tentado obter tal distintivo social, apesar de praticarem a caridade; pois em 1695 o abandono de crianças recém-nascidas já era uma realidade entre os moradores da freguesia da Cidade do Natal, que, sem uma Santa Casa da Misericórdia, tomaram outras atitudes para assistir aos pequenos expostos, que já circulavam pela jurisdição eclesiástica, passando de mão em mão.¹¹³

Neste contexto de ausência de prestígio e de abandono de recém-nascidos, as tensões políticas se apresentavam acirradas: os conflitos nos sertões perduravam, e o Capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, manifestava-se contra os excessos dos paulistas no interior da capitania, sobretudo os privilégios concedidos pelo Governador Geral do Brasil ao Mestre de Campo Manuel de Morais Navarro.

A tensão aumentou em 1694, quando Bernardo Vieira de Melo solicitou ao rei permissão para fazer homenagens ao Governador da Capitania de Pernambuco, ao invés do Governador geral, justificando seu pedido pela distância entre as localidades¹¹⁴, o que, no fundo, passava pelas querelas políticas entre aqueles funcionários da Coroa.¹¹⁵ Lembra-se que ele era um luso-americano, pernambucano, como muitos outros governadores da Paraíba e de Angola na segunda metade do século XVII.

Somente em 1701 chegava ao fim a gestão de Bernardo Vieira, e o desejo dos homens-bons de Natal tornava-se uma realidade: Pernambuco anexava a Capitania do Rio Grande do Norte aos seus domínios.¹¹⁶ Apesar da suposta paz

Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011. p. 119.

¹¹³ Tal afirmação sobre a existência de enjeitados em fins do século XVII é feita com base em um assento de óbito referente a um exposto que faleceu com 68 anos, aos 10 de novembro de 1760. ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1760-1765, f. 20v.

¹¹⁴ ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; SILVA, Tyego Franklin da. **op. cit.**, 2012. p. 242.

¹¹⁵ Aponta-se que o desejo de prestar homenagem ao Governador da Capitania de Pernambuco não foi apenas de Bernardo Vieira de Melo, mas era uma recorrência entre os Capitães-mores do Rio Grande do Norte na segunda metade do século XVII – Antonio de Barros Rego, em 1668; Pascoal Gonçalves de Carvalho, em 1685. ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **op. cit.**, 2013. p. 33.

¹¹⁶ No panorama amplo das anexações da Capitania de Pernambuco, notamos que a Capitania do Ceará tornou-se subordinada ainda em 1656, mas conseguiu se desligar em 1723; já a Capitania da Paraíba só tardiamente foi anexada, em 1755. Destacamos ainda que em 1688 foi criada a Ouvidoria Geral da Paraíba, responsável pelo Rio Grande do Norte e Ceará. MENEZES, Mozart Vergetti. Jurisdição e poder nas Capitânicas do Norte, 1654-1755. **Saeculum**, João Pessoa, n. 14, p. 11-25, jan./jun. 2006. p. 17-21. No tocante ao desligamento do Ceará da Capitania de Pernambuco, em

conquistada pelo governador Bernardo Vieira de Melo nos sertões da capitania, os conflitos entre colonos luso-americanos e grupos indígenas estenderam-se pelas duas primeiras décadas do século XVIII.¹¹⁷ Por volta de 1722 houve um último ataque ao arraial do Ferreiro Torto, a poucos quilômetros da Cidade do Natal, sendo os indígenas repelidos pelo terço dos paulistas que se encontrava na região.¹¹⁸

Certo é que a primeira metade do século XVIII, na Capitania do Rio Grande do Norte, foi marcada por tensões e algumas realizações. As tensões se materializaram com o assassinato do governador da capitania, o Capitão-mor Luís Ferreira Freire,¹¹⁹ em 1722, sendo ele sucedido pelo Capitão-mor José Pereira da Fonseca, que teve sua gestão marcada por conflitos com o Senado da Câmara,¹²⁰ sendo ele também alvo de atentados a tiros,¹²¹ tendo, no entanto, um final mais feliz que seu antecessor. Nesta mesma década foi construído o novo prédio da Câmara na Cidade do Natal, sendo o espaço térreo reservado para a cadeia e o piso superior para as reuniões dos homens-bons da figuração.¹²² Em 1730 foi fundada a primeira Cadeira de gramática latina no Rio Grande do Norte, reconhecida pelo Bispo de Olinda em visita pastoral.¹²³

É nesta primeira metade do século XVIII que foi-se consolidando o povoamento português e luso-americano na Capitania do Rio Grande do Norte;¹²⁴ naquele período o Rio Grande já integrava a figuração da imensa Capitania de Pernambuco e suas anexas; assim, a região em questão passou a ser recenseada

1723, parece ser equivocada a informação tecida por Menezes, pois quando recorremos à documentação produzida pelas autoridades coloniais na segunda metade do século XVIII, a figuração do Ceará aparece subordinada à administração pernambucana. Cf. IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.ª &.ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. (v. XL – 1918). p. 1.

¹¹⁷ TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **op. cit.**, 2007. p. 64.

¹¹⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1999. p. 83.

¹¹⁹ AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, Doc. 9. PARECER do Conselho Ultramarino sobre pedido de pensão de Quintiliana de Barros, viúva do ex-capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luís Ferreira Freire, morto em serviço. Anexo: aviso e despacho do Conselho Ultramarino. Lisboa, 30 de janeiro de 1723.

¹²⁰ AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, Doc. 11. CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] sobre a incapacidade de governar do capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Pereira da Fonseca. Natal, 22 de novembro de 1723.

¹²¹ AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, Doc. 29. CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Pereira da Fonseca, ao rei [D. João V] relatando o atentado a tiro que sofreu e outros crimes que tinham ocorrido na capitania. Natal, 25 de julho de 1725.

¹²² CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1999. p. 84.

¹²³ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 112.

¹²⁴ LYRA, A. Tavares. **op. cit.**, 1998. p. 193.

por seus párocos e autoridades militares. Ou seja, todas as informações sobre a quantidade de moradores (homens, mulheres, crianças); cor da pele (brancos, negros, mestiços ou índios); idade dos moradores (divididas em classes, remetendo às idades reprodutivas e idades para o serviço militar); ocupação dos moradores; contingente militar; quantidade de escravos e forros; número de cidades, vilas, freguesias, ribeiras, fogos, igrejas, capelas; distâncias entre as localidades e a cabeça do Bispado, neste caso Olinda; quantias pagas nos dízimos por ribeiras; o que era produzido, vendido e consumido, etc - eram enviadas para as autoridades em Recife, para compor os mapas de populações que eram enviados para Lisboa.¹²⁵

1.2 Aos números – economia

Será agora apresentado o perfil econômico do litoral da Capitania do Rio Grande do Norte, conectado ao sertão, para que se possa compreender a dimensão da figuração em questão. É importante apontar que as vilas de Extremoz, Flôr, Arez e São José, assim como a Cidade do Natal, eram mercados consumidores de produtos egressos dos sertões e da Capitania de Pernambuco. Todas elas eram produtoras de coco (entre os anos de 1810 e 1813 foram produzidas mais de 41.000 unidades do fruto) e de sementes de mamona (a Capitania no mesmo período produziu 2.910 alqueires de sementes, exportando 78% do produzido). Em posição de destaque no litoral também estava a produção do crauatá ou gravatá, usado para a fabricação de cordas.¹²⁶

Foi também no litoral que se desenvolveu, de modo lento e pouco expressivo, a lavoura da cana-de-açúcar. A maior e mais antiga unidade produtiva de açúcar na Capitania foi o Engenho de Cunhaú, localizado aproximadamente 80 quilômetros ao sul da Cidade do Natal, erigido em uma sesmaria concedida em 1604. Entre 1618 e 1625 foi construído outro engenho bem próximo à Cidade do Natal, provavelmente na Ribeira do Potengi, que logo fracassou em função das péssimas terras, tornando-se de fogo morto.

¹²⁵ SMITH, Roberto. A presença da componente populacional indígena na demografia histórica da Capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002, p. 1-18.

¹²⁶ DIAS, Thiago Alves. *op. cit.*, 2011. p. 208-209.

O Rio Grande do Norte foi capitania de um único grande engenho, o já mencionado Cunhaú, que, somado às engenhocas, produzia aguardente, açúcar branco e mascavo, melaço e rapadura.¹²⁷ Estes produtos eram exportados para Pernambuco, ficando uma parte menor para o mercado local, com exceção da aguardente. A este respeito, o historiador Thiago Alves Dias comenta:

Terras de massapê e oficiais especializados tornaram a região ao sul de Natal um espaço econômico colonial relevante aos circuitos mercantis internos. Apesar da produção parecer pequena diante da produção das vizinhas Paraíba e Pernambuco, ela foi significativa se focalizamos a relação intracolonial e a produção e consumo da própria capitania. Assim como o sal que sofreu o monopólio reinol, o aguardente foi cercado pela política mercantil reinol, tornando a economia canavieira na capitania do Rio Grande do Norte, tipicamente colonial.¹²⁸

O litoral também era responsável pela produção de gêneros ligados à subsistência e ao mercado interno da capitania. Entre estes estavam a farinha de mandioca, o feijão, o milho e o arroz, sendo a farinha o carro-chefe da produção, presente em toda a capitania, destacando-se a Cidade do Natal e as vilas de Extremoz, Arez e Flôr. No período entre 1811 e 1813 a capitania produziu 29.521 alqueires de farinha, ficando para o comércio local 77% da produção, indo os restantes 23% para exportação via Pernambuco. Dos outros gêneros, nem 40% eram enviados ao centro exportador, Recife.¹²⁹

O elemento conector entre os moradores do litoral e do sertão da Capitania foi a produção de carne bovina, pois Natal e as demais vilas do litoral consumiam o gado menor (bezerros e bezerras), que não tinha mercado fora da capitania.¹³⁰ A maior parte das sesmarias concedidas pela Coroa portuguesa nos sertões foi destinada à criação de gado, sendo este um dos elementos motivadores do conflito entre colonos e grupos indígenas da região.

Segundo Dias, durante o século XVIII 66% de um total de 125 cartas de sesmaria foram concedidas para criar gado; 84% das terras solicitadas na Ribeira do Assú foram para a mesma finalidade, aí incluindo-se a lavoura de subsistência.¹³¹

¹²⁷ O engenho mencionado operava juntamente com mais dois engenhos reais, também localizados na ribeira sul da Capitania.

¹²⁸ DIAS, Thiago Alves. **op. cit.**, 2011. p. 216.

¹²⁹ Ibid., p. 224-225.

¹³⁰ Ibid., p. 191-192.

¹³¹ Ibid. p. 189.

Na Ribeira do Seridó, onde estava localizada a Vila do Príncipe, entre os anos de 1679 e 1811 60,4% das sesmarias pedidas foram também para criação de gado.¹³²

Entre os anos de 1811 e 1813 foram exportados para a Capitania de Pernambuco bois, vacas, cabras, ovelhas, cavalos, éguas, poldros e poldras, perfazendo um total de 4.448 cabeças. A prática da pecuária nos sertões da Capitania permitia a produção de gêneros relacionados; no mesmo recorte temporal, a capitania produziu 865 arrobas de manteiga, sendo 17% exportados; 82% do queijo produzido neste período foi exportado, correspondendo a 175.100 peças.¹³³ Dias explica como os derivados da pecuária colocaram a Capitania do Rio Grande do Norte no circuito da economia-mundo, mesmo que de forma secundária:

Os couros ocupavam o segundo lugar na pauta de exportação da área abrangida pelo exclusivismo da Companhia de Pernambuco e Paraíba, haja vista que, “de simples fornecedor de carne aos centros litorâneos, o sertão passou a projetar a sua economia através da produção de couro de gado vacum”. Já no século XVIII, o couro foi integrado à economia atlântica, ocupando papel importante nas carregações, quer em volume, quer em valor. O fornecimento de couro para Recife era feito pelas fazendas localizadas no sertão, realizando ligações mercantis entre os criadores e os centros de beneficiamento. Para tanto, aproveitavam os cursos dos rios e utilizavam-se de dezenas de pequenos barcos, promovendo um intenso comércio interno. Dessa forma, o escoamento poderia seguir pelos portos do sertão ou pelos caminhos carroçáveis.¹³⁴

Além da criação de gado, os sertões da capitania estavam voltados para a produção de gêneros como a almeica (tipo de resina); entre 1811 e 1813 foram produzidas 376 arrobas, das quais 20% foi exportado para Pernambuco:

A almeica foi relevante às práticas mercantis coloniais da capitania quando serviu tanto de produto para consumo e exportação como sua própria aplicabilidade que possibilitou a impermeabilização de canoas e barcos para os pescadores, engrenagens e peças dos engenhos, assim como as próprias moradias, casa de engenhos e estabelecimentos das fazendas que eram na maioria das vezes de taipa.¹³⁵

¹³² MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII). 290f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. p. 72.

¹³³ DIAS, Thiago Alves. **op. cit.**, 2011. p. 191-192.

¹³⁴ DIAS, Thiago Alves. A Companhia pombalina de comércio e a Capitania do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande**: história e colonização na América portuguesa. Natal: EDUFRN, 2013. p. 98.

¹³⁵ DIAS, Thiago Alves. **op. cit.**, 2011. p. 197.

Em 1810 as várzeas dos sertões da capitania (Apodi e Pau dos Ferros) produziram 151 arrobas de cera de carnaúba e de abelha, sendo mais de 50% exportado para a Capitania de Pernambuco e para a região do Aracati, na Capitania do Ceará. As vilas do litoral produziam pouca cera e consumiam a própria produção.¹³⁶

A atividade econômica desenvolvida no interior da capitania fora dinamizada pela mão-de-obra escrava, em um contingente menor do que se necessitava no litoral. A escravidão colocava lado a lado índios e negros, como foi o caso dos indígenas Anastácio e Domingas, na freguesia de Nossa Senhora de Santa Ana do Seridó, no sítio Pedra Branca, que tinham por senhores Crispim de Andrade Bulhões e sua mulher Antônia Ferreira Batista. No dito sítio também existiam dois pretos da Guiné.¹³⁷ Possivelmente, nativos e africanos submetidos ao trabalho escravo desenvolveram atividades como vaqueiros na primeira metade do século XVIII.

Trabalhador compulsório na pecuária nos sertões da Capitania foi também Agostinho, índio e forro, casado com a negra Paula, escrava de João Garcia de Sá Barroso, sendo ele vaqueiro para o senhor de sua mulher no ano de 1804.¹³⁸ Percebe-se que o sertão não era apenas um espaço de intensa exportação, que em determinada medida colocou a Capitania no circuito da economia atlântica, mas também um ambiente de mestiçagem, território onde os caracteres culturais e biológicos de brancos, negros e índios se cruzaram, formando um indivíduo típico da América - o mestiço.

Segundo Fátima Martins Lopes, o trabalho indígena, fosse compulsório ou pago com poucos vencimentos, foi de fundamental importância para a economia da Capitania. No sertão os índios não somente tangiam o gado como desenvolviam atividades nas oficinas de carne seca na Ribeira do Açú; no litoral atuavam como trabalhadores nas salinas, na caça de tartarugas, na fabricação da farinha e na coleta de casca nos mangues, produto extremamente necessário para a manufatura do couro, exportado para o Recife.¹³⁹ Frisa-se que a utilização de mão-de-obra

¹³⁶ Ibid., p. 198.

¹³⁷ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 449-462, dez. 2008. p. 456.

¹³⁸ Ibid., p. 456.

¹³⁹ LOPES, Fátima Martins. **op. cit.**, 2005. p. 177.

indígena foi uma regularidade no sul da América portuguesa¹⁴⁰ e nos territórios coloniais de Castela.¹⁴¹

No contexto das atividades de coleta e extração, o sal, produto de maior exploração mercantil desde os primórdios da colonização da Capitania, estava associado ao mercado do couro, da carne seca e da fabricação de peixe seco.¹⁴² Em 1817, momento em que os portos já estavam abertos às nações amigas, a Capitania enviou para o mercado intercolonial 20 sumacas de sal:

[...] não foram somente embarcações da própria capitania que, carregadas de sal, seguiram para portos variados, como é o caso da embarcação Nossa Senhora dos Anjos, oriunda de Pernambuco. Ela passou pelas salinas de Mossoró carregou-a de sal, aportou em Aracati em 1798, carregou-a de 'efeitos da terra', ou seja, produtos ou mantimentos de Aracati, e seguiu de volta para Pernambuco.¹⁴³

No entanto, o produto de maior expressão plantado no litoral e no sertão, que realmente colocou os produtores e agentes comerciais da Capitania do Rio Grande do Norte no roteiro da economia-mundo, foi o algodão. No período de 1811 a 1813, a Capitania produziu 29.309 arrobas de algodão, das quais 62% foram exportados para a Inglaterra; nas décadas seguintes a produção atingiu larga escala, grande parte, porém, escapando à Alfândega instalada em Natal, gerando praticamente nenhum imposto.¹⁴⁴ Destaca-se que, no logo prazo, a capitania do Rio Grande do Norte, serviu muito mais como área produtora de gêneros para o abastecimento interno, apesar da existência de uns poucos produtos que eram expostados, e após meados do século XVIII, ela conectou-se mais definitivamente com a economia atlântica.

¹⁴⁰ MONTEIRO, John Manuel. **op. cit.**, 1994. p. 147-153.

¹⁴¹ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 29-30. Ver também GLAVE, Luis Miguel. Propiedad de la tierra, agricultura y comercio, 1570-1700: el gran despojo. In: CONTRERAS, Carlos (Ed.). **Compendio de historia económica del Perú: economía del período colonial temprano**. t. 2. Lima: IEP (Instituto de Estudios Peruanos), 2009. p. 314-315.

¹⁴² DIAS, Thiago Alves. **op. cit.**, 2011. p. 199-202.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 203-204.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 225-226.

1.3 Aos indivíduos – população

Os recenseamentos foram uma realidade para toda a América portuguesa e demais domínios de ultramar, sendo elaborados com regularidade a partir da segunda metade do século XVIII, pois a Coroa tinha necessidade de conhecer o perfil de sua população espalhada pelas colônias, bem como o potencial militar e econômico das diversas regiões. A partir de agora, apresento um conjunto de tabelas que irá expor alguns aspectos demográficos da Capitania de Pernambuco e suas anexas, assim como tabelas específicas sobre a Capitania do Rio Grande do Norte. Ressalta-se que os números a seguir não são cifras precisas, pois os trabalhos de recenseamento no século XVIII eram marcados por inúmeros problemas, desde a ausência de pessoal para o trabalho, a falta de habilidade na contagem por parte dos párocos, a imprecisão nos limites das freguesias, até o atraso de anos na entrega de alguns resultados. No entanto, tais números nos possibilitam um exercício de imaginação quanto àquela realidade.

Na Tabela 1 pode-se perceber a evolução do contingente populacional da Capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII.

TABELA 1 - POPULAÇÃO DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E SUAS ANEXAS, 1762-1782.

Capitanias	Fonte (f1)	Fonte (f2)	Fonte (f3)	Fonte (f4)	Fonte (f5)
Pernambuco	90.109	156.918	168.948	226.248	229.743
Paraíba	39.158	30.305	35.262	51.169	52.468
Rio Grande	23.305	21.407	14.214	24.347	23.812
Ceará	17.010	34.181	36.649	61.474	61.408
Total	169.582	242.811	255.109	363.238	367.431

f1 – Mapa do governador Luís Diogo Lobo da Silva (1762-1763)

f2 – Relatório do governador Antônio de Sousa Manuel de Menezes (1767)

f3 – Relatório do Bispo Dom Thomás (1777)

f4 – Mapa de 30 de setembro de 1777, relativo a 1776

f5 – Relatório do governador José César de Menezes, relação de 1782

Grifo nosso

FONTE: SMITH, 2002. p. 10.

As freguesias rurais espalhadas pelos sertões contavam com apenas um ou dois padres para realizar os recenseamentos,¹⁴⁵ mas, mesmo assim, é perceptível o aumento da população da imensa Capitania de Pernambuco. Aumento este causado

¹⁴⁵ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Estado das Almas: população, família e educação escolar no Rio Grande do Norte colonial (século XVIII). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 41, n. 27, p. 244-268, jul./dez. 2011. p. 245-246.

muito provavelmente por uma estruturação cada vez maior das fazendas de gado¹⁴⁶ e pela recuperação da produção da cana-de-açúcar e derivados, assim como pelo avanço do cultivo do algodão, que ocorria tanto no litoral quanto no sertão.¹⁴⁷ Na tabela apresentada, a região que apresentou mais descontinuidade na sua evolução populacional foi o Rio Grande do Norte, sendo também a capitania anexa menos populosa.

A Tabela 2 aponta uma tendência do comércio de escravos, expondo um conjunto de cativos negros bem mais expressivo que os pardos. Entre as capitanias anexas destaca-se a Paraíba, com o menor número de escravos pardos, sendo também a região com o maior contingente de libertos mestiços. Já a Capitania do Rio Grande do Norte alinhou-se tanto a Pernambuco quanto ao Ceará, apresentando uma maior porcentagem de libertos negros.

TABELA 2 - COMPARAÇÃO DA RAZÃO DE GÊNERO DA POPULAÇÃO PARDA E NEGRA, ESCRAVA OU ALFORRIADA (HOMENS POR 1.000 MULHERES)

Capitania	Escravos		Livres (forros)	
	Pardos	Negros	Pardos	Negros
Pernambuco	891	2.160	820	1.452
Paraíba	649	2.112	1.054	939
Rio Grande	703	2.429	897	1.208
Ceará	851	2.138	874	1.308
Total	852	2.178	859	1.276

Mapa do governo de Luís Diogo Lobo da Silva, 1762-1763

Grifo meu

FONTE: SMITH, 2002. p. 19.

Na Tabela 3 pode-se observar a relação média de habitantes por fogos na capitania de Pernambuco e suas anexas. É importante ressaltar que esta média é “empurrada para cima” em regiões escravistas, o que é perfeitamente perceptível no território de Pernambuco. Segundo Roberto Smith,

Tanto a presença da escravidão, quanto a dos aldeamentos indígenas submetidos a tutela do Diretório, impedem a admissão das médias de habitantes por fogo como indicadores de tamanho médio da família. As

¹⁴⁶ ANDRADE, Manuel Correa de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 103. Ver também DINIZ, Nathália Maria Monteiro. **Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas ribeiras do norte**. 307f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

¹⁴⁷ PALACIOS, Guillermo. Agricultura camponesa e *plantations* escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 48-50.

práticas sociais então vigentes afetam as inferências a respeito do tamanho das famílias.¹⁴⁸

TABELA 3 - RELAÇÃO DE HABITANTES POR FOGOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E SUAS ANEXAS, 1762-1782.

Capitanias	1762-1763	1763-1767	1774	1763-1775	1775	1777	1782
	f-1	f-2	f-2	f-3	f-2	f-4	f-5
Pernambuco	5,39	-	5,69	5,66	-	-	-
Paraíba	4,66	-	4,25	4,82	-	-	-
Rio Grande	4,18	-	-	5,22	5,95	-	-
Ceará	4,04	4,06	-	4,29	-	-	-
Relação média	4,86	-	-	5,27	-	-	-

f1 – Mapa do governador Luís Diogo Lobo da Silva (1762-1763)

f2 – Relatório do governador Antônio de Souza Manuel de Meneses (1767)

f3 – Relatório do Bispo Dom Thomás (1777)

f4 – Mapa de 30 de setembro de 1777, relativo a 1776

f5 – Relatório do governador José César de Menezes, relação de 1782

Grifo meu

FONTE: SMITH, 2002. p. 13.

Na relação de habitantes por fogo destaca-se o território de Pernambuco; o Rio Grande do Norte se mantém na média com as capitanias vizinhas, destacando-se somente no período de 1763-1775, pelos motivos apontados acima.

A partir deste ponto, aproximarei as observações especificamente da figuração da Capitania do Rio Grande do Norte, para o período de 1776 a 1778. A Tabela 4 detalha elementos estruturais importantes da capitania anexa, que eram de sumo interesse para as autoridades coloniais sediadas em Pernambuco e para as autoridades metropolitanas em Lisboa. Os elementos apresentados são: as ribeiras,¹⁴⁹ cidades, vilas, fazendas, capelas, fogos, freguesias e dízimos pagos.

TABELA 4 - CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 1776-1778

Ribeiras	Cidades	Vilas	Fazendas	Capelas	Fogos	Freguesias	Dízimos
Norte	1	1	28	6	1.358	A	1:094\$000
Assú	-	-	96	3	571	B	5:255\$000
Apodi	-	1	54	5	421	C	4:312\$000
Seridó	-	-	70	7	200	D	2:716\$520
Sul	-	3	35	4	1.190	E	1:747\$000

IDEIA da população da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas ...

A – Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (Natal), freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel.

B – Freguesia de São João Batista.

C – Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Paus dos Ferros, freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São João Batista.

D – Freguesia de Santa Ana do Caicó.

E – Freguesia de São José, freguesia de Arés, freguesia da Vila de Flor e freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha

¹⁴⁸ SMITH, Roberto. *op. cit.*, 2002. p. 13.

¹⁴⁹ Segundo Bluteau, *ribeira* seria uma terra baixa, próxima ao rio. BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português & Latino**. v. 1. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 328-329. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/Ribeira> > Acesso em: 20 set. 2015.

FONTE: DINIZ, 2013. p. 81.

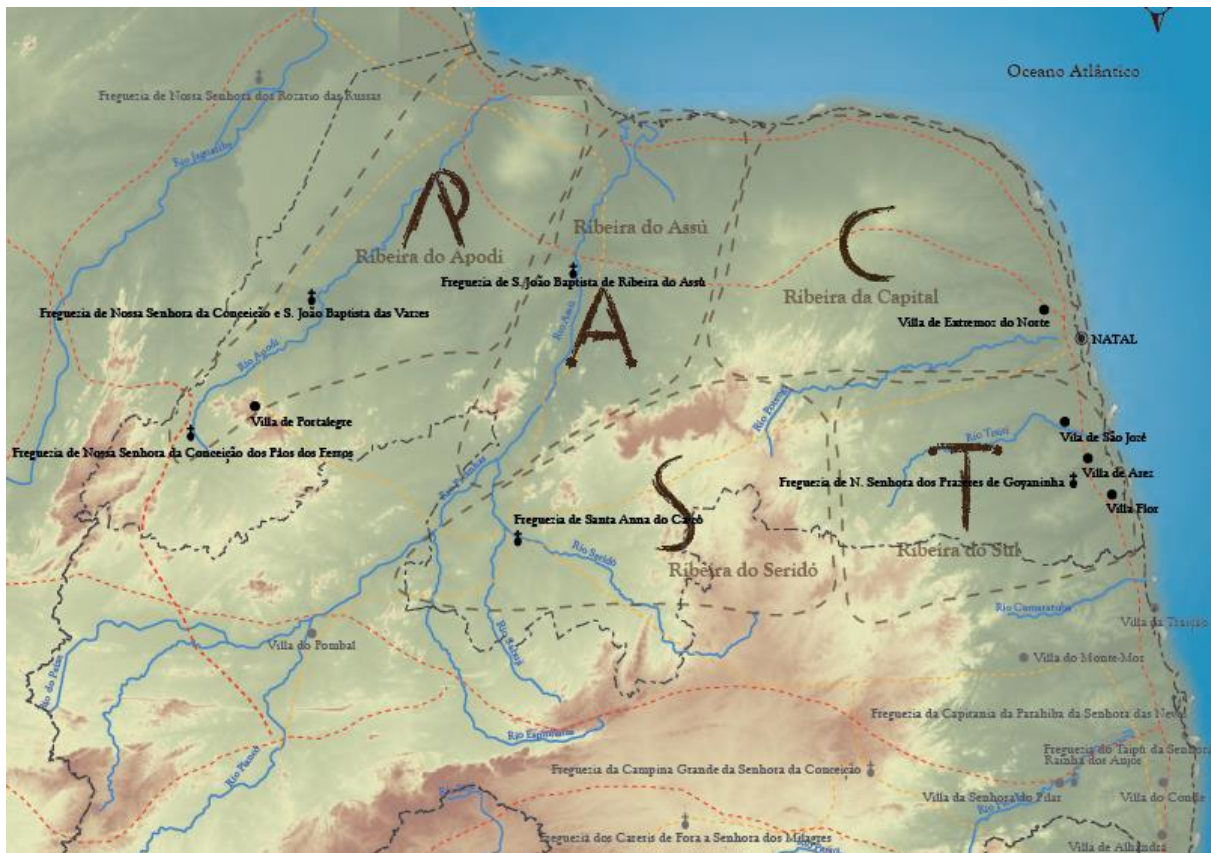
A Capitania do Rio Grande do Norte entre os anos de 1776 e 1778 estava dividida em cinco grandes ribeiras (ribeira do norte, ribeira do Assú, ribeira do Apodi, ribeira do Seridó e ribeira do sul). Naquela unidade administrativa, para o final da década de setenta do século XVIII, existia apenas uma cidade; ressalte-se que, no contexto mais amplo da Capitania de Pernambuco e suas anexas, existiam unicamente duas cidades: Olinda, cabeça do governo e sede do bispado, e Natal, que foi fundada com o título de cidade.¹⁵⁰ Compondo o espaço do Rio Grande do Norte havia ainda 5 vilas, 283 fazendas, 25 capelas, 3.740 fogos, 10 freguesias e um dízimo contabilizado de 15:124\$520 (quinze contos, cento e vinte quatro mil e quinhentos e vinte réis).

No mapa a seguir pode-se observar parte do que foi exposto na Tabela 4, além da disposição dos rios, tão importantes em todo o processo de colonização, os caminhos de gado que conectavam as figurações do sertão ao litoral, os caminhos até o brejo (região intermediária da Paraíba que separava o litoral dos sertões, espaço onde se comercializava o gado), as vilas e freguesias vizinhas à Capitania do Rio Grande do Norte, como também os signos de cada ribeira, que eram gravados nos animais com a função de identificar o gado de cada região.

A ribeira norte é onde se localiza a freguesia da Cidade do Natal, sendo o espaço mais antigo de colonização da capitania, ocupando parte do litoral. Esta ribeira dispunha da menor quantidade de fazendas (28), porém tinha a maior quantidade de fogos (1.358); tinha também o segundo maior número de capelas (6), só ficando atrás da ribeira do Seridó, com sete estabelecimentos de assistência religiosa, o que resultou no menor dízimo da capitania naquele período (1:094\$000). Já a ribeira sul, no litoral meridional, apresentava uma quantidade um pouco maior de fazendas (35), sendo a segunda em quantidade de fogos (1.190) e apresentando um valor também pequeno de dízimo (1:747\$000).

¹⁵⁰ Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. **ANNAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**, publicados sob a administração do Diretor Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908. p. 422.

IMAGEM 2 - CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE E ESPAÇOS VIZINHOS



LEGENDA

- | | | |
|--|----------------------------------|-------------------------------|
| † Freguesia da Capitania do Rio Grande | ~ Drenagem | ∧ Ferro da Ribeira do Apodi |
| † Freguesia das Capitânicas vizinhas | ○ Abrangência da ribeira | T Ferro da Ribeira do Sul |
| ● Vila da Capitania do Rio Grande | - - - Caminhos do gado | A Ferro da Ribeira do Assú |
| ● Vila das Capitânicas vizinhas | - - - Caminhos para o brejo | S Ferro da Ribeira do Seridó |
| ● Cidade | - - - Limites atuais dos estados | C Ferro da Ribeira da Capital |
| ■ 800 m | | |
| ■ 0 m | | |

FONTE: DINIZ, 2013. p. 82.

As ribeiras do Assú, Apodi e do Seridó demonstram a importância da Capitania do Rio Grande do Norte na criação de gado. Juntas, as três ribeiras dos sertões compunham um conjunto de 220 fazendas, destacando-se a ribeira do Assú, com 96 fazendas e apenas três capelas, e ainda assim produzindo o maior dízimo da capitania (5:255\$000) entre os anos de 1776 e 1778, sendo ela uma região produtora de carne seca e courama.¹⁵¹

¹⁵¹ IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.ª &.ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitânicas o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO** [...]. p. 11.

A Tabela 4 não contemplou a produção de açúcar e derivados da cana. No entanto, a Capitania do Rio Grande do Norte tinha em seu litoral, no final da década de setenta do século XVIII, cinco engenhocas próximas à Cidade do Natal que produziam açúcar; já na ribeira sul existiam 33 engenhocas produtoras de mel e rapadura, além de 3 engenhos reais.¹⁵² Ainda assim, eram ribeiras menos rentáveis à Coroa; nem de longe o pequeno Rio Grande do Norte poderia ser considerado um produtor de ouro doce como as Capitanias da Paraíba e Pernambuco.

A Tabela 5, elaborada com base em uma carta do Bispo de Olinda, de 1777, revela outros aspectos da figuração específica da Capitania do Rio Grande do Norte, repetindo elementos arrolados pelas autoridades civis e militares, mas trazendo novas informações, como: número de pessoas em desobriga, número de sacerdotes e as distâncias das freguesias em relação à sede do bispado.

TABELA 5 - CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 1777

	Natal	Assú	Apodi	Pau dos Ferros	Goianinha	Arês	São José	Extremoz	Portalegre	Santa Ana do Seridó
Pessoas em desobriga	2.190	2.020	300	2.011	2.122	3.020	580	1.721	250	2.699
Fogos	417	423	241	546	459	439	311	666	133	533
Sacerdotes	2	2	1	1	1	0	1	-	-	2
Capelas	8	2	2	2	3	1	1	-	-	7
Léguas	34	90	45	39	39	3	32	3	4	70

CARTA do Bispo de Pernambuco, D. Tomás [da Encarnação Costa e Lima], ao rei [D. José I], remetendo uma relação de todas as freguesias ...

FONTE: MACÊDO, 2011. p. 247.

É necessário ressaltar que a Tabela 5 quantifica elementos de figurações sociais menores que as ribeiras; alguns números são contraditórios em relação à Tabela 6, revelando a fragilidade dos trabalhos de recenseamento na segunda metade do século XVIII. Naquele momento, a capitania tinha uma população geral de 23.812 moradores;¹⁵³ segundo a Tabela 5, havia no ano de 1777 um contingente de 16.913 habitantes em desobriga e uma minúscula quantidade de padres, apenas dez, para toda a Capitania. Existiam figurações totalmente sem assistência religiosa, como a vila de Extremoz, no litoral, e a vila de Portalegre, nos sertões.

¹⁵² Ibid., p. 10-15.

¹⁵³ Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. **ANNAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**, publicados sob a administração do Diretor Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1908. p. 107-108.

As contradições numéricas são evidentes nos números de fogos de algumas figurações, na quantidade das capelas e, sobretudo, nas distâncias entre as figurações e a sede do Bispado. Segundo o documento do Bispo Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima, Natal estava a 34 léguas de Olinda, mas segundo o relatório elaborado no governo do Capitão-general José César de Menezes, a distância era de 70 léguas.¹⁵⁴ Analisando o mapa anterior, não é necessário um grande esforço para perceber que as distâncias entre Olinda e as vilas de Estremoz e Arês estão erradas, mais uma vez validando o que já é consensual entre os historiadores: o fato de que os trabalhos de recenseamento no século XVIII eram marcados por erros, lacunas e contradições.

A Tabela 6 agrega várias das figurações específicas da Capitania, inclusive as presentes na Tabela 5. Dessa maneira, temos um quadro amplo das ocupações dos indivíduos que viviam na Capitania nos primeiros anos do século XIX.

TABELA 6 - EMPREGOS MILITARES E CIVIS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE, 1805.

	Natal, São José e Extremoz	Arês e Vila Flor	Portalegre, Apodi e Pau dos Ferros	Vila da Princesa	Vila do Príncipe
Corpo militar	2.175	335	325	1.086	450
Magistratura	43	3	18	15	12
Clero secular	12	6	16	-	4
Agricultores	351	208	1.147	-	150
Negociantes	78	11	42	-	4
[ilegível] que vivem das rendas	7	-	-	-	-
Oficiais mecânicos	-	-	46	-	-
Artistas	12	12	-	-	1
Homens do mar	58	-	-	-	-
Jornaleiros	128	47	182	-	13
Vaqueiros	85	42	134	-	110
Pescadores	-	16	-	-	-
Escravos	1.033	172	932	-	236
Escravas	1.081	29	888	-	216
Vadios e Mendigos	57	6	36	-	8

AHU_RN, Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47 – 31 de dezembro de 1806, Natal – CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte...

FONTE: MACÊDO, 2013. p. 164-165.

Ao analisar a tabela acima, é possível destacar que os grupamentos militares da Capitania estavam concentrados em duas ribeiras. Na ribeira norte (Natal, vila de

¹⁵⁴ Ibid., p. 429.

Extremoz e vila de São José) havia 2.175 homens; neste espaço estava localizada a barra do Rio Grande, e nela, a Fortaleza dos Reis Magos, ponto de defesa do litoral norte da América portuguesa. A outra concentração de homens de armas era na ribeira do Assú (vila da Princesa), região em que, na segunda metade do século XVII e início do XVIII, travaram-se inúmeros conflitos entre portugueses, luso-americanos e grupos indígenas pela posse das terras, sendo perfeitamente explicável a presença expressiva de militares naqueles sertões.

A figuração que compõe a ribeira do norte expressa seu baixo potencial de criação de gado em sua quantidade de vaqueiros, apenas 85. Segundo o historiador Muirakytan Kennedy de Macêdo, vaqueiros seriam

[...] todos aqueles que, possuindo terras e gado, trabalhariam com estes meios de produção. Seriam também os indivíduos que, mesmo sem possuir terras, criavam seu gado em estabelecimentos rurais.¹⁵⁵

À medida que se avança para o sertão, o contingente de vaqueiros aumenta, somando um total de 244 para as figurações de Portalegre, Apodi, Pau dos Ferros e vila do Príncipe - esta última, sede da ribeira do Seridó. É perceptível o aumento do clero em toda a Capitania: se eram 10 sacerdotes em 1777, naquele ano de 1805 os homens de batina eram 38. O aumento do número de padres poderia estar associado diretamente ao crescimento da população entre o final do século XVIII e início do XIX; entre 1774 e 1786 estimava-se que a Capitania tinha 23.812 habitantes, passando para 49.250 moradores em 1805.¹⁵⁶

Apesar da Capitania do Rio Grande do Norte não figurar entre os grandes produtores de açúcar, o litoral, com suas engenhocas e três engenhos, concentrou a maior parte da mão-de-obra escrava - um plantel de 2.315 cativos, entre homens e mulheres, sendo o contingente escravo total arrolado em 1805 de 4.587 indivíduos.

¹⁵⁵ MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. As gentes dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 165.

¹⁵⁶ AHU – Rio Grande do Norte, Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47 – CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias de ordenanças. Anexos: 2ª via; provisão (cópia); “mapa da população da capitania do Rio Grande do Norte, com declaração dos seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias, tanto brancos como índios, até 31 de dezembro de 1805”; “relação dos distritos, que necessitam novas companhias de ordenanças na capitania do Rio Grande do Norte, com declaração das vilas a que pertencem”. Natal, 31 de dezembro de 1806.

São notáveis duas contradições existentes nos mapas populacionais elaborados pelas autoridades da Coroa e pelo clero. Inicialmente, fica nítido que em Natal, no princípio do século XIX, não existiam pescadores. Como uma cidade banhada pelo Atlântico não tinha indivíduos dedicados à pesca? Frisa-se que, aos 23 de janeiro de 1802, o Senado da Câmara notificou os moradores da ribeira da Cidade do Natal para que não revendessem peixe comprado aos pescadores, como era costume.¹⁵⁷ Então, quem seriam os 58 homens do mar arrolados na Tabela 6? A segunda contradição diz respeito à ausência de vaqueiros na vila da Princesa (ribeira do Assú), região que comportava 96 fazendas na segunda metade do século XVIII, além de oficinas produtoras de carne seca e couro.

Agora, antes de discutir o processo de transformação da freguesia da Cidade do Natal, apresentarei a configuração da população nativa naquelas figurações específicas. A Tabela 7 nos apresenta os contingentes populacionais das vilas indígenas.

TABELA 7 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO RIO GRANDE DO NORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

Ano / vilas	São José	Estremoz	Arês	Vila Flor	Portalegre	Não-vilados	Total
1760	-	1.429	949	-	-	-	-
1762	1.272	-	-	1.452	-	-	-
1763	1.235	1.438	954	1.452	1.805	-	6.884
1777	3.550	2.503	1.731	849	765	-	9.398
1786	2.980	2.000	1.350	425	691	-	7.446
1805	913	1.886	755	378	400	708	4.332
1811	311	1.291	766	-	-	-	-

FONTE: LOPES, 2005. p. 436.

Percebe-se que na transição do século XVIII para o XIX a população indígena, fosse ela composta por nativos de língua geral do litoral ou de língua travada do sertão, sofreu um progressivo decréscimo. Pode-se destacar na tabela acima a Vila Flor, no litoral, onde em 1763 existiam 1.452 indígenas, passando a um contingente de 378 indivíduos em 1805. Nos sertões também não foi diferente: na vila de Portalegre, no mesmo ano, contavam-se 1.805 moradores indígenas; ao final do período, a população nativa estava reduzida a 400 moradores.

¹⁵⁷ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1793-1803, f. 205-205v.

A maior parte das vilas de índios estava localizada na faixa litorânea, relativamente próximas a Natal. Para Lopes, o aumento da população indígena nas vilas de São José, Extremoz e Arêz, em 1777, estava possivelmente associado às ações positivas do *Diretório dos Índios*, de caráter passageiro, relacionado a uma maior produção agrícola.

Na Tabela 8 pode-se analisar a diferença numérica que havia no ano de 1805 entre a população indígena e a não-indígena nas vilas do Rio Grande do Norte.

TABELA 8 - PROPORÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO ÍNDIA E NÃO-ÍNDIA, 1805

Pop./vila	São José	Extremoz	Arêz	Vila Flor	Portalegre
Índia	913 (18%)	1.886 (30%)	755 (44%)	378 (15%)	400 (39%)
Não-índia	4.167 (82%)	4.400 (70%)	973 (56%)	2.105 (85%)	617 (61%)
Total	5.080	6.286	1.728	2.483	1.017

FONTE: LOPES, 2005. p. 438.

Em 1805, as vilas de índios eram indígenas apenas na nomenclatura administrativa. O decréscimo da população nativa era uma realidade em toda a Capitania, inversamente proporcional ao crescimento de um contingente populacional não-índio. A evasão indígena das vilas poderia estar relacionada ao esgotamento dos solos e às muitas estiagens que marcaram as últimas décadas do século XVIII, destacando-se também a integração forçosa da população indígena ao contingente populacional não-índio. O aumento do número de moradores não-índios pode ser explicado a partir da facilidade que existia para se obter terras.¹⁵⁸

Na primeira metade do século XIX o decréscimo continuou e a população nativa tornou-se cada vez mais diminuta, como pode-se verificar na Tabela 9.

TABELA 9 - PROPORÇÃO ENTRE AS POPULAÇÕES INDÍGENAS E NÃO-INDÍGENAS DO RIO GRANDE DO NORTE, 1777-1844

Ano	Total de hab. no RN	Total de índios	% índios	Total não-índios	% de não-índios
1777	25.196	9.398	37,2	15.798	62,7
1805	49.250	5.040	10,2	44.210	89,7
1811	48.185	3.813	7,2	44.372	92,1
1844	149.072	6.785	4,6	142.287	95,4

¹⁵⁸ LOPES, Fátima Martins. **op.cit.**, 2005. p. 436-437.

Fonte: LOPES, 2005. p. 437.

Salienta-se que foi neste contexto de diminuição do contingente indígena na Capitania, do aumento da população não-índia nas vilas, da pequena produtividade açucareira no sul e da pecuária que conectava o litoral ao sertão que se desenvolveu a figuração específica da freguesia da Cidade do Natal.

1.4 A freguesia da Cidade do Natal

A jurisdição eclesiástica do Natal foi criada em 1601,¹⁵⁹ surgindo quase concomitantemente à cidade; teve por orago Nossa Senhora da Apresentação e passou a ser subordinada ao Bispado de Pernambuco em 15 de julho de 1614, quando de sua criação, tornando-se independente da sé da Bahia.¹⁶⁰ Porém, em fevereiro de 1623, a freguesia voltou a ser submetida ao Bispado da Bahia, quando, por ordem papal, a prelazia de Pernambuco passou à condição de sufragânea do bispo da Bahia.

Aos 16 de novembro de 1676, por via da Bula *Ad Sacram Beati Petri*, do Papa Inocêncio IX, foi a diocese de Olinda tornada independente de Salvador,¹⁶¹ sendo o primeiro Bispo de Pernambuco naquele ano Dom Estevam Brioso de Figueiredo.¹⁶² Mais uma vez, as terras de Nossa Senhora da Apresentação e seus respectivos moradores retornaram para o domínio eclesiástico de Olinda.

¹⁵⁹ MEDEIROS, Tarcísio. **op. cit.**, 1973. p. 38. Ver também MARINHO, Francisco Fernandes. **op. cit.**, 2006. p. 28.

¹⁶⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992. p. 18.

¹⁶¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1984. p. 18. Ver também BARATA, José do Carmo. **História Ecclesiástica de Pernambuco**. Recife: Imprensa Industrial, 1922. p. 22-45.

¹⁶² “[...] Dom Estevam Brioso de Figueiredo, nascido em Évora, no ano de 1630, filho legítimo de Manoel Martins e Catarina de Figueiredo. Estudou em sua terra natal, no Colégio da Purificação e, depois, na Universidade de Coimbra, onde foi laureado em ambos os Direitos (*Utriusque Iuris* ou *in Utroque Iure*), no dia 04 de junho de 1654. Recebeu o Presbiterato das mãos de Dom Francisco de Soutomaior, bispo titular de Targa e Deão da Capela Real, 15 de junho de 1658. Exerceu o cargo de Desembargador Eclesiástico de Lisboa, pároco da igreja de São João, em Beja, e Vigário Geral do Distrito e de Lisboa. Indicado pelo Regente de Portugal Dom Pedro [...]”. A posse do Bispado de Pernambuco foi realizada em Lisboa em maio de 1677; em abril de 1678 Dom Estevam chegou a Olinda. Voltou a Lisboa por questões de saúde em 1683; Dom Pedro II o indicou para a Diocese de Funchal, onde faleceu em 1689, sendo sepultado no Seminário de São Patrício dos Jesuítas. MARINHO, Francisco Fernandes. **op. cit.**, 2006. p. 15-16.

Acredita-se que a igreja matriz da freguesia da Cidade do Natal no século XVIII apresentasse as seguintes divisões internas: altar-mor, nave e altares colaterais, pois tal traçado das dependências do templo era um padrão para a cristandade ocidental.¹⁶³ A pobreza marcou as origens da matriz: a igreja, em seus primórdios, não passava de uma igreja feita de taipa, com somente uma entrada, sem sino nem aparato. Cascudo afirma ainda que, quinze anos após a fundação da igreja, em 1614, como já foi observado anteriormente, esta ainda não possuía porta.¹⁶⁴

Nestor dos Santos Lima também apontou uma origem modesta para a igreja matriz: “[...] do mesmo modo que as moradias do lugar, a igreja ou a capela tinha ligeira construção de barro e diminutas proporções: era apenas um ensaio de templo”.¹⁶⁵ Todos estes adjetivos atribuídos à primeira igreja da Cidade do Natal são perfeitamente compreensíveis, quando considera-se o lento e difícil processo de colonização da Capitania do Rio Grande do Norte, como foi discutido anteriormente. Ainda em seus estudos sobre a igreja matriz, Lima propõe uma cronologia dividida em quatro momentos para a história do prédio.

O 1º período – a idade antiga – mostra a matriz, da fundação até 1654, aproximadamente quando a destruíram os holandeses; no 2º período, de então a 1672; o 3º período, de 1672 a 1694, quando se construiu o edifício atual e o 4º período – a idade contemporânea as modificações que tem experimentado, inclusive a torre [...]¹⁶⁶

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi um espelho dos aspectos materiais e econômicos da Cidade do Natal até a segunda metade do século XIX, pois a torre mencionada na citação acima foi obra sugerida pelo Governo provincial em 1860.¹⁶⁷

A freguesia da Cidade do Natal correspondeu, como tantas outras freguesias durante o período colonial, a uma área de assistência religiosa onde havia igrejas, capelas e padres, comportando grandes espaços onde a população vivia dispersa

¹⁶³ JOHNSON JÚNIOR, Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. p. 5-6. Disponível em: <<http://people.virginia.edu/~hbj8n/modelo.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2012.

¹⁶⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1999. p. 99.

¹⁶⁵ LIMA, Nestor dos Santos. **A matriz de Natal**. Natal: Atelier Typographico M. Victorino e C., 1915. p. 17.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 16.

¹⁶⁷ RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Doutor José de Oliveira Junqueira abriu a Sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande em 1860. Pernambuco, Typ. de M. F. de Faria, 1860. p. 11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/849/000010.html>> Acesso em: 05 set. 2013.

em diferentes fazendas, mesmo existindo pequenos povoados.¹⁶⁸ A área de assistência religiosa da cidade estendia-se por toda a Capitania,¹⁶⁹ só sendo dividida na primeira metade do século XVIII com a criação de outras freguesias, como a do Açú, a de Goianinha e a de Caicó.¹⁷⁰

A partir da década de 1760 a freguesia sofreu alterações de duas ordens: no seu espaço geográfico e na redistribuição de seus ambientes de adoração, capelas e igrejas. No que diz respeito à modificação territorial, esta se relaciona à política do Estado português durante o reinado de Dom José I. Tal política foi dirigida pelo maior representante do despotismo esclarecido em Portugal, o Marquês de Pombal, que, influenciado pelas idéias do Iluminismo, configurou uma administração de caráter civil em todos os níveis.¹⁷¹

Por exemplo, a criação do Diretório dos Índios, em 1758, substituiu a administração religiosa dos aldeamentos pela civil.¹⁷² Com essa determinação do governo pombalino, os aldeamentos foram transformados em vilas, originando assim as primeiras vilas na região do Rio Grande do Norte.¹⁷³

O poder civil foi se consolidando a partir de outras decisões, como a expulsão dos clérigos da Companhia de Jesus do Reino e de seus domínios de além-mar (determinação expressa por carta régia de 3 de setembro de 1759),¹⁷⁴ antecedida da ordem de estabelecimento de novas vigararias em Pernambuco e Capitanias anexas (Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1758, reafirmada por ofício régio de 5 de agosto de 1764.¹⁷⁵

Todas essas iniciativas tomadas pelo governo de Pombal transformaram as dimensões da freguesia da Cidade do Natal, pois, em 3 de maio de 1760, surgiu a vila nova de Estremoz do Norte e, concomitantemente, foi instalada a freguesia de

¹⁶⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. **op. cit.**, 2000. p. 93.

¹⁶⁹ COSTA, Renata Assunção da. Dinâmicas populacionais: um estudo sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). **II Encontros Coloniais**. Natal: UFRN / Lehs (Laboratório Experimental em História Social), 2014. p. 9.

¹⁷⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1984. p. 113-114. Ver também MARINHO, Francisco Fernandes. **op. cit.**, 2006. p. 57; MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Colonos portugueses e luso-brasílicos na formação de agrupamentos familiares na Freguesia do Seridó (1788-1811). **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 29, p. 1-25, 2011. p. 3.

¹⁷¹ Cf. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Ver também NEVES, Guilherme Pereira das. Marquês de Pombal. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 377.

¹⁷² BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Pombal, Marquês de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 647.

¹⁷³ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 114.

¹⁷⁴ MAXWELL, Kenneth. **op. cit.**, p. 92.

¹⁷⁵ LOPES, Fátima Martins. **op. cit.**, 2003. p. 278.

São Miguel, localizada na região do Ceará-Mirim. Em 22 de fevereiro de 1762 surgiu a vila de São José do Rio Grande¹⁷⁶ e, com ela, a freguesia de Nossa Senhora do Ó e Santana do Mipibu.¹⁷⁷

Neste processo, diversas capelas se desligaram da administração da igreja matriz: a capela de Nossa Senhora dos Prazeres do Guajirú e do Senhor São Miguel, da antiga Missão do Guajirú, que agora ocupavam o espaço religioso da recém-criada freguesia de Estremoz, assim como as capelas de Nossa Senhora do Ó, da antiga Missão do Mipibu, e a de Nossa Senhora de Santana, as quais passaram a compor a jurisdição da também recém-instalada freguesia da vila de São José do Rio Grande.

Outras vilas e freguesias surgiram na Capitania do Rio Grande do Norte, contribuindo para a redução da jurisdição do Senado da Câmara da Cidade do Natal e, sobretudo, da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Aos 15 de junho de 1760 foi criada a vila de Arês e, com ela, a freguesia de São João Batista. Em terras mais distantes da Câmara de Natal e da matriz, foi criada a vila de Portalegre, no sertão da Capitania, em 1761. Por fim, houve a criação da Vila Flor, em 10 de outubro de 1762.¹⁷⁸

Com a formação das novas vilas de índios e zonas de assistência religiosa, o raio de atuação da freguesia da Cidade do Natal diminuiu, passando a sua jurisdição a corresponder ao seguinte conjunto: a igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Jundiá; Nossa Senhora dos Remédios de Cajupiranga; Nossa Senhora do Socorro de Utinga; Nossa Senhora de Santa Ana do engenho de Ferreiro Torto; Nossa Senhora de Soledade da Aldeia Velha; da fortaleza dos Santos Reis Magos da barra do Rio Grande; do Senhor São Gonçalo do Potengi e do Senhor Santo Antônio do Potengi.

Nessa nova dimensão tomada pela freguesia, a sociedade local viu surgirem novos ambientes de devoção. Um deles foi a igreja de Santo Antônio, também conhecida por outras denominações como igreja de Santo Antônio dos Militares e de

¹⁷⁶ Segundo Cascudo, o nome da vila representou uma tríplice homenagem, ao santo, ao Rei e ao Príncipe neto, filho da Princesa Dona Maria. CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1984. p. 112.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 111-114.

¹⁷⁸ LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade**: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII. 699f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. p. 102-160.

Santo Antônio dos Soldados, que exerceu por várias vezes a função de matriz, em razão de reformas realizadas na igreja de Nossa Senhora da Apresentação.

Surgiu também a capela do Senhor Bom Jesus das Dores, localizada na ribeira da cidade. Estes dois espaços sagrados estão registrados na documentação da segunda metade do século XVIII.¹⁷⁹ Cascudo afirma que a capela da Ribeira foi o último ambiente de devoção erigido na cidade durante o século XVIII,¹⁸⁰ criada para dar assistência espiritual aos colonos que, estabelecendo-se em sítios,¹⁸¹ passaram a viver na periferia da freguesia.

É necessário mencionar que alguns homens daquela figuração se agruparam em Irmandades; estas tinham responsabilidades com as festas específicas dos seus santos de devoção, sobretudo cuidando para que os integrantes da confraria gozassem de uma boa morte e fossem sepultados dignamente. Na jurisdição eclesiástica analisada tem-se conhecimento de três irmandades: a Irmandade do Santíssimo Sacramento,¹⁸² a Irmandade de N^a Sr^a do Rosário¹⁸³ e a Irmandade dos Passos.¹⁸⁴

A partir de agora, estabeleceremos nosso foco de observação sobre o principal núcleo de povoamento da freguesia, a Cidade do Natal; como já mencionado, normalmente uma freguesia floresce paralelamente a uma cidade; neste caso, ao contrário, a freguesia nasceu grande, dominando toda a Capitania do Rio Grande do Norte, enquanto o núcleo de povoamento surgiu minúsculo e permaneceu sem expressividade de 1599 até as primeiras décadas do século XIX.¹⁸⁵

¹⁷⁹ Documentos de Batismo e Óbito da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Capitania do Rio Grande do Norte (ARQUIVO DO IHG/RN).

¹⁸⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **op. cit.**, 1999. p. 104.

¹⁸¹ “O uso do termo (sítio) foi comum no período colonial para descrever genericamente uma propriedade rural. [...] De uma maneira geral, a documentação indica uma total falta de precisão na terminologia de identificação da propriedade rural, que era usada sem critérios, sem qualquer relação com a dimensão, a localização e tipo de exploração agrícola. Assim, sítio, fazenda, terreno, posse de terras, uma sorte de terras, são palavras e expressões que podiam ser usadas indistintamente em referência à mesma terra”. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Sítio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 766-767.

¹⁸² MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. **op. cit.**, 2000. p. 10

¹⁸³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991. p. 39.

¹⁸⁴ PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista**. 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008. p. 42.

¹⁸⁵ Vejam-se as impressões de um Presidente da Província do Rio Grande do Norte, em 1837, sobre a cidade: “[...] quanto à capital, apesar de sua bela localidade, e das vantagens que lhe oferece a natureza, ela não possui ainda nem aqueles mesmos reparos, e cômodos de uma vila na Europa, e

Em 1730, Sebastião da Rocha Pitta apresentou uma descrição da Cidade do Natal:

[...] de mediana grandeza, e habitação, com matriz suntuosa e boas igrejas. Está fundada meia légua distante do seu porto, capaz de todo o gênero de embarcações, em cuja entrada tem a fortaleza dos Santos Reis das mais capazes do Brasil em sítio, firmeza, regularidade e artilharia, edificada sobre uma penha de grandeza desmedida com quatro torreões. Há na cidade capitão-mor que a governa, sargento-mor e outros cabos, com bom presídio: abunda de todos os mantimentos necessários para o sustento de um povo maior que o de que ela consta, pois não passa de quinhentos vizinhos.¹⁸⁶

A imagem construída por Rocha Pitta para a sede da Capitania do Rio Grande do Norte é sem dúvida um tanto romanceada: em nada a cidade era tão capaz, a igreja matriz nunca foi suntuosa, passando por reparos por todo o século XVIII, enquanto suas capelas anexas não passavam de igrejas rurais.¹⁸⁷ No tocante à fortaleza, sua posição geográfica está correta, porém o seu abandono pelas autoridades, a ausência de efetivos e a falta de munição para a artilharia foram uma constante até os primeiros anos do século XIX.¹⁸⁸

Apesar de não haver investigações sobre a produção de alimentos na primeira parte do século XVIII na Cidade do Natal, não se pode acreditar que houve abundância deles; sabe-se que na segunda metade do século XVIII a população padecia pela falta de gêneros alimentícios, até porque a Capitania foi marcada por duas grandes estiagens nas décadas de 1770 e 1790¹⁸⁹.

mesmo de muitas do império. A ausência total de edifícios, para receber as Estações Públicas, o miserável estado das ruas, que além de descalçadas, são entulhadas de area solta, que embaraça, e retarda o transito, a carência absoluta de fontes; a negligente falta de iluminação; de cais; de uma casa de prisão; de um hospital, e de muitas outras coisas que constituem as regalias de uma cidade, são as sensíveis privações desta capital". FALA com que o Excelentíssimo Presidente da Província do Rio Grande do Norte, o Doutor Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, abriu a 3ª Sessão da Assembleia Legislativa da mesma Província em 7 de Setembro de 1837. Recife, Typ. de M. F. de Faria, 1837. p. 4. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/826/000004.html>> Acesso em: 12 maio 2012.

¹⁸⁶ PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. São Paulo: W. M Jackson, 1958. p. 75-76.

¹⁸⁷ Cf. AIMNSA / Primeiro Livro de Tombo, 1725-1890.

¹⁸⁸ AHU – RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Doc. 39 e 40 – CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] sobre as dificuldades de manutenção da guarnição da Fortaleza dos Reis Magos e a necessidade de se construir um quartel na fortaleza para as tropas. Natal, 20 de setembro de 1806.

¹⁸⁹ DIAS, Thiago Alves. **Carne, farinha e aguardente**: o Senado da Câmara de Natal e o abastecimento alimentício interno (1750-1808). 86f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. p. 54.

Outra descrição da cidade foi enviada pela Câmara em 1756 ao Ouvidor Geral na Paraíba, Domingos Monteiro da Rocha:

Em toda esta capitania acham-se cinco freguesias. A primeira de Nossa Senhora da Apresentação; nesta tem uma cidade chamada Natal, que terá de povoado quatrocentas braças de comprimento e de largo cinquenta, com cento e dezoito casas; no fim desta, no lugar chamado a Ribeira, há um rio de águas salgadas, a que chamam Rio Grande, e tem sua barra, donde há uma fortaleza da invocação dos Santos Reis, que nasce no mesmo mar, navegável, e entra pela terra a dentro quatro léguas.¹⁹⁰

A imagem da fortaleza é uma constante nos relatos, possivelmente para compensar a dimensão diminuta da cidade: 500 vizinhos em 1730, 118 casas em 1756. Em 1774, a elaboração de um mapa populacional para a Capitania de Pernambuco e suas anexas, por ordem da Coroa portuguesa, sob o governo do Capitão-general José Cesar de Meneses, apresenta descrição mais elaborada:

Ao pé desta Cidade corre um rio caudaloso, a que chamam rio grande, de que toma esta Capitania o nome, e faz barra junto a Fortaleza dela, que fica distante quase meia légua, em cinco graus, e cinquenta e seis minutos de longitude, onde a maior parte dos moradores, e sertão ficam além do rio; e para a parte do norte dela, em poucas distancias, está a Ribeira da mesma, onde é o porto das embarcações, e tem bastante moradores que tratam de pescarias: o orago da freguesia é Nossa Senhora da Apresentação vigararia Colada, e nela reside o Capitão-mor Governador e Provedor da Real Fazenda, e duas Companhias de Infantaria paga: tem seis léguas, de costa que principiam para a parte do Norte ao rio Guajiru que faz barra no mesmo rio grande, faz divisão com a Vila de Extremoz e para o sul confina com a vila de S. José da Ribeira do mesmo sul, no riacho Pitimbú, que deságua no rio Pirangi, onde divide a Ribeira do norte, com a dita do sul, e para o sertão confina com a Freguesia do Caicó da Ribeira do Seridó na fazenda de S. Pedro, onde também divide as ditas ribeiras como acima fica dito [...].¹⁹¹

Trinta e cinco anos depois desta descrição, em 1810, o viajante inglês Henry Koster¹⁹² demonstra em seus escritos o quão surpreso ficou ao chegar a Natal:

Cheguei às onze horas da manhã à cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a

¹⁹⁰ RELAÇÃO de toda a extensão desta Capitania do Rio Grande. AIHGRN, Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara da Cidade do Natal.

¹⁹¹ IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.ª &.ª desde o anno de 1774 [...] In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**, [...] p. 10.

¹⁹² Em 1810 já se fazia presente na colônia a Corte portuguesa, os portos estavam abertos às nações amigas e o fluxo de estrangeiros nos portos, principalmente de britânicos, era intenso.

desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse País, porque se lugares como esse são chamados cidades, como seriam as villas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade. O predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser no futuro.¹⁹³

O viajante fez outras observações estruturais quanto à cidade, que ele nem considerava como vila:

As construções foram feitas numa elevação a pequena distância do rio, formando a cidade propriamente dita, porque contém a Igreja matriz. Consiste numa praça cercada de residências, tendo apenas o pavimento térreo, as igrejas, que são três, o palácio, a câmara e a prisão. Três ruas desembocam nesta quadra, mas elas não possuem senão algumas casas de cada lado. A cidade não é calçada em parte alguma e anda-se sobre uma areia solta [...]. Esse lugar contará seiscentos ou setecentos habitantes.¹⁹⁴

O conjunto de igrejas apontado por Koster era composto pela igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a igreja de Santo Antônio e a igreja de Nossa Senhora do Rosário. A localidade não tinha sobrados e as ruas ainda eram de areia solta, em dias chuvosos se transformando em verdadeiros lamaçais.

Sobre a reduzida população expressa no texto, o historiador Paulo Possamai acredita que o inglês deve ter contado somente os homens brancos do local, ou mesmo desconsiderado a população que vivia em sítios e fazendas circunvizinhas.¹⁹⁵ Suponho que Koster não perguntou a ninguém, nem mesmo contou, mas, diante de tal povoado que mais lhe parecia uma aldeia, deve ter feito um “cálculo proporcional”.

Este provável “cálculo proporcional” feito pelo viajante para a Cidade do Natal em 1810 estava muito aquém dos números apresentados pelas autoridades coloniais para a mesma localidade em 1805.

¹⁹³ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. p. 109-110. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil/pagina/109/texto>> Acesso em: 24 abr. 2015. Ver também RICCI, Maria Lúcia Souza Rangel. Koster, Henry. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 470-471.

¹⁹⁴ Ibid., p. 110.

¹⁹⁵ POSSAMAI, Paulo César. Festas reais: celebrações da monarquia portuguesa na Natal setecentista. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRRN, 2013. p. 127.

TABELA 10 - POPULAÇÃO DA CIDADE DO NATAL (1805)

Moradores	Branços	Negros	Mulatos	Total
Homens	1.416	634	1.371	3.421
Mulheres	1.082	618	1.572	3.272
Total	2.498	1.252	2.943	6.693

FONTE: AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47. CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias de ordenanças. Anexos: 2ª via; provisão (cópia); “Mapa da população da capitania do Rio Grande do Norte, com declaração dos seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias, tanto brancos como índios, até 31 de dezembro de 1805”; “Relação dos distritos, que necessitam novas companhias de ordenanças na capitania do Rio Grande do Norte, com declaração das vilas a que pertencem”. Natal, 31 de dezembro de 1806.

6.693 indivíduos moravam em Natal no ano de 1805; mesmo que Koster tivesse posto os seus olhos apenas sobre as pessoas de pele branca do lugar, ele ainda teria errado na contagem. Sobre a população de escravos, não se tem uma informação específica para a localidade, porém o Termo da cidade¹⁹⁶ tinha um contingente escravo formado por 2.114 cativos, sendo a população geral do Termo formada por 15.289 pessoas, em uma capitania que abrigava em seu território um contingente populacional de 49.250 indivíduos, dentre eles 4.586 escravos. Com isso, percebe-se que 13,8% da população do Termo da cidade era formada por escravos, e que quase metade da mão-de-obra compulsória da Capitania estava concentrada naquele espaço do litoral, como foi apresentado no item anterior.¹⁹⁷

Em um contexto mais amplo, o Rio Grande do Norte passou por um processo de crescimento populacional na segunda metade do século XVIII, como outras partes da América portuguesa, pois entre 1774 e 1786 o contingente geral da Capitania era de 23.812 habitantes, sendo que a Cidade do Natal comportava 3.288 moradores¹⁹⁸; até a chegada de Henry Koster, o contingente demográfico praticamente dobrou. A partir de então a população da capitania só aumentou, pois

¹⁹⁶ O Termo da cidade correspondia a Natal, à vila de São José e à vila de Extremoz, sendo a população das vilas em números absolutos 4.169 e 4.427 pessoas, respectivamente.

¹⁹⁷ AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47 – CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte [...]

¹⁹⁸ IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.ª &.ª desde o anno de 1774 [...] In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO** [...], p. 107-108.

em 1819 a população atingiu o patamar de 70.921, sendo 61.812 livres e 9.109 escravos.¹⁹⁹

O aumento da população e da mão-de-obra escrava, reflexo de um melhoramento econômico do espaço da capitania, não levou à criação de uma Santa Casa da Misericórdia e de sua respectiva Roda dos expostos, como foi o caso de outras figurações da América ibérica. Porém, os recém-nascidos foram continuamente abandonados na freguesia da Cidade do Natal, já que onde havia portugueses, castelhanos ou quaisquer outros seguidores do credo católico, existia abandono de recém-nascidos; isto representava quase que um padrão de comportamento dos indivíduos do mundo católico ocidental.

Entre os anos de 1776 e 1786 o contingente de crianças na freguesia da Cidade do Natal com até sete anos completos foi arrolado em 893 pequenos indivíduos;²⁰⁰ nos primeiros anos do século XIX, em 1805, o número de crianças na jurisdição eclesiástica acompanhou o ritmo de crescimento da figuração, chegando mesmo a dobrar o contingente, contabilizado em 1.726 crianças brancas, negras e mulatas.²⁰¹

Verifica-se, assim, que a freguesia da Cidade do Natal, primeira jurisdição eclesiástica da Capitania do Rio Grande do Norte, transitou desde sua criação, em 1601, até a segunda metade do século XVIII, por inúmeras fragmentações territoriais que reduziram seu raio de assistência religiosa, diminuindo o contingente de fregueses e possibilitando a organização de uma figuração cada vez mais específica, onde os indivíduos passavam a estabelecer relações de interdependência mais diretas, sobretudo no tocante ao compadrio.

Foi possível identificar o crescimento por que passou a Capitania do Rio Grande do Norte, composta por inúmeras figurações sociais específicas que, reunidas, integravam uma figuração mais ampla, a Capitania de Pernambuco e suas

¹⁹⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento histórico da população brasileira até 1872**. p. 14. Disponível

em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/crescimento_historico_da_populacao.pdf> Acesso em: 20 dez 2014.

²⁰⁰ IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notáveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.ª &.ª desde o anno de 1774 [...] In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO** [...], p. 107.

²⁰¹ No mapa de população alguns números são impossíveis de serem lidos. AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47 – CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte [...].

anexas. Demonstrou-se, ainda, que as ações para a ocupação, dominação e formação da Capitania estavam conectadas a um processo mais amplo de colonização, que se estabeleceu na América portuguesa desde o princípio do século XVI.

2º CAPÍTULO

OS EXPOSTOS E O MUNDO DE ALÉM-MAR

2.1 Expostos e enjeitados na Península Ibérica

Para o dicionarista Raphael Bluteau, em 1712, a expressão *exposto* apresentava inúmeras variáveis; este termo, que foi por milhares de vezes grafado por padres em documentos eclesiásticos, principalmente nos registros de batismo, fosse em Portugal ou em qualquer outro ponto dos domínios de além-mar, significava: “corpos lançados fora do campo, expostos a vista de todos [...]”,²⁰² não fazendo referência direta a crianças recém-nascidas abandonadas, mas ao ato de enjeitar.

No entanto, no verbete *enjeitado* ele é direto; crianças de que não se conhecia a origem dos pais, fazendo uso do latim e demonstrando a antiguidade do fenômeno:

ENJEITADO. Recusado. Não admitido. *Rejectus, a, um. Cic.* Enjeitada criança. *Expositus puer. Plaut.* Usa o mesmo Autor do adjetivo *Projectitius, a, um*, quando diz *Captus amore hu, us, projectitia*. Namorado desta enjeitada, desta moça, de que se não sabe os parentes (grifo do autor).²⁰³

No verbete *enjeitamento*, Bluteau deixou claro que era o ato de abandonar uma criança: “[...] Pueri expositio, onis, Justin”.²⁰⁴ Salienta-se que a palavra *enjeitado* ou *enjeitada* foi pouco utilizada pelos párocos de freguesias, sendo corrente o registro do termo *exposto*, enquanto as autoridades eclesiásticas em seus textos faziam uso da expressão *enjeitado*.²⁰⁵

Antonio de Morais Silva, em 1789, já apresentava o verbete *exposto* como sinônimo de *enjeitado*: “[...] menino exposto [...]”,²⁰⁶ sendo muito mais analítico no

²⁰² BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino**. v. 3. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712. p. 395. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/exposto>> Acesso em: 28 jul. 2014.

²⁰³ Ibid., p. 116.

²⁰⁴ Ibid., p. 116.

²⁰⁵ CONSTITUIÇÕES Primeiras do Arcebispado da Bahia. Livro Primeiro, Título XV. § 60.

²⁰⁶ SILVA, Antonio de Morais. **Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**.

verbeta *enjeitar*: “[...] enjeitar a criança, o filho / enjeitar de filho / priva-lo dos direitos de filho / eu o enjeito de filho para todo sempre [...]”.²⁰⁷ Destaca-se que houve uma mudança ao longo do tempo e que a expressão *exposto* foi se impondo como categoria mais difundida socialmente para representar o fenômeno aqui considerado.

No dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, a expressão *exposto* apresenta-se bastante sintetizada em seu significado para indicar um recém-nascido rejeitado;²⁰⁸ somente no verbete *enjeitar* é que ele expressa: “[...] expor o filho, ou filha a quem crie [...]”.²⁰⁹ Pinto segue um padrão comum entre os dicionaristas da língua portuguesa do século XVIII e início do XIX quanto aos vocábulos *exposto* e *enjeitado*.

Por outro lado, nos verbetes elaborados por Francisco Solano Constancio, em seu *Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa*, publicado em 1836, o autor, tal como outros, enfatiza a expressão *enjeitado*; assim como Antonio de Moraes Silva, Constancio apresenta o termo *exposto* como sinônimo de *enjeitado*, conforme vê-se neste último verbete:²¹⁰

p.p sup. de enjeitar, e adj., que se não aceitou; que se abandonou; a que se renunciou. V. o verbo. *Criança enjeitada*, abandonada pelos pais, exposta. Os enjeitados, subst. a. pl., os expostos, as crianças abandonadas por seus pais ao nascer. Hospital dos enjeitados [...]. (grifo do autor).²¹¹

Diferentemente dos dicionaristas de língua portuguesa, que explicaram as palavras *exposto* e *enjeitado*, os dicionaristas da Real Academia Española, entre os anos de 1726 e 1739, apresentaram em sua obra a palavra *arrojar*, associada simplesmente ao ato de baixar as armas em atividades bélicas²¹²; no entanto, a

Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. t. 1, p. 801. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/2/exposto>> Acesso em: 28 jul. 2014.

²⁰⁷ Ibid., p. 697.

²⁰⁸ PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da província de Goyas**. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832. não paginado. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/3/exposto>> Acesso em: 28 jul. 2014.

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ CONSTANCIO, Francisco Solano. **Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portuguesa**. Paris: [s.n.], 1836. p. 541.

²¹¹ Ibid., p. 409.

²¹² DICCIONARIO de la Lengua Castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con los phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Dedicado – al Rey nuestro señor Don Phelipe V (que Diós guarde), a cuyas reales expensas se hace esta obra. Compuesto, por la Real Academia Española – que

expressão *echar* foi apresentada como sinônimo de *arrojar*,²¹³ seguida de múltiplas variações (ex. *echar a perros*).²¹⁴ Entre tantas variações, uma estava diretamente associada ao enjeitamento de recém-nascidos: *echar a la piedra*, que

Significa dar à criar ocultamente los hijos, por no poder sustentarlos, poniendolos en las casas à este fin destinadas, que en la Corte llaman la inclusa, y en otras partes Casa de niños expósitos, o con otros títulos: y porque para expornerlos y entregarlos ocultamente estaba colocada una piedra en forma de cuna, o camilla, por esta razón se introduce esta phrase, que por ampliación vale echarle de casa, y no conocerle por hijo. Lat. *Ad expositorum januam infantem projicere*. MONTES. Com. El Cab. de Olm. Jorn. I. *Ella verá lo que medra, si no quiere casar: Vive Dios que la he echar: Donde, Señor? En la piedra*. (grifo do autor).²¹⁵

Neste caso, quando cita-se a Corte, trata-se da cidade de Madri; no tocante ao verbete *exposito*, os castelhanos são muito mais precisos e analíticos que os portugueses:

Adj. En lo literal significa echado y puesto al público; pero comunmente se toma esta palabra por el niño o niña que han sido echados de sus padres, o por otra persona à las puertas de las Iglesias, de las casas y otros parages públicos, o por no tener con que criarlos, o porque no se sepa cuyos hijos son. En diferentes ciudades hay casas y hospitales públicos, erigidos para recoger y criar estos niños, los qué se llaman de los expósitos. En Toledo le intitulan de la piedra, por la que está destinada en un nicho para que alli los pongan, y en Madri se llama la inclusa. Lat. *Expositus*, de donde viene [...]. (grifo do autor).²¹⁶

Os verbetes elaborados por Bluteau, Silva, Pinto, Constancio e pela Real Academia Española sobre *enjeitado* e *exposto* estavam diretamente conectados à realidade daqueles homens, já que o abandono de recém-nascidos era uma constante nos espaços urbanos e rurais da Península Ibérica, tal como nos domínios de além-mar de Portugal e Castela durante toda a Idade Moderna.

contiene las letras A. B / Con privilegio. Madrid: en la Imprenta de Francisco Del Hierro, Impresor de la Real Academia Española, 1726 . t. 1. p. 391.

²¹³ DICCIONARIO de la Lengua Castellana, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con los phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Dedicado – al Rey nuestro señor Don Phelipe V (que Diós guarde), a cuyas reales expensas se hace esta obra. Compuesto, por la Real Academia Española – que contiene las letras D. E. F. Madrid: en la Imprenta de la Real Academia Española por la viuda de Francisco del Hierro, 1732. t. 3. p. 356.

²¹⁴ Ibid., p. 356-365.

²¹⁵ Ibid., p. 358.

²¹⁶ DICCIONARIO de la Lengua Castellana [...], t. 3. p. 690-691.

Abandonar uma criança de tenra idade, nas sociedades católicas do Antigo Regime, era algo muito comum, uma situação corriqueira que não causava espanto nas pessoas nem constituía crime perante o Estado; pelo contrário, abria a possibilidade de algum indivíduo praticar a caridade, recolhendo o pequeno desvalido e encaminhando-o para o batismo, realizando uma demonstração pública de fé e “amor ao próximo”, assim construindo a imagem de bom cristão.²¹⁷

Crimes seriam o infanticídio ou o abandono em locais onde estes recém-nascidos não pudessem ser encontrados, fora do circuito dos lugares estratégicos, caminhos, soleiras de domicílios, adros de igrejas, portas de conventos, Rodas dos expostos ou Inclusas. Normalmente o ato de enjeitar ocorria durante a noite, no silêncio das cidades, vilas e freguesias. Crimes também eram a prática do aborto e da supressão do parto.²¹⁸

A assistência aos recém-nascidos abandonados é uma preocupação das Coroas ibéricas desde a Idade Média. Em Portugal, data de 1273 o hospital mais antigo que tinha a função de cuidar dos expostos, criado por Dona Beatriz, mãe do rei Dom Afonso II. No ano de 1321 foi fundado na cidade de Santarém, pelas mãos da rainha Isabel, mais um hospital para cuidar dos pequenos enjeitados; a mesma governante, em 1325, criou em Coimbra outro estabelecimento com a mesma finalidade, denominado de Real Casa de Expostos. Segundo estudiosos, um intervalo tão curto entre a criação dos estabelecimentos em Santarém e Coimbra revela a provável realidade do abandono de recém-nascidos.²¹⁹

Em 1492, Lisboa viu surgir o Hospital de Todos os Santos, que reunia em um só edifício alguns setores, entre os quais o lar para os enjeitados. A criação deste hospital na Corte portuguesa era conseqüência de um processo de centralização dos préstimos realizados pelos pequenos hospitais existentes em Lisboa e regiões vizinhas, centralização esta iniciada em 1479 pelo rei Dom João II.²²⁰

Meses depois do surgimento do Hospital de Todos os Santos, o rei Dom Manuel I concedeu autorização para o funcionamento da organização leiga que seria

²¹⁷ Nas regiões protestantes da Europa o abandono de crianças recém-nascidas não era uma prática tolerada. NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 60.

²¹⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães. Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas. **Penélope – fazer e desfazer a história**. Lisboa, n. 8, 1992, p. 75-89. p. 83.

²¹⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **op. cit.**, 1998. p. 11.

²²⁰ ALMEIDA, André Ferrand. As misericórdias. In: MATTOSO, José (Dir.); MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal: no alvorecer da Modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 190.

a mais proeminente irmandade do mundo luso: a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia.²²¹ Os objetivos desta organização iam muito além da simples ajuda mútua entre os irmãos membros: “[...] a verdadeira vocação da Misericórdia se revela no auxílio ao próximo, na assistência aos pobres, aos presos, aos doentes, aos órfãos [...]”.²²²

Entre os 14 compromissos da Irmandade da Misericórdia, sete espirituais e sete corporais, não existia nenhuma responsabilidade firmada em cuidar especificamente dos recém-nascidos expostos.²²³ No entanto, supõe-se que a Santa Casa da Misericórdia tenha cuidado dos pequenos desamparados desde seus primórdios, pois Dom João III, em meados do século XVI, fez da Irmandade a principal responsável pelos expostos de Lisboa, com exceção dos pequenos que já estavam sob os cuidados do Hospital de Todos os Santos.²²⁴

No âmbito das leis, as Ordenações Afonsinas, criadas no século XV, já apresentavam preocupações com as crianças, embora não necessariamente com os recém-nascidos rejeitados, mas sobretudo com os órfãos;²²⁵ o governo português deixava bastante claro que era obrigação do pai ou da mãe a criação do filho. Em casos em que o filho fosse ilegítimo, tinha o pai a obrigação de custear o seu sustento.²²⁶ Na recopilação das leis portuguesas presente nas Ordenações Manuelinas, a responsabilidade para com os órfãos continuava sendo do genitor.²²⁷

Nas Ordenações Filipinas, legislação castelhana imposta a Portugal durante a dominação de Madri sobre a Península Ibérica, já se determinava que era responsabilidade das Câmaras cuidarem das crianças recém-nascidas enjeitadas, podendo para tanto lançar impostos sobre a população para sua criação.²²⁸ No século XVIII, a estrutura de assistência aos expostos em Portugal estava

²²¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R., **op. cit.**, 1981. p. 234.

²²² CAVAZZANI, André Luiz M., **op. cit.**, 2005. p. 56.

²²³ SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1550-1800.** Lisboa: Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997. p. 105.

²²⁴ RUSSEL-WOOD, **op. cit.**, 1981. p. 234.

²²⁵ Nas leis portuguesas eram órfãos aqueles que não tinham a presença paterna.

²²⁶ ORDENAÇÕES AFONSINAS, Livro IV, Título 92, §§ 1 e 2. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihiti/proj/afonsinas/l4p344.htm>> Acesso em: 3 ago. 2014.

²²⁷ ORDENAÇÕES MANUELINAS, Livro IV, Título 68. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/l4p175.htm>> Acesso em: 3 ago. 2014.

²²⁸ ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Título 66, § 41. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihiti/proj/filipinas/l1p144.htm>> Acesso em: 3 ago. 2014.

consolidada: existiam Rodas de expostos em Viana do Castelo, Porto e Lisboa,²²⁹ além de outras medidas que foram tomadas, de que

O alvará de 24 de maio de 1783, sancionado pela rainha D. Maria I, é exemplo [...]. De acordo com a lei que reformava a assistência, as municipalidades submetidas ao império português deveriam instalar Casas da Roda: “em todas as cidades, vilas do Reino há Casa da Roda, para expor os meninos, que se enjeitarem, e esta existir em lugar mais acomodado”.²³⁰

Acredita-se que as instituições específicas para cuidar de recém-nascidos abandonados no território da Coroa castelhana surgiram bem depois de suas congêneres portuguesas. A *Casa-cuna* de Granada foi criada em 1504, a de Valladolid em 1540, a de Sevilha em 1550, a de Madri em 1567 e a de Salamanca em 1586.²³¹

A criação de Casas-cunas ao longo do século XVI foi basicamente uma resposta a um problema do cotidiano, tanto em Castela como em outras regiões da Europa católica. É proveitoso lembrar que em 1567 não surgiu apenas a Casa-cuna de Madri, mas também veio a público a *Cofradia de Nuestra Señora de la Soledad y de las Angustias*, organização católica que se responsabilizaria de cuidar dos “[...] niños abandonados madrileños [...]”.²³²

Tal como em Portugal e em seus domínios de além-mar, e mesmo em outras figurações católicas no mundo do Antigo Regime, em Castela

[...] el establecimiento de la inclusa intenta aliviar la suerte de estos niños, víctimas del abandono callejero o, al menos, encubrir esta evidencia y aterradora realidad, por que si un niño moría en el anonimato y después de recibir el bautismo, el problema desaparecía casi por completo. Si no se veía en plena calle o en la reja de una ventana, a nadie sorprendía la muerte de un recién nacido en una sociedad acostumbrada a elevados índices de mortalidad infantil.²³³

Batizar e salvar a alma do pequeno recém-nascido era o mais importante. No lado castelhano da Península Ibérica, as autoridades eclesíásticas estiveram

²²⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 161.

²³⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1997. p. 111.

²³¹ GALÁN, María del Prado de la Fuente. **Una institución para los niños expósitos de Granada: la creación de la Casa-cuna (siglos XVI-XVIII)**. p. 118. Disponível em: <[Dialnet-UnaInstitucionParaLosNinosExpositosDeGranada-241752%20\(1\).pdf](#)> Acesso em: 5 maio 2012.

²³² *Ibid.*, p. 118.

²³³ *Ibid.*, p. 119.

efetivamente presentes no socorro aos recém-nascidos abandonados, bem mais do que em qualquer outra monarquia católica.

Os bispos espanhóis eram responsáveis por gerir auxílios aos expostos, assim como por apresentar à Coroa os encaminhamentos dados à criação dos enjeitados. Os curas de paróquias tinham também a função de recolher, batizar e conduzir o enjeitado para a Casa-cuna mais próxima; salienta-se que, diante de tal atribuição, alguns enjeitados castelhanos cruzaram a fronteira sob a guarda dos sacerdotes e foram deixados em instituições portuguesas.²³⁴

As Ordenações Filipinas colocaram os expostos sob a responsabilidade das Câmaras municipais e, logo em seguida, incluíram na mesma atribuição a Irmandade da Misericórdia;²³⁵ oficialmente, era função de todos cuidarem daqueles pequenos filhos de ninguém. No século XVII, a própria monarquia já buscava caminhos para o futuro dos expostos, procurando torná-los úteis à Coroa.

En la Pragmática de Felipe IV de 1623 se llevó a cabo la primera reglamentación del futuro de los expósitos a través de la designación de la carrera de Marina como la preferible para los expósitos por la falta de pilotos. Y, posteriormente, en 1677, se consolidó el proyecto a través de la creación de la primera Casa dedicada a acoger a los expósitos destinados a la Marina.²³⁶

A determinação de Felipe IV foi a primeira formulação utilitária para os expostos castelhanos: passariam a ser crianças a serviço da monarquia, sendo utilizados como marinheiros em um contexto no qual naufrágios, doenças em viagens de longo curso e ataques de corsários eram tão comuns quando o abandono de recém-nascidos.

Neste contexto, os expostos desvalidos e futuros pequenos marinheiros estavam posicionados no nível inferior da figuração social, sofrendo a pressão de todos os outros indivíduos; no Reino de Portugal eles também ocupavam o mesmo nível da figuração, pois em terras lusitanas, segundo as Ordenações Filipinas,

²³⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 34-35; 42-43.

²³⁵ Em Portugal, pontualmente nas localidades de Lisboa, Porto e Coimbra, existiram contratos entre as Câmaras e as Misericórdias no trato com os expostos. Tal parceria foi um padrão que se reproduziu em regiões de além-mar como Salvador, Luanda e Goa. SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 104.

²³⁶ EUGERCIOS, Bárbara A. Revuelta. **Los usos de la inclusa de Madrid, mortalidad y retorno a principios del siglo XX (1890-1935)**. 607f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2011. p. 110.

quando o exposto atingisse a idade da razão deveria ser entregue pelo Juiz de Órfãos a lavradores, para que tivesse utilidade nos campos.²³⁷

Em Castela os fundos para o cuidado com os expostos eram de proveniência diversa; as Câmaras também estavam envolvidas, mas se captavam financiamentos de muitos lugares. Em Madri, a confraria que geria a Casa-cuna tinha a prática de recolher esmolas para os pequenos abandonados, sendo esta a única forma de custear os gastos desde sua fundação.

O Hospital Real de Santiago estava sob o patrocínio régio, beneficiando-se de donativos vindos do rei e do papa. Destaca-se o caso de Valladolid, pois lá a confraria responsável pelo hospital tinha o monopólio das peças teatrais representadas na localidade; dessa maneira, os rendimentos eram direcionados para a criação dos expostos; já em Granada, o *Real Hospicio* sustentava-se com recursos egressos das suas propriedades e de contribuições vindas do erário régio.²³⁸

Na segunda metade do século XVIII, as Inclusas, Casas-cuna e hospitais que socorriam os expostos já estavam espalhados de norte a sul de Castela, compondo uma enorme rede de assistência;²³⁹ podem-se destacar as seguintes localidades: Oviedo; Santander; Zamora; Bilbao; Palencia; Valladolid; Salamanca; Plasencia; Cárceres; Madri; Badajoz; Saragoça; Barcelona; Andújar; Orihueda e Múrcia.²⁴⁰

Na mesma centúria, em 1790, o Conselho de Castela recebeu uma denúncia elaborada por Antonio de Bilbao, moralista que em seus tratados apresentou uma preocupação muito específica com os *niños expósitos*, descrevendo as condições de extrema precariedade em que viviam os recém-nascidos que tinham sido em algum momento enjeitados nas inclusas. Bilbao reclamava dos baixos recursos para manter as inclusas e afirmava que o número de instituições existentes no reino era insuficiente para assistir os pequenos desvalidos, apontando que tais aspectos eram responsáveis pela grande mortalidade dos abandonados.

Em resposta, o Conselho de Castela enviou aos prelados do reino uma circular com os seguintes questionamentos: A) o número de Casas de expostos que existiam em cada diocese; B) a renda de cada instituição; C) os números de entrada

²³⁷ ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Título 88, § 13. Disponível em: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p212.htm> > Acesso em: 2 set. 2015.

²³⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 33.

²³⁹ *Ibid.*, p. 27.

²⁴⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 161.

e saída de crianças expostas; D) o que poderia ser feito para melhorar a assistência. Com isso, iniciou-se uma investigação nas dioceses, resultando em uma *contestación* (resposta) de diversos bispos que apresentaram um grande panorama de desolação, justificando tudo quanto tinha sido denunciado pelo moralista.

Dentre os bispos, os mais enfáticos foram os de Cartagena, Huesca e Palencia. Aqueles prelados eram consensuais quanto à ausência de recursos para custear a assistência aos expostos, assim como quanto à necessidade de estabelecer novas inclusas em diferentes regiões do reino; afirmavam ainda que a precariedade no transporte dos enjeitados desde o local do abandono até as instituições resultava na morte de muitos recém-nascidos.²⁴¹

O resultado das denúncias de Antonio de Bilbao, confirmadas por vários bispos de Castela, foi

[...] la legislación de Carlos IV a favor de los expósitos. La primera medida legal, tras los resultados de la encuesta, es el R. D. de 5 de enero de 1794 que legitima a los expósitos; bien es verdad que esta orden nada hace por mejorar la asistencia y los cuidados de los expósitos pero manifiesta ya un auténtico cambio de mentalidad por parte de la Corona. La gran solución, al menos en teoría, tiene lugar con el R. D. de 11 de diciembre de 1796 que ordena la policía de expósitos por la que “quedan atendidos y defendidos los intereses de la conservación de sus vidas y de sus legítimos derechos”. Este R. D. intenta poner remedio a la cantidad de muertes que se producen en las conducciones de niños, desde los pueblos em los que son abandonados hasta las cunas de las capitales más cercanas. Para ello, ordena que no se saque a ningún expósito de su correspondiente diócesis y que los territorios de estas se dividieran en demarcaciones y partidos de seis o siete leguas; cada una de estas demarcaciones “se señale por Caxa, ó Cuna”. El párroco, u otra persona eclesiástica, de cada uno de estos partidos se ha de encargar de buscar las amas de cría necesarias, pagarles, darles la ropa que precisen los expósitos y, en definitiva, satisfacer todos las necesidades y los gastos que surjan de la asistencia de los niños de cada lugar. El R. D. ordena, además, que en cada diócesis, atendiendo a su extensión, se establezcan las casas de expósitos que sean necesarias, de tal forma que éstas no disten más de doce o catorce leguas de una Casa principal de expósitos, es decir, la ubicada en la capital de la diócesis.²⁴²

É perceptível que no reino de Castela e em seus domínios na Península Ibérica houve um aumento da sensibilidade em relação aos recém-nascidos expostos no final do século XVIII. No tocante à abertura de novas inclusas,

²⁴¹ GALÁN, María del Prado de la Fuente. La situación de las inclusas en el siglo XVIII: la encuesta de 1790. *Chronica Nova*, n. 24, p. 61-78, 1997. p. 64-75.

²⁴² *Ibid.*, p. 76-77.

[...] en 1798 se comienza a construir una em Calahorra, necesaria en una diócesis tan extensa que, obligatoriamente, tenía que trasladar a los expósitos a Zaragoza. También, tras el R. D. de 1798, se crean casas de expósitos en otras ciudades de España: en Palma de Mallorca en 1798 por D. Bernardo Noval y Crespi, Obispo de la diócesis; en Pamplona en 1803 por el obispo de la diócesis, D. Joaquín Xavier Uriz; por último, la de La Coruña que, a pesar de la desastrosa situación de los expósitos gallegos, no se crea hasta 1844.²⁴³

Apesar das mudanças ocorridas naquele período, os expostos hispânicos continuaram morrendo em grande número, sinalizando que a situação do trato com os pequenos enjeitados pouco se alterou entre os séculos XVI e XVIII. No final dos anos setecentistas o fenômeno do abandono de recém-nascidos era uma realidade para todo o mundo católico ocidental, particularmente para os territórios da América portuguesa e castelhana. Ressalta-se que o padrão de assistência dada pelas instituições criadeiras aos recém-nascidos expostos na América ibérica não apresentava resultados nada diferentes dos denunciados por Antonio de Bilbao para o reino de Castela em 1790.

2.2 A assistência aos recém-nascidos abandonados na América ibérica

A América hispânica teve suas duas primeiras Inclusas fundadas na primeira metade do século XVII, porém somente na segunda metade deste século é que ocorreu a sua difusão pelo extenso território colonial. Foi somente no século XVIII que surgiram as primeiras Rodas dos Expostos na América portuguesa.

Deve-se sublinhar que a prática do abandono de recém-nascidos cruzou o Atlântico nas naus castelhanas e lusitanas, tal como as instituições que seriam responsáveis por cuidar destes expostos. Na América portuguesa, a responsabilidade primeira em cuidar dos enjeitados era das Câmaras municipais, tal como rezavam as Ordenações Filipinas, criadas pelos habsburgos espanhóis.

Já as Santas Casas da Misericórdia, tão antigas na América quanto as próprias Câmaras²⁴⁴, não tiveram um compromisso formal em cuidar dos pequenos

²⁴³ Ibid., p. 77.

²⁴⁴ Segundo Charles Boxer, as Câmaras municipais e as Santas Casas de Misericórdia formavam os dois pilares fundamentais para a coesão do Império português. BOXER, Charles R. **O império marítimo português, 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 286-308.

desvalidos, mas algumas o fizeram mesmo antes de instalarem em seus muros o dispositivo giratório.²⁴⁵ Em contrapartida, muitas vezes o florescimento de uma Irmandade da Misericórdia era mais associado à elevação do status dos indivíduos brancos, ricos e respeitáveis.²⁴⁶

Em Salvador da Bahia, onde foi criada a primeira Roda dos expostos da América portuguesa, em 1726, nos primeiros cem anos de existência da Irmandade da Misericórdia, entre 1550 e 1650, esta pouco fez pela caridade pública; somente no final do século XVII, com o crescimento da cidade, é que ocorreu o lento redirecionamento dos legados, deixando de ser dedicados a missas de almas para serem aplicados na assistência à população.²⁴⁷

Outro exemplo foi a criação da Santa Casa da Misericórdia de Vila Rica, ocorrida entre 1733 e 1738; a partir de 1750 é possível afirmar que aquela organização praticamente não participou da assistência aos recém-nascidos expostos, delegando a dita atribuição à Câmara municipal.²⁴⁸

É consenso entre os pesquisadores do abandono de crianças que, no extenso território da América luso-castelhana, foram as soleiras das casas residenciais o principal destino dos recém-nascidos enjeitados. Tal consenso fundamenta-se a partir da estrutura da rede de assistência organizada pelas Coroas ibéricas nas Américas.

QUADRO 1 - CRIAÇÃO E DIFUSÃO DAS RODAS DOS EXPOSTOS E INCLUSAS NAS AMÉRICAS DE PORTUGAL E CASTELA

LOCAL	ANO	COROA	POSIÇÃO GEOGRÁFICA
Puebla	1604	Castela	Central
Bogotá	1641	Castela	Central
Salvador	1726	Portugal	Litorânea
Rio de Janeiro	1738	Portugal	Litorânea
Santiago	1758	Castela	Central
México	1774	Castela	Central
Buenos Aires	1779	Castela	Litorânea
Arequipa	1788	Castela	Central
Recife	1789	Portugal	Litorânea

FONTE: VENÂNCIO, 1999. p. 164.

²⁴⁵ Exemplo de tal prática de auxílio foi a Santa Casa de Desterro (atual Florianópolis), que somente no ano de 1828 instalou a Roda, mas prestava assistência aos expostos da região desde 1768. OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero (Org.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: EDUFSC, 2001. p. 206.

²⁴⁶ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2011. p. 65.

²⁴⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **op. cit.**, 1981. p. 89-110.

²⁴⁸ FRANCO, Renato Júnio. **op. cit.**, 2009. p. 57-58.

Rodas dos expostos, Inclusas ou Casas-cuna foram instituições criadas tardiamente e localizadas apenas em centros urbanos e, no caso da América portuguesa, unicamente em centros portuários. Confira no quadro anterior.

Observa-se que sob a égide do Império de Castela na América somente uma inclusa foi criada em uma cidade portuária, Buenos Aires, localidade extremamente movimentada, marcada pelo fluxo de pessoas e pelo comércio de escravos, estando situada no rio da Prata defronte à Colônia do Sacramento, espaço de disputas e intenso contrabando. Segundo Paulo Possamai,

Para além da própria cidade, o porto de Buenos Aires também abastecia de escravos um vasto território que compreendia as províncias do interior da atual República Argentina, o Chile, o Paraguai e, principalmente, as regiões mineiras do Alto Peru, na atual Bolívia.²⁴⁹

Desde o século XVII as autoridades administrativas da Capitania do Rio de Janeiro enfrentavam dificuldades com o abandono de crianças recém-nascidas; em 1693, o governador Antônio Paes de Sande escreveu ao rei repudiando a falta de caridade com os pequenos enjeitados, que eram deixados por todos os lados, em ruas e terrenos baldios.

A obrigação de cuidar dos expostos era das Câmaras, como já mencionado; estas poderiam impor fintas à comunidade para custear a criação dos expostos, mas, no caso do Rio de Janeiro, o grande número de abandonos sobrecarregava a municipalidade; assim, em 1738 foi criada na Santa Casa da Misericórdia a Roda dos expostos, “[...] instalada a partir de doações feitas por Romão Duarte, rico comerciante carioca, membro da Irmandade da Misericórdia”.²⁵⁰

Em Buenos Aires, a instituição de assistência aos expostos foi criada em 1779 durante a administração do Vice-rei Vértiz, sendo aprovada pelo rei em Real Cédula datada de 13 de setembro de 1782, em San Ildefonso. A criação de uma Inclusa “nas margens” do rio da Prata foi uma iniciativa do Síndico Procurador Geral Marco José de Riglos. Percebe-se que as autoridades portuguesas e castelhanas na

²⁴⁹ POSSAMAI, Paulo Cesar. O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento. **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 3.

²⁵⁰ LIMA, Lana Lage da Gama; VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 66.

América apelaram para um discurso sobre a falta de caridade e os horrores espalhados pelas ruas:

[...] quien apelando a testimonios dramáticos de individuos que aseguraron haver sido testigos del hallazgo de cadáveres de niños abandonados, y a imágenes cruentas de restos de neonatos en las fauces de perros, cerdos y alimañas, ponía en manos del Virrey una iniciativa a medida del funcionario progresista [...].²⁵¹

No norte da América portuguesa, na Capitania de Pernambuco, os irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Olinda informavam sobre a existência de crianças recém-nascidas rejeitadas na porta da dita Santa Casa, no ano de 1744.²⁵² No fim do século XVIII, o governador da mesma capitania e anexas (Capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará), Dom Tomás José de Melo, apresentou um discurso similar ao de outras autoridades castelhanas e lusitanas sobre o

[...] costume de se enjeitarem [...] as crianças pelas portas dos moradores da Cidade de Olinda, e desta Vila de Santo Antônio do Recife, tinha acontecido algumas vezes amanhecer devorados de animais imundos, que vagavam pelas ruas; horrorizado da notícia de semelhantes espetáculos, busquei persuadir aos povos da necessidade que havia de uma Roda e Casa dos Expostos [...].²⁵³

O resultado da prática social do enjeitamento foi a elaboração de discursos proferidos por autoridades na América ibérica, estimulando a criação das Rodas dos expostos junto às Santas Casas da Misericórdia. Na vila de Santo Antônio do Recife a Roda foi criada em 1789, tendo por finalidade não somente corrigir os horrores descritos nos testemunhos da época, mas também ocultar a identidade dos expositores e garantir o batismo dos pequenos desvalidos. Não deve ter sido diferente na Cidade do México, onde a Casa de niños expósitos foi criada em 1774, por decisão do arcebispo Dom Francisco Lorenzana.²⁵⁴

Fosse na vila de Santo Antônio do Recife, em São Salvador da Bahia, São Sebastião do Rio de Janeiro, Buenos Aires ou na Cidade do México, os recém-

²⁵¹ MORENO, José Luis. *op. cit.*, 2000. p. 665-666.

²⁵² NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *op. cit.*, 2006. p. 53.

²⁵³ OFÍCIO do Governador da Província, D. Tomás José de Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, Martinho de Melo e Castro. Recife, 11 de maio de 1789. APEJE, série: CC, cód. 2, 1789, f. 212. Apud NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. A sorte dos enjeitados no Recife (1789-1832). **XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 6.

²⁵⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. *op. cit.*, 1999. p. 163. Ver também SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. *op. cit.*, 2005. p. 10.

nascidos deixados nas rodas ou nos tornos eram recolhidos por uma ama interna, registrados e batizados, não permanecendo muito tempo na instituição. Logo eram enviados para as casas das amas-de-leite, mulheres que eram periodicamente remuneradas pela instituição ou, em outros casos, pela Câmara, onde permaneciam até certa idade (período da lactação).

Em domínios portugueses este período durava três anos, vindo em seguida o momento da criação; geralmente os pequenos permaneciam em domicílios receptores até os sete anos de idade, momento em que eram entregues de volta à Santa Casa ou ao Juiz de Órfãos, que os encaminhava para casas de famílias onde eram recebidos como aprendizes.

A estrutura das instituições recolhedoras e acolhedoras de expostos nos grandes centros urbanos coloniais luso-americanos, como em outros espaços do mundo ultramarino sob o domínio de Portugal, deveria seguir o padrão proposto pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Dentro da organização proposta (Mesa dos expostos e Casa dos expostos) existiam indivíduos que não tinham contato com os enjeitados, mas estavam ligados ao trato com eles, e outros que tinham contato direto com os expostos.

A Mesa dos expostos deveria ser composta por provedor, escrivão e tesoureiro, pertencentes à Irmandade da Misericórdia; de condição maior ou nobre, não mantinham contato com as crianças desvalidas, dependendo de informações egressas dos secretários, visitantes e mordomos escolhidos entre os membros de condição menor da Irmandade, que também compunham a Mesa. Já na Casa dos expostos os funcionários mantinham contato direto com os pequenos enjeitados; destacam-se uma ama-seca com o título de *rodeira*, as amas de fora ou amas criadeiras e as amas de empréstimos.

O provedor presidia a Mesa dos expostos, sendo também responsável pela administração hospitalar; o escrivão, segundo na hierarquia, tinha a função de lançar em livros todas as receitas e passar os conhecimentos para os livros de despesas, elaborados pelo tesoureiro; além de manter estes livros, ao tesoureiro cabia regular os pagamentos da enfermeira e das amas, para isso dispendo de um intermediário, o visitador.

No nível inferior da figuração da Mesa dos expostos estavam aqueles que tinham trato direto com as crianças. O secretário deveria estar presente todos os dias na Casa da roda para fazer a matrícula dos expostos; sob sua guarda estavam

o livro de matrícula, o livro de pagamento, os livros de receita e despesa e o livro de requerimento e legado. O visitador tinha a atribuição de periodicamente ir aos domicílios das amas-de-leite, realizando pagamentos e verificando a situação dos expostos. O mordomo denunciava as amas que maltratassem os enjeitados e cuidava do retorno de pequenos maltratados para a Santa Casa, ou de sua transferência para outro domicílio criador.

Na Casa dos expostos, a ama-seca (rodeira) estava em contato cotidiano com os enjeitados; cabia a ela retirar o recém-nascido da Roda e repassá-lo para uma ama-de-leite interna. Apesar da complexa estrutura administrativa da Casa da Roda, os recém-nascidos deveriam passar o menor tempo possível naquele lugar, devendo ser entregues às amas de empréstimo, que os transportavam até o domicílio da ama de fora, que era a ama-de-leite externa.²⁵⁵ Esta seria a composição ideal para o bom funcionamento da Mesa e da Casa dos expostos; no entanto, isto não foi uma realidade para as Santas Casas da Misericórdia que tiveram Rodas de expostos na América portuguesa.

QUADRO 2 - CASA DA RODA DE SALVADOR, 1726

Mesa dos expostos
Provedor
Escrivão
Tesoureiro
Casa dos expostos
Enfermeira
Criadores e criadeiras

FONTE: Adaptado de VENÂNCIO, 1999. p. 30.

O Quadro 2 demonstra que a Casa da Roda mais antiga da América de Portugal apresentava um déficit na estrutura de colaboradores, sobretudo daqueles que tinham contato mais direto com os enjeitados e que exerciam a função de fiscalização das amas-de-leite e criadeiras. Segundo Venâncio,

Não havia encarregados de saber se a criança voltara a manter contato com os familiares ou, em outras palavras, se os recursos da Misericórdia estavam sendo integrados às estratégias de sobrevivência das camadas populares. Na verdade, reinava a improvisação: enfermeiras desempenhavam o papel de rodeiras e, no caso baiano, alimentavam os bebês, em experiências de amamentação artificial de funestas consequências.²⁵⁶

²⁵⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 26-31. Ver também NASCIMENTO, **op. cit.**, 2006. p. 126-128.

²⁵⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 29.

A ausência daqueles agentes externos e fiscalizadores também se percebe na Roda dos expostos do Rio de Janeiro, que apresenta uma estrutura um pouco mais arrojada.

QUADRO 3 - CASA DA RODA DO RIO DE JANEIRO, 1738

<i>Mesa dos expostos</i>
Provedor
Escrivão
Tesoureiro
<i>Casa dos expostos</i>
Enfermeira
Amas internas
Criadores e criadeiras

FONTE: Adaptado de VENÂNCIO, 1999. p. 30.

Note-se a existência de amas-de-leite internas, o que aumentava as chances de sobrevivência dos recém-nascidos ali depositados. O déficit de pessoal para as atribuições de visitantes, mordomos, rodeiras e amas de empréstimo dificultava a reprodução da hierarquia existente nas Casas de expostos de Portugal; na colônia, algumas instituições desenvolveram estruturas organizacionais muito simples, como a Casa da Roda da Vila do Recife:

QUADRO 4 - CASA DA RODA DA VILA DO RECIFE, 1789

<i>Mesa dos expostos / Casa dos expostos</i>
Procurador
Regente
Amas internas e externas

FONTE: Adaptado de NASCIMENTO, 2006. p. 128.

Na vila do Recife a estrutura administrativa era mais precária e fugia às condições ideais, pois nos primeiros anos da Casa da Roda não existiam amas internas, ficando a cargo do procurador prestar os primeiros cuidados aos expostos e procurar amas-de-leite para criá-los. Posteriormente foi contratada uma regente que tinha a função de rodeira e cuidava do livro de matrícula dos expostos, sendo as amas-de-leite internas escravas.²⁵⁷ Considera-se que tal déficit de pessoal nas Casas das Rodas da América lusa está associado à falta de recursos para estabelecer a estrutura administrativa ideal.

²⁵⁷ NASCIMENTO, *op. cit.*, 2006. p. 128.

IMAGEM 3 - A RODA NA RUA DE SANTA TERESA, RIO DE JANEIRO, 1845



FONTE: EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia / Edusp, 1976. p. 288.

A Figura 3 é uma representação do ato de enjeitamento na Roda dos expostos: a mulher parece assustada; o abandono tinha que ser rápido e com o máximo de discrição, já que a finalidade da Roda era também ocultar a identidade do expositor. Salienta-se que tal processo de assistência era marcado por descontinuidades em todos os lugares do mundo ibérico. Alguns recém-nascidos eram postos mortos na Roda, para terem um enterro digno pelas mãos dos irmãos da Misericórdia; outros, doentes, eram expostos apenas para serem batizados antes da morte, ou vinham a falecer sob a guarda das amas-de-leite. Em outros casos

eram vendidos como escravos, quando eram crianças de cor, ou fugiam dos domicílios criadores, buscando muitas vezes livrar-se de maus-tratos.²⁵⁸

Em todo o longo processo de criação dos enjeitados havia uma frágil ou quase inexistente fiscalização: os membros da Santa Casa visitavam as casas das amas sem muita regularidade, até porque eles não tinham as funções de visitantes ou mordomos, ou as ditas mulheres, quando não seus maridos, apresentavam-se à Misericórdia ou à Câmara para receber o pecúlio pela prestação do serviço e comprovar a existência da criança.

Recolher, batizar, encaminhar para a criação e monitorar os expostos não era tarefa fácil nem barata; fosse no norte da América portuguesa, na Capitania de Pernambuco, no território do rio da Prata, em Buenos Aires, ou mesmo no extremo norte da América de Castela, em Nova Espanha (México), a falta de recursos foi uma constante na administração das instituições que assistiam os enjeitados.²⁵⁹ Em Buenos Aires, a Inclusa atingiu tal falta de recursos que chegou-se a propor oficialmente a venda dos expostos de cor como escravos, para custear a criação dos expostos brancos; no entanto, este projeto foi vetado pela Coroa castelhana em 14 de agosto de 1793.²⁶⁰

Em Barcelona, por volta de 1790, a Inclusa tinha uma estrutura de colaboradores externos similar à que existia na América ibérica, marcada pelo mesmo problema: a falta de recursos.

La casa de expósitos de Barcelona está ubicada en el Hospital General de la ciudad pero gobernada, con absoluta independencia de este por el Cabildo de canónigos de su “Santa iglesia” y por el ayuntamiento de la ciudad. [...] La institución tiene 12 amas internas con una salario que no se especifica y mil externas que cobran 12 libras anuales durante los dos años que dura la lactancia y 50 reales en los cinco años siguientes. “Una vez que los expósitos empiezan a comer” se devuelven al Hospital donde un “maestro sacerdote” y una “madre maestra” enseña a los niños y a las niñas respectivamente la doctrina Cristiana, a leer y a escribir; pasada esta etapa se destinan a diversos oficios o se prohíjan. El Obispo de Barcelona se queja de que cuentan con escasas rentas para hacer frente a estas atenciones y estima como única solución que se establezcan casas de expósitos en todas las

²⁵⁸ A criança é um ser frágil, independente do tempo e do espaço, mas nem sempre é passiva às atitudes dos adultos. HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância**: da idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 227-229.

²⁵⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 34-35. Ver também NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 125-126; MORENO, José Luis. **op. cit.**, 2000. p. 669.

²⁶⁰ MORENO, José Luis. **op. cit.**, 2000. p. 670.

cabezas de partido del Obispado para que los expósitos se repartan en todas ellas.²⁶¹

No mundo ibérico as Câmaras eram as grandes responsáveis pela assistência aos recém-nascidos enjeitados. Em Portugal, tal instituição apresentava a seguinte composição: vereadores, escolhidos entre os homens-bons, indivíduos brancos, abastados, por vezes chefes de família, livres das impurezas de sangue judeu, mouro ou negro; juntamente com os vereadores na administração camarária estavam o Juiz Ordinário, escolhido localmente, o Juiz de Fora, indicação régia, e o Juiz de Órfãos. A composição da Câmara ainda incluía oficiais como alcaldes, porteiros, tesoureiro, escrivão e o almotacé (este último responsável pela fiscalização do abastecimento e dos preços, tendo origem sua função nos quadros administrativos árabes). Havia ainda os mesteres, que eram representantes corporativos dos ofícios mecânicos.²⁶²

Em algumas localidades a Câmara tinha um funcionário responsável por recolher os recém-nascidos expostos, que eram deixados tanto nos espaços públicos quanto nas portas dos domicílios: era o denominado *Pai dos enjeitados*, sendo uma atividade remunerada e renovada a cada ano; a partir do século XVII, mulheres também foram aceitas na instituição para praticar o recolhimento de recém-nascidos, sendo denominadas *Mães dos enjeitados*. Os domicílios dos homens e mulheres que atuavam como recolhedores de expostos, com o tempo, tornaram-se referência para muitos genitores que tinham a necessidade de abandonar o filho.

Quando a criança era recolhida, deveria-se buscar o presidente da Câmara para dar parte do ocorrido; uma vez reconhecida como exposta, a criança tinha seu nome assentado no Livro de matrícula dos expostos. Logo em seguida, a criança era inscrita no auxílio camarário e registrada no juizado dos órfãos, sendo o Juiz de Órfãos o responsável por indicar os tutores para os expostos, cuidando inclusive para que os pequenos não fossem transferidos de domicílios onde eram criados. Realizadas todas as formalidades da burocracia, o recém-nascido era encaminhado para a casa de uma ama-de-leite, cujo serviço era custeado pela municipalidade; a lactação durava três anos; completado aquele triênio, o pagamento da ama era

²⁶¹ GALÁN, María del Prado de la Fuente. **op. cit.**, 1997. p. 65-66.

²⁶² VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 26.

reduzido e começava o período da criação, até os sete anos, quanto a criança era devolvida para o Juiz de Órfãos.²⁶³

Na América portuguesa ocorria uma variação quanto aos procedimentos: para que uma criança enjeitada recebesse a assistência camarária, seguiam-se os seguintes passos: quem recolhesse o exposto deveria primeiramente batizá-lo; o pároco que realizara o batizado deveria emitir um tipo de certificado atestando que a criança estava morando em determinado domicílio e, sobretudo, que estava sendo bem cuidada. Este documento permitia que os receptores buscassem o auxílio pecuniário da municipalidade; o certificado era apresentado ao presidente da Câmara, que muitas vezes julgava o pedido baseado em critérios de amizade e/ou dentro de sua rede de apaniguados. Deferido o pedido, o enjeitado era registrado no livro de matrículas. Convém lembrar que o funcionário responsável pelo recolhimento de expostos não foi uma realidade na colônia, mesmo em grandes centros urbanos como Salvador e Rio de Janeiro.²⁶⁴

Várias Câmaras espalhadas pela América portuguesa cumpriram com a obrigação de criar os expostos. No entanto, este foi um processo tortuoso tanto para os oficiais camarários quanto para alguns expostos e indivíduos envolvidos na criação, sobretudo porque financiar a assistência aos enjeitados não saía barato. As reclamações dos homens-bons com os gastos envolvidos na criação dos pequenos desvalidos e o endividamento das municipalidades foram recorrentes no século XVIII; isto foi identificado para Rio de Janeiro, Recife, Mariana, Vila Rica e Porto Alegre.²⁶⁵ Em outras figurações sociais, como na vila de Desterro, no sul da colônia, as autoridades fizeram uso do monopólio da violência para evitar os altos custos com a assistência:

Em 1783, atendendo a uma consulta do conselho da Câmara da vila de Nossa Senhora do Desterro, a respeito da repulsa de muitos moradores em aceitar o encargo de criar as crianças recém-nascidas que eram deixadas à porta de suas casas, respondeu o Ouvidor Manoel Pires Querido Leal que

²⁶³ VENÂNCIO, Renato Pinto. *op. cit.*, 1999. p. 26-27.

²⁶⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 190-191. Ver também FRANCO, Renato. *op. cit.*, 2014. p. 168; OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. *op. cit.*, 1990. p. 18.

²⁶⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. *op. cit.*, 1999. p. 27; NASCIMENTO, Alcileide Cabral. *op. cit.*, 2006. p. 67; ARAÚJO, Cíntia Ferreira. *op. cit.*, 2005. p. 76; DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. *op. cit.*, 2011. p. 67; MELLO E SOUZA, Laura de. O senado da Câmara e as crianças expostas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 30-31; FRANCO, Renato. *op. cit.*, 2014. p. 183; SILVA, Jonathan Fachini da. *op. cit.*, 2014. p. 87-88.

todos os moradores deviam criar os recém-nascidos que encontrassem em suas casas. Advertia o Ouvidor que a Câmara “*não deveria admitir privilégio algum, salvo o de que gozavam os eclesiásticos*” e outros, que “*em razão do seu estado*” poderiam ser alvo de infâmia. O “privilégio”, de isentar-se da responsabilidade de criar os recém-nascidos que encontrassem, restringia-se aos eclesiásticos e às pessoas que, por razões diversas, poderiam ser difamadas se tivessem recém-nascidos ao seu encargo. Os demais moradores estavam obrigados a recolher e criar os recém-nascidos expostos em suas casas, sob a pena de prisão. (Grifo do autor).²⁶⁶

Na região das Minas Gerais, no século XVIII, as autoridades coloniais não obrigaram os moradores a criarem os enjeitados, mas ao longo do século a dívida com os criadores se acumulou de forma espantosa. Em Mariana, acredita-se que o socorro aos expostos teve início em 1737, ano em que os gastos com os pequenos desvalidos foram registrados nos livros de Receitas e Despesas da Câmara.²⁶⁷ Pode-se supor que a vida de alguns criadores de expostos também não foi nada fácil, pois os pagamentos egressos da Câmara deveriam ocorrer trimestralmente ou ao fim da criação, quando o exposto completasse sete anos, caso não morresse antes, o que era mais comum.²⁶⁸

Tanto em Mariana quanto em Vila Rica e em Porto Alegre, as Câmaras não cumpriam integralmente o que era combinado com as famílias criadeiras. Em Mariana foi comum, na segunda metade do século XVIII, que o pagamento da criação fosse interrompido no terceiro ano da criança (final do período da amamentação).²⁶⁹ Em Vila Rica, alguns indivíduos aguardaram por anos até receber um dado valor da municipalidade, quantia que muitas vezes estava aquém do que tinha sido combinado.²⁷⁰ Já em Porto Alegre, no mesmo período, foi identificado que, à medida que o enjeitado crescia na casa da ama, o pecúlio pago tendia a uma redução, como era previsto em Portugal.²⁷¹

Salienta-se ainda que tanto em Mariana quanto em Vila Rica ou Porto Alegre os criadores estava difundidos tanto no nível superior da figuração social, representado pelos próprios oficiais camarários, como no nível inferior, composto por indivíduos pobres de todos os tipos, destacando-se as mulheres forras, o que nos

²⁶⁶ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **op. cit.**, 1990. p. 16.

²⁶⁷ DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. **op. cit.**, 2011. p. 59.

²⁶⁸ ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **op. cit.**, 2005. p. 73.

²⁶⁹ DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. **op. cit.**, 2011. p. 61.

²⁷⁰ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 151.

²⁷¹ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 74-75.

leva a considerar que não eram apenas os moradores depauperados que faziam uso dos auxílios das municipalidades.

Na América lusa a vida não era fácil para ninguém; as Câmaras acumularam dívidas em razão da assistência aos enjeitados e as famílias criadeiras não recebiam o que deveriam receber; qual seria então o tratamento oferecido aos expostos? Estes também sofriam, pois em Mariana, no decorrer do século XVIII, os oficiais da Câmara demonstravam pouco empenho em arcar com a assistência, mesmo se tratando de recém-nascidos brancos.²⁷² Quando tratava-se de um exposto mestiço, tanto em Mariana quanto em Vila Rica a Câmara negava o financiamento da criação; quando o pedido era deferido, por algum descuido do presidente da instituição, e se constatava e denunciava a mestiçagem do exposto, a Câmara chegava ao ponto de pedir a restituição do que tinha sido gasto.²⁷³

Segundo Laura de Mello e Souza, o Senado da Câmara de Mariana, além de pedir a apresentação do certificado de batismo do enjeitado, também cobrava do receptor da criança um atestado de *brancura*;²⁷⁴ ressalte-se que, mesmo em quantidade diminuta e a contragosto, ocorreu a criação de expostos de cor. Para Renato Franco, o abandono de recém-nascidos nunca foi visto como problema em Vila Rica, pois a municipalidade nunca tomou nenhuma atitude para combater o fenômeno; o problema estava no peso que a assistência aos expostos representava para os cofres da Câmara.²⁷⁵

Tentativas de escravização de crianças expostas de cor foram uma regularidade na América ibérica; não foi apenas na Inclusa de Buenos Aires que se solicitou a venda dos enjeitados de cor como cativos. Em 1772, a Câmara de Vila Rica, tal como os oficiais camarários de Mariana em 1763, solicitou ao rei de Portugal a autorização para escravizar temporariamente os expostos negros, mulatos e cabras. Os representantes das Câmaras afirmavam que só assim as escravas deixariam de abandonar seus filhos, parando de causar prejuízos a seus senhores.

A proposta era simples: o exposto de cor ficaria até os 25 anos sob a posse dos seus criadores, ocupado no trabalho compulsório, ou sob o controle do Juiz dos

²⁷² DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. **op. cit.**, 2011. p. 67.

²⁷³ MELLO E SOUZA, Laura de. **op. cit.**, 1991. p. 32-33; ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **op. cit.**, 2005. p. 73; FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 178.

²⁷⁴ MELLO E SOUZA, Laura de. **op. cit.**, 1991. p. 35.

²⁷⁵ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 161.

Órfãos, como uma maneira de restituir o que havia sido gasto em sua criação. Resumo da ópera: tal como a Coroa de Castela negou o pedido da Casa de niños expósitos de Buenos Aires, a Coroa portuguesa também indeferiu o pedido das Câmaras mineiras.²⁷⁶

De acordo com Venâncio, não era fácil a obtenção do auxílio pecuniário para criação de um enjeitado. O Senado da Câmara, que tinha a função de assistir aos pequenos desvalidos, criava diversas barreiras:

Quem procurasse o socorro da câmara, enfrentaria um quadro bem diverso: os portadores de expostos eram interrogados e obrigados a jurar com a mão direita sobre a Bíblia, quando então respondiam se conheciam os respectivos pais do enjeitado; párocos eram consultados sobre a possível origem dos bebês; moradores das vizinhanças também passavam pelo crivo dos escrivães. Assim, o resultado das investigações muitas vezes acabava por excluir o bebê da assistência. Onde o socorro era prestado somente pela municipalidade, o abandono selvagem continuou a ser praticado e a ajuda privada, sem nenhum apoio institucional, foi a principal forma de proteção aos enjeitados.²⁷⁷

A afirmação do autor de que o abandono domiciliar e o acolhimento informal, sem ajuda financeira da Câmara, era a forma primordial de proteção aos recém-nascidos abandonados, foi comprovada em Vila Rica entre os anos de 1750 e 1810: neste período registrou-se mais recém-nascidos expostos batizados do que matriculados no auxílio camarário para custear sua criação.²⁷⁸ É nítido que, fora da assistência institucionalizada em Vila Rica, existiam crianças expostas sendo cuidadas de maneira informal, fosse por seus receptores ou por terceiros.

Reafirmo que na América ibérica as Inclusas e Rodas dos expostos surgiram no século XVIII, especificamente na segunda metade da centúria, estando presentes necessariamente nos grandes centros urbanos, sendo as Câmaras resistentes a financiar a criação dos enjeitados. Assim, restavam apenas as soleiras dos domicílios para os genitores que por algum motivo tiveram a necessidade de abandonar e, ao mesmo tempo, buscavam proteger os filhos recém-nascidos.

Pode-se conjecturar que onde existiam indivíduos praticantes da fé católica havia abandono de crianças recém-nascidas, pois no mundo católico ocidental aquela prática era perfeitamente tolerada, possibilitando que indivíduos tanto do

²⁷⁶ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 160-163.

²⁷⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 2011. p. 191.

²⁷⁸ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 167.

nível superior quanto do nível inferior das configurações sociais praticassem uma demonstração pública de caridade. Em sítios pobres e marginais das regiões periféricas da América ibérica, sem a presença de instituições que cuidassem da criação dos enjeitados, eram os moradores que dividiam entre si os encargos da criação.²⁷⁹

Em regiões onde não havia apoio institucional não se recolhia um exposto com a perspectiva de receber um pecúlio em forma de auxílio; possivelmente o sentimento de caridade e a necessidade de se construir a imagem de bom cristão motivavam o recolhimento e o acolhimento. Em espaços como Córdoba, no Vice-reino do Prata, ou Cartago, na Capitania geral da Guatemala, pertencentes à América hispânica, ou nas vilas de Sorocaba, Curitiba e São João del Rei, territórios da América portuguesa, o abandono foi domiciliar.²⁸⁰

A primeira atitude de um receptor de exposto era buscar o batismo para o recém-nascido; os padrinhos poderiam ser pessoas ligadas aos domicílios receptores ou outros moradores do lugar. A partir daí, os pequenos desvalidos eram inseridos em uma rede de relações pessoais iniciada na pia batismal, representada pelo compadrio. Provavelmente muitos padrinhos colaboraram para a sobrevivência de seus afilhados expostos.

Investigar o trato das pessoas pertencentes aos domicílios receptores com os expostos em áreas sem apoio institucional não é tarefa fácil. Na vila de Sorocaba, na segunda metade do século XVIII, alguns recém-nascidos expostos foram arrolados nos recenseamentos da Capitania de São Paulo como filhos do domicílio receptor, demonstrando uma espécie de inclusão do indivíduo enjeitado na família. No entanto, houve situações na mesma vila em que o exposto era recenseado como agregado, sendo registrado não como um possível membro da família, mas como um indivíduo ligado ao domicílio.²⁸¹ Segundo Mello e Souza,

²⁷⁹ Supomos que em muitas regiões da América portuguesa, mesmo havendo Câmaras, não houve participação desta instituição na criação dos enjeitados.

²⁸⁰ CELTON, Dora E. **op. cit.**, 2008. p. 233-234; SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2005. p. 9; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001. p. 191-204; CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 67-95; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2007. p. 193-216.

²⁸¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001. p. 220.

Para homens e mulheres melhor situados na sociedade, a criação dessas crianças poderia ter o objetivo de aumentar o número de agregados e apaniguados, visando antes conferir estima e status [...].²⁸²

Naqueles espaços da América ibérica predominava o abandono com a intenção de proteger o exposto, buscando-se portas residenciais para a prática do enjeitamento, como contraponto ao abandono infanticida, em que a criança era abandonada em lugares ermos, podendo ser vitimada pelo frio, fome, chuva e, principalmente, animais noturnos.²⁸³ Ou seja, onde não havia Roda dos expostos ou Inclusas, ou onde as Câmaras não faziam valer as leis do reino que as obrigavam a criar os enjeitados, os indivíduos gestavam um pacto de parentesco e vizinhança, assim assistindo aos pequenos desafortunados.

No âmbito das leis, a Coroa portuguesa desde longa data, como já mencionado, elaborou medidas de cuidado aos enjeitados, que claramente não foram postas em prática em todos os rincões do Império; mas nenhuma lei lusitana foi tão “protetora”, pelo menos do ponto de vista teórico, quanto a lei espanhola expressa na Real Cédula de 5 de janeiro de 1794:

[...] en consecuencia de todo, ordeno y mando, por el presente mi Real Decreto (el qual se ha de incertar en los cuerpos de las leys, de España e Indias) que todos los expósitos de ambos sexos existentes, y futuros así los que hayan sido expuestos en las inclusas, o casas de caridad, como las que lo hayan sido, o fueren en qualquier otro paraje, y no tengan padre conocidos, sean tenidos por legitimados, por mi Real autoridad, y por legítimo para todos los efectos civiles generalmente y sin excepcion, no obstante que en alguna o algunas Reales disposiciones se hallan exceptuado alguns casos, o excluido de la legitimación civil para algunos efectos [...] Todos los expósitos actuales y futuros, quedan y han de quedar mientras no consten sus verdaderos padres en la clase de hombres buenos del estado llano general, gosando los propios honores y llevando las cargas sin diferencia de los demas vasayos honrrados de la misma clase [...].²⁸⁴

É notório o quanto a Corte castelhana preocupava-se com a honra dos homens ditos bons de sua formação social. A Real Cédula de 1794 tirava

²⁸² MELLO E SOUZA, Laura. **Norma e conflito**: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999. p. 54.

²⁸³ As pessoas que buscavam a Roda dos expostos para depositar o recém-nascido também praticavam o abandono com a finalidade de proteger. CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 97.

²⁸⁴ ANCR, COMPLEMETARIO COLONIAL, Exp. 3716, 1794, f. 2v-3. Apud SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2005. p. 4.

teoricamente homens e mulheres de uma condição vergonhosa e colocava os possíveis filhos do pecado na posição de honradez.²⁸⁵

No Império luso, muitos filhos bastardos tiveram que ser travestidos na condição de expostos, para não terem que enfrentar a condenação pública; não que isso não tenha ocorrido nas terras de Castela, como discuto nos capítulos seguintes, mas nunca os enjeitados portugueses e luso-americanos foram amparados com lei semelhante.²⁸⁶

Em suma, quando Madri determina tal lei, o fenômeno do abandono de crianças era presente em praticamente todos os rincões da América católica, tanto onde havia assistência institucionalizada quanto onde não havia, como no litoral e nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. Considera-se que a forma de enjeitar não foi única, mas apresentou diversos padrões.

2.3 Padrões de abandono

Expostos, enjeitados, *niños expósitos*, *enfants trouvés*, *foundlings* e *bambinos espostos* indiscutivelmente fizeram parte da realidade do mundo católico ocidental durante o Antigo Regime. Constantemente eram deixados nas portas das casas ou eram encontrados nas ruas ao amanhecer, alguns vivos, outros mortos, com os corpos rasgados e mutilados por animais noturnos. Largar um recém-nascido na soleira de um domicílio, em uma rua erma e escura, em um campo aberto ou na Roda dos expostos era, para homens, mulheres ou mesmo crianças crescidas que acompanhavam os adultos naquela missão, algo bastante comum.

No mundo português e castelhano do Antigo Regime, fosse nos reinos ou nas colônias, a prática do abandono seguia os três padrões mencionados. Abandonava-se em caminhos, ruas, monturos, praias, beiras de rios, espaços abertos, deixando o exposto à mercê das intempéries e, sobretudo, de animais notívagos. Bebês eram depositados nas portas das casas, nos batentes do Senado da Câmara ou nos adros das igrejas. Eram também deixados em instituições que tinham a atribuição de recolher os pequenos desvalidos, ocultando a identidade do expositor e, dentro da concepção católica, protegendo a imagem dos genitores, que poderiam ser pessoas

²⁸⁵ GALÁN, María del Prado de la Fuente. **op. cit.**, 1997, p. 76.

²⁸⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 96.

honradas: as Santas Casas da Misericórdia, com suas Rodas dos expostos, no universo lusitano, e as Casas de Niños expósitos ou Inclusas, para os domínios de Castela.

É de suma importância frisar que as múltiplas formas de abandonar ocorriam simultaneamente, em formações sociais populosas com caráter urbano, como Lisboa, Madri, Salvador, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santa Fé de Bogotá e Recife, entre outras cidades do universo ibero-católico que compunham a figuração maior do mundo cristão ocidental.

En Granada, las autoridades del Real Hospicio piensan que esta situación no tiene arreglo de modo definitivo; se trata de un problema que seguía latente en la ciudad a pesar de los esfuerzos emprendidos en 1753 que concluyen con la creación de una Casa-cuna que garantiza el anonimato a todos aquellos que hasta Ella se acercan a abandonar a su crío. Com todo, los esfuerzos no fueron vanos pero en ningún momento solventaron la práctica de la exposiciones callejeras de forma definitiva.²⁸⁷

Assim, em figurações com Rodas dos expostos ou Inclusas, eram estas instituições o principal destino de enjeitados; muitas vezes uma casa recebedora de recém-nascidos tinha um grande raio de ação, atraindo enjeitados de outras regiões, como foi o caso da Roda da cidade do Porto.²⁸⁸ Quando as instituições receptoras não existiam, os recém-nascidos indesejados eram deixados ao léu ou em umbras de residências.

Para Laura de Mello e Souza, o ano de 1775 representou o momento em que “[...] intensificou-se a luta pela criação das rodas de expostos nas Misericórdias ou mesmo em casas de particulares, desde que seus habitantes fossem casais honrados e de bons costumes”.²⁸⁹ Assim,

O marquês de Pombal, ministro do rei D. José (1714-1750-1777), reformou a assistência aos expostos de Lisboa (a cargo da Misericórdia) em 1775. Mas

²⁸⁷ GALÁN, Maria del Prado de la Fuente. Ilegitimidad y abandono en la Granada del siglo XVIII: un establecimiento para partos de expósitos ilegítimos. **Chronica nova**, n. 27, p. 9-21, 2000. p. 15.

²⁸⁸ No entanto, a Roda também poderia dispersar os enjeitados para fora de sua jurisdição, quando enviava os recém-nascidos para o domicílio das amas-de-leite. SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 284-292. Ver também FONTE, Teodoro Afonso da. A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas Rodas à dispersão rural pelas amas. **I Congresso Histórico Internacional – as cidades na história**: população. Guimarães: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Universidade do Minho, 2012. p. 249-252.

²⁸⁹ MELLO E SOUZA, Laura de. **op. cit.**, 1999. p. 67.

foi durante o reinado de D. Maria (1777-1816) que o socorro a estas crianças foi reorganizado a nível nacional por ordem de 24 de maio de 1783, emanada da Intendência Geral da Polícia dirigida por Pina Manique. Pese embora o não cumprimento integral da legislação, o sistema instalado em Portugal foi pioneiro no panorama europeu, porque conjugava a proliferação de receptáculos com a grande uniformidade institucional e financeira e a fiscalização por parte de um organismo central.²⁹⁰

Cabe lembrar que neste mesmo período a Coroa de Castela também buscava ampliar no território do Reino sua já consolidada rede de Casas de niños expósitos, inclusive investigando denúncias de maus-tratos contra os pequenos.²⁹¹ Mesmo havendo permissão do governo metropolitano português para instalação de rodas nos domicílios, é certo que isso não ocorreu no principal núcleo de povoamento da freguesia da Cidade do Natal, principalmente por causa da quantidade diminuta de expostos, 157 casos que surgiram durante a transição do século XVIII para o XIX.

Em pequenas vilas e povoados como Natal, onde não havia assistência institucionalizada ou mesmo um Senado da Câmara preocupado com o fenômeno do enjeitamento²⁹², a prática do abandono de recém-nascidos seguiu um padrão comum: meninos e meninas com poucas horas ou dias de vida foram deixados exclusivamente junto aos domicílios, não ocorrendo enjeitamentos em espaços públicos com a finalidade de descarte do rebento.

A Tabela 11 permite perceber em que medida mães, pais, avós, tios ou indivíduos diretamente ligados aos genitores abandonaram crianças nas terras da freguesia da Cidade do Natal. Em toda a transição do século XVIII para o XIX, entre os anos de 1753 e 1835, foi possível contabilizar 5.381 recém-nascidos livres e forros que receberam o batismo, dos quais apenas 157 eram expostos; com isso, arrolou-se um índice bastante baixo de pequenos abandonados, apenas 2,9%.²⁹³ A porcentagem é pequena quando comparada às de outras localidades da América Ibérica.

²⁹⁰ LOPES, Antónia Maria. As mulheres e as famílias na assistência aos expostos. Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 290-322, jul./dez. 2013. p. 292.

²⁹¹ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 33.

²⁹² Por não ter havido uma organização associativa ou mesmo uma instituição própria para recolher expostos, pode-se aventar que possivelmente todos os recém-nascidos brancos e pardos abandonados na região eram filhos de moradores da freguesia da Cidade do Natal; a existência de uma Roda dos expostos na figuração provavelmente teria atraído enjeitados da vila de São José, ao sul, e da vila de Extremoz, ao norte da freguesia.

²⁹³ Para a obtenção do índice de abandono foram considerados apenas os assentos de batismo de crianças livres e forras.

Na segunda metade do século XVIII, nos centros urbanos de Minas Gerais, a porcentagem de expostos chegava a 10% das crianças batizadas, atingindo freqüências assustadoras que oscilavam entre 20% e 25% em regiões portuárias como Salvador e Rio de Janeiro, entre 1760 e 1799.²⁹⁴ Na mesma época, do outro lado do Atlântico, em Granada, o índice de abandono atingiu 28%.²⁹⁵

TABELA 11 - ÍNDICE GERAL DO ABANDONO DE CRIANÇAS RECÉM-NASCIDAS NA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL - 1753-1835

Batismo de livres	Batismo de expostos	Nº Rel. de expostos
5.381	157	2,9%

FONTE: Livros de Batismo da Freguesia da Cidade do Natal.

Segundo Mello e Souza, “[...] zonas urbanas expunham mais as crianças do que zonas rurais, onde as transformações lentas e as solidariedades mais acentuadas propiciavam melhor recepção aos enjeitados”.²⁹⁶ Para estudar a freguesia da Cidade do Natal, localizada em uma capitania periférica sem grande representatividade econômica, a pequena freqüência da prática de abandonar os pequeninos pode ser comparada com outros espaços ibéricos na América caracterizados por economias não exportadoras, voltadas a uma produção para o auto-sustento e comércio local.

Na freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (vila do Príncipe), localizada no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1788 e 1811, contabilizando 5,6%.²⁹⁷ Salienta-se que o índice identificado por Macedo é apenas um pouco superior ao da freguesia da Cidade do Natal, mas, mesmo assim, corresponde a um número relacionado a uma economia que também não era de exportação, mesmo considerando que aquela região da capitania fornecia gado para Pernambuco e para o litoral.

²⁹⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1988. p. 30. Ver também VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 2011. p. 192; VENÂNCIO, Renato Pinto. Entregues à própria sorte. **Nossa História**, Biblioteca Nacional, n. 9, p. 42-48, jul. 2004. p. 42.

²⁹⁵ GALÁN, Maria del Prado de la Fuente. **op. cit.**, 2000. p. 21.

²⁹⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. **op. cit.**, 1999. p. 56.

²⁹⁷ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundo mestiço: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX**. 150f. Monografia (Bacharelado em História) – CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2002. p. 106.

É importante observar que a freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (vila do Príncipe) era um ponto nodal nas rotas do comércio de gado em pé. Todos os caminhos de gado da Capitania de Pernambuco e suas anexas conduziam ou se conectavam aos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte.²⁹⁸

Por outro lado, ao avançar para o centro-sul da América portuguesa percebe-se a existência de índices semelhantes ao da freguesia da Cidade do Natal ou até bem menores. Em uma sociedade composta por pescadores e pequenos agricultores no litoral de São Paulo, Ubatuba, na segunda metade do século XVIII e princípio do século XIX, entre 1785 e 1830, a prática de abandonar recém-nascidos quase não existiu, pois o índice correspondia a 0,6%.²⁹⁹

Na freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, entre 1754 e 1786, o índice de exposição foi de 5,5%.³⁰⁰ Em outras figurações, como Guaratiba (1764-1765), Irajá (1765-1766), Jacarepaguá (1760-1799) e Inhaúma (1756-1758), no Rio de Janeiro, os números relativos de abandono de recém-nascidos eram respectivamente de 2,0%; 4,1%; 3,0%; 4,3%³⁰¹, tão ínfimos quanto o do litoral da Capitania do Rio Grande do Norte, representado pela Cidade do Natal.

Em outros espaços da América portuguesa esses pequenos índices de enjeitamento também foram uma realidade. Em Catas Altas, entre 1775 e 1875, região de economia fundamentada na agricultura de subsistência, observa-se que o número relativo de expostos identificado não foi significativo, ficando na ordem de 2,4% no final do século XVIII.³⁰² Também detectaram-se cifras bastante baixas em outras figurações das Minas Gerais, com relação à prática de enjeitar: Cachoeira do Brumado, São José do Raposo e Crasto de Cima apresentaram índices de apenas 0,2% de expostos.³⁰³

Ao mover o foco de observação para o oeste, detectaram-se índices baixíssimos de abandono, o que, grosso modo, nos permite afirmar que tais figurações não abandonavam seus recém-nascidos. Em Goiás, após a crise da mineração, entre 1800 e 1830, constatou-se um índice de 0,9% de exposição de

²⁹⁸ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 205f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 51-52.

²⁹⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **op. cit.**, 1986. p. 172.

³⁰⁰ FÁRIA, Sheila de Castro. **op. cit.**, 1998. p. 70.

³⁰¹ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1988. p. 30.

³⁰² VENÂNCIO, Renato Pinto. Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875. **Diálogos**, v. 4, n. 4, p. 111-123, jan./dez. 2000. p. 115.

³⁰³ MELLO E SOUZA, Laura de. **op. cit.**, 1999. p. 57.

crianças³⁰⁴; em Cuiabá, na primeira metade do século XIX, as cifras são ínfimas, e assim permaneceram ao longo do século. Em 1833 foi fundada a única Roda dos expostos do Centro-Oeste, que, em 16 anos de funcionamento, só recebeu um enjeitado.³⁰⁵ Aventa-se a hipótese de que, naquela formação social, os pequenos eram deixados nas portas.

No centro-sul da América lusa, São Paulo apresentou faixas variadas de índices de abandono; na freguesia da Sé, 15,9% (economia de mercado interno); já as freguesias da Penha (1805-1864) e de Nossa Senhora do Ó (1802-1839) apresentaram taxas de abandono da ordem de 5,4% e 2,8% respectivamente, ressaltando-se que eram regiões voltadas para uma economia de pequeno comércio e produção de alimentos.³⁰⁶

Em outras regiões das Minas Gerais foram aferidas, na passagem do século XVIII para o XIX, taxas elevadas de abandono. Em São João del Rei, entre 1736 e 1850, deparou-se com um significativo índice de 8%;³⁰⁷ número semelhante foi arrolado para a povoação de Mariana, entre 1800 e 1833 - 8,2%.³⁰⁸ Em Vila Rica, entre 1740 e 1804, identificou-se um índice estratosférico de enjeitamento, que oscilava entre 16% e quase 18%; leve-se em consideração que eram vilas e cidades, figurações de grandes proporções.³⁰⁹

Deslocando-nos para os espaços meridionais, tomando como ponto de partida a vila de Sorocaba, região ligada ao comércio de gado e transportes, foi calculado um índice de exposição de recém-nascidos da ordem de 4,1% entre 1679 e 1845.³¹⁰ Chama a atenção nesta taxa de abandono a similaridade com o índice

³⁰⁴ VALDEZ, Diane. Inocentes expostos: o abandono de crianças na província de Goiás no século XIX. **Inter-Ação**, v. 1, n. 29, p. 107-129, jan./jun. 2004. p. 115.

³⁰⁵ PERARO, Maria Ademar. Expostos e ilegítimos em Cuiabá: sociabilidade, estratégias e parentesco espiritual, século XIX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 289.

³⁰⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza; VENÂNCIO, Renato Pinto. Crianças abandonadas e primitivas formas de proteção. **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1990. v. 1. p. 325. Ver também VENÂNCIO, Renato Pinto. Criança sem amor: o abandono de recém-nascidos na cidade de São Paulo (1760-1860). **Seminário permanente de estudos da família e da população no passado brasileiro**. São Paulo: USP, s/d. p. 5-9; SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O problema dos expostos na Capitania de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, t. 30, São Paulo, 1980/1981. p. 153.

³⁰⁷ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Crianças expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan./jun. 2006. p. 117.

³⁰⁸ ARAÚJO, Cintia Ferreira. **op. cit.**, 2005. p. 53.

³⁰⁹ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 86.

³¹⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001. p. 197.

identificado para a vila do Príncipe, nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte (5,6%), região também envolvida com a pecuária e o comércio de gado.

Na figuração da Lapa, sul da Capitania de São Paulo, calculou-se um índice de enjeitamento de 5,2% entre os anos de 1770 e 1829; considere-se que a Lapa, tal como Sorocaba e a vila do Príncipe, estava envolvida no comércio de gado, transporte e trânsito de tropeiros.³¹¹ Na vila de Curitiba, na segunda metade do século XVIII, foi arrolado um percentual de 9,1% de rejeitados pelas portas,³¹² índice significativo e semelhante ao de algumas regiões das Minas Gerais, porém bem aquém das cifras mensuradas para zonas urbanas e exportadoras.³¹³

Ao sul da vila de Curitiba, na Capitania de Santa Catarina, o Senado da Câmara da vila de Desterro (atual Florianópolis) registrou em seus Termos de Vereação, na segunda metade do século XVIII, um contingente de 51 expostos; considerando que a vila em 1795 tinha uma população de 3.757 moradores, vislumbra-se o quão mínimo era o enjeitamento de recém-nascidos.³¹⁴

A vila de Porto Alegre, no Rio Grande de São Pedro, não era diferente de outros espaços luso-americanos, onde os indivíduos seguiram enjeitando seus rebentos em portas de domicílios, nos caminhos e nas margens dos rios. Para aquela povoação, registrou-se um índice de exposição de 4,8% entre os anos de 1772 e 1810³¹⁵, mensuração muito parecida com as de espaços praticantes de agricultura para auto-sustento e comércio local, porém um pouco maior do que a identificada para a Cidade do Natal.

Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, entre os anos de 1740 e 1790, registrou-se um índice de 2,4% de expostos, percentual menor que o

³¹¹ VALLE, Marília Souza do. **op. cit.**, 1983. p. 320.

³¹² CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 72.

³¹³ A vila de Curitiba “[...] era um modesto vilarejo assentado primordialmente na lavoura de subsistência, criação e comércio de gado, impulsionada pela demanda por gêneros de primeira necessidade surgida nas regiões mineradoras situadas ao centro da colônia”. CAVAZZANI, André Luiz M. Expostos, enjeitados e estratégias matrimoniais na Vila de Curitiba colonial. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 203.

³¹⁴ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **op. cit.**, 1990. p. 20.

³¹⁵ SILVA, Jonathan Fachini da. Quando os anjos batem em sua porta: o fenômeno da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al.* **História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos, 2014-b. p. 152.

da vila de Porto Alegre.³¹⁶ Antes da ocupação castelhana na vila do Rio Grande, extremo sul da colônia, em 1763, Martha Daisson Hameister aponta a existência de recém-nascidos enjeitados, afirmando apenas que eram poucos, sem apresentar mensuração.³¹⁷

Para além das fronteiras do Império luso na América, algo mais que a religião católica, a escravidão, as práticas mercantilistas, os aspectos misóginos da sociedade e a origem ibérica conectava os dois mundos compostos por súditos das Coroas de Castela e de Portugal: o costume do abandono de recém-nascidos.

Na região do Rio da Prata, em uma freguesia rural denominada Pago de la Costa, foi possível constatar a presença de *niños expósitos* durante o século XVIII, tendo-se apresentado um índice de enjeitamento de 7,8%.³¹⁸ Indiscutivelmente um índice baixo, típico de regiões produtoras e dispersoras de gado; a taxa arrolada aproxima-se de várias regiões da América portuguesa, como Curitiba, Mariana e São João del Rei.

Na América castelhana os *niños expósitos* eram uma constante, tal como no mundo português, existindo em todos os rincões dos Vice-reinados e Capitânicas gerais,³¹⁹ egressos de todos os níveis da hierarquia social. Contraponto geográfico e comportamental da freguesia de Pago de la Costa, localizada no Vice-reino do Prata, foi a cidade de Cartago, localizada na Capitania geral da Guatemala, sede da Província da Costa Rica. Arrolou-se para aquela figuração no período entre 1738 e 1821 uma porcentagem de 0,9% de *niños expósitos*,³²⁰ taxa mínima de abandono que se distancia da freguesia do Rio da Prata e aproxima-se de regiões da América de Portugal como a Cidade do Natal, Ubatuba, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão e algumas regiões de Minas Gerais.

³¹⁶ SCOTT, Ana Silvia Volpi; CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; SILVA, Jonathan Fachini da. La exposición de niños en los espacios coloniales portugueses y españoles. In: FLECK, Elaine C.; Deckmann, REGUERA, Andrea. (Dir.). **op. cit.**, 2014. p. 77.

³¹⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). 474f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 191.

³¹⁸ OLIVEIRO, Sandra. **op. cit.**, 2005. p. 1335.

³¹⁹ Unidades administrativas criadas pela Coroa espanhola durante a dominação colonial, a saber: Vice-reino de Nova Espanha (sede na cidade do México); Vice-reino de Nova Granada (sede em Santa Fé de Bogotá); Vice-reino do Peru (sede em Lima) e Vice-reino do Prata (sede em Buenos Aires). As Capitânicas gerais eram regiões com menor potencial econômico, mas de importância estratégica; foram elas: as Capitânicas gerais de Cuba, Venezuela, Guatemala e Chile.

³²⁰ SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2005. p. 3.

Em Buenos Aires, cidade portuária extremamente movimentada, onde uma *Casa de niños expósitos* foi criada em 1779, o que surpreendeu foi o baixo nível de enjeitamento na instituição entre os anos de 1779 e 1823, aferido em 5%.³²¹ Acredita-se que na capital do Vice-reino do Prata homens e mulheres que desejavam enjeitar seus rebentos mantiveram as antigas práticas, largando-os nas ruas ou buscando o umbral de uma residência para depositar o recém-nascido. Destaca-se que este é um problema dos estudos baseados nas Rodas e *Inclusas*, pois não observam cada batismo, como este estudo, não sendo assim possível aferir números exatos de abandono, sabendo-se apenas daqueles realizados nas instituições destinadas à exposição.

Ainda em território do Vice-reino do Prata, “[...] ubicado en el centro del Virreinato, el territorio de la actual provincia de Córdoba se encontraba en el cruce de caminos para el comercio, legal e ilegal, entre Buenos Aires, Chile y el Alto Perú”.³²² Para aquele espaço colonial identificou-se um índice de abandono da ordem de 4,9%³²³ entre os anos de 1760 e 1799, percentagem típica de regiões caracterizadas pela circulação de crianças; em Córdoba, os recém-nascidos eram deixados nos umbrais das casas para serem recolhidos e batizados.³²⁴

Enquanto isso, na Capitania geral do Chile, em Santiago e seus arredores, a presença de *niños expósitos* resultou na criação da *Inclusa* ou *Casa de Huérfanos de Santiago* em 1758, a princípio uma instituição pobre e com pouca organização, mas que teve uma missão gigantesca³²⁵, já que, na passagem do século XVIII para o XIX, a quantidade de recém-nascidos deixados na instituição cresceu progressivamente.³²⁶

Também no Vice-reino do Peru, um dos grandes centros políticos e econômicos da América castelhana, ocorreu o enjeitamento de meninos e meninas,

³²¹ MORENO, José Luis. **op. cit.**, 2000. p. 673.

³²² KÜFFER, Claudio F.; TEIXEIRA, Paulo Eduardo; COLANTONIO, Sonia E. Hogares, familias, género y jefaturas de hogar en dos poblaciones latinoamericanas (Punulla, Córdoba, Argentina; Campinas, São Paulo, Brasil) a fines del siglo XVIII. **Estudios históricos-CDHRP**, n. 3, p. 1-23, dez. 2009. p. 1.

³²³ SCOTT, Ana Silvia Volpi; CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 81.

³²⁴ CELTON, Dora E. **op. cit.**, 2008. p. 240.

³²⁵ MILANICH, Nara. **op. cit.**, 2001. p. 80.

³²⁶ VALDERRAMA, Manuel Delgado. **op. cit.**, 2001. p. 106. Ver também ARAYA, Natalie Guerra. Representaciones del cuerpo-niño: desprotección y violencia en Chile colonial. p. 67. Disponível em: <<http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/miradas/mirada004.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2013.

fossem brancos filhos de espanhóis, egressos das famílias *criollas*, mestiços ou índios.

A *Casa de niños expósitos* de Arequipa foi fundada em 1788; na sede do Vice-reinado, Lima, uma *Casa* fora criada oficialmente em 1603, décadas antes da *Casa de niños expósitos* de Santa Fé de Bogotá, e muito antes da criação de instituições similares na América portuguesa. A organização recolhadora de expostos surgiu a partir de um cenário já conhecido em toda a América ibérica: recém-nascidos deixados pelas ruas, nas cercanias das igrejas ou nas portas dos domicílios. Em meados do século XVIII, Lima foi atingida por um terremoto; a partir daí, iniciou-se a reconstrução da *urbs* e a reorganização da assistência aos expostos limenhos.³²⁷ Não foi possível identificar o índice de abandono para aquela formação social.

No Vice-reino de Nova Granada a instituição receptora de enjeitados surgiu em meados do século XVII³²⁸, porém o *torno* só seria instalado em meados do século seguinte, um pouco depois das Rodas de Salvador e do Rio de Janeiro. Mesmo com tal aparato assistencial, a figuração de Santa Fé de Bogotá continuou a assistir ao enjeitamento de recém-nascidos em portas de casas e igrejas e nas ruas.

Identificaram-se, entre os anos de 1750 e 1799, 133 recém-nascidos deixados em igrejas; outros eram recolhidos e batizados por casais.³²⁹ Em 1777, a primeira contagem populacional realizada em Cartagena de Indias, por ordem do Vice-rei Don Manuel Guirior, revelou a presença de expostos vivendo em domicílios receptores, demonstrando como alguns genitores em terras coloniais de Castela passavam o ônus da criação de seus rebentos a outros.³³⁰

Na parte norte da América hispânica, no Vice-reino de Nova Espanha, recém-nascidos enjeitados em Puebla motivaram a organização da primeira *inclusa* da América de Castela, em 1604.³³¹ A grande quantidade de crianças mestiças que perambulavam pelos muitos espaços do Vice-reinado possibilitou a criação, em meados do século XVIII (1763-1767), da *Casa de niños expósitos* da Cidade do

³²⁷ HUAMÁN, Richard Chuhue. **op. cit.**, 2014. p. 107-112.

³²⁸ CARRERO, Alexandra Mancera. Niños expósitos y menores en Bogotá: 1791-1920. **Nómadas**, Bogotá, n. 36, p. 225-237, abr. 2012. p. 228.

³²⁹ ACOSTA, Elsa María Bocanegra. **op. cit.**, 2007. p. 15-16.

³³⁰ RODRÍGUEZ, Pablo. Família e vida urbana no cotidiano colonial: Cartagena de Indias no século XVIII (trad. Ronaldo Vainfas). **Revista Tempo**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 1-8, dez. 1999. p. 3.

³³¹ RODARTE, Rosa Isela; OROZCO, Guillermo Hernández. Internamiento de menores en la época del virreinato. **XI Congreso Nacional de Investigación Educativa**. México, D.F: UNAM, 2011. p. 2.

México.³³² Estas organizações são mais antigas que algumas Rodas da Península Ibérica.

Neste período, as Rodas dos expostos de Salvador e Rio de Janeiro já funcionavam em “toda sua potencialidade”³³³ e as autoridades de Pernambuco solicitavam a criação de uma Roda na vila de Santo Antônio do Recife,³³⁴ enquanto na pequena Cidade do Natal meninos e meninas recém-nascidos eram deixados pelas soleiras e junto aos domicílios.³³⁵

Percebe-se, a partir dos índices de enjeitamento apresentados para múltiplas figurações da América ibérica, o quanto foi regular o abandono de recém-nascidos; o fenômeno estava presente em toda a formação social do mundo ibérico moderno, motivando a criação de *Inclusas*, Rodas dos expostos e fintas por parte das Câmaras municipais e *Cabildos* para a assistência aos enjeitados.

O padrão de comportamento dos moradores da Cidade do Natal no tocante ao abandono possibilitou que todos os expostos convergissem para os domicílios, mesmo havendo outras possibilidades de abandono onde também seriam facilmente encontrados, caracterizando, desta forma, um abandono protetor.

É consenso entre os historiadores do abandono de crianças que o enjeitamento em domicílio foi a forma mais recorrente de se expor um recém-nascido à assistência. Como dito há pouco, mesmo em figurações com assistência institucionalizada, como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Lima e Santa Fé de Bogotá, as portas das casas eram pontos referenciais para o enjeitamento.

Em Natal, os degraus da porta do Senado da Câmara não foram locais de abandono, mas poderiam ter sido, pois se alguém enjeitasse um recém-nascido lá à noite, como era de costume, o pequeno seria encontrado por algum membro da casa. Caminhos, beiras de rios e mesmo a praia também estavam fora do roteiro de abandono dos indivíduos de Natal.

³³² AIZPURU, Pilar Gonzalbo. La Casa de niños expósitos de la Ciudad de México – una fundación del siglo XVIII. p. 412. Disponível em: <http://codex.colmex.mx:8991/exlibris/aleph/a18_1/apache_media/API74T5K2DD3JN7YRR37BUXRDJ6S71.pdf> Acesso em: 3 jan. 2014.

³³³ Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999.

³³⁴ Cf. NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006.

³³⁵ Cf. PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. Deixados nas portas: o abandono de recém-nascidos na Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1753-1795). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013.

Realizando um exercício imaginativo, aventa-se as capelas como possíveis locais de abandono, em função da distribuição destas pequenas igrejas pela zona rural e da dispersão da população por sítios e fazendas. A Fortaleza dos Reis Magos, a uma distância de meia légua da Cidade do Natal, seria o ambiente perfeito para o ato de infanticídio, sendo um espaço aberto, ermo, sujeito às variações da maré. Talvez isto tenha ocorrido, mas não houve registro.

As igrejas em Natal eram prédios centrais, sendo bastante próximas umas das outras; seriam também uma possibilidade para alguém que buscava enjeitar, como ocorreu em 17 de agosto de 1768, quando foi encontrada junto à matriz uma criança morta; seu assento de óbito encontra-se mutilado, deixando saber somente isso³³⁶; não se sabe se foi batizada; mas como batizar um corpo morto? Talvez tenha sido batizada *in extremis*, para ser enterrada em solo santo.

Enfim, este caso não foi arrolado na tabela, pois a criatura não teve assento de batismo; esta exceção não desfaz o padrão de abandono unicamente domiciliar dos moradores da freguesia. Todavia, as igrejas matrizes de diversos rincões do mundo castelhano na América eram lugares de enjeitamento: na mesma época, em Santa Fé de Bogotá, dezenas de recém-nascidos foram deixados na igreja de la Nieve e, sobretudo, na Catedral da cidade.³³⁷

A tabulação anterior prova, a partir de uma amostragem, que os genitores da freguesia da Cidade do Natal tinham uma preocupação expressa com o destino de seus filhos enjeitados; não se tratava de um abandono aleatório, mas sim de uma ação consciente de salvaguarda aos pequenos corpos, por motivos vários e extremamente específicos. A maneira como os pais abandonaram regularmente seus filhos na freguesia e a singularidade dos locais confirmam o raciocínio de Marcílio:

[...] vendo o fenômeno do abandono de crianças na perspectiva histórica ampla, abrangente, podemos afirmar, sem incorrer em grandes erros, que a maioria das crianças que os pais abandonaram não foram assistidas por instituições especializadas. Elas foram acolhidas por famílias substitutas.³³⁸

³³⁶ PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. Os enjeitados da Capitania do Rio Grande do Norte. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças - De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 233.

³³⁷ ACOSTA, Elsa María Bocanegra. **op. cit.**, 2007. p. 15.

³³⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 55.

2.4 O baixo índice de abandono

Pode-se dizer que os homens e mulheres da freguesia da Cidade do Natal praticamente não abandonavam seus filhos recém-nascidos, considerando o baixo índice de enjeitamento (2,9%), em comparação aos genitores de outras espacialidades das Américas portuguesa e castelhana. Mas, de qualquer forma, o enjeitamento foi uma realidade e os recém-nascidos abandonados existiram na freguesia, assim como em todos os outros rincões do mundo ibero-americano, variando a freqüência de seu surgimento conforme o lugar e a época.

Já apresentados o perfil econômico e a dinâmica mercantil da Capitania, volto à questão central: o baixo índice de enjeitamento de crianças recém-nascidas no território da freguesia da Cidade do Natal. Como já visto, a freguesia estava envolvida na produção de feijão, arroz, milho, farinha e coco, e consumia o gado menor vindo do sertão; havia pouco mais de 2.000 escravos no termo de Natal, concentrando em torno de 50% da mão-de-obra compulsória da capitania. Suponho que a maior parte dos cativos estava concentrada ao sul, na vila de São José do Rio Grande, já que lá estavam localizados 22 engenhos produtores de açúcar e derivados. Segundo Manuel Correa de Andrade, Natal e sua freguesia não centralizavam nem a produção de açúcar nem os currais criatórios.³³⁹

Ou seja, os indivíduos da freguesia estavam empregados na pequena agricultura, pequena criação, pesca de rede e no comércio local, não abandonando seus filhos recém-nascidos na mesma proporção que os indivíduos pertencentes aos grandes centros urbanos da América ibérica. Em Natal, uma criança recém-nascida representava, caso não morresse nos primeiros dias ou meses de vida, uma mão-de-obra suplementar para os muitos domicílios desprovidos de escravos. Partindo desta premissa, é possível que homens e mulheres unidos pelo laço do casamento ou mesmo vivendo em relações estáveis sem o aval da Igreja retivessem suas crianças, não importando em que nível da figuração social estivessem. Tais

³³⁹ ANDRADE, Manuel Correa de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: EDUFRN, 1981. p. 24. Ver também DIAS, Thiago Alves. Produção, consumo e comércio nas Vilas do Rei. **Mneme – Revista de humanidades**, Caicó, v. 14, n. 26, p. 1-31, jan./jul. 2013. p. 1-2.

genitores, em sua maioria, só enjeitavam quando o ato tinha uma função, uma significação.

Não foi possível identificar um elemento catalisador do abandono de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal; seu índice de enjeitamento está entre os mais baixos da América portuguesa, e o índice de abandono, no período estudado, nunca passou por oscilações significativas.

Não houve grandes variações nem mesmo em momentos de crise provocados pelas estiagens que periodicamente acometiam as terras do norte da América portuguesa, causando escassez de alimentos e aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. O flagelo das secas se fez sentir com grande intensidade nas décadas de 1760, 1770 e 1790.³⁴⁰ O momento nevrálgico da ausência de inverno na Capitania do Rio Grande do Norte foi entre 1790 e 1793,³⁴¹ a ponto de, em 1791, o Governador expor a calamitosa situação ao Conselho Ultramarino.³⁴²

Nascimento aponta que a falta de água foi uma realidade para além dos limites geográficos da Capitania do Rio Grande do Norte:

Um dos momentos mais difíceis de escassez de alimentos foi provocado pela seca que assolou Pernambuco entre 1791 e 1793. [...] nesses anos muitas pessoas morreram por falta de comida. A morte do gado, a devastação da plantação, alta dos preços e a migração para o Recife levaram uma parcela da população a passar fome e é provável que a Casa dos Expostos, criada já há quatro anos, tenha se tornado uma das alternativas das famílias e/ou mulheres pobres obterem auxílio público, abandonando na Roda os filhos que não podiam alimentar. Em 1790 um alqueire de farinha custava dois mil réis, e nesse período de seca a ganância desenfreada dos atravessadores elevou a patamares inacessíveis o preço do gênero. Se atentarmos para o fato de que a farinha era o alimento básico e o mais barato para a população livre e escrava e, em vários momentos, serviu como moeda de pagamento dos soldados reais, e como moeda perdurou nas economias locais do interior por muitos anos, compreenderemos que a situação era de calamidade pública.³⁴³

³⁴⁰ SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**. 3. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010. p. 96.

³⁴¹ ALVES, Joaquim. **História das secas (séculos XVII-XIX)**. Mossoró: ESAM, 1982. p. 55.

³⁴² AHU-ACL-CU-018, Cx. 8, Doc. 483. OFÍCIO do sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao Secretário de Estado e Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre o estado da capitania à data de sua posse; epidemias de bixiga; escassez de carne, farinha e peixe; falta de militares e armamento; dando conta das providências tomadas, nomeadamente a arrematação do contrato das carnes e queixando-se da falta de jurisdição e autoridade para prover oficiais de justiça e fazenda e passar patentes e cartas de sesmarias. Anexos: atestação dos oficiais da Câmara de Natal, mapa do rendimento dos contratos dos dízimos, mapa dos corpos auxiliares e companhias de infantaria, armamento da Fortaleza dos Reis Magos e provisão. Natal, 29 de abril de 1791.

³⁴³ NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **op. cit.**, 2006. p. 88.

O aumento dos preços mencionado por Nascimento também ocorreu na freguesia da Cidade do Natal. A carne fresca ou verde, assim como a salgada, apresentou um preço médio, durante quase todo o século XVIII, de \$400 réis a arroba, valor determinado pelo Senado da Câmara. No entanto, entre os anos de 1780 e 1793 constatou-se uma alta no preço do alimento, principalmente em função das estiagens, já que também deve-se considerar que em alguns momentos os contratadores negligenciaram o fornecimento do gênero.

O sal, apesar de sua quantidade e oferta no litoral da Capitania, também passou por aumentos progressivos;³⁴⁴ em 1793, a carne seca, que necessitava de um trato especial em sua feitura, chegou a ter sua comercialização permitida por até 1\$240 réis a arroba, chegando em 1795 a ser permitida a venda por 1\$600 réis.³⁴⁵

A farinha de mandioca, produto consumido em quase toda a América portuguesa, passou por um aumento significativo na segunda metade do século XVIII. Em 1760, a venda do alqueire do gênero foi permitida pela Câmara pelo preço máximo de \$640 réis, sendo que, no início da década de 1790, período da grande seca, a comercialização foi permitida por um máximo de 1\$280 réis, chegando, em 1792, a ser vendida por 2\$400 réis o alqueire.³⁴⁶

Em 23 de janeiro de 1790, o Senado da Câmara de Natal emitiu a seguinte notificação:

Notificar aos jangadeiros, tresmalhos e barqueiros, para não levarem peixe seco para fora dessa cidade sem primeiro o terem a vender ao povo por oito dias contados até o primeiro de fevereiro e o mesmo mandado se estende sobre a farinha, arroz e feijão, e ao almotacé vigorasse este mandado fazendo pagar para esta Câmara de condenação aos transgressores [...].³⁴⁷

A necessidade de gêneros de primeira ordem era premente; a carestia de alimentos muito possivelmente foi um demônio presente em quase todos os domicílios da freguesia naquele ano, a ponto de mobilizar os oficiais da Câmara a procurarem reter a todo custo víveres em sua jurisdição. Mesmo assim, a exposição de recém-nascidos foi mínima, deixando evidente que o ato de abandonar, naquele

³⁴⁴ DIAS, Thiago Alves. **op. cit.**, 2011. p. 202.

³⁴⁵ DIAS, Thiago Alves. **op. cit.**, 2007. p. 22-23.

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 27.

³⁴⁷ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1784-1803, f. 122v.-123.

espaço da América ibérica, não foi uma atitude de desamor e nem é totalmente explicável pelo prisma dos aspectos materiais.

A relação entre crises de abastecimento e abandono de crianças apresentou aspectos variados dentro dos limites do mundo colonial português e castelhano. Na cidade do Rio de Janeiro, o aumento dos preços de víveres foi acompanhado pelo aumento dos números de enjeitamento, enquanto na cidade de Salvador, no mesmo período, as curvas que representavam o aumento dos preços de alimentos e do abandono de recém-nascidos eram inversamente proporcionais.³⁴⁸ Já em Santa Cruz de la Palma, crises no setor agrícola levaram a uma mudança no comportamento de homens e mulheres, que passaram a enjeitar mais seus neonatos,³⁴⁹ tal como no Vice-reino de Nova Espanha, na paróquia de Sagrario de Puebla.³⁵⁰

Por outro lado, fosse em terras da Coroa portuguesa, fosse nos domínios de Castela, filhos ilegítimos poderiam desprestigiar a imagem de algumas pessoas tanto no nível superior da figuração social, quanto no inferior, sendo motivo para o enjeitamento, especialmente levando em conta que os índices de bastardia no mundo colonial eram significativos. Maria Beatriz Nizza da Silva é categórica ao afirmar que “durante todo o período colonial, o abandono de recém-nascidos no Brasil tinha mais a ver com a honra das mães solteiras do que com as dificuldades enfrentadas por um casal pobre para criar os filhos”.³⁵¹

Filhos ilegítimos eram classificados em: naturais, espúrios, sacrílegos, adúlteros e incestuosos³⁵²; a bastardia estava presente em ambos os níveis da figuração social e para além dos limites do universo ibérico.³⁵³ Na freguesia da Cidade do Natal, os registros de batismo revelaram uma grande quantidade de recém-nascidos registrados como ilegítimos, na categoria de filhos naturais, que

³⁴⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 91-92.

³⁴⁹ ANDRÉS, Pedro Quintana; CABRERA, Manuel Lobo. Expósitos en la isla de la Palma (1673-1757). **Anuario de Estudios Atlánticos**. 2013. p. 820. Disponível em: <<http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/viewFile/719/719>> Acesso em: 2 set. 2015.

³⁵⁰ CALVO, Thomas. **La Nueva Galicia em los siglos XVI y XVII**. Guadalajara: El Colegio de Jalisco, 1998.

³⁵¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 208.

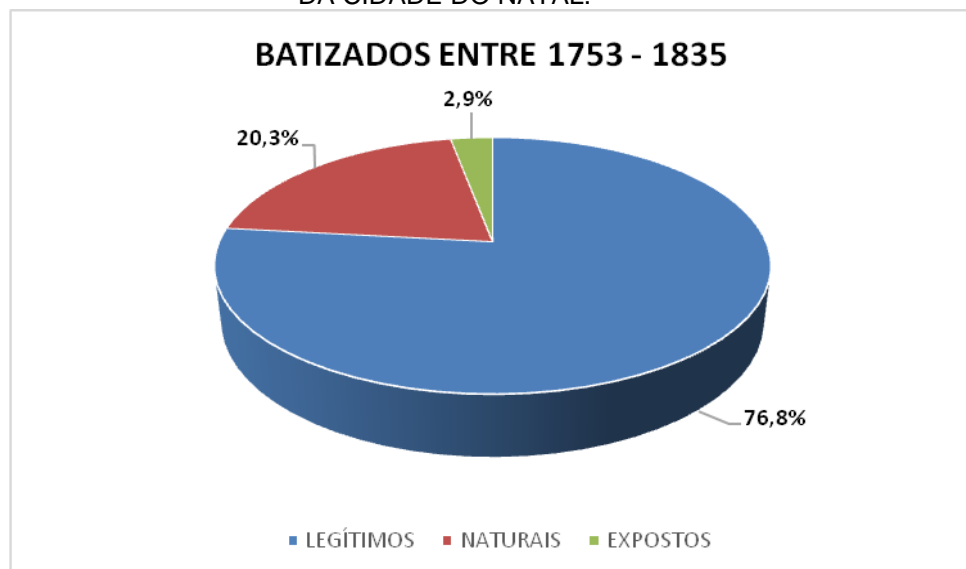
³⁵² SILVA, Jonathan Fachini da. Quando os anjos batem em sua porta: o fenômeno da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini. (Org.). **História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos, 2014-b, p. 44.

³⁵³ ELIAS, Norbert. **op. cit.**, 2001. p. 97.

classificamos em filhos naturais, filhos naturais de pai incógnito,³⁵⁴ filhos naturais com o nome dos pais (quando conseguiu-se captar casais que viviam em concubinato) e, por último, filhos naturais somente com o nome do pai, que foram casos bem raros.

Os filhos ilegítimos, na figuração investigada, representaram um percentual de 20,3% sobre o número de recém-nascidos batizados livres, enquanto a cifra de enjeitamento foi de 2,9%, em um universo em que os filhos legítimos eram a maioria, sendo arrolados em 76,8%, como representado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DE FILHOS LEGÍTIMOS, NATURAIS E EXPOSTOS DA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL.



FONTE: ACMAN, Livros de Batismo da Freguesia da Cidade do Natal.

Os números evidenciam que a maioria dos indivíduos, fossem do nível superior ou inferior da figuração social, estavam enquadrados no mundo das normas em relação ao sacramento do matrimônio.³⁵⁵ De norte a sul da colônia, a grande maioria dos rebentos vinha de relações maritais seladas pela Igreja, compondo, portanto, um padrão. Tome-se o exemplo de São Paulo:

³⁵⁴ Em alguns casos o padre fazia questão de deixar explícito que não se sabia quem era o pai; tal qualificativo era padrão para os filhos de escravas solteiras.

³⁵⁵ Sobre os esforços da Igreja em regular a conduta dos moradores da Freguesia da Cidade do Natal, ver PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. Em nome do pai: o discurso normativo na capitania do Rio Grande do Norte – uma nova possibilidade de pesquisa. In: BALBINO, Bruno; ESTEVAM, Saul (Org.). **História do Rio Grande do Norte**: novos temas. Natal: EDUFRRN, 2014.

Os ilegítimos, apesar de sustentarem índices significativos na sociedade paulista do setecentos, não superaram, em nenhum momento, as somas encontradas para os filhos legítimos. Essa conclusão desfacela, sem dúvida, o que foi afirmado pela historiografia tradicional, a respeito da imoralidade imperante nas terras brasileiras.³⁵⁶

Mais ao sul, na década de 1790, na vila de Curitiba, a maior parte dos batizados recém-nascidos livres também eram filhos legítimos.³⁵⁷ Dessa forma, as cifras apresentadas anteriormente para os filhos ilegítimos e expostos em Natal não corroboram o raciocínio de Silva, apresentado anteriormente; ser ilegítimo não era de maneira geral uma condição para que genitores deixassem seus rebentos pelas portas e junto aos domicílios da freguesia.

Trata-se de números desiguais, de uma conta que não fecha, nem para a freguesia da Cidade do Natal nem para outras regiões do extenso território da colônia portuguesa na América. Claro que não se pode esquecer que o ato de abandonar era carregado de significados, tendo suas funções específicas. Assim, nas vilas e nas vastas freguesias rurais, a quantidade de filhos ilegítimos era superior à de expostos, como pode-se verificar a seguir.

TABELA 12 - ÍNDICES DE ILEGITIMIDADE E ABANDONO EM ALGUMAS REGIÕES DA AMÉRICA PORTUGUESA NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII PARA O SÉCULO XIX

Região	Ilegitimidade	Abandono
Freguesia da Cidade do Natal	20,3%	2,9%
Vila do Príncipe /RN	11,8%	5,6%
Ubatuba / SP	16,4%	0,6%
Vila de Sorocaba / SP	9,5%	4,1%
Lapa / PR	22,4%	5,2%
Vila de Curitiba / PR	13,4%	9,1%

FONTES: ACMAN - LBFCN / MACEDO, 2007, p. 217 / MARCÍLIO, 1973, p. 157 / MARCÍLIO, 1986, p. 172 / BACELLAR, 1996, p. 1734 / BACELLAR, 2001, p. 197 / VALLE, 1983, p. 317, 320 / CAVAZZANI, 2005, p. 72.

³⁵⁶ LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado**: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume, 1998. p. 215.

³⁵⁷ GALVÃO, Rafael Ribas. **Relações amorosas e ilegitimidades**: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). 212f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. p. 31.

De norte a sul da colônia, as cifras de ilegitimidade estavam acima dos índices de abandono; em regiões como Rio de Janeiro, Salvador, Vila Rica, São João del Rei e Porto Alegre, em alguns momentos da transição do século XVIII para o XIX, as curvas de ilegitimidade respondiam positivamente às do abandono, porém, de maneira geral, os números de enjeitamento não estavam acima da ilegitimidade³⁵⁸.

Há historiadores de língua portuguesa que vêem na bastardia, na questão da honra, na condição da mulher solteira desprotegida, uma força motivadora ao abandono, alinhando-se aos pressupostos de Silva.

Deve-se ressaltar que a exposição de crianças representava a própria manutenção da estabilidade familiar ou, melhor dizendo, da moralidade familiar. Para os mais ricos, esconder filhos naturais ou adúlteros poderia significar manter a herança dentro da legalidade e da moral católica. Abandonar os filhos indesejáveis permitia às pessoas solteiras voltarem sem empecilhos ao mercado matrimonial. Acho pouco provável que filhos de casais pobres tenham expostos seus filhos, mão-de-obra que se tornariam adiante. Já as mães solteiras teriam, quando pobres, talvez mais necessidade de fazê-lo, mas mesmo assim acho que a origem do enjeitado, independentemente da fortuna dos pais, está relacionada com uma gravidez indesejada, não prevista.³⁵⁹

Na mesma linha argumentativa encontra-se a maior parte dos pesquisadores de língua castelhana, como expõe Dora Celton:

En la historia colonial americana se considera que la práctica del abandono de niños está íntimamente relacionado con el aumento de niños ilegítimos. En estas poblaciones la consideración de la raza o calidad como elemento decisivo para la jerarquía social, persistió hasta el siglo XIX. En ellas, la reproducción se dio dentro y fuera del matrimonio, provocando un crecimiento del mestizaje ya como producto de uniones lícitas e ilícitas de los denominadas “castas” y sólo de estas últimas entre los blancos.³⁶⁰

Na contramão estão alguns historiadores de língua portuguesa, especificamente brasileiros, que se distanciam em grande medida dos argumentos apresentados acima sobre a ilegitimidade; para estes autores, o aumento dos preços dos alimentos³⁶¹ ou a busca por subsídios para criação dos pequenos desvalidos,

³⁵⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 89-90; FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 70-72; BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2006. p. 123-124; SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014-b, p. 122-124.

³⁵⁹ FARIA, Sheila de Castro. **op. cit.**, 1998. p. 71.

³⁶⁰ CELTON, Dora E. **op. cit.**, 2008. p. 233-234.

³⁶¹ Cf. VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999.

pagos pelas municipalidades,³⁶² poderiam ter catalisado o enjeitamento. Porém, para o caso desta freguesia, parece-me que fatores econômico-financeiros ou aspectos sociais de cunho moral são variáveis insuficientes para explicar o enjeitamento.

Como foi demonstrado, a ilegitimidade não representou um indicativo geral para que os indivíduos que constituíam a figuração da freguesia da Cidade do Natal abandonassem seus filhos recém-nascidos. Sem desconsiderar que entre os 2,9% de expostos houve casos de filhos consequência de relações consensuais que foram abandonados. Dessa maneira retorna-se à questão central: por que homens e mulheres enjeitaram tão pouco os seus rebentos com apenas dias, semanas ou meses de nascidos?

Como foi detectado, em períodos de grandes estiagens e aumento de preços dos alimentos não houve uma explosão no número de recém-nascidos expostos na freguesia; acredita-se que em figurações como Natal, onde os indivíduos praticavam a pequena agricultura, a pequena criação, a pesca de rede, onde os domicílios eram desprovidos de escravos para o trabalho cotidiano, enjeitava-se em menor proporção que em figurações de grandes proporções, caracterizadas por uma economia voltada à exportação.

Todavia, esta explicação, egressa da história social e demográfica, ainda é superficial e insuficiente para dar conta das realidades passadas. Deve-se levar em consideração também os aspectos estruturais das figurações de pequenas e grandes proporções, que refletiam-se no todo relacional, proporcionando a composição de redes de interdependência diretas e indiretas entre as pessoas. Dessa maneira, encontrei nos aspectos sociogenéticos e psicogenéticos uma explicação para o baixo índice de enjeitamento em Natal.

Pode-se afirmar que Natal constituía uma figuração de pequena proporção na transição do século XVIII para o XIX, especificamente entre os anos de 1727 e 1835. Para sustentar tal afirmação, apresento os seguintes indicadores, relacionados à sociogênese daquela formação social.

Como demonstrei no primeiro capítulo desta tese, havia uma população reduzida e dispersa em sítios, fazendas e outras figurações menores, relativamente distantes da igreja matriz, assistidas religiosamente pelas capelas. Na segunda

³⁶² Cf. FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014.

metade do século XVIII, a cidade contava com 3.288 moradores, entre os anos de 1774 e 1786, atingindo o número de 6.693 habitantes em 1805.

Segundo, a quantidade reduzida de mão-de-obra escrava; como já dito, o território não abrigava engenhos de grande porte, somente pequenas engenhocas, assim como não havia grandes currais de gado. Naquela figuração não existia uma feira de gado importante como a de Sorocaba, que atraía pessoas do extremo sul da América portuguesa e indivíduos de outras figurações específicas. Apesar da intensa criação de gado *vacum* nas ribeiras dos sertões da capitania do Rio Grande do Norte, os animais comercializados eram encaminhados para as feiras de gado das capitanias de Paraíba e Pernambuco pelos caminhos dos sertões.

Terceiro, a existência de um porto de cabotagem, que tinha basicamente a função de escoar determinados produtos comerciais para as capitanias vizinhas, ou possivelmente para outros pequenos portos da própria Capitania. Isso demonstra a existência de uma rede de comércio de pequeno alcance. Neste ponto, Natal diferia de figurações de grandes proporções como a vila de Santo Antonio do Recife, que tinha em seu espaço um porto atlântico por onde se escoava a produção de açúcares, algodão, couros, assim como era também um porto negreiro, porta de entrada da mão-de-obra escrava egressa do continente africano, contando também com um intenso trânsito de pessoas que chegavam à América ou dela partiam.

Sinto-me tentado a afirmar que, sem uma feira de gado que atuasse como uma força centrípeta, atraindo indivíduos de outras figurações, somando-se a isto a existência de um porto auxiliar ao de Recife, voltado para a navegação de cabotagem, que possibilitava um curto alcance comercial, é possível inferir que em Natal não existia um trânsito intenso de pessoas. No desenvolvimento da pesquisa constatou-se, nos assentos de batismo, que os homens e mulheres que batizavam seus filhos, tal como os respectivos avós, eram em grande parte naturais da freguesia, havendo um número pequeno de forasteiros egressos de Portugal, Pernambuco, Paraíba, Ceará e outras figurações.

Em suma, a população da freguesia era pouco dinâmica. A maior parte dos habitantes nascia, casava-se (ou constituía famílias ilegítimas) e morria naquela mesma jurisdição eclesiástica, que não apresentava condições estruturais favoráveis para uma intensa circulação de indivíduos. Pode-se, assim, afirmar com uma certa margem de segurança que as pessoas que lá viviam se conheciam em sua totalidade, fossem pertencentes ao nível superior ou inferior da configuração social.

A partir disso, a interseção entre os indivíduos era intensa; o entrelaçamento social que dava sentido ao funcionamento daquela sociedade era bastante estreito, e os fios invisíveis das redes de interdependência que transpassavam o interior dos indivíduos e os uniam em um todo relacional compunham tessituras complexas de relações mútuas, em que um indivíduo era tributário do outro. Todavia, aquelas redes de reciprocidade e dependência entre os indivíduos da freguesia não eram frouxas e apresentavam pouca elasticidade, resultando em uma interdependência direta.

Identificou-se, assim, na tessitura das redes de interdependência direta a causa para a pequena frequência do abandono de crianças recém-nascidas naquela figuração, cujo índice de enjeitamento, aferido em 2,9%, é um dos mais baixos já detectados para a América ibérica.

Deve-se destacar que, apesar da freguesia ter constituído uma figuração de pequenas proporções, as redes de interdependência ali constituídas não eram simples, mas apresentavam alto grau de complexidade, sendo mútuas, múltiplas e se desdobrando em vários sentidos no conjunto das relações. Por conseguinte, aponta-se para o caráter direto da dependência mútua entre aquelas pessoas: como os indivíduos se conheciam e as relações diárias eram vis-à-vis, os laços de interdependência tornavam-se mais apertados e os espaços na malha da rede de relações de reciprocidade, mais estreitos.

Acredito que tais laços de interdependência mais apertados e diretos influenciaram de maneira contundente na estrutura social da personalidade daqueles indivíduos, estabelecendo uma maior coesão social entre as pessoas que viviam na freguesia, quando tratava-se do ato de abandonar recém-nascidos. Em resumo, as redes de dependência mútua de caráter direto possibilitaram, na passagem do século XVIII para o XIX, na freguesia da Cidade do Natal, um controle social sobre cada indivíduo, não bloqueando, mas retendo o abandono de recém-nascidos livres, e por vezes reduzindo a zero o índice de enjeitamento de recém-nascidos escravos.

Saliento ainda que, quando o enjeitamento acontecia, o ato era quase que teatral, ligado aos gestos daquela sociedade cristã que compunha uma figuração mais ampla, o mundo católico ocidental, pois todos sabiam quem era filho de quem, e abria-se a possibilidade de alguém praticar a caridade, recolhendo e batizando o exposto. Friso ainda que mediante um controle das pulsões e desejos daqueles homens e mulheres, condicionado pelo entrelaçamento social direto, quando o

abandono acontecia ele tinha uma significação para indivíduos e grupos tanto do nível superior quanto do nível inferior da hierarquia, indo para além de uma mera possibilidade caritativa.

Diante de tais pressupostos da sociologia figuracional, pode-se afirmar de forma contundente que em figurações onde o fenômeno do enjeitamento de recém-nascidos foi aferido em índices baixos ou muito baixos, fosse na América luso-hispânica ou na ampla figuração do mundo católico ocidental, houve a composição de redes de interdependência diretas entre os indivíduos. Assim, o entrelaçamento social direto, característico da freguesia analisada, reproduziu-se em outras formações sociais específicas de pequenas proporções; as relações de interdependência diretas operavam como um mecanismo de contenção da prática de enjeitamento de recém-nascidos.

Na América ibérica, é destacável a figuração de Ubatuba, onde foi arrolado um índice de crianças expostas de uma grandeza de 0,6%. É perceptível que, se em Natal a exposição de crianças foi considerada baixa e pouco freqüente, em Ubatuba, formação social composta de camponeses e pescadores no litoral centro-sul da América portuguesa, apresentou-se uma taxa baixíssima de enjeitamento. Sinto-me forçado a afirmar que tais indivíduos não abandonavam seus filhos recém-nascidos. Tal figuração foi caracterizada por Marcílio nos seguintes termos.

Intensos laços de solidariedade uniam os grupos domésticos vizinhos, colaborando para que a entreatajuda fosse regra e padrão de conduta e mesmo de sobrevivência entre os camponeses. Trocava-se alimentos, mas também se oferecia trabalho, solidariedade nos momentos difíceis, de carências, doenças, acidentes e morte.³⁶³

A tradição da história social demográfica afirma que em uma sociedade composta de poucos indivíduos, pautada na solidariedade e na entreatajuda, abandonava-se pouquíssimo as crianças, já que elas seriam futura mão-de-obra necessária nos domicílios pobres. Esta é a explicação para uma taxa de enjeitamento de quase zero.

Agora discordo: não existe solidariedade entre os indivíduos em qualquer sociedade e tempo; o entrelaçamento social, a conexão entre os indivíduos ocorrem via laços de interdependência mútua direta ou indireta, em figurações onde

³⁶³ MARCÍLIO, Maria Luiza. **op. cit.**, 1986. p. 134.

possivelmente todos se conheciam por nome. Em suma, tal como na freguesia da Cidade do Natal, em Ubatuba deixar um exposto na casa de alguém era um ato teatral, que não significava desamor, pois todos sabiam quem era filho de quem, e os “desejos” de abandonar estavam contidos.

Em formações sociais maiores, as relações de interdependência entre as pessoas tornavam-se menos diretas, mais elásticas. Como já apontado, desta forma ocorria um número maior de enjeitamentos de recém-nascidos, sobretudo em figurações onde havia um trânsito constante de indivíduos, como na vila de Sorocaba, também na capitania de São Paulo, na vila do Príncipe, na capitania do Rio Grande do Norte, e na cidade de Córdoba, localizada no Vice-reino do Prata; considera-se ainda que estas figurações estavam situadas em regiões de passagem e entrecruzamento de pessoas.

Como discuti anteriormente, a vila de Sorocaba, em função de sua feira de gado, atraía indivíduos de várias partes do centro-sul, assim como do extremo sul da América portuguesa. Naquela figuração o índice geral de exposição correspondeu a 4,1%, enquanto na vila do Príncipe, lugar por onde passavam os caminhos de gado e indivíduos que vinham de Natal, do Acú (ribeira do Rio Grande do Norte com o maior número de fazendas), do Ceará e seguiam para Paraíba e Pernambuco, apresentou-se um índice de 5,6%. Em Córdoba, figuração onde cruzavam-se indivíduos e ocorria o comércio legal e ilegal entre o Chile, Buenos Aires e o Alto Peru (atual Bolívia), o enjeitamento de recém-nascidos esteve na ordem de 4,9%, taxa não muito diferente da figuração da Lapa, sul da capitania de São Paulo, também envolvida no comércio de gado e tropeirismo, onde a exposição foi aferida em 5,2%.

É notório que os índices de abandono detectados para Sorocaba, vila do Príncipe, Córdoba e Lapa foram superiores aos 2,9% arrolados para a freguesia da Cidade do Natal. Por outro lado, havia uma similaridade entre aquelas figurações e Natal, pois nenhuma delas tinha uma Roda dos expostos instalada em seus territórios, e as respectivas governanças não atuaram no socorrimento dos enjeitados. No entanto, o entrelaçamento social e as relações de interdependência entre os indivíduos tornavam aquelas formações sociais bem diferentes, explicando a diferença nos índices de enjeitamento. Ressalta-se ainda que tal diferença é sociológica, não meramente institucional, fundamentada no ter ou não ter Santa Casa da Misericórdia.

As relações de interdependência entre as pessoas em Natal eram diretas, em uma população pouco dinâmica, endógena e com canais de comunicação precários, típicos do mundo colonial, contendo o enjeitamento, enquanto nas figurações envolvidas no comércio de gado, tropeirismo e com um tráfego maior de indivíduos, as relações de dependência mútua no todo relacional eram indiretas; as pessoas não se conheciam em sua totalidade, e, conseqüentemente, o abandono era um pouco mais elevado, já que havia um menor controle a parti da coesão social.

Desta forma, a vila de Sorocaba era uma figuração específica e muito dinâmica, que dispersava e atraía pessoas; naquela formação social as relações entre indivíduos não eram vis-à-vis. Na dinâmica populacional daquela sociedade, homens e mulheres podiam manter relações sexuais ilícitas, resultando em uma gravidez; logo depois, o homem poderia partir para o Rio de Janeiro e sumir em uma figuração mais ampla, o mundo atlântico. Quanto à mulher, ao parir a criança a enjeitaria em algum domicílio e seguiria para outro destino, as vilas das Minas Gerais. As relações de dependência recíproca eram muito mais complexas e indiretas.³⁶⁴

Por fim, em grandes centros urbanos da América portuguesa e hispânica, figurações de grandes proporções como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, as vilas de Minas Gerais, Santiago, Cidade do México, ou mesmo em formações sociais como Lisboa, Porto, Madri ou Granada, os laços de interdependência que interligavam as pessoas eram similarmente indiretos.

No burburinho das ruas, becos e vielas das grandes figurações, os indivíduos não se conheciam em sua totalidade.³⁶⁵ Os fios que compunham aquele enredamento social eram invisíveis, passando por dentro dos indivíduos, compondo redes de dependência com laços mais frouxos e flexíveis, porém mútuos, múltiplos.³⁶⁶ Naquelas sociedades os números referentes ao abandono eram muito superiores, quando postos lado a lado com as taxas arroladas mesmo, Sorocaba ou a vila do Príncipe.

O enjeitamento de recém-nascidos em maior quantidade e freqüência, em figurações amplas e vastas, não estava simplesmente associado a uma população numerosa, diversa e dinâmica com um grande fluxo de pessoas, ou mesmo a uma

³⁶⁴ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *op. cit.*, 2001.

³⁶⁵ ELIAS, Norbert. *op. cit.*, 1994. p. 20-21.

³⁶⁶ WAIZBORT, Leopoldo. *op.cit.*, 2001. p. 99.

economia de exportação. O fator principal para os alarmantes índices de abandono de recém-nascidos nas grandes formações sociais foi a conexão indireta que havia entre as pessoas, as redes de interdependência indireta, o que tornava os laços relacionais mais abertos. Daquela forma, os indivíduos inconscientemente se vigiavam menos, havendo um controle menor do ator de abandonar; assim, foram detectados índices de 20% a 25% de enjeitamento no Rio de Janeiro.

Enfim, demonstro que os entrelaçamentos sociais e as relações de interdependência diretas e indiretas, em figurações sociais de pequenas e grandes proporções, determinavam o volume do enjeitamento. Em figurações de pequenas proporções como a freguesia da Cidade do Natal, quando o enjeitamento ocorria, ele tinha uma função e uma significação para indivíduos e grupos sociais, como analisarei no próximo capítulo.

3º CAPÍTULO

A ACEPÇÃO DO ABANDONO

3.1 O abandono como forma de proteção

O abandono de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal foi utilizado por pais e familiares para proteger a vida dos pequenos desvalidos, não configurando um ato de desamor. A escolha dos expositores daquela jurisdição eclesiástica de depositar os neonatos nas soleiras dos domicílios garantiu que algum indivíduo, homem ou mulher, livre ou escravo, rico ou pobre, branco, negro, pardo ou índio, os encontrasse. Dessa maneira, em 1753:

Aos vinte de novembro de mil e setecentos e cinqüenta e três de licença do Reverendo padre coadjutor João Freire de Amorim com vezes de vigário na matriz desta cidade [do Natal] batizou e pós os santos óleos o dito Reverendo padre coadjutor a Florencia enjeitada de Francisco Godinho. Foram padrinhos [...] e sua mulher Dona Maximiana Valeriana Liberata de Melo, sendo exposta a dita batizada aos cinco do mês de novembro pelas cinco horas da madrugada pouco mais ou menos e a primeira pessoa que a achou foi a mesma dona da casa Dona Maximiana de que mandou lançar este assento o mui Reverendo Senhor Doutor Visitador que abaixo assino. Marcos Soares de Oliveira / Visitador.³⁶⁷

Achado provavelmente logo após a exposição, o pequeno João Inácio, em 1756, teve um primeiro contato com as escravas do domicílio receptor.

Aos vinte e quatro de mil e setecentos e cinqüenta e seis de licença do Reverendo Vigário o Doutor Manuel Correa Gomes na capela do Jundiá batizou e pós os santos óleos o Reverendo padre Luís Ferreira da Cunha a João Inácio exposto em casa de Dona Custódia do Sacramento, sendo achado pelas escravas da dita. Foram padrinhos João de Moura e Damiana Cosma filhos legítimos do Tenente Manuel de Melo de que mandou lançar este assento o mui Reverendo Senhor Doutor Visitador que abaixo assinou. Aos vinte e quatro de agosto do ano acima. Marcos Soares de Oliveira / Visitador.³⁶⁸

³⁶⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1753-1755, f. 8.

³⁶⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1755-1757, f. 17.

Foram vários os registros de recém-nascidos expostos que eram encontrados, fosse pela dona da casa, fosse pelos escravos ou pelo próprio chefe do domicílio. Como ocorreu na moradia de José de Lima, em 1765:

Cosme exposto em casa de Jose de Lima achado por ele na sua porta [...] e sete de setembro de mil setecentos e sessenta e cinco as dez horas da noite pouco mais ou menos foi batizado com os santos óleos de licença minha pelo Reverendo padre Miguel Pinheiro Teixeira na capela de São Gonçalo do Potengi aos vinte de outubro do dito ano. Foram seus padrinhos Felipe de Santiago Nogueira homem casado, e Michela Arcângela filha de Antonio Rodrigues Vição, do que fiz este termo em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.³⁶⁹

No mesmo ano de 1765, também na freguesia da Cidade do Natal, o pequeno Manuel foi encontrado por uma cativa da casa receptora:

Manuel exposto em casa de Luís da Rocha, achado por sua escrava chamada Gracia aos cinco de dezembro de mil setecentos e sessenta e cinco, as nove horas da noite, foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá pelo Reverendo padre Miguel Pinheiro Teixeira aos oito do dito mês, e ano. Foram padrinhos Luís da Rocha casado, e Isabel Francisca da Rocha solteira sua filha, do que fiz este termo, em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.³⁷⁰

Em suma, quem buscava abandonar um recém-nascido junto a um domicílio, na calada da noite, independente dos motivos, estava buscando proteger a vida do rebento, caso contrário o abandonaria ao relento. Suponho que deixar um menino ou uma menina em uma determinada casa não garantia também uma proteção absoluta. O receptor realizava a demonstração pública de caridade e misericórdia, o pequeno era recolhido, batizado no mesmo instante, caso fosse necessário, ou passariam-se alguns dias até ele receber os santos óleos, adentrando a Cristandade e recebendo seus fiadores espirituais.

Perceba-se que o exposto Cosme, deixado em casa de José de Lima, foi batizado mais de 30 dias depois do enfeitamento, o que reflete certa negligência no trato com o enfeitado, pois o recém-nascido poderia ter morrido pagão³⁷¹, portando

³⁶⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. 5.

³⁷⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. 6v.

³⁷¹ *Pagão* é o termo utilizado na cristandade católica para se referir a uma pessoa não batizada.

consigo o pecado original herdado de Adão e Eva. Pode-se supor que o menino Cosme foi batizado no mesmo instante que foi encontrado, o que possibilitou uma confirmação tardia do primeiro sacramento, situação que possivelmente não foi revelada pelo receptor ao padre, consistindo em um segredo entre o recebedor da criança e os padrinhos.

No entanto, como está expresso na documentação de batismo transcrita acima, tal situação fica em nível de conjectura. Provavelmente o exposto foi alimentado pelo leite de alguma mulher do domicílio receptor, livre ou escrava, compondo mais fios na rede de interdependência direta existente entre os indivíduos da freguesia da Cidade do Natal.

O que se pode saber da relação entre os adultos do domicílio receptor e o enjeitado? Quando não morriam nos primeiros dias ou anos de vida, acredita-se que eles eram criados em chão de terra batida, misturados aos cachorros, galinhas e outros animais que possivelmente percorriam o interior das casas coloniais. Com isso, até que ponto aqueles filhos de “ninguém”, socorridos pela demonstração pública de caridade, não foram vítimas de seus próprios receptores ou de crianças de mais idade, levando beliscões, tapas, sofrendo quedas ou negligência na alimentação, com comidas que fugissem da realidade do leite humano, como frutas verdes ou raízes? Tudo isso poderia vitimar o pequeno desgraçado.

Existem notícias de violência contra a criança tanto em Portugal³⁷² como na América portuguesa³⁷³ e na América hispânica; no Vice-reino de Nova Granada, em Santa Fé de Bogotá, em 1776, um juiz condena os maus-tratos de um pai contra seu filho:

El exceso de heridas que le causo Juan Nepomuceno Bautista a una criatura tan tierna y hijo suyo y por tan leves motivos de haber comido un poco de arroz como dice el niño, o haber huido, como dice su padre, es un delito digno de todo escarmiento por la inhumanidad de quemarlo, a que no podía alcanzar las facultades del padre ni señora, ni es proporcionado castigo

³⁷² OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermediários. In: MATTOSO, José (Dir.); MONTEIRO, N. G. (Coord.). **História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 245-250.

³⁷³ GOÉS, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 187.

quemarlo en las nalgas, orificio y escroto, para el remedio injusto y desproporcionado que se había propuesto.³⁷⁴

O que ocorreu em Nova Granada na segunda metade do século XVIII não deve ter sido em nada diferente das ocorrências na freguesia da Cidade do Natal. A partir disso, suponho que pais e mães que enjeitavam seus filhos nas poucas portas das casas da Cidade do Natal tinham a consciência de dar guarida aos filhos, mas de forma alguma os pequenos estariam em um estado de total proteção, livres da violência interna dos domicílios, dos descuidos e, sobretudo, das doenças. Contudo, na documentação de óbito não há referência a expostos que faleceram em consequência de maus-tratos, ou simplesmente tal fato não era perceptível aos olhos dos padres que encomendavam os pequenos corpos.³⁷⁵

Pode-se discutir o caso da menina Lina, provavelmente branca, pois o padre não fez menção a sua cor à margem do assento de batismo. A pequenina foi exposta em casa de Antonio Martins Praça, na Ribeira da Cidade do Natal, aos 13 de abril de 1764. A documentação permite saber que a recém-nascida foi encontrada por Dona Catarina Peralta Rangel na parte de trás da casa, demonstrando a necessidade de discrição do enjeitamento; pode-se conjecturar que o choro da menina rompeu o silêncio da noite, chamando a atenção de Catarina, mulher do chefe do domicílio.

Uma vez recolhida a criança, seguiu-se a demonstração pública de caridade, misericórdia e fé, tão necessária aos indivíduos do mundo católico ocidental para a salvação da alma. Lina foi levada à pia batismal da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação na data de 24 do mesmo mês e ano; foram padrinhos Antonio Martins, homem solteiro e filho de Antonio Martins Praça, e Dona Catarina Peralta Rangel.³⁷⁶

É notório que pessoas externas à casa receptora não foram convidadas a serem fiadores espirituais da enjeitada, embora tenha havido tempo para se procurar padrinhos em meio aos indivíduos da freguesia em questão, já que ela foi batizada 11 dias após o abandono. Percebe-se que a menina não recebeu o primeiro

³⁷⁴ AGN, Santafé de Bogotá / Colonia, Juicios Criminales, 1776, Tomo 137, folios 427-454. Apud ACOSTA, **op. cit.**, 2007. p. 13.

³⁷⁵ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maços e Livros de 1760-1847.

³⁷⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1763-1765, f. 11.

sacramento nos exatos oito dias determinados pela Igreja, mas seus receptores tiveram o cuidado de não dilatar em muito o tempo do batismo, demonstrando um mínimo de cuidado com a criança.

Quem tomou a decisão de deixar a menina em casa de Antonio Martins Praça tinha o objetivo de proteger a criança, transferindo a responsabilidade da criação para os moradores do domicílio. No entanto, que tipo de proteção teria o neonato sob a guarda de um casal sem filhos, em que a mulher era estéril, sem nenhuma experiência no trato com recém-nascidos? Haja vista que a esterilidade de Dona Catarina Peralta Rangel foi revelada em seu testamento, em 1775.

Declaro que sou natural da Freguesia de Santos Cosme e Damião da Vila de Igarauçu Capitania de Pernambuco deste Bispado filha legitima de Jerônimo Barreiro Rangel, e de sua mulher Dona Ana Correa Peralta naturais da mesma freguesia, e ambos já defuntos. Declaro que fui casada em face de Igreja, e na forma do Sagrado Concílio Tridentino com o Alferes de Infantaria Lino Gonçalves Sousa, do qual não tive filhos nem tenho herdeiros, digo do qual não tive filhos, que me hajam de herdar. Declaro, que casei segunda vez com o Alferes Antonio Martins Praça, do qual também não tenho filhos nem tenho herdeiros legítimos e por isso instituo a minha alma por universal herdeira em tudo o que me ficar depois de pagas as minhas dívidas, e cumpridos os meus legados.³⁷⁷

Catarina vivenciou dois casamentos sem nenhum filho; a esterilidade foi realidade em sua vida; considere-se que no mundo do Antigo Regime mulheres não férteis eram comparadas à terra não produtiva, associadas às mulas (animais também estéreis). A mulher infértil era acusada de inverter o ciclo das gerações, interromper as linhagens, contrariar a natureza e ter o corpo entupido.³⁷⁸ Muito provavelmente a impossibilidade biológica de Dona Catarina ter filhos, e seu desejo de ser mãe, tenham motivado a exposição de Lina naquela casa, conduzindo assim a receptora a assumir a função de madrinha da exposta, bem como a responsabilidade por sua criação. Segundo Venâncio,

³⁷⁷ AIHGRN, Cx. única, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel, f. 1v.-2. Ver documento completo em Anexo.

³⁷⁸ DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olímpio / Brasília: EdUnB, 1993. p. 170.

O apadrinhamento servia como um substituto à complicadíssima e burocrática adoção legal. Através do compadrio, o enjeitado ingressava na família [...], estabelecendo relações de parentesco espiritual. Para se ter idéia da abrangência do vínculo, basta dizer que todos os parentes do padrinho e da madrinha, colaterais, ascendentes e descendentes, até o quarto grau, passavam a ter oficialmente algum tipo de ligação familiar com a criança.³⁷⁹

Não sabe-se que tipo de trato foi dado à pequena enjeitada, pois no dia 1º de maio de 1764, mesmo ano de seu abandono, Lina foi sepultada na mesma igreja onde fora batizada, tendo o padre que redigiu o assento de óbito declarado que a menina tinha 15 dias de vida.³⁸⁰ Negligência do padre ao escrever o assento ou má informação dos padrinhos-receptores, pois Lina era um pouco mais velha.

No sul da América portuguesa, na vila de Sorocaba, domicílios habitados por casais sem filhos pareciam atrair expositores de crianças para o abandono protetor. Haja vista o caso de João Nunes Maciel, que, sem sucesso na reprodução de filhos biológicos, recolheu três expostos em sua porta: Ana, em 1755, Joana, em 1757, e Inácio, em 1761. Na mesma vila, o Capitão José Ferreira Prestes, importante senhor de engenho local, também sem filhos, foi receptor de enjeitados, recolhendo os neonatos sucessivamente em 1794, 1819 e 1825. No final, a tríade de enjeitados na casa do Capitão teve o mesmo destino da exposta Lina: a morte prematura.³⁸¹

Reafirmo que não se conhece o tipo de trato que os enjeitados recebiam. Frisa-se ainda que não se quer demonizar os domicílios receptores e as atitudes de seus moradores, mas sim problematizar a chegada de recém-nascidos em uma casa que não se enquadrava no padrão de um grupo familiar da época. Mas isso não significa que os vários expostos deixados em domicílios semelhantes não pudessem sobreviver e chegar à idade adulta.³⁸²

Neonatos deixados em domicílios de casais desprovidos de prole são um fenômeno presente além dos limites da América portuguesa; no norte da América hispânica, na Capitania Geral da Guatemala, na província da Costa Rica,

³⁷⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 2011. p. 220.

³⁸⁰ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1762-1765, f. 11.

³⁸¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Abandonos nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 27-28.

³⁸² Cf. PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. O destino dos filhos de ninguém: os expostos-adultos da Freguesia de Nª Srª da Apresentação setecentista. **História em Reflexão – Revista Eletrônica de História**, Dourados, v. 3, n. 6, p. 1-12, jul./dez. 2009.

[...] Don Francisco Fernandez y Doña Eugenia Rodrigues no tuvieron hijos, así que recogieron a dos niñas, Josefa y Maria, esta última de color pardo. Al morir los tutores dejaron testado que cuando Maria se casara se le dieran de sus bienes, cien pesos de a 8 reales, y si muriese antes se le dijeran treinta misas rezadas [...].³⁸³

Fica evidente que o casal realizou uma demonstração pública de afeto por uma das meninas deixadas em seu domicílio, a *expósita* Maria, de pele parda. A preocupação primeiramente encontrava-se no plano das estruturas, deixando um pecúlio que possibilitasse a consolidação da inserção social da enjeitada, por via do matrimônio. Ascender ao altar, casar na Igreja, para um exposto dentro da figuração do mundo colonial português e castelhano, significava a definição de um outro lugar social.

Don Francisco Fernandez e sua esposa também estenderam ao universo do transcendental sua preocupação com Maria, ofertando 30 missas em favor de sua alma, caso morresse antes de constituir sua própria família. O casal do norte da América de Castela projetou o futuro da enjeitada Maria para a vida e para a morte.

Considera-se que nas sociedades católicas encaminhar uma menina enjeitada para o casamento também era um ato de caridade, tanto como recolhê-la e batizá-la. Mas e Josefa? Não foi digna de atenção? Qual terá sido o trato recebido? Todo abandono tinha sua acepção; quando não existia assistência institucionalizada, como em Natal e na Costa Rica³⁸⁴, o socorro funcionava a partir da composição de uma rede informal de recolhimento, com segredos nem sempre revelados.

No Vice-reino do Prata, na região de Córdoba, o enjeitamento conectava-se à forma de abandonar dos moradores da freguesia da Cidade do Natal, pois era também um abandono caracterizado como protetor:

Entre los blancos, la vergüenza de la ilegitimidad se ocultaba tras la máscara de dejar “expuestos” los niños en frente de casa de españoles cuya posición económica les permitiese hacerse cargo de su crianza. En algunos casos, esa

³⁸³ CÁCERES, Rina. **Negros, mulatos, esclavos y libertos en la Costa Rica del siglo XVII**. México, D.F: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2000. p. 116.

³⁸⁴ SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2008. p. 9.

exposición se hacía en la misma casa donde vivía la supuesta madre, que ocultaba su embarazo ilegítimo y asumía la familia paternidad. Hasta el siglo XIX no hubo en la ciudad de Córdoba una institución creada con el objeto de recibir expósitos.³⁸⁵

Tentar esconder, mesmo que teoricamente, a origem de um filho ilegítimo, buscando protegê-lo do escândalo e da condenação pública, também foi algo presente nos domínios portugueses, inclusive nas terras da Capitania do Rio Grande do Norte, como examinarei nas próximas páginas. Mas o que pensar de neonatos que foram abandonados em casas de homens solteiros ou viúvos?

A recém-nascida Josefa foi exposta em casa de Manuel Rodrigues, homem solteiro, na freguesia da Cidade do Natal, sendo batizada na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, aos 12 de fevereiro de 1760.³⁸⁶ Por sua vez, aos 6 de abril de 1800, foi batizada uma menina com o nome de Francisca na Capela de São Gonçalo, sendo seus padrinhos Carlos Joaquim Pinheiro, homem casado, e Maria Antonia, também casada. A pequena, nascida aos 3 do mesmo mês e ano, foi declarada branca na documentação, e tinha sido exposta em casa do viúvo Gregório Cardoso.³⁸⁷ Em outros espaços da América portuguesa, como na vila de Sorocaba, homens solteiros não receberam crianças, mas cinco viúvos foram receptores de neonatos³⁸⁸; já na vila de Porto Alegre, um solteiro que atendia pelo nome de Bernardino José de Senna teve depositados junto de sua casa quatro expostos.³⁸⁹

Outros casos se apresentaram em Natal, como na casa do viúvo Vitoriano Rodrigues, que teve deixado em sua casa um exposto pardo; o pequeno foi conduzido até a pia batismal e recebeu os santos óleos aos 21 de maio de 1802, na capela da Utinga, tendo por pais espirituais outro viúvo, Francisco Xavier de Souza, e Bibiana Matias Rodrigues, solteira. O assento de batismo declarava que o pequeno, quando abandonado, tinha por volta de um mês de nascido.³⁹⁰

Agora, como se sabia a data de nascimento, ou mesmo o tempo de vida de alguns expostos em Natal? Em muitos outros lugares da América portuguesa

³⁸⁵ CELTON, Dora E. **op. cit.**, 2008. p. 240.

³⁸⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1760-1761, f. 2v.

³⁸⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1795-1807, f. 36v.

³⁸⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2002. p. 26.

³⁸⁹ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 163.

³⁹⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1803, f. 63v.

prevaleceu, em certa medida, o pacto de cumplicidade,³⁹¹ pois acredita-se que todos sabiam quem era filho de quem em Natal; não seria complicado para um padre, ou mesmo qualquer outro indivíduo, investigar a origem de um recém-nascido abandonado em uma figuração com 3.288 habitantes entre os anos de 1774 e 1786,³⁹² chegando a uma população de 6.693 habitantes em 1805.³⁹³ Quanto menos habitantes, menor era a proporção das figurações; em consequência, o entrelaçamento social entre os indivíduos resultaria em redes de interdependência cada vez mais diretas, sendo constante o contato cotidiano, sobretudo nas relações de trabalho e vizinhança. As relações tornavam-se ainda mais estreitas quando considera-se os laços parentais e de compadrio.

Em uma figuração de pequena proporção, como era a freguesia da Cidade do Natal na transição do século XVIII para o XIX, como padres ou outros moradores não saberiam a origem de crianças que claramente não eram recém-nascidas? Tratava-se de rebentos que após o nascimento conviveram por vários dias, semanas ou até meses com seus genitores e familiares, até serem enjeitados. Desconstrói-se assim a concepção de que todos os expostos eram abandonados imediatamente após o parto, em função do desapego da mãe.

Dentre aqueles expostos com mais tempo de vida, pode-se destacar o caso de Gertrudes, branca, enjeitada em casa de Carlos Joaquim, casado com Joana Francisca Benedita, com 20 dias de vida, no ano de 1806,³⁹⁴ e de outro com um mês de vida, exposto em casa do viúvo Vitoriano Rodrigues, em 1802.³⁹⁵ Identificou-se também o caso de Tereza, que segundo a documentação de batismo tinha a pele branca, exposta no domicílio de João Ribeiro, casado, no ano de 1802, com um mês de vida.³⁹⁶

³⁹¹ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 79.

³⁹² IDÉIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &.ª &.ª desde o anno de 1774 [...]. In: **ANNAIS DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO** [...], p. 107-108.

³⁹³ AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Docs. 18, 46 e 47 – CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte [...]

³⁹⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Livro: 1795-1087, f. 138v.

³⁹⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1803, f. 63v.

³⁹⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1803, f. 72v.

Houve situações de crianças expostas já crescidas, como João, exposto junto à casa da viúva Maria José, com três meses de nascido, em 1800,³⁹⁷ assim como Maria, parda, com três meses de idade, deixada em casa de José Maria, casado, no ano de 1811.³⁹⁸ Significativos também são os casos de Floriana, exposta em casa de Antônio José dos Santos, com sete meses de nascida, aos 3 de junho de 1832,³⁹⁹ e de Ana, exposta também com sete meses.⁴⁰⁰

Existem vestígios quase incontestáveis na documentação de batismo de que o pacto de cumplicidade e silêncio, no que diz respeito ao enjeitamento, era por vezes rompido em Natal:

Aos vinte e nove de abril de mil e setecentos e cinquenta e três de licença do Reverendo padre coadjutor João Freire de Amorim, com vezes de vigário, na matriz de Nossa Senhora da Apresentação desta cidade, batizou e pós os santos óleos o Reverendo padre Francisco de Albuquerque e Melo, a Ana exposta em casa de Manuel Rodrigues Pimentel, filha de Inácio Rodrigues Baracho, e de Joana Rodrigues, foi padrinho o padre João Tavares da Fonseca, de que mandou lançar este assento o mui Reverendo Senhor Doutor verdade que a abaixo assinou. Marcos Soares de Oliveira / Visitador.⁴⁰¹

Deve-se notar que o assento de batismo de Ana apresenta duas transgressões das normas eclesiásticas: primeiramente, revela o que era público e escandaloso, a filiação de um enjeitado que deveria ser ocultada na redação do documento⁴⁰²; em segundo lugar, consta a presença de um padre na condição de padrinho, situação não recomendada pela Igreja⁴⁰³, tudo assinado e reconhecido por um Visitador do Bispado de Olinda.⁴⁰⁴ Tal orientação eclesiástica na América

³⁹⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1813-1815, f. s/n.

³⁹⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1813-1815, f. s/n.

³⁹⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1826-1835, f. 59.

⁴⁰⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1826-1835, f. 82v.

⁴⁰¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1753-1755, f. 2v.

⁴⁰² **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XX, § 73.

⁴⁰³ Idem., Livro Primeiro, Título XVIII, § 64.

⁴⁰⁴ Sobre a função de padre Visitador, Graça Salgado e colaboradores informam: “Nomeação: provido pelo arcebispo, com carta passada na Chancelaria e juramento na forma costumeira. Requisito: ser sacerdote virtuoso, prudente e zeloso da honra de Deus e Salvação das Almas; ser letrado ou, quando não, pelo menos pessoa de bom entendimento e experiência. Atribuições: 1) Fazer devassa das freguesias que visitar, observando a reverência do culto divino, reforma dos costumes, extirpação dos pecados e como se governam as igrejas no espiritual e no temporal. 2) Prover que os ornamentos, ouro, prata e mais móveis das igrejas estejam a bom recado e inventario, mandando cumprir o ornamento. 3) Absolver, em visitação, casos e censuras reservados ao arcebispo e cometer a absolvição a outros confessores; reconciliar ou mandar fazê-lo as igrejas e adros violados, que não

portuguesa foi letra morta, pois, de norte a sul, os padres não foram até a pia batismal apenas realizar o ritual, mas tornaram-se ali padrinhos de uns e compadres de outros.⁴⁰⁵

O que possibilitou o dilaceramento do pacto de cumplicidade foram as relações diretas de convivência na freguesia; em 1753, a cidade do Natal tinha aproximadamente 118 domicílios, uma vizinhança conhecida quase que na sua totalidade pelo pároco da igreja matriz, o que permitiu que ele, quando elaborou o registro, quase que naturalmente revelasse quem eram os genitores da pequena Ana.

Outros enjeitados tiveram suas datas de nascimento declaradas diretamente na documentação de batismo, como foi o caso do pequeno Francisco, em 1787:

Francisco exposto em casa de João de Deus da Fonseca nasceu aos dois de dezembro de mil setecentos e oitenta e sete e foi batizado aos três de janeiro de mil setecentos e oitenta e oito e foi bati digo na capela de Santo Antônio do Potengi pelo padre Francisco Alvarez de Melo com os santos óleos foram padrinhos Francisco da Rocha Bezerra, e Micaela Arcângela, solteiros, e moradores desta freguesia, e não se consta mais em dito assento do que mandei fazer este em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁴⁰⁶

Nos anos que se seguiram, vários outros expostos na figuração analisada tiveram suas datas de nascimento claramente registradas pelos padres.

Aos dezenove de fevereiro de mil e oitocentos e dois nesta matriz o Reverendo coadjutor Francisco Alves de Melo de minha licença batizou, e pós os santos óleos a José nascido nesta freguesia aos catorze do mesmo mês e ano filho digo exposto em casa de José da Fonseca e pardo. Foram padrinhos o Capitão Antônio José de Souza e Oliveira e sua filha Dona Maria Joaquina ambos moradores nesta cidade. E para constar fiz este termo que assinei. Feliciano José Dorneles / Vigário colado.⁴⁰⁷

forem sagrados. 4) Acabada a visitação, entregar ao arcebispo o livro da devassa e papéis que trazer, dando as informações necessárias para que seja processada a execução da visita, conforme o disposto pelo Sagrado Concílio Tridentino e Constituições do arcebispado". SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 325-326.

⁴⁰⁵ HAMEISTER, Martha Daisson. **op. cit.**, 2006. p. 190; FERREIRA, Luciana Viana. **A criação de enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)**. 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011. p. 137-138.

⁴⁰⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1786-1795, f. 27v.

⁴⁰⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 108.

Perceba-se que por muito pouco o Vigário Feliciano José Dorneles não revelou o nome da mãe do pequeno José, ou mesmo de ambos os genitores. No entanto, a data de nascimento não foi omitida, pois, considerando a composição dos laços de dependência diretos estabelecidos no âmbito daquela figuração específica, o padre Dorneles sabia muito possivelmente da filiação do enjeitado. No ano seguinte, o Vigário da igreja matriz da Cidade do Natal continuou registrando a data de nascimento dos expostos, deixando transparecer algum conhecimento sobre a origem do neonato.

Aos dezessete de abril de mil e oitocentos e três nesta matriz o padre Bonifácio da Rocha Vieira de minha licença batizou, e pós os santos óleos a Joaquim branco nascido nesta freguesia aos nove do mesmo mês e ano e exposto em casa de Vitorina Antônia índia solteira moradora nesta freguesia. Foram padrinhos o Alferes Vicente Ferreira Nobre casado, e Dona Rita Maria da Conceição também casada. E para constar fiz este termo que assinei. Feliciano José Dorneles / Vigário Colado.⁴⁰⁸

Tal informação também foi registrada nos assentos de batismo dos seguintes enjeitados: Francisca, exposta em casa do viúvo Gregorio Cardoso, nascida aos 3 de abril de 1800;⁴⁰⁹ Joaquina, exposta em casa de João Fernandes (casado, morador em Ferreiro Torto), nascida aos 6 de abril de 1801; Ana, parda, exposta em casa de João Carneiro (casado, morador em Uruaçu); João, exposto em casa da viúva Tereza Josefa Maria de Jesus (moradora da beira do rio da freguesia), nascido aos 16 de abril de 1802.⁴¹⁰

No decorrer da primeira metade do século XIX, outros enjeitados foram batizados e registrados com a data de nascimento: Manuel, exposto em casa de José Joaquim de Freitas, nascido aos 2 de abril de 1831; Maria, exposta em casa de Francisco Antônio Viveiros, nascida aos 26 de outubro de 1832; e, por fim, Antônio, exposto em casa do índio Antônio Manuel (morador na Aldeia Velha), nascido em 14 de outubro de 1832.⁴¹¹

Assentos de batismo de expostos com filiação, idade e data de nascimento eram exceções que confirmavam a regra. Todos se conheciam na freguesia da Cidade do Natal, sobretudo expositores e receptores de recém-nascidos, em uma

⁴⁰⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 124v.

⁴⁰⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1795-1807, f. 36v.

⁴¹⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1803, f. 50, 59, 62v.

⁴¹¹ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1826-1835, f. 65v., s/n, 85.

figuração onde expor a criança junto a um domicílio era mais um ritual, e o registro na condição de enjeitado era uma mera formalidade da burocracia da Igreja e resultado do batismo, já que os indivíduos tinham conhecimento uns sobre os outros.

Tal pacto de cumplicidade se desdobrava e reproduzia-se, na segunda metade do século XVIII, também entre os moradores de Córdoba, sul da América hispânica:

[...] por demás sospechoso que en una ciudad que en 1778 contaba con una población blanca de 613 españolas entre 15 y 44 años pudiera pasar desapercibido um embarazo o quién era la parturienta, de qué casa era y aún quién la había “deshonrado”. La mera visualización de una persona protegida por las sombras de la noche depositando una carga em los umbrales de una casa vecina puede imaginarse si en ciudades de mayor tamaño, movimiento nocturno y complejidad social que la Córdoba del siglo XVIII, pero resulta difícil para una que tenía unas cuantas manzanas alrededor de la plaza principal.⁴¹²

O que se pode observar na prática do abandono protetor em Natal foi a existência de residências que receberam mais de um exposto, não ultrapassando o número de duas crianças, reafirmando a intenção de salvaguardar suas vidas, já que, como já observei, “a escolha das casas em que se abandonava crianças não era aleatória”.⁴¹³ Foram arrolados seis domicílios, vistos como um tipo de espaço referencial para o enjeitamento na freguesia.

A casa de Vitoriano da Frota recebeu Antônio, exposto aos 28 de junho de 1768,⁴¹⁴ seguido de outro recém-nascido abandonado, que recebeu o mesmo nome, em 13 de junho de 1769,⁴¹⁵ ambos encontrados à noite. O domicílio do Capitão-mor Agostinho Gonçalo de Oliveira teve enjeitada à sua porta a pequena Dionísia, na data de 2 de fevereiro de 1769⁴¹⁶; no ano seguinte, aos 20 de agosto, novo abandono: mais uma menina, batizada com o nome de Bernarda.⁴¹⁷

O domicílio de João da Cunha Dias também foi escolhido para a exposição de dois recém-nascidos. O primeiro foi deixado no ano de 1776, recebendo o nome de

⁴¹² CELTON, Dora E. **op. cit.**, 2008. p. 246.

⁴¹³ FARIA, Sheila de Castro. **op. cit.**, 1998. p. 70.

⁴¹⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1768-1770, f. 5v.

⁴¹⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1768-1770, f. 19v.

⁴¹⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1768-1770, f. 15.

⁴¹⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1768-1770, f. 40v.

Francisco,⁴¹⁸ a segunda, em 1777, recebendo o nome de Josefa.⁴¹⁹ Francisco foi encontrado por volta das cinco e meia da manhã, e Josefa, ao romper do dia. Dona Custódia do Sacramento também teve dois expostos deixados nos umbrais de sua moradia: um de nome João Inácio (nomes compostos não eram algo comum entre os expostos), no ano de 1756,⁴²⁰ e outra criança vários anos depois, em 1790⁴²¹, alguns meses antes da partida de Dona Custódia para o mundo dos mortos.⁴²²

Além dos indivíduos apresentados anteriormente, os moradores da freguesia João Martins Bragança e Manuel Gomes foram receptores de mais de um exposto em seus lares. O primeiro teve enjeitados em sua casa João⁴²³ e Antônio,⁴²⁴ ambos em 1797. Já o segundo recebeu em sua moradia o menino José, batizado aos 3 de março de 1804,⁴²⁵ e onze dias depois foi abandonado outro menino em sua casa, que recebeu igualmente o nome do santo carpinteiro.⁴²⁶

A documentação examinada não permite que seja elaborada uma explicação concreta para o fato de duas crianças serem depositadas junto ao mesmo domicílio. Primeiramente, aponto para os indivíduos do nível superior da figuração social, o Capitão-mor Agostinho Gonçalves de Oliveira e Dona Custódia do Sacramento, personagens que ocupavam lugares de destaque na hierarquia social da freguesia da Cidade do Natal. A senhora Custódia era proprietária de escravos,⁴²⁷ como provavelmente também o Capitão-mor, sinalizando condições materiais favoráveis para que pais biológicos ou familiares vissem naquelas casas a chance de salvar a vida dos pequenos.

Para os demais domicílios onde ocorreram os duplos enjeitamentos, acredita-se no poder de decisão dos expositores supostamente anônimos de crianças, que delimitaram muito bem suas motivações para depositar um neonato junto à casa de alguém, fosse este possuidor de vasto cabedal ou não.

Sucessivos abandonos em uma mesma moradia não constituem uma singularidade no amplo contexto da América portuguesa, mas sim uma regularidade,

⁴¹⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1770-1777, f. 127.

⁴¹⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1770-1777, f. 126.

⁴²⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1755-1757, f. 16v.

⁴²¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1786-1795, f. 120v.

⁴²² AIHGRN, Cx. única, Testamento de Dona Custódia do Sacramento, f. 1.

⁴²³ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1795-1807, f. 13.

⁴²⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1795-1807, f. 15.

⁴²⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1795-1807, f. 95v.

⁴²⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1795-1807, f. 98v.

⁴²⁷ AIHGRN, Cx. única, Testamento de Dona Custódia do Sacramento, f. 2.

representando um dos traços conectores entre várias figurações específicas. Na vila de Sorocaba, entre os anos de 1803 e 1812, a casa do pequeno lavrador José Tomé Leite recebeu seis expostos, sobrevivendo apenas um de nome José, abandonado em 1812.⁴²⁸ Em Vila Rica, entre 1740 e 1810, a casa da parda forra Sebastiana Luiza do Sacramento foi o destino de nove enjeitados, seguindo-se a moradia da também parda e forra Romana Tereza, que recolheu em sua porta sete expostos.⁴²⁹

Deve-se frisar mais uma vez que em figurações de pequenas proporções, como a freguesia da Cidade do Natal, os laços de dependência recíproca entre os indivíduos se configuravam como diretos, possibilitando um baixo índice de enjeitamento; em conseqüência, os domicílios referenciais eram poucos e recebiam poucos enjeitados.

O contrário ocorria em Sorocaba, centro de comércio de gado no centro-sul da América portuguesa, e Vila Rica, epicentro da produção mineradora, figurações sociais mais abertas a outras de grandes proporções; nestas, as redes de interdependência eram indiretas e as relações mais frouxas, possibilitando o abandono de mais recém-nascidos e, em conseqüência, a existência de mais domicílios referenciais para o enjeitamento, que recebiam bem mais que dois expostos.

Frisa-se que não foi somente a ala depauperada de Vila Rica que recebeu inúmeros abandonados; destacam-se o Capitão Sebastião Francisco Bandeira, receptor de oito recém-nascidos, e o Coronel José Veloso do Carmo, que teve expostas em sua soleira cinco crianças.⁴³⁰ Muitas outras casas nas vilas de Sorocaba e Vila Rica, não mencionadas aqui, foram domicílios referenciais para o enjeitamento, sendo esta uma realidade que se desdobrou em outras vilas da América portuguesa, como Curitiba, onde tais fogos oscilaram entre receber dois e cinco expostos,⁴³¹ não sendo a situação diferente na vila de Porto Alegre.⁴³²

Segundo Venâncio, também na forma de organizar a assistência aos expostos em Portugal é possível perceber a influência da vizinha Castela: no “[...] sistema espanhol, o auxílio público criava condições favoráveis à dissolução dos

⁴²⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2002. p. 28.

⁴²⁹ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 89.

⁴³⁰ *Ibid.*, p. 89-91.

⁴³¹ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 85.

⁴³² SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014-b, p. 165.

laços familiares nas camadas populares [...]”⁴³³, pois as crianças eram enviadas para casas de amas-de-leite longe da instituição criadeira, ao passo que o abandono de caráter definitivo foi transposto para a América: em tese, quem enjeitava nas Rodas dos expostos, nas *Inclusas*, deveria romper relações com o enjeitado.

Teoricamente, os documentos de batismo não poderiam deixar pistas da origem do exposto, mesmo que estas existissem; na prática, alguns padres deixavam vestígios nos registros, como apontou-se anteriormente. Na freguesia da Cidade do Natal e em outras partes da América ibérica, principalmente nas pequenas figurações, quase todos os indivíduos estavam unidos em um pacto de cumplicidade.

Enfim, se na freguesia em questão o perfil do enjeitamento foi domiciliar, protetor, firmado em grande medida por um pacto de silêncio e cumplicidade, afirmo que os enjeitamentos foram atos conscientes, direcionados e orientados. Tal afirmação toma consistência quando se descobrem vestígios de que alguns neonatos abandonados portavam bilhetes.

Caetana exposta em casa de Florência solteira moradora em o sitio de Santo Antonio do Potengi foi exposta de madrugada as cinco para as seis horas da manhã do dia trinta digo três de setembro de mil setecentos e oitenta e oito sem escrito foi batizada sob condições na capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto com os santos óleos aos quinze do dito mês, e ano foram padrinhos Lino da Cunha Marques solteiro natural desta freguesia e não se continha mais em dito assento de que mandei fazer este em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁴³⁴

O registro acima aponta indiretamente para o fato de que outros expostos portavam “escritos”. Suponho que os homens e mulheres que enjeitaram na figuração da freguesia da Cidade do Natal tinham a iniciativa de orientar os receptores, em uma nítida demonstração de preocupação com os recém-nascidos deixados pelas soleiras.

Muito provavelmente os bilhetes que acompanharam algumas crianças em Natal deveriam conter informações sobre o primeiro sacramento, se estavam batizadas ou se eram pagãs, o nome que deveriam receber, data do nascimento, a

⁴³³ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 33.

⁴³⁴ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1786-1795, f. 23.

indicação dos padrinhos, a filiação, o lugar social, ou mesmo a real motivação para que fossem enjeitadas.

Escritos, cédulas e bilhetes ocupavam uma função instrumental primordial no fenômeno do abandono, pois serviam quase como uma “carta de apresentação” do enjeitado, podendo também conter algumas informações manipuladas para determinados fins.⁴³⁵ O próprio texto das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia já fazia menção a estes instrumentos:

Mandamos, outrossim, que as crianças que se acharem enjeitadas na cidade, e Arcebispado, sejam condicionalmente batizadas, posto que com elas se achem escritos, em que se declare que foram batizadas, porque não se sabe de certo, se tal criança foi validamente batizada; salvo sendo os escritos de párcos, ou de outro sacerdote conhecido, ou de pessoa fidedigna, ou por outra via conste legitimamente por certeza moral que foram reta e validamente batizadas.⁴³⁶

A existência de bilhetes foi verificada nesta figuração quando identificou-se o abandono do menino Antônio, depositado junto ao domicílio de Francisco Pinheiro:

Antonio exposto em casa de Francisco Pinheiro com escrito para ser entregue ao Capitão-mor Francisco Nogueira em cuja casa se está criando, o entreguei aos dezenove de junho de mil setecentos e sessenta e nove, e foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela do Jundiá pelo padre João Tavares da Fonseca aos vinte e quatro de julho do dito ano: foram seus padrinhos João Rodrigues Seixas casado e Dona Inês Maria de Araújo mulher do Capitão-mor Francisco Nogueira: de que mandei fazer este assento, em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁴³⁷

Quem seriam os autores das “cartas de apresentação” dos expostos de Natal? Como foi visto nas Constituições Primeiras, seria lícito que um padre ou outro membro do clero redigisse um bilhete em prol de um exposto. Na freguesia da Cidade do Natal, nos Setecentos, a arte de ler e escrever deveria estar restrita ao clero, a alguns homens da governança e a outras poucas pessoas, como pode-se identificar no testamento do Licenciado Albino Duarte de Oliveira, de 1797:

⁴³⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. *op. cit.*, 1999. p. 77.

⁴³⁶ **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XV, § 60.

⁴³⁷ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1768-1770, f. 21v.

[...] declaro que possuo uns livros seguintes: um ripanço antigo umas horas partes veras três espanhóis Los Reis livres de Toledo la imitación de Cristo e outro velho histórico de Toledo está emprestado ao Capitão Bernardo de Castro Freire do que tenho em meu poder outro, ante primeiro, história do futuro que tenho ao presente o Reverendo vigário desta cidade um mestre da vida, o pecador convertido, dois profanos livros de divertimento de estudiosos, uns livros que emprestei a alguns anos ao Capitão Manuel Pinto de Castro quase novos e um da vida da venerável Madre, Mariana da crucificação, emprestado a Antônio Gomes Freire oficial de entalhar, e outros livros já velhos [...].⁴³⁸

É perceptível a existência de uma pequena circulação de livros em Natal na segunda metade do século XVIII, bem como de seus possíveis leitores: dois militares, um clérigo e um oficial artesão. Suponho que eram aqueles os habilitados a escreverem os bilhetes deixados junto aos expostos nos domicílios da freguesia; no entanto, o senso investigativo aponta para os homens de batina, indivíduos que “tudo” sabiam em função das práticas da confissão, ou mesmo pelas possíveis focas que circulavam entre a população da figuração, que sutilmente chegavam até eles.⁴³⁹

Venâncio, em pesquisas sobre os grandes centros urbanos da América portuguesa, sustentou a hipótese de sacerdotes locais, como também os Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, estarem envolvidos na elaboração dos bilhetes.⁴⁴⁰ Deve-se, porém, mencionar que nem sempre as orientações expressas nos escritos eram acatadas pelos receptores, ocorrendo um “desacordo entre as partes”, como ocorreu em Vila Rica:

[...] no caso de Antonia, exposta no dia 18 de janeiro de 1756, e que trazia um escrito dizendo “não está batizada, que era branca e se chamava Sebastiana, nome que os padrinhos lhe não quiseram pôr”. Antonia foi batizada em 2 de fevereiro do mesmo ano; foram padrinhos o capitão Heitor de Sá e dona Ana de Paula de Serqueira e dada a criar a Antônio dos Santos Correa e sua mulher, Micaela de Matos, pretos forros.⁴⁴¹

⁴³⁸ AIHGRN, Caixa única, Testamento de Albino Duarte de Oliveira, f. 3.

⁴³⁹ No mundo católico ocidental, os clérigos apresentavam-se como um grupo intelectualmente instruído, posicionado no nível superior da figuração social. Por exemplo, na França do século XVIII, especificamente em 1784, em uma lista de 1.393 escritores de que se podia saber a ocupação, os padres correspondiam a 20%. CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2009. p. 98.

⁴⁴⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. Entre dois Impérios: a Santa Casa da Misericórdia e as ‘Rodas dos expostos’ no Brasil. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Org.). **As misericórdias - das duas margens do Atlântico**: Portugal e Brasil (séculos XV-XX). Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009-a. p. 125.

⁴⁴¹ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 78.

O importante é perceber que aquelas mensagens foram uma regularidade na América portuguesa e hispânica, sendo marcadas por similitudes que passavam pela costa da África e atingiam a Península Ibérica. Os recados escritos pelos expositores eram uma constante, em grandes figurações aonde havia assistência por parte das Santas Casas da Misericórdia, como Salvador e Rio de Janeiro,⁴⁴² nas regiões das Minas aonde as Câmaras socorriam os expostos, e em figurações menores como Curitiba, em que não havia assistência institucionalizada,⁴⁴³ tal como em Natal, passando pela vila de Porto Alegre.⁴⁴⁴ Lembra-se que os bilhetes que acompanhavam os expostos estampavam uma preocupação universal: o batismo.⁴⁴⁵

No mundo da Coroa de Castela percebem-se várias similitudes quanto à forma de enjeitar: o abandono era protetor, pois se buscava uma casa para exposição do recém-nascido; consciente, já que se sabia quem era o receptor; e orientado, considerando que bilhetes deixavam algumas informações e orientações sobre o rebento. Veja-se este caso, ocorrido no Vice-reino de Nova Granada, em Santa Fé de Bogotá, em 1787:

Así, el cura rector de la parroquia de Nuestra Señora de Las Nieves, informó que el 11 de febrero de 1787 bautizó a: “María Josefa Coleta a quien expusieron en esta casa de Curas que es mi actual habitación, y parece haber nacido el mismo día”. La niña fue dejada con escrito dirigido a Doña Juana Gertrudis y Varcácel, madre del señor cura párroco. El mensaje permite determinar el motivo y la procedencia, ya que en el se podía leer: “Conociendo la grande caridad que reina en su corazón me atrebo a entregar a su zelo y cuidado esta niña; es impedida y de padres nobles pa qe. Ud con este respeto la mire y atienda como una segunda madre qe. Díos Nuestro Señor. Se lo pagara y yo le viviré muy reconocido”.⁴⁴⁶

O enjeitamento da pequena Maria Josefa Coleta demonstra a acepção geral de abandono de quem deixava a criança em um domicílio ou mesmo em uma *Inclusa*; fosse em Natal, na Capitania do Rio Grande do Norte, Córdoba, no Vice-reino do Prata, ou Santiago, na Capitania Geral do Chile, o sentido era salvaguardar

⁴⁴² VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 75-84

⁴⁴³ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 70-71.

⁴⁴⁴ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014b, p. 155.

⁴⁴⁵ A prática de abandonar os recém-nascidos com escritos estende-se pelo século XIX. CRUZ, Pedro Henrique Ermida. **Expostos e farrapos**: um estudo sobre a vida das crianças abandonadas na Santa Casa de Misericórdia durante o cerco farroupilha a Porto Alegre (1838-1843). 43f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 20.

⁴⁴⁶ ACOSTA, Elsa María Bocanegra. **op. cit.**, 2007. p. 15.

a vida. O hábito de abandonar crianças e os métodos utilizados para o abandono conectavam os dois mundos ibéricos; na ilha atlântica do arquipélago das Grandes Canárias, especificamente em Santa Cruz de la Palma, os meninos e meninas enjeitados traziam cédulas agregadas a si:

En ellas, sean escuetas o explicativas, se refleja un acto consciente de quien realiza el abandono, y que quiere utilizar la cédula como escudo protector del niño, pese a la endeblez de su soporte, normalmente un papelito mal escrito, pero, a veces, también un trozo de pizarra o un fragmento de teja, como hemos encontrado entre los expósitos del Arca de Misericordia de Ponferrada.⁴⁴⁷

A tipologia dos temas dos bilhetes deixados com os expostos na ilha hispânica⁴⁴⁸ é similar à dos assuntos dos bilhetes deixados com as crianças enjeitadas na Roda dos expostos da cidade de Salvador, na América portuguesa.⁴⁴⁹ Também no reino de Portugal recém-nascidos abandonados portando escritos foram uma realidade, em Lisboa, Porto,⁴⁵⁰ Trancoso,⁴⁵¹ Viana do Castelo,⁴⁵² Ponte de Lima e outras figurações.⁴⁵³

Em linhas gerais, o abandono de recém-nascidos na sede da Capitania do Rio Grande do Norte demonstrou-se protetor em sua acepção mais ampla, pois pais

⁴⁴⁷ CABRERA, Manuel Lobo; CANEDA, Ramón López; SANTANA, Elisa Torres. **La “otra” población**: expósitos, ilegítimos, esclavos – Las Palmas de Gran Canaria, siglo XVIII. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1993. p. 53.

⁴⁴⁸ Os temas eram: “Fecha de nacimiento; bautismo, solemne o ‘agua de socorro’; nombre impuesto o que se solicita se ponga; apelaciones a la caridad Cristiana; promesa de futura legitimación o de futura recuperación familiar; recomendación, al director de la Inclusa o al ama que lo críe; alusiones a la omnipotente misericordia y providencia de Dios; informaciones sobre los padres, generalmente ‘naturaleza’; señales de identificación; marcas corporales, naturales – lunares – o provocadas con ‘piedra inferna’. CABRERA, Manuel Lobo; CANEDA, Ramón López; SANTANA, Elisa Torres. **op. cit.**, 1993. p. 54.

⁴⁴⁹ Os assuntos foram: “Nome da criança; ser batizado; não ser batizado; dia do nascimento; desejo de recuperar; padrinhos; mãe doente; pai ausente; nome dos pais; nome da criadeira; pobreza; ser legítimo; ser ilegítimo; ser branco; morte dos pais; doença da criança; ser gêmeo; ser cristão-velho; paróquia de origem; bom tratamento; ser forra; ser vacinada – um mesmo escrito, poderia constar mais de um tema [...]”. VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 76.

⁴⁵⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 45, 232, 251.

⁴⁵¹ DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha. **A protecção à infância abandonada em tempos de conflito**: os expostos em Trancoso (1803-1825). 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. p. 65.

⁴⁵² RODRIGUES, Henrique. Sobrevivências e trajetórias de expostos emigrados para o Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças - De Portugal ao Brasil**: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 299.

⁴⁵³ FONTE, Teodoro Afonso da. **No limiar da honra e da pobreza**: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924). 528f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, 2004. p. 306.

e familiares buscaram indiscutivelmente salvaguardar os pequenos corpos nos mais variados domicílios. Dessa maneira, fosse na América portuguesa, fosse na América hispânica ou em qualquer outra parte do mundo católico ocidental, em pequenas povoações onde as relações de interdependência eram diretas, havendo um alto nível de coesão social, lugares em que as pessoas se conheciam em sua totalidade, o desejo de abandonar estava contido. Os indivíduos inconscientemente vigiavam-se, não bloqueando o abandono de crianças recém-nascidas, mas possibilitando um baixo índice de enjeitamento.

No entanto, cada indivíduo, cada grupo tinha suas motivações específicas, dando significados próprios para o ato de abandonar, fosse uma estratégia de libertação do cativo, a falta de condições materiais mínimas para o sustento do rebento, ou mesmo a distinção social ameaçada, transformando pequenos bastardos em expostos, filhos da caridade, e posteriormente alocando-os em um lugar social bem definido dentro da hierarquia do mundo do Antigo Regime. Como apresentarei a partir de agora.

3.2 O Tenente Joaquim Lino Rangel

Rita filha legítima de Joaquim Lino Rangel exposto em casa de Antônio Martins Praça Júnior, e de Ana Francisca Barbosa naturais desta freguesia neta materna de Felix Barbosa Tinoco natural de Pernambuco e de Antônia Maria da Conceição natural desta freguesia nasceu aos vinte e sete de junho de mil setecentos e oitenta e sete foi batizada com os santos óleos aos vinte e quatro de julho do dito ano de licença minha nesta matriz pelo padre Francisco Manuel Maciel de Melo e foram seus padrinhos José Teixeira casado e Maria Inácia solteira e não se continha mais em dito assento do que mandei fazer este em que por verdade me assino. Pantaleão da Costa de Araújo / vigário do Rio Grande. [grifo meu].⁴⁵⁴

Ao reunir fragmentos da vida do Tenente Joaquim Lino Rangel,⁴⁵⁵ morador na freguesia na transição do século XVIII para o XIX, busca-se reconstituir não somente a trajetória de um militar miliciano, mas o percurso e os meandros da história particular de um exposto que foi assistido e tornou-se proeminente na figuração

⁴⁵⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 4-4v.

⁴⁵⁵ A patente de Tenente do exposto Joaquim Lino Rangel aparece na documentação da Câmara, em assentos de casamento em que surge como testemunha.

social em questão, a partir de uma trama familiar. Considera-se ainda que o indivíduo aqui destacado adquire importância na medida em que representa uma coletividade.⁴⁵⁶

Entre 1816 e 1823, o Tenente Joaquim Lino Rangel teve participação efetiva nas atividades do Senado da Câmara da Cidade do Natal; em sete anos, foi possível detectar dezesseis atuações dele no âmbito da política⁴⁵⁷. Foi eleito vereador para o ano de 1821 em 21 de novembro de 1820⁴⁵⁸. Em 24 de maio de 1821 esteve presente entre os mais de cem homens que assinaram o documento de juramento, veneração e respeito à santa religião, obediência ao Rei, manter, guardar e conservar a Constituição da monarquia portuguesa⁴⁵⁹; no mesmo ano, em 29 de agosto, Rangel estava entre as autoridades civis e militares da freguesia que reafirmaram o juramento à Constituição monárquica portuguesa, em consequência da revolução liberal burguesa do Porto⁴⁶⁰.

O personagem em questão muito provavelmente vivenciou os movimentos e efeitos da revolta liberal de 1817 na Capitania do Rio Grande do Norte, insurreição que teve na Capitania de Pernambuco seu epicentro, de onde os efeitos se estenderam às capitanias anexas. A derrota dos insurretos pernambucanos e seus aliados apresentou aspectos positivos para o Rio Grande do Norte, pois este foi desanexado de Pernambuco no mesmo ano de 1817; em 1818 o Rio Grande do Norte tornou-se independente juridicamente da Paraíba, e em 3 de fevereiro de 1820 o rei oficializava a Alfândega do porto de Natal.

Aponta-se que a desanexação do Rio Grande do Norte de Pernambuco foi uma medida punitiva da Coroa portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, contra a capitania revoltosa. Não há como saber qual foi o nível de contato que Rangel teve com o grupo simpático às ideias liberais e aliado ao movimento pernambucano no ano de 1817, formado por clérigos, militares e outros homens de distinção, tendo por líder na capitania do Rio Grande do Norte André de Albuquerque Maranhão, morto aos 26 de abril de 1817 por partidários da Coroa portuguesa.⁴⁶¹

⁴⁵⁶ DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 195.

⁴⁵⁷ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823.

⁴⁵⁸ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 78-78v.

⁴⁵⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 88v.-91v.

⁴⁶⁰ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 95-97v.

⁴⁶¹ MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **op. cit.**, 2002. p. 126-133.

André de Albuquerque Maranhão estava entre os homens mais ricos da Capitania do Rio Grande do Norte. Era homem do litoral, descendente dos Albuquerque de Pernambuco e dos primeiros povoadores brancos da capitania; foi senhor do engenho de Cunhaú, ao sul de Natal, próximo da Capitania da Paraíba. Seu inventário, de 1823, revela a dimensão de sua fortuna: além do engenho de Cunhaú, principal centro produtor de açúcar da capitania, ele era proprietário de outro engenho próximo, Tamatanduba (moente e corrente), incluindo casas de moenda, casa de caldeira e de purga, sendo o conjunto avaliado em 10:000\$000 réis. O grande Cunhaú foi avaliado em 32:000\$000 réis.⁴⁶²

Após a dissolução do movimento revolucionário no Rio Grande do Norte e a prisão e morte de André de Albuquerque Maranhão, adotaram-se medidas para ocultar as decisões do governo rebelde.

Aos doze dias do mês de julho de mil oitocentos e dezessete anos, nesta cidade do Natal, e seu termo, Capitania do Rio Grande do Norte, nos passos do Conselho dela onde se achavam o Juiz Presidente, Vereadores e Procurador, menos o primeiro e terceiro vereadores, que deram parte de estarem doentes e que por essa causa não assistiam à presente sessão para acordarem no bem comum: Acordaram em arrancar as folhas 26 e folhas 27 deste livro e folhas 89 do livro de registros da Câmara, nas quais se achavam lançados termos feitos no pérfido tempo do governo instalado nesta capitania, em virtude da ordem do governador desta capitania José Inácio Borges, que nos foi dirigida em data de dez do corrente mês, que fica registrada no livro 18 a folha 118 que serve nesta Câmara; em virtude da mesma ordem mandaram passar Edital para fazer certos aos povos deste termo para que logo entreguem todos e quaisquer papéis ou carta que tiverem em seus poderes, feitos naquele malvado tempo.⁴⁶³

Pois o governo monárquico fez uso do monopólio da violência, não só para expurgar todo e qualquer registro deixado pelos rebeldes, como também para exercer pressão sobre todos os indivíduos da figuração do Termo da Cidade do Natal para que devolvessem documentos produzidos pelos revoltosos. Suponho que Rangel também tenha sofrido estas pressões egressas do grupo dirigente da Capitania, já que ele fazia parte do grande conjunto de indivíduos interdependentes

⁴⁶² MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Engenho Cunhaú**: a luz de um inventário. Natal: Fundação José Augusto, 1983. p. 52.

⁴⁶³ LYRA, Augusto Tavares de. **A independência do Brasil no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972. p. 73.

que compunha a figuração da Cidade do Natal, e se tornaria membro da governança nos anos seguintes.⁴⁶⁴

Ao que tudo indica, a vida política do exposto adquiriu maior destaque, e sua inserção social foi plenamente consolidada quando ele foi eleito Juiz Ordinário, no princípio de 1822.⁴⁶⁵ Rangel ocupou outros cargos na governança: em 3 de julho de 1822 foi indicado para Ouvidor da Comarca da Capitania do Rio Grande do Norte, substituindo Mariano José de Brito Lima, que solicitou licença de seis meses para ir à Corte do Rio de Janeiro⁴⁶⁶. Na condição de homem da Câmara, o exposto deve ter sentido, junto com os outros homens-bons, os abalos econômicos causados pela fuga da produção de algodão realizada nos sertões da capitania, bem como dos impostos que deveriam ser pagos sobre aquele rico produto, tão desejado pela indústria inglesa.

Em carta enviada ao Ministério da Fazenda do Brasil pela Alfândega do Algodão e Junta da Fazenda da Capitania do Rio Grande do Norte, em 25 de julho de 1822, o presidente da Alfândega apresenta a inacreditável situação da exportação oficial da Capitania: naquela data, só havia uma saca a declarar. A causa de tal conjuntura era o desvio da produção algodoeira para o Ceará, Paraíba e Pernambuco, alegando os produtores que tais portos eram mais próximos dos sertões, além de não existirem acessos decentes nem bons caminhos até a Alfândega de Natal.

Joaquim Lino Rangel supostamente deve ter tomado conhecimento dos conflitos e tensões que tal conjuntura originou, pois o Rio Grande do Norte, na figura de sua sede, Natal, passou a reclamar às capitanias vizinhas, por mecanismos legais, o reembolso dos impostos sobre o algodão produzido em suas terras, não obtendo, no entanto, respostas positivas.⁴⁶⁷

No apagar das luzes do período colonial, em um momento de plena contestação do Antigo Regime, Rangel participou de ações importantes para a política local, conectadas à figuração mais ampla do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em 7 de fevereiro de 1822, ele esteve presente na eleição do governo

⁴⁶⁴ Considera-se que “[...] o contexto serve para preencher as lacunas documentais da biografia e é usado como pano de fundo, de maneira sistemática, com relação ao desdobramento biográfico [...]”. DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 222.

⁴⁶⁵ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 114v.-115.

⁴⁶⁶ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 123v.-124.

⁴⁶⁷ DIAS, Thiago Alves. **op. cit.**, 2011. p. 229-233.

provisório da Capitania do Rio Grande do Norte,⁴⁶⁸ e deve ter participado dos conflitos entre os grupos locais às vésperas da Independência⁴⁶⁹; em 13 de julho do mesmo ano, o Tenente e demais autoridades da freguesia requereram a conservação do Príncipe Dom Pedro no Reino do Brasil, como Regente constitucional⁴⁷⁰. A última participação de Rangel na governança data de 22 de janeiro de 1823, quando assinou o termo de aplausos à coroação do Imperador do Brasil:

[...] em louvor à aclamação e coroação de sua Majestade, Imperador, Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, o Augusto Senhor Dom Pedro de Alcântara, a quem rendem toda obediência e fidelidade de que com prazer e alegria deram continuados vivos ao mesmo Augusto Senhor [...].⁴⁷¹

Ao examinar os Termos de Vereação, depreende-se que Joaquim Lino Rangel era inegavelmente uma figura pública na figuração da freguesia da Cidade do Natal, e que esteve presente no processo de independência política da colônia portuguesa na América, votando e assinando termos. Por outro lado, o personagem realizou atividades ligadas a sua vida particular que foram registradas pela Igreja, o que permite verificar a consolidação de sua inserção na figuração social da freguesia.

Não foi localizado o seu registro de casamento, mas sabe-se, a partir dos registros de batismo de seus filhos, que Joaquim Lino Rangel foi casado com Ana Francisca Barbosa, filha do casal Félix Barbosa Tinoco (natural da Capitania de Pernambuco) e Antônia Maria da Conceição (natural da freguesia da Cidade do Natal).⁴⁷²

O sogro do Tenente recebeu as concessões de duas sesmarias na Capitania da Paraíba: a primeira, em 1745, localizada na Ribeira das Piranhas; a segunda, em 1752, localizada no sertão do Pianco - ambas justificadas pela necessidade de criar gado. Afirmava Félix Barbosa Tinoco ter descoberto aquelas terras com suas

⁴⁶⁸ AIHGRN, Termos de Vereação, Caixa 3, Livro: 1815-1823, f. 111v.-112v.

⁴⁶⁹ AHU – Rio Grande do Norte. Cx. 10. Doc. 25. CARTA dos membros da Junta Governativa Provisória ao rei [D. João VI] sobre os distúrbios ocorridos em Natal após a eleição e os motivos que tiveram para abandonar a cidade e fugir para a Paraíba. Paraíba, 24 de fevereiro de 1822.

⁴⁷⁰ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 125-129.

⁴⁷¹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1815-1823, f. 140v.-142.

⁴⁷² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 15.

próprias fazendas e pondo em risco sua própria vida.⁴⁷³ A condição de criador de Tinoco confirma-se a partir do registro de um ferro de marcar gado nos documentos da Câmara da Cidade do Natal, aos 6 de agosto de 1747.⁴⁷⁴

Aos 2 de setembro de 1748, o sogro do Tenente recorreu ao Conselho Ultramarino, buscando confirmação de sua carta patente de Tenente-coronel, sendo a dita mercê confirmada no ano seguinte.⁴⁷⁵ Percebe-se que Rangel ligou-se, por via do casamento, a um grupo do nível superior da figuração social. A típica aliança matrimonial que lhe garantiria um dote.⁴⁷⁶ Um casamento que o ajudou em sua projeção na vida pública.

Pode-se compreender que Félix Barbosa Tinoco, criador de gado vacum e cavalariço, dono de terras e provavelmente de alguns poucos escravos, participante da governança,⁴⁷⁷ casou sua filha com um homem de genealogia zero, que segundo as leis do Reino só poderia entrar nos testamentos na terça parte, pois era um enjeitado, mas em contrapartida “[...] não deveria ser impedido de galgar cargos públicos e eclesiásticos”⁴⁷⁸, como de fato não foi.

O que teria motivado seu consentimento em tal união? Seriam o sogro e o genro homens brancos? Era o exposito dotado de habilidades que ajudariam o sogro nos negócios? É sabido que o enjeitado era conhecedor das artes de ler, escrever e

⁴⁷³ CARTAS DE SESMARIA DE FELIX BARBOSA TINOCO. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmeiro.php?numeroSesmeiro=1554>> Acesso em: 19 jun. 2014.

⁴⁷⁴ AIHGRN, Registro de cartas e provisões do Senado da Câmara, Cx. 2, Livro n. 9: 1743-1754, f. 74.

⁴⁷⁵ AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 5, Doc. 44. REQUERIMENTO de Félix Barbosa Tinoco ao rei [D. João V] pedindo confirmação de carta patente do posto de tenente-coronel de cavalaria da Ribeira e Freguesia do Açú, passada pelo capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques. Anexo: carta do governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha; carta patente e patente de confirmação. Natal, 2 de setembro de 1748; AIHGRN, Registro de cartas e provisões do Senado da Câmara, Cx. 2, Livro n. 9: 1743-1754, f. 111v.

⁴⁷⁶ Considera-se que em ambos os mundos coloniais, o português e o castelhano, o dote era um elemento indispensável para o casamento das mulheres da elite. SANTOS, Rosenilson da Silva. Quem casa quer dote: de como se dotava as mulheres no sertão da Capitania do Rio Grande (1759-1795). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 215. Ver também VIVO, Cristina Mazzeo. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 274.

⁴⁷⁷ AHU – Rio Grande do Norte. Cx. 7. Doc. 47. CARTA do provedor interino da Fazenda Real do Rio Grande do Norte Manuel Teixeira de Moraes ao rei [D. José] enviando o recenseamento das contas do ex-almojarife Felix Barbosa Tinoco. Anexo: certidão e informação do provedor do assentamento Miguel de Gouveia Pegado. Natal, 22 de fevereiro de 1762.

⁴⁷⁸ FRANCO, Renato Júnior. Assistência e abandono de recém-nascidos em Vila Rica. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 160.

contar⁴⁷⁹. Frisa-se que as famílias ricas selecionavam seus genros por aptidões: “[...] quando um genro se ajustava ao tipo de negócios em que seu sogro tinha interesse, isso era duplamente vantajoso”.⁴⁸⁰ Pode-se afirmar com muita propriedade que tanto Joaquim Lino Rangel, exposto, quanto seu sogro Félix Barbosa Tinoco, eram indivíduos juridicamente livres: este era um ponto em comum entre eles.⁴⁸¹

Passando ao largo dos motivos conjecturais que possibilitaram o matrimônio, pode-se afirmar que o ato de casar representava, na trajetória individual de um exposto, a consolidação de sua inserção na figuração. Daquela união vieram ao mundo quatro filhos: Rita (nascida em 1787, batizada na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação)⁴⁸²; José (nascido em 1789, não sendo registrado o local de batismo)⁴⁸³; Félix (nascido em 1791, batizado na Igreja de Santo Antônio)⁴⁸⁴; e Francisco (nascido em 1793, batizado também na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação)⁴⁸⁵. Não se sabe se todos chegaram à vida adulta.

Não existia uma preocupação efetiva por parte dos genitores ou mesmo da Igreja se as crianças recém-nascidas cresceriam lindas e saudáveis. A preocupação era notoriamente espiritual: nas orientações da Igreja os rebentos tinham que ser batizados com no máximo oito dias de vida, pois em caso de uma morte prematura, como era muito comum, a alma dos pequenos não iria para o Limbo,⁴⁸⁶ uma vez que todos os recém-nascidos traziam consigo a marca do pecado original, herdado de Adão e Eva.⁴⁸⁷

⁴⁷⁹ Tal afirmativa é realizada com base nos documentos da Câmara e nos registros de casamento em que Joaquim Lino Rangel assinou como testemunha, chegando mesmo a ter uma firma muito mais fluente e rebuscada que a do próprio Vigário da Cidade do Natal. Cf. ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1785-1790, f. 177.

⁴⁸⁰ NAZZARI, Muriel. Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. p. 75.

⁴⁸¹ É importante ressaltar que o sogro do Tenente Joaquim Lino Rangel foi receptor de exposto. Em 22 de agosto de 1765, Felix Barbosa Tinoco, já portador da patente de Tenente-Coronel, recebeu em sua porta um exposto que foi batizado com o nome de Antônio. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. 3. Este caso será analisado no próximo capítulo.

⁴⁸² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 4-4v.

⁴⁸³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 79.

⁴⁸⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 106.

⁴⁸⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1776-1795, f. 145.

⁴⁸⁶ O limbo era uma espécie de purgatório: “[...] um terceiro receptaculo, em que eram recolhidas as almas justas, antes da vinda de Cristo. Ali desfrutavam um suave remanso, sem nenhuma sensação de dor. Alentavam-se com a doce esperança do resgate [...]”. **CATECISMO ROMANO**, por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Petrópolis: Vozes, 1951. p. 135. Ver também: LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 1995. p. 65-69.

⁴⁸⁷ **CATECISMO ROMANO...**, p. 225.

Estudando os registros de batismo dos filhos de Joaquim Lino Rangel, torna-se clara a preocupação que ele tinha com o batismo de seus rebentos: dos quatro filhos, apenas Rita, a mais velha, foi batizada tardiamente, recebendo os santos óleos com quase 30 dias de nascida. Ressalto ainda que o assento de batismo de Rita é o único documento referente à vida do Tenente Joaquim Lino Rangel que apresenta o seu qualificativo de exposto, sendo este registro o documento que forneceu o indício necessário para a tessitura da trajetória. Uma vez nascidas as crianças, o Tenente e sua esposa, Ana Francisca Barbosa, compuseram uma pequena rede de compadrio, um conjunto de oito parentes rituais, até onde a documentação permite saber, sendo quatro compadres e quatro comadres.

QUADRO 5 - COMPADRES DO TENENTE JOAQUIM LINO RANGEL

Nome das crianças	Ano do batismo	Padrinhos	Madrinhas
Rita	1787	José Teixeira (casado)	Inácia (solteira)
José	1790	José Francisco de Paula (casado)	Francisca de Tal (solteira)
Félix	1791	Manuel de Souza Marinho (Sargento-mor)	Maria José (casada)
Francisco	1793	Manuel de Souza (casado)	Floriana Joaquina (casada)

FONTE: ACMAN, Livro de Batismo da Freguesia da Cidade do Natal

Os Termos de Vereação da segunda metade do século XVIII e início do XIX referentes à Cidade do Natal e as Cartas de Sesmarias da Capitania do Rio Grande do Norte permitem constatar que possivelmente nenhum dos compadres de Rangel foi oficial da Câmara ou solicitou terras à Coroa. A partir disso, acredita-se que Joaquim Lino Rangel não constituiu uma rede de compadrio com pessoas de destaque na freguesia; percebe-se que apenas o padrinho do pequeno Félix era detentor de uma patente militar. Outro ponto importante a ser observado é que os pais e mães espirituais dos quatro filhos do enjeitado não constituíam casais, mas os padrinhos em sua maioria eram casados.

Aponta-se ainda que Félix, filho de Rangel, aos seis anos de idade, em 1797, exerceu a função de herdeiro de seu padrinho, quando o sargento-mor Manuel de Souza Marinho declarou em seu testamento que deixava para seu afilhado uma faca, um par de colheres e alguns garfos⁴⁸⁸; provavelmente Félix estava entre os

⁴⁸⁸ AIHGRN, Cx. única, Testamento do Sargento-mor Manuel de Souza Marinho, f. 4.

afilhados mais queridos pelo padrinho. A nossos olhos, tal legado de talheres de um padrinho para um afilhado de pouca idade pode não fazer sentido algum, pois foge totalmente ao universo da infância construído no século XX; porém, para os homens do século XVIII, estes eram bens de suma importância, símbolos de distinção social.⁴⁸⁹

Nem todos os filhos do enjeitado foram localizados nos assentos de batismo. Contudo, os assentos de casamento revelaram a existência de mais um filho legítimo: na data de 18 de agosto de 1820, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, Bernardo José Gadelha casou-se com Maria Inácia do Carmo (filha de Rangel), tendo por testemunhas de sua união o Doutor Francisco Xavier Garcia e o Capitão Agostinho Lisboa de Almeida, ambos casados⁴⁹⁰. É importante destacar que Rangel não somente conseguiu contrair casamento em face da Igreja, como também casou um dos seus filhos segundo as normas da Igreja Católica. É provável que seus outros filhos tenham tido o mesmo destino da irmã, caso não tenham morrido na primeira infância.

Joaquim Lino Rangel chegou a solicitar à Coroa terras para construir moradia, no ano de 1791. As terras ficavam localizadas na periferia da freguesia da Cidade do Natal, próximas à capela do Bom Jesus das Dores, na ribeira da cidade.⁴⁹¹

Rangel foi arrolado pela primeira vez como testemunha de um matrimônio aos 21 de novembro de 1784⁴⁹². Quinze anos após aquele ato público, nosso personagem reaparece como testemunha de outro casamento; neste, o padre registrou e afirmou que ele era um homem branco e detentor de uma patente militar⁴⁹³. Os sacerdotes, ao redigirem os assentos de casamento, omitiram a condição de exposto do Tenente, tal como os padres que registraram os batismos de seus filhos. Não se sabe com exatidão o motivo de tal atitude; uma hipótese a ser abraçada é que o enjeitado utilizou a cerimônia do crisma como estratégia para libertar-se do qualitativo de exposto, pois era um momento em que se podia realizar alterações no nome.⁴⁹⁴

⁴⁸⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1. p. 78.

⁴⁹⁰ ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 43v.

⁴⁹¹ CARTA DE SESMARIA. Disponível em:

<http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmeiro.php?numeroSesmeiro=4519> Acesso em: 24 jun. 2014.

⁴⁹² ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1785-1790, f. 177.

⁴⁹³ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1798-1807, f. 33.

⁴⁹⁴ RODRIGUES, Henrique. **op. cit.**, 2010. p. 336-337.

Por outro lado, o casamento dignificava o homem; assim, infere-se que na Cidade do Natal a ascensão ao altar, a união selada pela Igreja, permitia que a expressão *exposto* fosse apagada, na maioria das vezes, do nome de homens e mulheres, pois era o casamento um rito de maior significância e posterior ao crisma. Talvez o nível estreito e direto do entrelaçamento social entre Joaquim Lino Rangel e os padres da freguesia, considerando que eram todos pertencentes à camada superior da figuração social, tenha possibilitado que os sacerdotes não se referissem a ele como um enjeitado em seus registros.

Homem casado, branco, livre, pai de filhos legítimos, feche de domicílio, testemunha de casamento, Vereador, Juiz Ordinário, Ouvidor, membro votante na freguesia, sesmeiro, era o Tenente Joaquim Lino Rangel um *exposto* de triplo sucesso. Não morreu na primeira infância, constituiu família segundo as normas da Igreja e participou da governança. No entanto, qual foi o significado do abandono de Rangel? Quem possibilitou a consolidação plena de sua inserção social? Seria o menino recém-nascido de pele branca, deixado em casa de Antônio Martins Praça Júnior, um enjeitado qualquer? A princípio, revela-se que o pequeno estava inserido em uma trama familiar que passava pela madrasta do seu receptor, Dona Catarina Peralta Rangel, e por relações proibidas.

Não existe melhor caminho para desvendar segredos de determinadas famílias do que investigar antigos testamentos. Foi ao devassar as folhas do testamento da madrasta de Antonio Martins Praça Júnior, aberto aos 28 de janeiro de 1775, que encontrou-se a significação do abandono de Joaquim. Teria sido ele afilhado e ao mesmo tempo agregado da madrasta do dono da casa que o recebeu? Percebe-se uma candente semelhança entre o último sobrenome dos dois indivíduos. Teria Dona Catarina transmitido o sobrenome Rangel a Joaquim? As linhas do testamento da senhora em questão deixam claro e evidente que o enjeitado era muito mais que um provável afilhado, agregado e protegido. Vejam-se as palavras ditadas pela falecida:

[...] deixo por esmola a meu sobrinho Joaquim Lino Rangel filho de minha sobrinha Dona Felícia Joaquina, o qual tenho em minha casa um molequinho por nome Pedro, o qual é o que me fez dele doação meu marido Antonio Martins Praça, e assim mais um espadim de prata, uma área grande, uma

sarasa de chita, um lençol de pano de linho fino com rendas, e cem mil reis em dinheiro [...].⁴⁹⁵

Perceba-se que Joaquim Lino Rangel, batizado na condição de enjeitado, era, incontestavelmente, sobrinho-neto de Dona Catarina Peralta Rangel, filho natural ou ilegítimo de Dona Felícia Joaquina, sobrinha da testamenteira. Pode-se afirmar que a gravidez de Dona Felícia foi consequência de uma relação ilícita, “um mau passo”, fosse com um homem casado, um padre, um indivíduo de menor qualidade ou, quem sabe, o próprio dono do domicílio receptor: Antonio Martins Praça Júnior, homem casado. Tais suposições sobre a paternidade de Joaquim ficarão no nível das conjecturas, sem respostas plausíveis, pois as fontes disponíveis não permitem um aprofundamento no âmbito das intimidades.

Nesta busca por informações acerca da origem do Tenente Joaquim Lino Rangel, em que situações concretas se misturam a conjecturas, compondo gradientes de questões, é importante delinear o modelo daquele abandono. Observem-se três pontos: A) Joaquim foi exposto em uma casa, abandono classificado como protetor, em que ele deveria ser encontrado, recolhido e batizado, como era o padrão de enjeitamento dos indivíduos da freguesia; B) Além de protetor, o abandono foi provavelmente articulado, combinado entre as partes, pois tanto o expositor da criança quanto seu receptor estavam conscientes da necessidade do enjeitamento; C) Todo o processo foi intrafamiliar: o exposto era filho da sobrinha da madrastra do proprietário do domicílio receptor.⁴⁹⁶

O abandono protetor, articulado e intrafamiliar foi, em suma, uma estratégia de grupo, fios de uma trama que tinha por função não somente assistir à vida do recém-nascido mas também, e sobretudo, proteger a honra de Dona Felícia Joaquina, que, pertencendo ao nível superior da figuração social da freguesia, não poderia batizar e registrar um filho natural de pai incógnito, apresentando-se como uma mãe solteira. O exposto poderia ter sido batizado com quaisquer outros nomes, mas foi registrado com uma variação do nome de sua mãe.

Considera-se que a alternativa mais viável para aquele grupo familiar seria ocultar o escândalo, “forjar” o abandono do pequeno e batizá-lo na condição de exposto. Cabe lembrar que a ilegitimidade não foi um indicativo de ordem geral para

⁴⁹⁵ AIHGRN, Cx. única, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel, f. 3v.

⁴⁹⁶ É de grande valor mencionar que Catarina Peralta Rangel era comadre de Antonio Martins Praça Júnior. AIHGRN, Cx. única, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel, f. 4.

se abandonar recém-nascidos nas terras da freguesia da Cidade do Natal, a não ser quando o *status quo* de um grupo estava ameaçado, conforme a historiografia tem apontado.

[...] o problema da exposição em terras coloniais ressalta a existência de um sistema de honra trazido pelo colonizador, no que tange à mulher na América Portuguesa. Tal sistema não permitia a violação dos padrões de virgindade das mulheres solteiras, de fidelidade aos maridos, no caso das mulheres casadas, e de castidade das viúvas, sobretudo no seio da elite que via na honra o *ethos* que racionalizava a existência da hierarquia colonial.⁴⁹⁷

Destaca-se que, com a morte de Dona Catarina Peralta Rangel, seu sobrinho-neto foi alvo da atenção da falecida, que deixou para ele alguns bens móveis e imóveis: um pequeno escravo, terras, um objeto de prata, tecidos e uma soma em dinheiro. Rangel ainda era uma criança de idade desconhecida quando o testamento de sua tia-avó foi elaborado:

[...] entregará tudo tendo-lhe idade capaz de receber ao tempo de meu falecimento, e não tendo idade separar os ditos cem mil réis a juro dando conta ao Juiz dos Órfãos para o mandar recolher ao cofre, e se dar a juro para tendo idade capaz o poder tirar e os mais bens os conservará meu testamenteiro em seu poder para lhe entregar todas as vezes que dele os pedir [...].⁴⁹⁸

Como nada era por acaso, o enjeitado não foi deixado aleatoriamente em casa do enteado de sua tia-avó: o pequeno era um elo social na figuração da freguesia, um corpo no longo e contínuo processo de circulação de crianças. Deve-se lembrar que em um dado momento da vida o exposto Joaquim adotou - ou foi orientado a adotar - o nome de Lino, sendo este o nome do primeiro marido de sua tia-avó, a quem ela dedicou várias missas em seu testamento.⁴⁹⁹

Pode-se supor que Joaquim cresceu sabendo de sua qualidade de filho ilegítimo, mascarada pela condição de exposto, quase sempre omitida nos documentos que nos ajudaram a remontar sua trajetória. No entanto, acredita-se que não apenas ele sabia de sua real origem, mas também a quase totalidade dos indivíduos da figuração da Cidade do Natal, em que o enjeitado estava inserido, considerando que quase todos se conheciam e estavam interligados em uma malha

⁴⁹⁷ CAVAZZANI, André Luiz M. *op. cit.*, 2005. p. 75.

⁴⁹⁸ AIHGRN, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel, f. 3-4v.

⁴⁹⁹ O primeiro marido da senhora em questão foi o Alferes de Infantaria Lino Gonçalves de Souza. AIHGRN, Testamento de Dona Catarina Peralta Rangel, f. 1v.

de dependência recíproca direta. A origem do Tenente não foi empecilho para seu triplo sucesso, já que durante toda a sua vida foi possivelmente protegido por seu grupo familiar, em uma relação de interdependência.

No ano de 1820, Joaquim Lino Rangel foi convidado mais uma vez para ser testemunha de um casamento, ao lado de um padre que provavelmente pertencia à família que o recolheu, acolheu e possibilitou a consolidação de sua inserção social.

Aos sete de janeiro de mil oitocentos e vinte as dez horas da noite na capela do Senhor Bom Jesus das Dores; depois de corrido as denúncias, segundo determina o Sagrado Concilio Tridentino, nesta freguesia onde a nubente é natural, e ambos moradores, como o temos trazidos nos banhos que ficam em meu poder, e não me constando impedimento algum canônico, ou civil, em minha presença, e das testemunhas o Reverendo Francisco Antonio de Souza Praça, e o Tenente Joaquim Lino Rangel, casado, todos desta freguesia, sendo o nubente viúvo quando falecida sua mulher nesta cidade; se casaram os nubentes o Capitão Joaquim José Gomes, e Dona Bernardina Maria dos Prazeres desta freguesia, logo dei as benções do estilo segundo os ritos e cerimônias da Santa Madre Igreja. De que para constar fiz este termo no qual me assino. Francisco Antonio Lumachi de Melo / Vigário interino.⁵⁰⁰

Na noite de 7 de janeiro de 1820, Rangel foi testemunha em um casamento noturno, situação pouco comum na freguesia e não recomendada pela Igreja.⁵⁰¹ O exposto testemunhou o matrimônio de duas pessoas proeminentes, um militar, com uma patente maior que a sua, e uma senhora com o tratamento de Dona. Nesse período, Rangel exercia atividades na Câmara da Cidade do Natal; a partir disso, surge como testemunha de casamentos em 16 de agosto de 1820⁵⁰², 5 de maio de 1821⁵⁰³ e, por fim, já viúvo, em 21 de agosto de 1832.⁵⁰⁴ A última informação arrolada sobre a trajetória do enfeitado em questão foi o fechamento do seu ciclo vital:

Aos dezoito de novembro de mil oitocentos e trinta e nove, faleceu da vida presente, com todos os sacramentos, o Tenente Joaquim Lino Rangel, viúvo

⁵⁰⁰ AMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 21.

⁵⁰¹ “[...] mandamos aos párocos, capelães e mais sacerdotes que com legitima licença houverem de assistir ao matrimônio, não consintam se celebre antes de nascer o sol, nem depois dele posto, nem fora da igreja paroquial sem nossa especial licença [...]”. **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título LXVIII, § 289.

⁵⁰² ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 44.

⁵⁰³ ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 36.

⁵⁰⁴ ACMAN, Assentos de casamento, Livro de 1816-1836, f. 131v.

com idade de setenta e nove anos, foi sepultado nesta matriz depois de encomendado por mim envolto em habito branco [...].⁵⁰⁵

É impossível saber precisamente a data em que Rangel foi exposto em casa de Antônio Martins Praça Júnior, já que não foi encontrado o seu assento de batismo. Tendo por referência o assento de óbito, aventa-se que seu enjeitamento tenha ocorrido por volta de 1760. Com base no mesmo documento, pode-se afirmar que o enjeitado teve uma boa morte, recebendo todos os sacramentos e sendo enterrado no mesmo espaço do sagrado aonde provavelmente foi batizado, contraiu matrimônio e batizou os seus filhos. Considera-se ainda que a mãe do exposto, Felícia Joaquina Rangel, era uma pessoa bem conhecida no âmbito da freguesia, já que dois anos após o abandono do próprio filho ela esteve presente em um batizado na condição de madrinha.

Manuel filho legítimo de Manuel Alvarez da Costa, natural da freguesia de Porto do Calvo, e de sua mulher Basília Antonia natural desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação [Freguesia da Cidade do Natal] do Rio Grande do Norte, e dela ambos moradores, neto por parte paterna de Jacinto da Costa e de sua mulher Margarida da Silva naturais da freguesia de Porto do Calvo, e por parte materna de Domingos Nunes, natural das ilhas e de sua mulher Raimunda Vieira natural desta freguesia, foi batizado com os santos óleos aos vinte de abril de mil setecentos e sessenta e dois nesta matriz de Nossa Senhora da Apresentação, por mim vigário encomendado desta abaixo assinado; foram padrinhos João de Barros Coelho, homem casado, e Dona Felícia Joaquina Rangel, sobrinha de Dona Catarina Rangel, mulher de Antonio Martins Praça, fregueses e moradores desta dita freguesia [...].⁵⁰⁶

Poucos dias depois do batizado do recém-nascido Manuel, a mãe do enjeitado tornou-se também mãe espiritual de outra criança. Na data de 3 de maio do mesmo ano, na mesma igreja, Dona Felícia Joaquina Rangel estreitou laços de compadrio com Maximiano da Silva (natural da Freguesia de Nossa Senhora da Vargem) e com sua mulher, Joana Maria da Assunção (natural da Freguesia da Sé de Olinda), na condição de madrinha do filho legítimo do casal.⁵⁰⁷ Perceba-se que Felícia gerou dois filhos na fé católica, porém seu filho Joaquim teve que ser “ocultado” na condição de exposto em nome da manutenção da honra.

A prática do abandono de crianças recém-nascidas para evitar escândalos e, sobretudo, a perda de prestígio social, foi uma estratégia recorrente entre os grupos

⁵⁰⁵ ACMAN, Assentos de óbito, Livro de 1820-1847, f. s/n.

⁵⁰⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. s/n.

⁵⁰⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1765-1766, f. s/n.

do nível superior da figuração social da América portuguesa. Caso semelhante ao do Tenente Joaquim Lino Rangel foi identificado em São Paulo, na segunda metade do século XVIII. Paulo César Garcez Martins revela que o padre Diogo Feijó, regente do Império do Brasil (1835-1837), foi batizado como exposto e declarado “de pais incógnitos”.⁵⁰⁸ Miriam Dolhnikoff faz um comentário mais amplo sobre o ilustre enjeitado:

Diogo Antônio Feijó [...] nasceu em 1784 como filho ilegítimo de uma rica família paulista, os Camargos. Esta é a hipótese mais aceita pelos historiadores para uma origem não identificada, já que o recém-nascido foi abandonado por uma mãe provavelmente solteira que, para fugir à desonra, deixou a criança na porta da própria casa, de modo a criá-lo sem expor à condenação pública.⁵⁰⁹

Tem-se também o caso de Luiz Ribeiro da Silva, homem livre, branco, natural da freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Mogi do Campo, Capitania de São Paulo, que, quando recém-nascido, foi exposto em uma porta domiciliar. Qual a conexão entre este enjeitado e os demais apresentados? Os passos dados em sua vida de sucesso são a resposta. Luiz Ribeiro da Silva emergiu da pesquisa cuidadosa realizada por Cavazzani; este historiador agrupa fragmentos da vida do enjeitado, demonstrando com muita habilidade como o mesmo consolidou sua inserção na figuração social da vila de Curitiba em meados do século XVIII⁵¹⁰.

Em síntese, Luiz Ribeiro era um forasteiro na vila de Curitiba, que migrou de sua freguesia-mãe em busca de oportunidades no sul da Capitania de São Paulo. Branco e livre, Ribeiro contraiu matrimônio em 22 de maio de 1765 com Isabel de Borges Sampaio, filha de Manuel Borges de Sampaio, reinol do Arcebispado de Braga e escrivão da Câmara Municipal de Curitiba. Este foi sem dúvida o primeiro passo para uma carreira promissora. Onze anos depois, em 1776, Ribeiro aparece como chefe do domicílio onde morava com a esposa, um filho, a sogra (Sampaio já era falecido) e quatro cunhados.

⁵⁰⁸ MARTINS, Paulo César Garcez. Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume; Nemge/USP; Fapesp, 2002. p. 55.

⁵⁰⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. Feijó, um liberal do século XIX. **Nossa História**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 72-75, abr. 2004. p. 72. Cf. também VIEIRA, Dilermando Ramos. Padre Diogo Antônio Feijó: as controvérsias de um sacerdote regalista e anticelibatário. **Revista Pistis & Praxis – Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 193-210, jan./jun. 2010. p. 195-196.

⁵¹⁰ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 121-128.

Segundo Cavazzani, o enjeitado vivia de seus negócios, atuava no foro das milícias como Ajudante, exerceu a função de Almotacé na Câmara, recebeu a patente de Capitão Miliciano e conseguiu ampliar seu plantel de dois para 13 escravos, conforme foi arrolado em 1797. Ribeiro também se envolveu no contexto do abandono de crianças recém-nascidas na vila, uma localidade totalmente desprovida de assistência institucionalizada; a soleira de sua porta foi o local de exposição de cinco enjeitados, três meninos e duas meninas.

O pesquisador não desvendou os meandros do processo de abandono de Luiz Ribeiro, mas acredita que ele não era qualquer enjeitado, sugerindo ainda que seu sogro fosse conhecedor das suas origens, o que o teria motivado a contribuir com sua carreira promissora. Ouso complementar com a sugestão de que Ribeiro fosse mais um filho ilegítimo travestido na condição de exposto.

Em outra localidade da América portuguesa, na vila de Sorocaba, foram identificados dois casos de expostos que eram filhos ilegítimos de membros da elite local:

[...] foram reconhecidos após o casamento entre o tenente-coronel João Floriano da Costa e sua mulher, D. Bárbara Maria da Silva, ocorrido em 26 de maio de 1823. Bárbara, sua filha, havia sido exposta em casa de seu próprio pai, aos 22 de setembro de 1821. Josefina, a outra filha, também fora exposta na casa paterna aos 24 de maio de 1823, exatos dois dias antes do casamento. Em ambos os casos, o pároco ressalta que as meninas 'ficaram legitimadas pelo casamento dos pais'.⁵¹¹

Do mesmo modo, na vila de São João Del-Rei, na segunda metade do século XVIII, tais situações se fizeram presentes:

[...] Tereza, batizada em 30 de agosto de 1766, como exposta em casa do Tenente João da Costa Vale. Em nove de setembro de 1767, seus pais biológicos, o Capitão José Cabral Tavares e Dona Maria Josefa Ferreira, se casaram, reconhecendo-a posteriormente como filha.⁵¹²

Situações semelhantes se repetiram em outras figurações da América portuguesa. Foi o caso de Bernardina Clara Magalhães, moradora na Capitania da Paraíba do Sul, na vila de São Salvador, proprietária de quatro escravos, casas de telha (algumas alugadas à Câmara), roupas várias e jóias. Bernardina, pertencente à

⁵¹¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *op. cit.*, 2002. p. 23.

⁵¹² BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *op. cit.*, 2006. p. 125.

camada superior da sociedade, também ocultou por trás do abandono seus filhos ilegítimos, explicitando tal realidade em seu inventário, em 1793.

Declaro que sempre tive no estado de solteira e por fragilidade humana tenho três filhos de pais incógnitos a saber: Vicente exposto em casa de Antônio Rangel; Luiz exposto em casa de Pedro Soares de Moura; Manoel que criou [ilegível] com o assento no batismo de exposto em casa de Simão de Oliveira os quais ditos meus filhos os constituo por meus legítimos herdeiros. [grifo do autor].⁵¹³

Em uma figuração mais ampla, no vasto território da América hispânica, na cidade de Cartago (Província da Costa Rica), no século XVIII, abandonar o filho recém-nascido fruto de relações proibidas também era uma estratégia para as elites: “[...] un medio ‘fácil’ de ocultar un embarazo y de evitar un escándalo era el de exponer al producto de la relación sexual ilícita o bien, declararlo como huérfano [...]”.⁵¹⁴

Em todo o mundo ibero-católico as famílias das elites locais buscavam representar “[...] la historia de una buena familia, avalada por generaciones de matrimonios santificados y nacimientos de hijos legítimos [...]”.⁵¹⁵ Em Real Cédula de 5 de janeiro de 1794, a Coroa de Castela estabeleceu que nenhum recém-nascido exposto poderia ser caluniado nem castigado com pena de vergonha pública, pois aqueles pequenos poderiam ser filhos de famílias ilustres:

[...] castiguen como injuria y ofensa a qualquiera persona y llamare á expocito alguno com los nombres de borde, ilegítimo, bastardo, expureo incestuoso, y adulterino, y que ademas de hacerle retractarle judicialmente de esta injuria, le impongan la multa pecuniaria que fuere proporcionada a las circunstancias dandole la ordinaria aplicacion. Finalmente mando que em lo sucessivo no se impongan a los expocitos las penas de berguensa publica, ni la de asotes, ni la horca (solo) aquellas que em iguales delitos se impondrian, á personas privilegiadas, incluyendo el ultimo suplicio (como se ha practicado com los expositos de la inclusa de Madrid) pues pudiendo suceder que el expocito castigado sea de familia ilustre [...].⁵¹⁶

⁵¹³ Arquivos dos Cartórios do 1º e 3º Ofício de Notas de Campos de Goitacases, Inventário 109 – Bernardina Clara Magalhães, 1793. Apud FARIA, Sheila de Castro. **op. cit.**, 1998. p. 72.

⁵¹⁴ SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2005. p. 3.

⁵¹⁵ TWINAM, Anné. Honor, sexualidad e ilegitimidad en la Hispanoamérica colonial. In: ASUNCIÓN, Lavrin (Coord.). **Sexualidad y matrimonio en la América hispánica, siglos XVI-XVIII**. México, D.F: Grijalbo, 1991. p. 131.

⁵¹⁶ ANCR, COMPLEMENTARIO COLONIAL, Exp. 3716, 1794, f. 2v.-3. Apud SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2005. p. 5.

Transparece a preocupação da Coroa com os enjeitados, que poderiam ser filhos ilegítimos de homens e mulheres de qualidade. Em uma freguesia rural de Buenos Aires setecentista, Pago de la Costa, tal realidade assim se configurou: “entre los blancos, la verguencia de la ilegitimidad se oculta dejando a los niños expósitos frente a la iglesia o a las casas de españoles cuya posición económica les permitiese hacerse cargo de su crianza”.⁵¹⁷

É possível afirmar que de norte a sul da América ibérica os grupos familiares localizados no nível superior da figuração social fizeram uso do abandono para proteger o moral das suas mulheres, mas não somente isso: em jogo estava a perda de prestígio social e uma situação que macularia a todos no grupo familiar. Melhor seria travestir os filhos do pecado, do mau passo, frutos de relações ilícitas, em filhos da caridade, pois estes eram dignos de amor, atenção e, sobretudo, da misericórdia alheia. Segundo o padre, escritor e dicionarista português Rafael Bluteau, o abandono dignificava os recém-nascidos:

[...] Com todos os seus infortúnios, notáveis prerrogativas logram os enjeitados. São reputados limpos de sangue, sem casta de mouros, nem judeus, e por leis antigas, são livres do poder paterno. Em muitos destes infelizes partos do gênero humano tem Deus manifestado o milagroso patrocínio da sua providencia. Do cestinho em que foi exposto, e entregue às correntes do Nilo, subiu Moises a imperar na Corte de Faraó. A Romulo, e Remo, com o leite da loba, que os criou, se lhes tingiu a púrpura do Império Romano. Ciro, primeiro do nome, exposto em uma mata brava, e criado na cabana de um pastor, chegou a conquistar o Oriente, &c.⁵¹⁸

Sendo assim, homens e mulheres se organizaram em uma rede de interdependência forjando o abandono de seus filhos ilegítimos, caracterizando um enjeitamento protetor, articulado e intrafamiliar. Assim tornou-se possível que expostos como o Tenente Joaquim Lino Rangel, da freguesia da Cidade do Natal, o Padre Diogo Antônio Feijó, da Capitania de São Paulo, e mesmo o Capitão Luiz Ribeiro, da vila de Curitiba, fossem criados sob os olhos atentos de suas mães biológicas e tivessem em suas vidas um triplo sucesso, não morrendo na primeira infância, ascendendo a funções políticas e, em alguns casos, organizando suas

⁵¹⁷ OLIVERO, Sandra. *op. cit.*, 2005. p. 1333.

⁵¹⁸ **VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO**. COIMBRA: Collegio das Artes da Companhia de Jesus Ano de 1728, v. 9 (suplemento), p. 577. Disponível em: < <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/enjeitado> > Acesso em: 11 nov. 2015.

famílias legítimas e reproduzindo as condições materiais de seus domicílios receptores.

Ressalta-se que o abandono de recém-nascidos possuía significados diferentes para os indivíduos posicionados no nível mais alto e no nível mais baixo da sociedade. A posição social do enjeitado estava, pois, diretamente ligada ao seu pertencimento a um destes níveis sociais, o que remete à estrutura da sociedade em seu todo.

3.3 Outros filhos da transgressão e da pobreza

O intenso entrelaçamento social existente entre os indivíduos da freguesia da Cidade do Natal resultou em relações de interdependência direta. O fato de as pessoas se conhecerem quase que em sua totalidade reprimiu o abandono de crianças recém-nascidas, possibilitando um índice de enjeitamento de 2,9%, considerando que os indivíduos se policiavam, havendo um controle maior do desejo de abandonar.

Quando tal pacto era desfeito, as informações que circulavam em meio aos indivíduos da figuração afluíam no texto da documentação de batismo, transgredindo mais uma vez as normas da Igreja. Os padres deixavam evidente a origem do enjeitado, indicavam com todas as palavras os nomes dos supostos genitores, seus locais de origem, ocupação, condição matrimonial e até os nomes dos avós. Assim foi identificado no registro de batismo de uma exposta em 1761, na capela de Santo Antônio do Potengi:

Tereza exposta em casa de Dona Tereza de Jesus da Rocha mulher solteira natural e moradora nesta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, cuja criança dizem ser filha natural do Licenciado João José Ferreira cirurgião desta cidade do Rio Grande do Norte natural da cidade do Porto, e de Maria José viúva que ficou de Antonio Soares natural desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação: neta pela parte paterna de pais incógnitos, digo avós incógnitos e pela materna de José de Melo da Costa natural das partes de Portugal, e sua mulher Dona Maria natural da cidade de Olinda foi batizada com os santos óleos aos quatro de maio de mil setecentos e sessenta e um anos na capela do senhor santo Antônio do Potengi desta dita freguesia pelo Reverendo padre Manuel Antônio de Oliveira de licença minha: foram padrinhos o Capitão Antônio Vaz de Oliveira, homem casado, a pobre dita Dona Tereza de Jesus da Rocha, fregueses e moradores desta dita freguesia, e não se continha mais na certidão que veio

do dito Reverendo padre pela qual [...] em legitimamente impedido por causa de moléstia fiz e mandei lançar este assento, em que por verdade me assinei. João Freire de Amorim / Vigário.⁵¹⁹

Este assento de batismo corresponde ao caso mais explícito de quebra do pacto de silêncio e cumplicidade detectado para esta freguesia no período analisado. O padre Manuel Antônio, que batizou a pequena exposta Tereza, descortinou claramente sua genealogia. A viúva Maria José, filha de um reinol e de uma mulher natural da sede do Bispado e cabeça da Capitania de Pernambuco, era provavelmente pertencente à camada superior da sociedade da freguesia. Tal como Dona Felícia Joaquina Rangel, Maria José também buscou, com o abandono de sua filha, escapar à vergonha pública, pois a exposta era o resultado evidente de suas relações amorosas com o licenciado João José Ferreira.

Existe a probabilidade de tais informações sobre a origem da criança terem sido fornecidas pelos próprios padrinhos, considerando a diminuta dimensão da figuração da freguesia da Cidade do Natal na segunda metade do século XVIII. Sublinha-se ainda que a enjeitada recebeu como seus padrinhos sua receptora, Tereza de Jesus da Rocha, mulher pobre e solteira, e, provavelmente a convite desta, o Capitão Antônio Vaz de Oliveira, homem casado. A menina recebeu o nome da madrinha, Tereza.

Três pontos devem ser destacados: primeiro, a pequena Tereza foi declaradamente conseqüência de relações sexuais consideradas ilícitas pela sociedade da época. A historiografia especializada aponta que

O abandono de crianças seria uma consequência directa da ênfase colocada na honra feminina após o Concílio de Trento: a Igreja teria privado os filhos ilegítimos de identidade social. As mães solteiras ou viúvas seriam obrigadas a abandonar os filhos e os pais seriam desobrigados de deveres para com estes últimos.⁵²⁰

Considerando os diminutos espaços de vivência da freguesia da Cidade do Natal, se não foram os padrinhos os informantes, foi fácil para o padre investigar a origem de Tereza, mesmo que fosse a partir do fenômeno da fofoca, das coisas ditas “à boca miúda”, dos mexericos e rumores que terminavam em seus ouvidos,

⁵¹⁹ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1760-1761, f. 10.

⁵²⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 20.

“[...] cuja criança dizem ser filha natural do [...]”. O movimentar da roda do moinho da boataria congregava muito possivelmente as carolas e todos os outros indivíduos, constituindo canais e redes de comunicação na freguesia.

A fofoca também era um indicador de coesão social, pois os indivíduos que se consideravam praticantes de uma moral, portadores de uma vida reta, imaculada, dentro dos princípios da fé católica romana, provavelmente tinham a tendência de denunciar os desviantes dos bons costumes, compondo círculos de boatos entre eles, apontando os erros e desvios de conduta de outros indivíduos, mesmo sendo Natal uma figuração onde tudo se sabia.⁵²¹

Em outras palavras, se uma mulher na condição de viúva dá a entender que se relacionava com um determinado homem, aparecendo grávida e, após alguns meses, some a gestação, surgindo um recém-nascido abandonado na porta de alguém, deveria parecer evidente para os moradores da figuração quem seriam os genitores. É evidente que se a viúva Maria José e o cirurgião João José Ferreira viram no enjeitamento uma estratégia de ocultar a filha do pecado, pelo menos na teoria, em nível da redação do assento de batismo o plano falhou. Existe a probabilidade de que aquela relação ilícita fosse mais explícita na figuração do que se possa imaginar, e talvez em certa medida aceita pela família da viúva, já que existia um ponto de convergência entre o suposto pai de Tereza e seu avô materno: ambos eram portugueses.

O padre batizante Manuel Antônio de Oliveira motivou-se a descortinar uma situação que era sabida por todos, deixando claro que o abandono de Tereza, em uma figuração de pequenas proporções como era a freguesia da Cidade do Natal, não passava de um teatro, onde os atores sociais envolvidos buscaram, pelo ato do enjeitamento, preservar suas identidades de católicos retos e praticantes do credo, buscando evitar a perda do prestígio social.

Como já foi discutido anteriormente, arrolou-se um índice de 20,3% de filhos ilegítimos, frente a 2,9% de abandonados, demonstrando assim que eram muitos os rebentos frutos de relações tidas como ilegais ou irregulares pela Igreja. Del Priore

⁵²¹ A fofoca enquanto fenômeno apresentava função, pois servia para coesão entre os indivíduos, natureza, já que poderia ser depreciativa ou elogiosa e, por fim, uma estrutura, funcionando de um emissor para um receptor. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 121-133.

nos informa que “[...] a rotatividade de crianças, sobretudo das tidas fora do matrimônio consagrado pela Igreja, era bastante comum”.⁵²²

O segundo ponto é que o apadrinhamento da enjeitada não fugiu ao padrão vivido pela pequena população de expostos da freguesia, na qual 41,4% dos enjeitados recebiam algum dos membros do domicílio receptor como padrinho. Esclarece-se que a viúva não abandonou sua criança no domicílio de Tereza de Jesus da Rocha por simples acaso. Mesmo sendo considerada uma mulher pobre, o domicílio da receptora tinha plenas condições de possibilitar a sobrevivência da enjeitada, pois lá existia leite humano.

A documentação de óbito revelou que aproximadamente oito meses antes do aparecimento da exposta, na data de 8 de setembro de 1760, teria morrido Bertoleza, de idade de nove meses “pouco mais ou menos”, filha da dita Tereza de Jesus da Rocha.⁵²³ Acredita-se que na posição de madrinha da exposta, e na ausência de uma filha, Tereza tenha se tornado a ama-de-leite da enjeitada, sob os olhares dos pais, possibilitando a sobrevivência da recém-nascida em um mundo de tantas precariedades como era a colônia luso-americana. Afirma-se isto tomando por base os estudos de Mattoso:

O padrinho tem obrigação de dar assistência ao afilhado: ajuda espiritual, sem dúvida, mas também material, e são raros no Brasil os padrinhos que não levaram a sério suas responsabilidades. Os laços de compadrio são o próprio fundamento da vida de relação.⁵²⁴

O terceiro e último ponto de análise do caso do abandono de Tereza está relacionado à interdependência que existia entre os indivíduos da freguesia naquele processo de circulação de crianças. A viúva Maria José, que supostamente mantinha uma relação amorosa com o cirurgião reinol João José Ferreira, possivelmente auxiliada por sua parteira buscou a soleira da casa de Tereza de Jesus da Rocha. A rede de interdependência se constituía claramente: a genitora tinha a necessidade de ocultar a filha natural, e a receptora, de sanar a ausência de Bertoleza, morta com poucos meses de vida. Assim, a provável parteira apontou o domicílio vacante de neonato, e simultaneamente “tornou-se guardiã de um segredo”

⁵²² DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 74.

⁵²³ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço de 1760-1765, f. 7.

⁵²⁴ MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 132.

que, por fim, foi revelado. Salieta-se ainda que o mecanismo de substituição de crianças não garantia um estado de proteção, pois Tereza pode ter morrido tão novinha quanto Bertoleza.

Semelhantemente ao caso da pequena Tereza, aos 26 de setembro de 1803, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o padre Simão Judas Tadeu batizou Miguel, menino branco e exposto em casa de Maria Pereira, preta forra. O vigário Feliciano José Dorneles deixou evidente, porém de forma mais discreta, em uma nota à margem do documento de batismo, que o enjeitado era filho ilegítimo de Leonor Lins de Souza, não revelando a identidade do pai⁵²⁵; possivelmente a mãe era uma branca pobre, pois depositou seu filho espúrio na porta de uma mulher de pouca qualidade.

No ato de abandonar, a cumplicidade e a fofoca imbricavam-se, porém em alguns momentos a rede de “segredos” rompia-se e a roda do moinho da boataria girava explicitamente contra alguém; foi o caso de Leonor Lins de Souza, revelando o escândalo, pois “[...] qualquer notícia referente a pessoas conhecidas pela coletividade constituía um verdadeiro petisco”.⁵²⁶

Em contraposição, a preta forra buscou pessoas de qualidade para serem padrinhos do exposto branco: o Alferes Vicente Ferreira Nobre, casado, e a viúva Dona Rita Maria da Conceição.⁵²⁷ De tudo isso se deduz que salvaguardar a honra era uma necessidade premente para alguns indivíduos em ambos os níveis da figuração social, ficando perceptível “[...] que o abandono poderia muitas vezes ser um ato discreto, mas não exclusivamente escondido”.⁵²⁸

Em uma análise mais detida, constata-se que Leonor Lins de Souza não foi a única branca possivelmente pobre da freguesia da Cidade do Natal que enjeitou sua cria em casas de pessoas de cor. Pode-se conjecturar que a falta de alimento em alguns domicílios ocupados por brancos pobres motivou o abandono dos recém-nascidos em casas de pessoas de pele negra ou parda.

Algumas situações são bastante elucidativas: à meia-noite de 21 de junho de 1774, um índio encontrou abandonado um recém-nascido branco em casa do preto

⁵²⁵ Os padres eram orientados a omitir nomes “[...] porém, havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe [...]”. **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título XX, § 73.

⁵²⁶ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **op. cit.**, 2000. p. 121.

⁵²⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 131v.

⁵²⁸ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 79.

Antônio Ferreira; a criança foi batizada na capela do Jundiá sob condição, e recebeu o nome de João, sendo seus padrinhos o Capitão Manuel Alvarez Correa e Maria Soares, mulher do Tenente Joaquim de Moraes Navarro.⁵²⁹

No mesmo contexto, aos 22 de maio de 1803 a parda Florência Tereza recebeu em sua porta um recém-nascido branco, batizando-o na data de 30 do mesmo mês e ano com o nome de Bonifácio, mesmo nome de seu padrinho⁵³⁰; em 17 de abril de 1803, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, foi batizado o menino Joaquim, branco, abandonado em casa de Vitorina, índia solteira⁵³¹; no mesmo ano e na mesma igreja, na data de 21 de agosto, foi batizada Margarida, branca, enjeitada em casa da preta Margarida.⁵³²

Quanto aos recém-nascidos brancos que foram deixados em casas de escravos, acredita-se que só a extrema pobreza forçaria pais, mães, tias ou avós a depositarem seus recém-nascidos em portas de pessoas cativas.⁵³³ De um total de 157 abandonos ocorridos na freguesia da Cidade do Natal, apenas dois ocorreram em domicílios chefiados por escravos: na madrugada de 14 para 15 de setembro de 1763, foi exposto na porta da casa do preto Joaquim, escravo de Joaquim Moraes, morador no Ferreiro Torto, um recém-nascido branco, encontrado pelo mesmo escravo, conduzido até o centro da freguesia e batizado sob condição na igreja matriz, sendo seus padrinhos o próprio receptor e sua mulher Feliciano, preta forra.⁵³⁴

A situação se repete 40 anos depois, em 1803, quando foi abandonada em casa de Anastácio, escravo de Dionísio Perez, uma menina branca que foi batizada na capela de São Gonçalo, recebendo o nome de Maria; neste caso, o receptor cativo buscou na casa de seu senhor os padrinhos da exposta: Manuel Perez e Vicência Ferreira, solteiros e filhos de Dionísio.⁵³⁵

Tal fenômeno foi recorrente em outras regiões da América de Portugal: em São João del-Rei, entre os anos de 1736 e 1850, foram detectados dois escravos como recebedores de expostos⁵³⁶, enquanto no extremo sul, na freguesia Madre de

⁵²⁹ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1770-1777, f. 84.

⁵³⁰ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 124.

⁵³¹ ACMAN, Assento de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 124v.

⁵³² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 130v.

⁵³³ Ressalta-se que a escassez de alimentos e a alta dos preços dos gêneros não explica o abandono de forma global na freguesia.

⁵³⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1763-1765, f. 3.

⁵³⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Livro de 1795-1807, f. 80v.-81.

⁵³⁶ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2006. p. 130.

Deus de Porto Alegre, no Rio Grande de São Pedro, entre os anos de 1772 e 1822, foi identificada uma escrava como receptora de expostos.⁵³⁷ Porém os escravos também enjeitavam, em busca de liberdade...

3.4 Por um sonho de liberdade

Em meio aos grupos mais pobres da freguesia da Cidade do Natal, o ato de abandonar recém-nascidos significou não somente um socorro a domicílios que não podiam criar seus filhos, fosse por questões morais ou materiais, mas também, em determinados casos, representou uma possível garantia de liberdade para expostos de cor. Porém, deve-se considerar que a alforria na pia batismal era uma situação que estava fora do controle dos genitores, pois nada garantia que um padre chancelaria a liberdade de um exposto negro, em um universo com poucos escravos como era a figuração do Termo da Cidade do Natal, que em 1805 contava com 2.114 cativos.

Este contingente escravo era a somatória da mão-de-obra compulsória que havia em Natal, na vila de São José do Rio Grande e na vila de Extremoz do norte; naquele ano, a Cidade do Natal tinha 6.693 moradores. Muito possivelmente os padres não iriam se comprometer em desfazer a propriedade de nenhum indivíduo, alforriando expostos negros na pia de batismo por via do abandono, sobretudo porque existiam padres em Natal, na segunda metade do século XVIII, que eram proprietários de escravos, como o Vigário João Freire de Amorim, que sepultou sua cativa Isabel no ano de 1763.

Aos oito de janeiro de mil e setecentos e sessenta e três anos faleceu da vida presente Izabel minha escrava freguesa e moradora desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, com todos os sacramentos, idade de sessenta anos pouco mais, ou menos, foi sepultada nesta matriz de Nossa Senhora da Apresentação, envolta em mortalha de pano branco de amburgo, e encomendada pelo Reverendo padre João Tavares da Fonseca coadjutor nesta dita freguesia, de licença minha, e lhe disse a missa da obrigação; de que logo fiz este assento em por verdade me assinei. João Freire de Amorim / Vigário.⁵³⁸

⁵³⁷ SILVA, Jonathan Fachini da. Os criadores de expostos nas hierarquias sociais do Antigo Regime: Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 3, n. 11, p. 22-38, set. 2014-c, p. 29.

⁵³⁸ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço de 1762-1765, f. 3v.

O coadjutor João Tavares da Fonseca também era senhor de escravos; no ano de 1764, o sacerdote batizou a filha de seu cativo João Fernando:

No primeiro de julho de mil setecentos e sessenta e quatro, nesta matriz batizou e pós os santos óleos [...] o coadjutor João Tavares a Joana filha do crioulo João Fernando escravo do mesmo padre coadjutor João Tavares e de sua mulher Luisa Maria cabra forra moradores na freguesia de Extremos com licença do pároco da dita vila, neta por parte paterna do crioulo Valeiro de Freitas e de Isabel preta [...] banda forros, e por parte materna de Tereza cabra forra mulher do soldado Teodósio da Rocha, todos desta freguesia: padrinhos o Capitão Francisco Pinheiro com procuração de sua sobrinha Dona Rita Antonia Maciel filha legitima do Sargento-mor Manuel Antonio Pimentel de Melo, do que fiz este assento, em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁵³⁹

Em fins do século XVIII, especificamente no ano de 1799, a documentação paroquial de óbito continuava a revelar a condição de padres como donos de escravos. Veja-se o caso do Vigário da Cidade do Natal, Feliciano José Dorneles, naquele ano:

Aos dose de novembro de mil setecentos e noventa e nove faleceu da vida presente tendo recebido todos os sacramentos a preta Luciana minha escrava casada com João que também foi meu escravo com idade de vinte e cinco anos tísica. Foi sepultada nesta matriz envolta em habito dos religiosos de São Francisco depois de ser por mim encomendada solenemente. E para constar fiz este termo que assinei. Feliciano José Dorneles / Vigário colado.⁵⁴⁰

Além dos párocos provavelmente não libertarem expostos negros na figuração da Cidade do Natal, até em função de suas mentalidades escravistas, outro fator bloqueava o enfeitamento dos pequenos cativos: o olhar cuidadoso e vigilante dos senhores sobre suas escravas prenhas. Leve-se em conta também que, se as relações de interdependência direta entre os indivíduos reprimiam o enfeitamento em grandes proporções de recém-nascidos livres, quando tratava-se de escravos a malha da rede de interdependência estreitava-se muito mais, a ponto de impedir quase por completo o abandono de escravos em Natal.

Ainda assim, os expostos de cor foram uma realidade. Entre os anos de 1753 e 1835, identificaram-se 157 casos de enfeitamento, sendo 15 expostos pardos; em

⁵³⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1792-1813, f. 15.

⁵⁴⁰ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 52v.

uma cifra de 10 expostos, os padres ratificaram a liberdade daqueles pequenos indivíduos, expressando à margem do documento de batismo um verdadeiro pleonasma: *exposto, pardo e forro*. Considero pleonástica tal combinação de qualitativos, pois todo exposto era considerado livre.⁵⁴¹

Ao que tudo indica, os padres Francisco Alves de Melo,⁵⁴² Francisco Pinheiro,⁵⁴³ João Tavares da Fonseca,⁵⁴⁴ Manuel Pinto de Castro⁵⁴⁵ e Simão Judas Tadeu,⁵⁴⁶ entre outros, que batizaram os enjeitados pardos e os consideraram libertos, eram sabedores de que tais filhos de uma suposta pobreza não eram egressos da escravidão. Mas tinham ciência de que a condição de pardos pobres poderia conduzi-los ao cativeiro em outras regiões, caso fossem, por exemplo, sequestrados e arrastados para as Capitanias da Paraíba e Pernambuco, grandes centros comerciais, produtores de açúcar e algodão, onde a necessidade de mão-de-obra escrava era uma realidade. Existia na vila de Santo Antônio do Recife em 1808 um comércio de crianças:

Era na rua da Senzala Velha que morava a preta forra de nome Bárbara que ganhava a vida esmolando e cuidando de crianças da Casa dos Expostos. Era por lá também que se praticava o comércio ilícito de crianças enjeitadas vendidas como escravas, como o fez a referida Bárbara acusada de vender o pequeno pardo João, criança exposta, que ela havia pego para criar.⁵⁴⁷

Apointa-se ainda que quanto mais clara a pele do cativo, mais ele era valorizado, pelos padrões portugueses.⁵⁴⁸ Tendo aqueles pardos recém-nascidos da freguesia da Cidade do Natal a condição de expostos e forros registrada em seus assentos de batismo, eram duplamente livres; teriam o mínimo de chance de reclamar sua liberdade caso caíssem em cativeiro. Tais meninos e meninas só eram forros porque nasceram pardos.

⁵⁴¹ “Segundo a tradição do direito romano, toda criança abandonada era considerada livre. Em 1775, a legislação portuguesa reafirmou tal determinação, atribuindo aos expostos a prerrogativa da ‘ingenuidade’, ou seja, o filho da escrava, uma vez enjeitado, era considerado livre do cativeiro para o resto da vida”. VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 131.

⁵⁴² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1792-1813, f. s/n.

⁵⁴³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1792-1813, f. 22v.

⁵⁴⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 83v.

⁵⁴⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 155.

⁵⁴⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 168v.

⁵⁴⁷ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 149.

⁵⁴⁸ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 259.

Os destinos destes pequenos mestiços nem sempre foram domicílios chefiados por brancos. Na data de 19 de fevereiro de 1802, foi levado à pia batismal da igreja matriz da Cidade do Natal José, exposto, pardo e forro, abandonado em casa de José da Fonseca, pardo. Foram padrinhos do enjeitado o Capitão Antonio José de Souza e sua filha Maria Joaquina.⁵⁴⁹ A parda Ana Maria também teve deixado em sua porta um menino pardo, batizado em 22 de julho de 1805 na capela da Senhora Santa Ana do Engenho do Ferreiro Torto, recebendo o nome de João e sendo considerado pelo padre exposto e forro.⁵⁵⁰

Em 1º. de maio de 1806, foi enjeitada em casa de Francisco Rodrigues Coito, pardo, uma menina parda, batizada na igreja matriz na condição de exposta e forra, recebendo o nome de Cecília.⁵⁵¹ Fica evidente que, em alguns casos, genitores pobres e pardos depositavam seus filhos em casas onde os receptores tinham as mesmas características raciais e materiais. Eles eram egressos do nível inferior da figuração social e nele permaneciam.

Em São João del Rei, figuração do centro-sul da América portuguesa, crianças pardas também foram enjeitadas em casas de outros pardos; segundo Brügger, tais pequerruchos teriam muito mais possibilidades de serem integrados a uma família mestiça, gozando nela de um status diferente, talvez de filhos. Uma vez deixado o exposto em casa chefiada por brancos abastados, seria provável que o mesmo crescesse como um agregado, estabelecendo laços de dependência mútua com os indivíduos do domicílio, mas não ligações afetivas.⁵⁵²

Sabe-se que o abandono de crianças negras e escravas foi um fenômeno menos regular ante o enjeitamento de recém-nascidos brancos na América lusa⁵⁵³, até porque a exposição garantia a liberdade, como já mencionado. No entanto, grandes centros comerciais e exportadores providos de Rodas dos Expostos, como Salvador, Rio de Janeiro e Recife, tiveram recém-nascidos negros depositados em suas Rodas.⁵⁵⁴ Tal realidade já tinha sido constatada em uma figuração mais vasta: em Buenos Aires, no ano de 1788, eram muitas as reclamações sobre a presença de recém-nascidos enjeitados de cor:

⁵⁴⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 108.

⁵⁵⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 163v.

⁵⁵¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço de 1799-1807, f. 176.

⁵⁵² BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2007. p. 230.

⁵⁵³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **op. cit.**, 1981. p. 246.

⁵⁵⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 47-50. Ver também NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 182.

[...] el mucho abuso que an practicado barias esclavas asi negras como mulatas en llebar a sus hijos recien nacidos al Torno de la Cuna exponiendolos a ella com el objeto de libertar a su modo de la esclabitud privando a sus legitimos dueños del dominio que ellos tiene cometiendo en esto un manifiesto delito de hurto y al mismo tiempo grabando a la obra que com unos dispendios iguales a los que se hacen para los españoles y libres tienen derecho a ser admitidos mediante el espiritu a que se dirigió a la fundación qual que evitar el deshonor que causa la fragilidad y el precaber la mina espiritual de semejantes criaturas expuestas a peligro manifiesto a causa de ser forzosa la ocultacion de la madre; cuia prerrogatiba no debe ser transcendental a las esclabas ni menos a ciertos generos de castas aunque libres que abundan [...].⁵⁵⁵

É de se lembrar que o filho de uma escrava, em qualquer localidade da América lusitana ou castelhana, era uma propriedade, ou seja, quando uma cativa estava pejada a vigilância sobre ela era possivelmente redobrada, para que não enjeitasse a cria e causasse prejuízo ao dono. Com isso, constata-se que o abandono de crianças recém-nascidas negras ou pardas geradas em ventres cativos significou, indiscutivelmente, uma estratégia de liberdade.

Em algumas figurações específicas da América portuguesa sem Rodas dos Expostos não foi possível identificar o enjeitamento de recém-nascidos negros; nestas sociedades, os laços de interdependência eram muito mais diretos, proporcionando um baixo índice de enjeitamento e um bloqueio ao abandono de pequenos escravos.

Mas, por vezes, algumas negras cativas conseguiam driblar o controle de seus proprietários e abandonar seus filhos nas soleiras das casas, como ocorreu em Vila Rica, região centro-sul da América lusa, em meados do século XVIII.⁵⁵⁶ Este caso explica-se por uma rede de dependência recíproca mais ampla e indireta, permitindo que o sonho de liberdade se consolidasse, tal como ocorreu em figurações de grandes proporções como Buenos Aires e Rio de Janeiro, onde o trânsito de pessoas era intenso e as redes de interdependência entre os indivíduos se estendiam ao infinito.

Em São João Del-Rei foram detectados, no início do século XIX, um exposto preto e outro mulato; foi também localizado, em 1765, o caso de um escravo recém-

⁵⁵⁵ Apud MORENO, José Luis. **op. cit.**, 2000. p. 668-669.

⁵⁵⁶ FRANCO, Renato. **Desassistidas Minas**: a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII. 227f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. p. 81.

nascido abandonado em casa de uma mulher solteira; o padre não fez nenhuma referência à sua condição e à pigmentação de sua pele ao redigir o assento de batismo. Tal plano de liberdade com a conivência do pároco só não se concretizou porque o dono do pequeno cativo reclamou sua propriedade por via de uma petição dirigida ao Vigário da Vara.⁵⁵⁷

Há um caso improvável de liberdade via abandono, na figuração da freguesia da Cidade do Natal, identificado nos assentos de casamento. Trata-se de uma criança negra deixada em casa de um casal de índios, Bernardo Soares e Bernarda Martins, moradores na aldeia da Utinga, localidade periférica da freguesia. A criança sobreviveu, reaparecendo em 30 de maio de 1750 como Maria do Rosário, *exposta, crioula e forra*, casando-se na capela de São Gonçalo do Potengi com Boaventura de Melo, filho natural de Francisco Monteiro e de Ana Rodrigues (todos escravos de Brizida Rodrigues).⁵⁵⁸

Avento que o padre que ministrou o batismo a Maria do Rosário tinha certeza de que a menina era filha de negros forros, ou no mínimo de uma preta liberta, já que o intenso entrelaçamento social entre os moradores da freguesia não permitiria que uma cativa enjeitasse seu rebento, como já discutido. Sabendo que a pequena crioula não tinha nascido de um ventre escravo, o padre a registrou como forra como uma medida de proteção, para que, em função da cor de sua pele, não fosse escravizada em momento algum de sua vida.

Ao fim, observa-se que a acepção ampla do ato de abandonar estava diretamente associada ao interesse em salvaguardar a vida dos recém-nascidos, configurando um abandono em que se buscava proteção para a criança. A existência de bilhetes indicava o enjeitamento orientado, marcado por um pacto de silêncio e cumplicidade que por vezes se rompia. Entre as motivações do ato de abandono, podem-se perceber a proteção da honra, a necessidade de transmitir a outrem o ônus da criação e mesmo o enjeitamento como estratégia de libertação, considerando que, em Natal, a assistência aos expostos ocorria pelas mãos de todos.

⁵⁵⁷ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2006. p. 121-122. Entre as muitas atribuições do Vigário da Vara, ele era o representante do bispo no espaço da diocese. SALGADO, Graça. **op. cit.**, 1985. p. 326.

⁵⁵⁸ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço de 1740-1752, f. 84.

4º CAPÍTULO

A ASSISTÊNCIA PELAS MÃOS DE TODOS

4.1 A governança e os expostos

O abandono de crianças na porta de casas alheias foi denominado por Venâncio como abandono-proteção. Diferentemente, quem deixava os filhos recém-nascidos em caminhos e logradouros realizava, segundo o pesquisador, um abandono selvagem, o que muitas vezes conduzia à morte da criança. O mesmo pesquisador também chamou o abandono-proteção de abandono civilizado,⁵⁵⁹ pois tal prática garantia o mínimo de assistência ao exposto, como o recolhimento e o batismo.

Como foi possível constatar nas páginas anteriores deste estudo, o padrão de abandono de recém-nascidos estabelecido por homens e mulheres na freguesia da Cidade do Natal correspondeu a uma maneira civilizada de enjeitar; o abandono não foi utilizado como uma prática infanticida, mas como caminho na busca da proteção, buscando salvaguardar a vida dos pequenos desafortunados.

No mundo português do Antigo Regime, era obrigação das Câmaras municipais cuidarem dos recém-nascidos expostos. Assim, alguém que buscava os agentes camarários, fosse nas vilas do reino ou em alguma figuração específica dos domínios de além-mar, solicitando auxílios para criação de um recém-nascido exposto, que fora encontrado em um espaço aberto e ermo, ou mesmo na soleira de um domicílio pela madrugada, inconscientemente estava tomando uma atitude civilizada, mesmo que conscientemente procurasse o pecúlio disponibilizado por algumas Câmaras a famílias criadeiras ou amas-de-leite, para suprir necessidades de primeira ordem.

Em figurações vastas e de grandes proporções, onde as relações de interdependência entre os indivíduos eram indiretas e as pessoas não se conheciam em sua totalidade, sendo o índice de enjeitamento relativamente alto, os homens-bons das Câmaras participaram liberando ajudas financeiras para criação dos pequenos desvalidos.

⁵⁵⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. *op. cit.*, 1999. p. 22-25.

As figurações do centro-sul da América portuguesa foram casos em que as Câmaras tiveram participação ativa na assistência aos recém-nascidos abandonados, a ponto de tal fenômeno social ter sido considerado um problema efetivo para algumas governanças, já que fintas deveriam ser cobradas da população para o sustento daqueles filhos de ninguém. Dessa maneira,

[...] a assistência aos expostos custava caro e podia gerar problemas políticos [...] Não é preciso muita imaginação para perceber o quanto o socorro aos desvalidos, ao mesmo tempo que acenava com esperança aos pobres, gerava grandes descontentamentos. Na verdade, taxar o sal e o azeite, importados da Metrópole, implicava em tornar esses produtos ainda mais caros, multiplicando os riscos de revoltas anti-fiscais, tal qual ocorreu em 1660, por ocasião da revolta da Cachaça. Por provocar o aumento de preços de bens essenciais à sobrevivência de vastas camadas da população, os vereadores eram cautelosos quando à estipulação do novo imposto destinado a socorrer os enjeitados. Talvez cautelosos até demais. Era isso pelo menos o que afirmava, em 1693, o governador Antonio Paes de Sande, quando ao escrever ao rei queixou-se a respeito da pouca piedade que tinha encontrado na Capitania “achando-se muitas crianças mortas ao desamparo, sem que a Misericórdia, nem os Oficiais da Câmara as queiram recolher, dizendo não terem rendas para as mandar criar [...]”.⁵⁶⁰

No Rio de Janeiro, os membros da Câmara passaram a assistir os enjeitados a partir de 1694; como é sabido, a Roda dos expostos foi fundada em 1738; além dos domicílios também socorrerem os expostos, a parceria dupla no socorrimento (Câmara e Santa Casa da Misericórdia) perdurou até o ano de 1780. Considera-se que, até meados do século XVIII, a participação dos homens-bons daquela formação social foi bastante tímida no que tange à assistência aos pequenos abandonados.⁵⁶¹

Ressalte-se que, em 1780, o Rio de Janeiro já apresentava-se como uma figuração de grandes proporções, onde o amparo aos pequenos desvalidos vinha da Câmara, da Santa Casa e dos domicílios, e que estava conectada a outras figurações mais amplas, como Buenos Aires, e as vilas mineiras nos sertões da América lusa, e sobretudo com o mundo atlântico; a vida fervilhava na cidade de São Sebastião.

Direcionemos agora nosso foco de observação para as formações sociais existentes nas regiões das Minas do século XVIII, figurações onde o trânsito de

⁵⁶⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808. **História: questões & debates**, Curitiba, n. 36, p. 129-159, 2002. p. 131-132.

⁵⁶¹ Ibid., p. 130 e 133.

indivíduos livres e escravos, vindos de muitas partes do império português, era intenso e, conseqüentemente, o entrelaçamento social era indireto, mútuo, variado e se desdobrava infindamente, compondo labirintos relacionais.

Figurações como Vila Rica e Mariana, como já mencionado no segundo capítulo, tiveram oficiais camarários ativos na concessão de pecúlios para a criação dos recém-nascidos abandonados, mesmo apresentando restrições aos expostos negros e mestiços. No entanto, a grande demanda por auxílios para criação de expostos transformou o enjeitamento e a assistência naquelas vilas em um verdadeiro problema para a municipalidade.

No início da década de 1760, os camaristas insistiram em reiterar os discursos que imputavam aos mestiços o desvirtuamento do abandono. Endividado, o Senado repetiu, por meio de editais, em março de 1763, que a responsabilidade pelo aumento da exposição se devia às “meretrizes públicas”. Além disso, exortou a população a denunciar tais mulheres, sob pena de lançar fintas a todas as pessoas. Apesar das ameaças, a finta foi recurso utilizado somente a partir da década de 1790, quando os índices de abandono eram considerados mais altos. Na década de 1760, o desdém pelo pagamento efetivo dos criadores foi fator responsável pelo adiantamento do tributo e o conselho evitou o quanto pôde financiar o abandono, institucionalizando, num sentido inverso, a inadimplência.⁵⁶²

Franco, em uma apurada pesquisa empírica nos documentos da Câmara da Vila Rica setecentista, demonstrou o peso que representou a assistência aos expostos aos cofres daquela municipalidade ao apagar das luzes do século XVIII, configurando um problema efetivo para a governança.

Para se ter ideia do valor da dívida da Câmara, em 1794, sua receita total era de 5:465\$650 réis e sua dívida com os enjeitados estava na ordem de 22:479\$600, ou seja, mais de quatro vezes o valor de sua renda anual. Em 1810, a dívida da Câmara teve uma progressão de 173% em relação a 1794.⁵⁶³

Também na vila de Mariana os gastos com os recém-nascidos expostos foram significativos. A receita da municipalidade, em 1800, chegou ao valor de 4:876\$163 (quatro contos, oitocentos e setenta e seis mil e cento e sessenta e três réis), enquanto os gastos com os pequenos desafortunados corresponderam a

⁵⁶² FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 151.

⁵⁶³ *Ibid.*, p. 183.

1:259\$536 (um conto, duzentos e cinqüenta e nove mil e quinhentos e trinta e seis réis). Ao longo das primeiras décadas do século XIX, os gastos com os enjeitados se igualaram à receita da Câmara de Mariana, não deixando de ser um problema para os homens-bons, embora menor que o enfrentado pela Câmara de Vila Rica.⁵⁶⁴

Ao sul da América lusa, na vila de Porto Alegre, os recém-nascidos expostos também estiveram na ordem do dia entre os assuntos tratados pelos homens da Câmara aos 6 de setembro de 1773:

Acordaram que porquanto se tinha exposto várias crianças enjeitadas pelas portas de alguns moradores da capela de Viamão, e estes as iam entregar ao procurador do Conselho para que à custa deste as mandasse criar, e porque se não podia nem vinha no conhecimento de quem as enjeitava, determinaram todos que o procurador do Conselho procurasse amas e as custeasse para criar os ditos enjeitados expostos, dando-lhe algum vestuário para se embrulhar as mesmas crianças e reparar a desnudez das carnes com que expuseram, e porque na forma da lei e costume da vila do Rio Grande assim o deviam fazer, mandaram fazer este acordo e nele formar os assentos dos mesmos enjeitados seus nomes, e de quem os cria e o quanto se lhe dava por mês.⁵⁶⁵

Os expostos na vila de Porto Alegre entre os anos de 1773 e 1837 ocuparam em muito a atenção dos homens-bons daquela governança, sendo uma pauta constante e mais importante que temas como açougue, obras, terras e eleições.⁵⁶⁶ Os oficiais da Câmara buscaram diferentes estratégias para custear a criação dos pequenos abandonados: propuseram uma derrama, fintas específicas, até mesmo montaram uma lista para captar colaborações financeiras entre os moradores da vila, com a finalidade de constituir fundos para a manutenção dos expostos. Segundo Silva, em 1812 identificaram-se 185 colaboradores, mas em 1813 detectou-se nas vereanças que muitos dos indivíduos que assinaram a dita lista nunca enviaram suas colaborações. Na vila de Porto Alegre a Câmara acumulou meses sem pagar as famílias criadeiras.⁵⁶⁷

Apesar da Câmara da vila de Desterro, também no sul da América portuguesa, obrigado os moradores, no ano de 1783, a criarem os expostos daquela figuração, buscando conter gastos, na primeira década do século XIX os

⁵⁶⁴ ARAÚJO, Cíntia Ferreira. **op. cit.**, 2005. p. 76.

⁵⁶⁵ AHPAMV. Termo de vereança, 06/09/1773. Apud SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 70-71.

⁵⁶⁶ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 73.

⁵⁶⁷ *Ibid.*, p. 82-85.

agentes camarários já apontavam sinais de gastos significativos com os pequenos abandonados:

Em 1811 a soma das ordens de pagamento das pessoas que criavam os 103 expostos registrados chegavam a 688\$520 réis, enquanto que a arrecadação da Câmara neste ano atingiu apenas 1:067\$795 réis. Desta forma, cerca de 65% do orçamento da Câmara de Desterro era dispendido para custear a criação das crianças expostas no ano de 1811.⁵⁶⁸

Em suma, o gasto significativo ou mesmo o endividamento das municipalidades foi recorrente no sul e centro-sul da América portuguesa, deixando evidente que não eram apenas os expostos da Vila Rica setecentista que pesavam aos cofres da Câmara. Custear a criação e sobrevivência daqueles filhos de ninguém representou um problema em diferentes figurações.

No norte da América portuguesa, Câmaras como a da cidade de Olinda e a da vila de Santo Antonio do Recife receberam a incumbência, em 1730, de participar do cuidado aos expostos. Constatou-se no Regimento da Câmara de Olinda a consignação do valor de 120\$000 (cento e vinte mil réis) anuais destinados à criação dos enjeitados; já em 1731 determinou-se que a Fazenda Real direcionaria igual valor para a Câmara da vila do Recife, com a mesma finalidade. Destaca-se que tais determinações foram ponto de conflito entre os vereadores de Olinda e os irmãos da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, assim como entre os homens-bons do Recife.⁵⁶⁹

Na vasta figuração da América hispânica houve formações sociais onde as autoridades coloniais reconheciam a existência dos expostos, ao mesmo tempo em que afirmavam não ter condições de custear a manutenção dos recém-nascidos. Tal situação foi constatada na Capitania geral da Guatemala, província da Costa Rica, na cidade de Cartago, onde, em 1798, assim afirmou o Procurador Síndico General:

[...] Haviendo visto la Real Cédula [...]; obedeciendola como la obedecemos por ser de Nuestro Rey, y Señor natural, haciendole debolucion de ellos décimos; que por la esperiencia y practica que tenemos, no hai arbitrio por ser pobre esta Provincia para proporcionar en Ella la casa, manutencion, bestuario de los tales expositos, y paga de sus amas que los crien como lo encarga por su piadoso celo Nuestro Rey y Señor, en su Real Cédula, y que

⁵⁶⁸ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **op. cit.**, 1990. p. 58.

⁵⁶⁹ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 67.

los pocos parbulos que anualmente se botan, los hechan a las puertas de los parientes, amigos y deudos, quienes mui gustosos los recojen, crian y alimentan, como si fueran sus hijos naturales, y les dan la educacion que corresponde, y que la mayor parte de los que en esta forma se botan, y nascen, sus mismas madres que siendo solteiras, o viudas, los paren, los crian á su pecho, y mantienen y educan, sin tenerlo a velipendio ni seguirseles perjuicios; por cuyo motibo somos de parecer, del bando el mejor de Vuestra Señoría, que al Real Herario, ni á otros individuos por esta razon, no se origine gasto alguno, en esta ciudad y Provincia [...].⁵⁷⁰

É perceptível como os funcionários da Coroa de Castela reconheciam o fenômeno da “circulação de crianças”; indivíduos adultos que transferiam a outros adultos o encargo da criação de um recém-nascido. O documento hispânico afirma que os neonatos eram deixados nas portas de parentes e amigos, e muitas vezes eram os enjeitados criados com o leite das próprias mães.

Em Cartago o índice de abandono entre os anos de 1738 e 1821 foi de 0,9%⁵⁷¹; suponho que os laços de interdependência entre os moradores daquela figuração eram diretos: as pessoas se conheciam quase que em sua totalidade, os afetos e desejos eram mais contidos, retendo assim o abandono de crianças recém-nascidas, tal como ocorreu entre os caiçaras da Capitania de São Paulo e na freguesia da Cidade do Natal no mesmo período.

Por outro lado, existiram figurações específicas na América portuguesa onde os oficiais camarários não deliberaram a favor da criação dos pequenos desafortunados, ou melhor, se tomaram posições afirmativas quanto ao financiamento de amas-de-leite ou de famílias criadeiras, tal documentação não chegou até o presente. Destacam-se duas figurações da Capitania de São Paulo: as vilas de Curitiba e Sorocaba, formações sociais onde as Câmaras não foram ativas no que diz respeito ao trato com os expostos.

Naquelas sociedades os índices de enjeitamento foram de 9,1% e 4,1% respectivamente, o que me leva a conjecturar que a interação entre os indivíduos era indireta, o que possibilitava um abandono em maior volume, quando comparado a Natal e Ubatuba; as soleiras das casas apresentaram-se como a única forma de proteger os pequenos desvalidos.⁵⁷² Daquela maneira constituíram-se redes

⁵⁷⁰ ANCR, Cartago Colonial, Exp. 1103 (1798), f. 31v.-32. Apud SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2005. p. 7.

⁵⁷¹ SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. **op. cit.**, 2005. p. 8.

⁵⁷² CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 72; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001. p. 197.

informais de acolhimento familiar que se responsabilizavam pela criação, não havendo motivos para que os enjeitados fossem levados diante do Senado da Câmara.

Na freguesia da Cidade do Natal, na Capitania do Rio Grande do Norte, além de nunca ter havido uma Santa Casa da Misericórdia para socorrer os enjeitados, também não há evidências, indícios ou sinais de que os agentes da Câmara tenham adotado ações afirmativas em prol dos expostos. Em uma pesquisa cuidadosa nos termos de vereação⁵⁷³ e nas cartas e provisões do Senado da Câmara⁵⁷⁴, na transição do XVIII para o XIX, não foi encontrada informação alguma a este respeito.

Apenas uma referência, datada de 18 de março de 1791, foi detectada nos alfarrábios da Câmara de Natal, mas sobre o abandono de recém-nascidos na Capitania de Pernambuco, indicando que as capitanias anexas, como era o Rio Grande do Norte, deveriam indiretamente colaborar com a manutenção dos desvalidos:

[...] por uma carta do ilustríssimo e Excelentíssimo General de Pernambuco lido pelo mesmo Ministro [o Desembargador Antonio Felipe Soares de Andrada de Brederos] em que dizia estar findo o Hospital dos Lasarinos naquela Praça, e que para ajudar da sua subsistencia pedia quisessem oferecer o tenue donativo de trinta reis em cada arroba de algodão que se embarcar para o Reino pagos na Prença; o que ouvido todos, e vendo que era tanto do bem Cumum destas capitanias todos aceitaram que era muito conviniente o dito donativo, e o aprovaram, e pediam ao mesmo ilustríssimo e Excelentíssimo General que fizesse esta sua representação na Real presença, e alcançasse a confirmação deste donativo. E de como assim voluntariamente o prometeram, ficando o resto deste Donativo se houver para beneficio dos expostos inocentes [...].⁵⁷⁵

Segundo Nascimento, tal determinação não foi aceita pacificamente, com reação contrária da governança da Capitania do Ceará; supõe-se ainda que o Governador da Capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, não conseguiu a confirmação deste imposto em Lisboa.⁵⁷⁶

Há uma grande probabilidade de que o abandono de crianças recém-nascidas nunca tenha sido motivo para uma reunião da governança na Cidade do Natal,

⁵⁷³ AIHGRN, Termos de Vereação, Livros: 1709-1823.

⁵⁷⁴ AIHGRN, Registro de cartas e provisões do Senado da Câmara, Livros de 1702-1826.

⁵⁷⁵ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1784-1793, f. 150v.

⁵⁷⁶ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 100.

mesmo como um simples ponto de pauta. O baixo índice de enjeitamento constatado para aquela formação social, aferido em 2,9%, bloqueou qualquer possibilidade de os expostos serem levados à presença dos homens-bons e de que seus receptores solicitassem financiamento para sua criação.

Ressalto que a interação direta, vis-à-vis, entre os indivíduos da freguesia também conteve o enjeitamento; desta forma, os moradores dividiram entre si o “peso da criação dos expostos” sem que tivessem que acionar os auxílios camarários. A cada abandono, a cada criança encontrada pela madrugada nas portas das casas ou junto aos domicílios, os indivíduos daquela figuração elaboravam conscientemente redes informais de acolhimento familiar; o receptor e as pessoas de seu domicílio muito provavelmente se tornavam uma família criadeira.

Assim, infiro que o abandono de recém-nascidos não foi tido como um problema pela governança da cabeça da Capitania do Rio Grande do Norte, como em outras figurações da América portuguesa: os pequenos desafortunados eram invisíveis aos olhos dos homens-bons da Cidade do Natal. Problemas reais e efetivos para os oficiais da Câmara eram os porcos soltos nas ruas, as mulheres de má procedência que deveriam ser banidas da freguesia, os vadios, as pontes quebradas, etc.

Segundo Francisco José da Rocha Pombo, as ruas da cidade do Natal eram cheias de vacas, cavalos, porcos e cães⁵⁷⁷ - diga-se de passagem, elementos comuns para qualquer figuração do Antigo Regime. Contudo, não foi detectada nos termos de Vereação ou nos assentos de óbito investigados nenhuma informação a respeito de recém-nascidos que foram expostos e em seguida mutilados ou mortos por algum desses animais. Isto reafirma a maneira protetora dos moradores da freguesia de abandonar seus filhos, que eram possivelmente logo encontrados. Porém, os porcos foram motivo de preocupação dos camaristas na data de 01 de abril de 1797:

[...] acordaram mandar fixar um edital para não andarem porcos soltos pelas ruas, dentro de três dias os donos os recolherem, e na falta todo o porco que for apanhado seja morto, e em leilão a Rematado, e o seu produto seja para as despesas da Camara [...].⁵⁷⁸

⁵⁷⁷ POMBO, Francisco José da Rocha. **op. cit.**, 1922, p. 210.

⁵⁷⁸ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1793-1803, f. 88v.

Em 20 de abril de 1799, dois anos após a vereação citada, a preocupação com os porcos continuava, tanto que “[...] despacharam uma petição de Francisco Antonio Carrilho para poder livremente matar os porcos que lhe entrassem no seu sitio [...]”.⁵⁷⁹ Acrescente-se que brigas entre indivíduos eram motivadas por porcos que invadiam roças e pequenas plantações, como foi recorrente em outras temporalidades e figurações, como em Beauvais, na França do século XVI, onde um assassinato ocorreu por causa de porcos que invadiram certa propriedade.⁵⁸⁰

Considera-se que nesse período, em que as monarquias centralizadas estavam em formação na Europa, o controle dos afetos, das pulsões e dos sentimentos era menor⁵⁸¹; assim, os porcos ou quaisquer outros motivos eram razão suficiente para as pessoas se matarem. Todavia, em fins do século XVIII, fosse em Natal ou em Vila Rica,⁵⁸² a questão dos porcos passava pelo crivo dos oficiais da Câmara; o monopólio da violência já estava melhor definido nas mãos dos representantes do rei, assim, quem morria não eram mais os homens, que igualmente não mais deveriam se matar por tais motivos, mas sim os animais. Índícios de mudanças de comportamento do homem em seu processo de civilização, tal como não abandonar os recém-nascidos nas ruas, mas nas soleiras das casas.

É evidente que a preocupação de certos moradores da freguesia em combater os porcos, com a permissão do Senado da Câmara, estava mais relacionada à proteção de suas roças e lavouras do que à preocupação com recém-nascidos abandonados na calada da noite. Quarenta dias após o despacho da petição de Francisco Antonio Carrilho, em 1º. de junho de 1799, os vereadores se reuniram e

[...] acordaram em despacho requerimento contra os porcos, que avisados os donos para lhes botarem canga, e não a tendo, puderam matar qualquer porco que acharem nas suas lavouras ou junto a elas, avisando os donos para os aproveitarem [...].⁵⁸³

⁵⁷⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1793-1803, f. 127v.

⁵⁸⁰ DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão**: e seus narradores na França do século XVI. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 39-40.

⁵⁸¹ ELIAS, Norbert. **op. cit.**, 1993. p. 80.

⁵⁸² FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 151.

⁵⁸³ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1793-1803, f. 130.

Deve-se recordar que os recém-nascidos expostos da freguesia da Cidade do Natal eram egressos tanto do nível superior quanto do nível inferior da figuração social. Sabe-se que alguns enjeitados eram filhos ilegítimos de pessoas abastadas, e outros, de pessoas depauperadas; dessa forma, arrazoa-se que a parda Inácia Maria, a índia Maria da Conceição e Ana Maria da Silva, todas mulheres de má conduta, denunciadas pela Igreja ao Senado da Câmara, poderiam ser genitoras de expostos. Porém, como já dito, o fenômeno do abandono de crianças não foi visto pelos camaristas como um problema, ao contrário do comportamento das ditas mulheres.

Aos 07 de março de 1789, os oficiais da Câmara da Cidade do Natal acordaram

[...] em mandar chamar a parda Inácia Maria por representação do Reverendo vigário e lhe determinaram que se passasse para fora desta cidade [do Natal] pela sua ruim conduta a que ela requerio que como era do Recife lhe concedesse poder se retirar para o dito Recife no barco que estava neste porto a partir; o qual assim se lhe concedeu com pena de ser remetida presa para o Maranhão.⁵⁸⁴

Na mesma data e ano, os agentes camarários também tomaram a decisão de banir da freguesia a índia Maria da Conceição, natural da Capitania do Ceará, igualmente denunciada pelo Reverendo vigário; Maria teve cinco dias para deixar a jurisdição eclesiástica, sob pena de ser também presa e remetida para o Maranhão.⁵⁸⁵ Além da parda e da índia, Ana Maria da Silva também foi expulsa da cidade.

Acordaram mais em mandar chamar a Ana Maria da Silva por requerimento do dito Reverendo vigário, e por ser mal procedida em ofensas de Deus lhe foi determinado que em cinco dias saísse para fora da jurisdição desta Câmara ao que ela requereu que tinha suas dividas para cobrar, e era carregada de filhos, e lhe não era tão fácil em tão pouco tempo retirar-se e que assim se lhe concedessem mais alguns dias e visto o seu requerimento se lhe concederam quinze dias para despejar que foi com a condição de ser degradedada para o Maranhão senão o fisesse dentro do tempo.⁵⁸⁶

⁵⁸⁴ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1784-1793, f. 96v.

⁵⁸⁵ Ibid., f. 96v.

⁵⁸⁶ Ibid., f.96v.

Nesse mesmo contexto, buscou-se informações sobre o abandono de recém-nascidos no Livro de Tombo da igreja matriz da freguesia, onde eram registradas as visitas diocesanas, as quais Luciano Figueiredo denominou de pequenas inquisições, “[...] verdadeiras patrulhas a serviço da fé [...]”.⁵⁸⁷ Nada relacionado às crianças expostas na figuração da Cidade do Natal foi encontrado naquela documentação, nem sequer uma menção. Aqueles enjeitados parecem não ter existido para os olhares cuidadosos dos bispos e de seus representantes que visitavam a jurisdição eclesiástica.⁵⁸⁸

Os enjeitados na freguesia da Cidade do Natal eram tão poucos, na transição do século XVIII para o XIX, que os padres visitantes que passavam em revista aquela figuração, que integrava a figuração mais ampla do Bispado de Pernambuco, identificavam outras situações-problema, como:

[...] muitos pais dilatam o batismo de seus filhos por frívolos pretextos, e os não levam a batizar aos oito ou quinze dias, que dispõe a constituição, com o risco, e perigo de morrerem algumas crianças sem batismo, [...]. Portanto exortamos a todos a que sejam muito cuidadosos nos batismos das crianças nos tempos destinados pela constituição, sob pena nela imposta; e para que os párocos executem o que são obrigados lhes impomos a pena pecuniária quatro mil reis para Sé e meirinho por cada falta, que tiverem comissão e me executar nos fregueses a pena das constituições quando faltarem em trazerem seus filhos a batizar nos termos prescritos.⁵⁸⁹

Também foram registradas as ausências de indivíduos nas atividades religiosas, como bem frisou o padre visitador Joaquim Monteiro da Rocha, quando esteve na freguesia em 1779:

É abominável a falta de religião que se observa em muitos fregueses desta freguesia, os quais sem justa causa que os desculpe deixem de ouvir a Santa Missa nos dias de preceitos e de concorrer para que haja capelão nas

⁵⁸⁷ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. **Barrocas Famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 41.

⁵⁸⁸ AIMNSA / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890.

⁵⁸⁹ AIMNSA / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Registro de uma pastoral diocesana que nesta matriz se publicou por mandado do Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor Dom Francisco Xavier Aranha, por mercê de Deus e Santa Sé apostólica bispo de Pernambuco do conselho de Sua Majestade Fidelíssima e mandado registrar neste livro das visitas por ordem do Reverendíssimo Senhor Doutor Visitador Marcos Soares de Oliveira, 1760. f. 36.

capelas desta freguesia e não cessão de trabalhar nos domingos e dias santos, antepondo os lucros temporais aos interesses eternos.⁵⁹⁰

Contudo, dentro da imensa figuração do mundo católico ocidental do Antigo Regime, na qual a freguesia da Cidade do Natal estava inserida, mesmo que a criação dos expostos fosse tida como um problema por algumas Câmaras da América portuguesa, dentro da mentalidade católica da época, recolher um recém-nascido enjeitado era realizar uma demonstração pública de caridade e misericórdia, abrindo a possibilidade de qualquer católico ser mais cristão. Arrazoa-se assim que não só o pequeno volume de abandonos, resultado de laços de interdependência diretos entre os indivíduos, mas também a forma de pensar a realidade permitiu que os enjeitados não fossem vistos pelos visitantes na Capitania do Rio Grande do Norte.

Com isso, afirmo categoricamente que o fenômeno do abandono de crianças recém-nascidas na freguesia da Cidade do Natal era algo simbiótico àquela figuração específica, ocorrência que não atrapalhava o dia-a-dia dos indivíduos, que estava entrelaçada nas vivências das pessoas, fossem ricas, pobres, livres, escravas, forras, brancas, negras, pardas ou índias. Naquela freguesia a “circulação de crianças” diluía-se nas mínimas estruturas do cotidiano e, como já apresentado, o ato do abandono conferia ao recém-nascido o qualificativo de exposto ou enjeitado, uma marca neutra, que não o colocava à parte das interações sociais.

Na Capitania do Rio Grande do Norte, a sociedade que abandonava era a mesma que recolhia e acolhia. Apesar dos recém-nascidos expostos não terem chegado à presença dos homens-bons do Senado da Câmara da Cidade do Natal, quando cruzaram-se alguns nomes presentes nos termos de vereação com outros nomes presentes nos assentos de batismos de crianças expostas, detectou-se que pessoas ligadas à governança da cidade também estiveram conectadas aos enjeitados. Alguns foram receptores ou assumiram a função de padrinhos dos pequenos desafortunados, isso quando não foram receptores e padrinhos simultaneamente.

⁵⁹⁰ AIMNSA / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890 / Joaquim Monteiro da Rocha, presbítero secular e visitador qual repartição baixa do norte, para _____ Sua Excelência Reverendíssima que Deus guarde [...], 1779. f. 69v.

Entre os anos de 1753 e 1823, foram arrolados 28 camaristas que estiveram envolvidos na complexa rede informal de recolhimento e acolhimento que funcionava na freguesia. Eram eles: Juizes Ordinários; Momposteiro da redenção dos cativos; Vereadores; Procuradores; Escrivães; Almotacés; Alcaide; Governador interino e Administrador dos subsídios dos molhados.⁵⁹¹ Em outras figurações da América portuguesa, como a vila Goiana, na Capitania de Pernambuco, os domicílios de membros da Câmara também foram utilizados para exposição de crianças.

[...] Manoel de Souza Soares, escrivão do Senado da Câmara de Vereadores da Vila de Goiana, morador que acolhia e criava expostos. Segundo carta dos vereadores de Goiana endereçada ao rei, na porta da sua casa haviam sido deixados onze crianças, das quais, 1744, seis tinham sobrevivido, “cinco fêmeas e um macho”. Vivendo “penurosamente”, o funcionário pedia que a Câmara intercedesse junto ao rei, e lhe consignasse recursos para levar adiante essa obra de caridade. No discurso persuasivo da Câmara, sua casa funcionava como Casa de Misericórdia na inexistência desta na vila.⁵⁹²

Similarmente, em formações sociais de grandes proporções, onde os laços de dependência mútua eram indiretos e existiam instituições de assistência aos expostos, como no Rio de Janeiro, houve casos de enjeitados deixados em casas dos próprios funcionários da Roda dos expostos.

A residência dos membros da Mesa também servia de ponto de referência a todos os que desejassem enviar os filhos ao hospital. É o que lemos, por exemplo, em antigos registros da Casa da Roda do Rio de Janeiro: “Em 21 de outubro do ano de 1750, se expôs na porta do Sr. Tesoureiro José Correa da Fonseca uma menina [...] que se deu a criar em casa de Antonio Lopes Antunes, morador no Campo Grande”. As crianças encontradas nas ruas ou enviadas de famílias em família também eram cotidianamente aceitas na instituição: “Aos 19 dias do mês de agosto de 1760, as oito para as nove horas da noite remeteu Antonia Duarte, mulher de João Correa, ao Irmão Tesoureiro um menino que se havia exposto na sua casa”.⁵⁹³

Ao mesmo tempo, na Capitania do Rio Grande do Norte, a assistência aos expostos passava pelas mãos de todos. Destaca-se o caso de Rita, exposta em casa do Capitão Manuel Pinto de Castro aos 26 de fevereiro de 1790; a recém-nascida foi conduzida até a pia batismal da capela de Santo Antonio do Potengi e

⁵⁹¹ AIHGRN, Termos de Vereação, Livros: 1743-1823.

⁵⁹² NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 63.

⁵⁹³ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 51.

batizada na data de 06 de março. Foram seus padrinhos, muito provavelmente a convite do receptor, Francisco Pinheiro Teixeira, homem solteiro, e Dona Bonifácia Nolagio de Almeida, mulher do Professor Régio Francisco Xavier Garcia.⁵⁹⁴ Salienta-se que o receptor da pequena enjeitada era o Juiz de Órfãos da Câmara naquele ano de 1790.⁵⁹⁵

Trago a lume também o enjeitamento da menina Jerônima. A recém-nascida foi deixada na porta da casa do Capitão Luís José da Costa Pinheiro, sendo batizada na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação na data de 1º de outubro de 1799; foram padrinhos Francisco Pinheiro Teixeira e Dona Úrsula Maria de Nazaré.⁵⁹⁶ Percebe-se que o padrinho de Jerônima foi o mesmo indivíduo que apadrinhou a exposta do Capitão Manuel Pinto de Castro, que estava na condição de Almotacé no ano de 1797.⁵⁹⁷ Como último exemplo, foi batizada na capela de Santa Ana do Ferreiro Torto, aos 31 de julho de 1791, uma exposta de nome Caetana, que foi exposta no domicílio de Tomé de Souza. A pequena teve como pais espirituais José de Vasconcelos e Joana Figueira⁵⁹⁸; seu padrinho foi escolhido vereador no ano de 1793.⁵⁹⁹

A partir disto, vejo-me tentado a propor que o Senado da Câmara da Cidade do Natal participou indiretamente do socorro aos expostos, na figura de vários indivíduos que em algum momento de suas vidas participaram da governança, e que exerceram as funções de receptores e padrinhos, compondo a rede invisível de assistência informal, firmada nas relações de interdependência funcionais, que conferia sentido ao todo relacional.

4.2 Expostos, receptores e padrinhos: unidos em uma rede invisível

Não foi casualmente que Dona Antonia Maria Soares convidou o capitão Braz Alvarez de Oliveira, homem casado, para apadrinhar um exposto de nome Joaquim, na data de 25 de agosto de 1773, na igreja matriz de Nossa Senhora da

⁵⁹⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 168.

⁵⁹⁵ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1784-1793, f. 142v.-143.

⁵⁹⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1799-1807, f. 78v.

⁵⁹⁷ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1793-1803, f. 91.

⁵⁹⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 106.

⁵⁹⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1784-1793, f. 186v.-187.

Apresentação. O recém-nascido Joaquim foi posto no limiar da casa de Dona Antonia Maria 30 dias antes do batismo⁶⁰⁰; salienta-se que o convite para o apadrinhamento do enjeitado pelo militar, feito pela proprietária do domicílio receptor, estava diretamente relacionado com o sustento da criança, considerando as obrigações do pai espiritual, já que, segundo os preceitos do credo católico romano, na ausência dos pais genéticos, era obrigação dos padrinhos cuidar do afilhado e orientá-lo retamente na religião.⁶⁰¹

Declara-se isso pois detectou-se, em meio à documentação de batismo, que o capitão era proprietário de uma escrava que atendia pelo nome de Inácia, e que havia parido uma menina aproximadamente 95 dias antes do batizado de Joaquim, na data de 20 de maio de 1773.⁶⁰² Tudo indica que Antonia Maria Soares deve ter realizado uma busca cuidadosa por alguém na freguesia que pudesse não apenas ser um fiador espiritual, mas também oferecer sustento ao enjeitado.

Muito provavelmente a receptora do pequeno Joaquim não deve ter tido um trabalho significativo para encontrar um indivíduo em condições adequadas para ser padrinho do exposto, um homem pertencente ao nível superior da figuração social, dono de uma escrava parida. Como foi amplamente discutido, a figuração da freguesia da Cidade do Natal, na segunda metade do século XVIII, tinha um contingente populacional pequeno, de 3.288 moradores. Dessa forma, a interação era muito estreita entre os moradores, todos se conheciam quase que em sua totalidade, possibilitando a composição de laços de interdependência diretos que ratificavam-se nas relações de compadrio. Para Julita Scarano:

Quando uma escrava paria, se tornava possível a existência de uma ama-de-leite. O aleitamento era tido como importantíssimo, tanto pela Igreja, quanto pelos conceitos médicos da época. Dessa maneira, cativas que dispunham de leite eram empregadas como fornecedoras de alimento para crianças de várias categorias.⁶⁰³

A partir da análise deste ato de abandono e do entrelaçamento social que era constituído para elaboração das redes informais de assistência aos recém-nascidos

⁶⁰⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. 57.

⁶⁰¹ Cf. **CATECISMO ROMANO**, por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Petrópolis: Vozes, 1951.

⁶⁰² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. 53.

⁶⁰³ SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p. 114.

enjeitados, é possível se aproximar um pouco mais desses pequenos protagonistas da história, como será demonstrado com o caso do exposto Lino.⁶⁰⁴ O que mais chamou atenção nessa situação, em meio a tantas outras, é que o pequeno enjeitado não recebeu como padrinhos os moradores, ou pelo menos o proprietário da casa onde foi enjeitado. Lino foi apadrinhado por um casal que provavelmente também pertencia ao nível superior daquela figuração: o Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos, morador da freguesia da Cidade do Natal, natural da freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba, e sua mulher Maria Rosa, natural da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal.

Lino foi abandonado em casa da viúva Rosa Maria Josefa; a atitude dela em convidar o casal para apadrinhar o exposto também não foi uma casualidade, ou exclusivamente relacionada à posição social de Francisco da Costa de Vasconcelos,⁶⁰⁵ mas deveu-se sobretudo à condição de saúde de sua esposa. A documentação paroquial revela que o dito casal batizou seu filho legítimo, Roque, na data de 3 de outubro de 1763, na capela de Nossa Senhora da Conceição de Jundiáí⁶⁰⁶; o pequeno enjeitado foi batizado em 18 de dezembro do mesmo ano, na mesma capela.

O pequeno Roque foi batizado pelo padre Miguel Pinheiro Teixeira e teve como padrinhos o Sargento-mor Francisco Machado de Oliveira Barros, morador na dita freguesia, e Dona Tereza de Góis Vasconcelos. A madrinha era viúva do Sargento-mor José Dantas e, mesmo residindo na cidade da Paraíba, tornou-se mãe espiritual do menino por meio de uma procuração apresentada por Dona Ana da Costa Teixeira, mulher do Capitão Antonio de Gois. As pessoas envolvidas no batizado do filho do casal que foi convidado para apadrinhar Lino confirmam a posição de destaque que os mesmos ocupavam naquela figuração; os compadres do Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e de sua esposa também estavam acomodados na camada superior daquela formação social.

Agora fica clara a escolha da viúva. Lino foi abandonado em sua porta, mais ou menos 75 dias após a senhora Maria Rosa ter dado à luz, tendo ela plenas condições de sustentar também o exposto com seu leite, “alimento que talvez não existisse na casa da viúva”; como já dito, segundo a religiosidade católica romana,

⁶⁰⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1763-1765, f. 6v.

⁶⁰⁵ Frisa-se que no ano de 1769 o padrinho de Lino surge como agente do Senado da Câmara. AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1766-1781, f. 80v.-81.

⁶⁰⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1763-1765, f. 3.

na ausência dos pais, os padrinhos assumem a responsabilidade sobre a criança. Sendo o pequeno Lino filho de pais incógnitos - pelo menos teoricamente, pois considero que naquela figuração todos sabiam quem era filho de quem - restava a sua madrinha assumir o lugar de sua genitora e tornar-se sua ama-de-leite.

Por outro lado, deve-se considerar que Dona Maria Rosa era esposa de um militar de alta patente e, como já mencionado, o casal era membro do nível superior da figuração social. Sendo assim, é bem possível que a tal senhora não alimentasse com seu leite nem mesmo o pequeno Roque, seu filho, mas buscasse em algum lugar da freguesia uma mulher, livre ou escrava, também em condições de amamentar, para que lhe pudesse prestar os serviços de ama-de-leite, prática essa muito comum entre as mulheres abastadas da América portuguesa.⁶⁰⁷

Analisando cuidadosamente a documentação produzida pelos párocos, foi possível entrever que as relações interpessoais na freguesia não eram das mais simples. Principalmente no caso do recém-nascido enjeitado que recebeu o nome de Lino, possivelmente na pia batismal, pois o registro não revela que com ele tenha vindo um bilhete indicando seu nome.

O batismo de uma escrava de nome Luzia, filha natural de Januária e de pai desconhecido, é necessariamente o grande *filão* dessa história.⁶⁰⁸ Tanto Januária quanto sua filha eram propriedades da viúva Rosa Maria Josefa. Luzia foi batizada em 30 de outubro de 1763 na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiáí, espaço religioso onde também receberam o primeiro sacramento Roque e Lino. Foram padrinhos o Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e Dona Maria Rosa.

As coisas tornam-se bem mais claras, para não dizer evidentes. A pessoa ou as pessoas que tiveram a iniciativa de abandonar o pequeno recém-nascido na soleira da casa da viúva deveriam ter conhecimento, em maior ou menor grau, da existência de uma escrava parida naquele domicílio, que poderia vir a ser ama-de-leite do exposto, caso Rosa Maria Josefa o apadrinhasse, assim como eram possivelmente sabedores da complexa rede de relações pessoais da receptora.

Outro indicativo importante a ser considerado é a relação que havia entre a viúva e o casal, que em um curto intervalo de tempo, de mais ou menos 50 dias, apadrinhou duas crianças de uma mesma casa. Aponta-se que as crianças não eram filhos legítimos do domicílio, sendo uma escrava e a outra, exposta. No

⁶⁰⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. *op. cit.*, 1986. p. 160.

⁶⁰⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1763-1765, f. 5.

entanto, pode-se conjecturar que os laços de compadrio estabelecidos pela senhora Rosa Maria podem ter garantido o alimento necessário para o enjeitado, pois a mulher do Coronel era comadre de Januária, escrava da viúva, e mãe espiritual de Lino.

Com isso, pode-se inferir que a própria cativa Januária apresentava certa relação de parentesco espiritual com Lino, via seus compadres, dentro das orientações da Igreja Católica romana, garantindo para o exposto o mínimo para sua existência, o leite. Não se descarta a possibilidade de que a mesma escrava também fosse ama-de-leite do pequeno Roque, filho do casal em questão, mas a documentação não nos permite confirmar tal hipótese.

Porém, nem a distinção social do padrinho do pequeno Lino, nem a possível prática de amamentação por sua suposta ama Januária e muito menos a coincidência de sua madrinha poder “sustenta-lo com o leite de seu próprio peito” puderam salvar a vida do pequeno enjeitado, pois, dois meses depois de seu batismo, ele teve o mesmo destino de muitos recém-nascidos do mundo colonial português e hispânico: a morte.

Lino foi sepultado na mesma capela onde foi batizado, envolto em mortalha azul, não tendo o padre que encomendou o corpo feito nenhuma menção ao tipo do tecido da roupa mortuária ou ao lugar específico do sepultamento no espaço da capela.⁶⁰⁹ Talvez a falta de especificidade na localização do sepultamento e a não indicação do tipo do tecido da mortalha sejam indícios de um certo desapego em relação ao exposto, que faleceu com basicamente 60 dias de vida, tendo apenas a função de possibilitar que indivíduos adultos em uma sociedade católica realizassem uma demonstração pública de caridade.

Em suma, aparentemente movidos pela compaixão e pelo sentimento cristão, a viúva Rosa Maria, dona de terras, proprietária de gado vacum e cavalari, senhora de escravos,⁶¹⁰ recebeu e recolheu o enjeitado, e o Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos e sua esposa apadrinharam a criança, criando, embora sem sucesso, possibilidades para sua sobrevivência.

Para além do suposto sentimento caritativo, existia um vasto conjunto de fios invisíveis que uniam todos os indivíduos em uma complexa rede de interdependência, compondo o tecido social onde o exposto necessitava

⁶⁰⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1762-1765, f. 11.

⁶¹⁰ AIHGRN, Cx. única, Testamento de Dona Rosa Maria Josefa, f. 1v.-2v.

indiscutivelmente do receptor para proteger o rebento; por sua vez, alguns receptores, tal como Dona Antonia Maria Soares, precisavam de indivíduos dispostos a serem padrinhos dos expostos e que tivessem condições materiais mínimas de cuidar de seus afilhados.

Em resumo, todos os envolvidos naquela rede informal de assistência, inseridos no jogo social do abandono, precisavam do pequeno abandonado para praticarem publicamente uma boa ação, prestando contas de suas condutas à sociedade da freguesia da Cidade do Natal, que integrava uma figuração muito mais ampla, o mundo católico ocidental.

Por fim, é importante apontar que o domicílio da viúva Rosa Maria Josefa, anos depois do enjeitamento de Lino, foi mais uma vez referência para um abandono, possivelmente no mês de novembro de 1786. Dessa vez foi enjeitada uma menina que recebeu no nome de Ângela, mas que, seis meses após ter sido deixada junto à casa da viúva, teve o mesmo destino de Lino: a morte.

A pequena faleceu aos 30 de abril de 1787, sendo sepultada na capela de Nossa Senhora da Conceição, não tendo o padre que redigiu seu assento de óbito feito nenhuma consideração sobre o lugar específico do enterramento ou, nem sobre a pequena mortalha.⁶¹¹ Tal como Lino, Ângela também morreu sem completar o primeiro ano de vida, não havendo tempo para se gestar um suposto sentimento pela criança, de que teoricamente não se conhecia a origem. Possivelmente a menina também foi amparada pelas redes informais de assistência fundamentadas nas relações de interdependência, e teve a mesma função do pequeno Lino: possibilitar uma demonstração pública de caridade.

Aos 17 de maio de 1769 foi exposta em casa de Dona Isabel Rodrigues Santiago uma menina que foi encontrada pela escrava Francisca, por volta da meia-noite. A recém-nascida foi batizada no dia seguinte, sob condições, na capela do Jundiaí, recebendo o nome de Igrave e tendo como padrinhos Joaquim Moraes Navarro, homem casado, e Dona Isabel Rodrigues, filha da proprietária do domicílio.⁶¹² Como em outros casos de enjeitamento, quem decidiu abandonar a recém-nascida no meio da noite queria proteger a criança e era sabedor das condições favoráveis daquele domicílio.

⁶¹¹ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1784-1791, f. 8v.

⁶¹² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. 19v.

Leandro filho de Ângela natural desta freguesia [da Cidade do Natal] escrava de Isabel Rodrigues Santiago, e de pai incógnito, neto por parte materna de Maria gentio da Guine escrava viúva Isabel Rodrigues, nasceu aos seis de novembro do ano de mil setecentos, e sessenta e oito, e foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, pelo padre João Tavares da Fonseca aos dezanove de dezembro do dito ano: foram seus padrinhos o Capitão Bento José Taveira Viana, casado, e Dona Maria Soares Correa sua enteada: de que mandei lançar este assento em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁶¹³

As condições objetivas e subjetivas para a elaboração da rede informal de assistência em torno da menina estavam dadas. Primeiro, considera-se o espaço e a população diminuta da freguesia: era sabido por muitos da existência de uma escrava com potencial de amamentação, pertencente a Dona Isabel Rodrigues Santiago, já que, seis meses antes do enjuntamento de Igrave, aos 06 de novembro de 1768, tinha nascido o pequeno escravo Leandro, filho ilegítimo da cativa Ângela, que poderia ser a provável ama-de-leite. Assim, para o indivíduo ou as pessoas que tinham a necessidade de enjeitar, não foi complicado encontrar o domicílio em condições ideais.

Ao eleger o endereço do abandono o expositor tinha a consciência, ou mesmo a certeza, de que o exposto seria recolhido e batizado, pois em uma formação social católica do século XVIII, em que as boas ações conduziam à salvação da alma, fosse na América portuguesa ou hispânica, e sobretudo em uma figuração de pequenas proporções, muito dificilmente o enjeitado não seria assistido. A menina foi apadrinhada por Dona Isabel Rodrigues, o que consolidou o amparo necessário, já que a madrinha estava ligada por laços familiares ao domicílio receptor.

Naquela “circulação de crianças”, em que os moradores da freguesia passavam para vizinhos ou até mesmo familiares a responsabilidade pela criação de determinados recém-nascidos, normalmente as decisões tomadas em prol do socorrimento informal dos enjeitados estavam diretamente imbricadas às redes de relações recíprocas entre os moradores, que davam coesão ao todo social. Isso fica patente no caso de um recém-nascido que foi abandonado em casa de Francisco Pinheiro: o relevante é que o morador recebeu o enjeitado em seu domicílio

⁶¹³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. 31v.

portando um bilhete, que o encarregava de entregar a criança ao Capitão-mor Francisco Nogueira. O exposto foi entregue na data de 19 de junho de 1769, configurando um enjeitamento protetor, consciente e orientado.⁶¹⁴

No entanto, o enjeitado só foi batizado um mês após a entrega, recebendo o nome de Antonio na data de 24 de julho do mesmo ano, na capela do Jundiá. Seguindo o que era prática corrente entre os indivíduos daquela figuração, em que na maioria das vezes os pequenos expostos eram apadrinhados por alguém do domicílio que os recebia, foram seus padrinhos João Rodrigues Seixas, homem casado, e Dona Inês Maria de Araújo, mulher do Capitão-mor Francisco Nogueira.

É perceptível que o domicílio receptor gerou um elo com o pequeno Antonio por via do batismo, na pessoa da madrinha; todavia, não se conhece o motivo que levou o expositor a atribuir a Francisco Pinheiro a função de intermediário no ato do abandono. Porém foi plenamente possível desvendar o porquê do bilhete orientar o destino do recém-nascido para tal domicílio.

Bento filho de Teresa e de pai incognito escrava do capitam-mor Francisco Nogueira neto por parte materna de Luis de Miranda, e sua mulher Maria escravos do capitão José Dantas Correa nasceu aos vinte e sete de Julho do ano de mil setecentos e sessenta e nove e foi batizado com os santos óleos de licença minha na capela do Jundiá desta freguesia pelo padre João Tavares da Fonseca aos seis de agosto do dito ano: foram seus padrinhos Francisco Delgado, e sua mulher Ana Soares Correa, de que mandei fazer este assento, em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araujo / Vigário do Rio Grande.⁶¹⁵

Do momento em que o pequeno Antonio foi abandonado e entregue ao Capitão-mor, passaram-se ainda mais de 30 dias até que a escrava deste viesse a parir e a gerar o leite que possibilitaria a sobrevivência do exposto. Deveria ser de conhecimento quase geral dos indivíduos que compunham aquela figuração que Francisco Nogueira tinha em sua posse uma cativa bem próxima a parir, o que tornava seu domicílio uma localidade bastante atrativa para aqueles moradores que, por algum motivo, viram na prática do abandono uma forma de buscar proteção para seus filhos.

⁶¹⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. 21v.

⁶¹⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. 22.

Acredito que no domicílio do Capitão-mor Francisco Nogueira a escrava prenha estivesse sob vigilância constante, justamente para que não enjeitasse o filho, possibilitando teoricamente a liberdade para ele. No entanto, como já mencionado, os laços de dependência mútua de caráter direto bloqueavam qualquer probabilidade de abandono de um recém-nascido cativo, pois em uma figuração onde todos se conheciam, os padres, também donos de escravos, não batizariam um rebento supostamente cativo, confirmando a liberdade, sem antes ter a certeza de que ele era livre ou forro.

Registram-se outros casos em que a presença de escravas paridas, amas-de-leite em potencial, parece ter influenciado o processo de enjeitamento. Assim, aos 22 de março de 1776 nasceu Luís, filho de uma escrava de João da Silva; a documentação não revela a filiação do pequeno cativo, que foi batizado na capela do Jundiá pelo padre Manuel de Aragão Cabral, em 14 de abril do mesmo ano. Os padrinhos de Luís foram Manuel Inácio de Jesus e Maria dos Prazeres.⁶¹⁶ Apesar do padre que redigiu o assento de batismo não ter registrado o nome da mãe, o batizado daquela criança escrava é a chave para se compreender o abandono e a assistência a um recém-nascido que foi deixado junto à casa do proprietário de Luís em 03 de março de 1776.

O exposto foi recolhido e batizado, supostamente, na mesma capela, uma vez que o padre João de Aragão Cabral não informou o local exato onde o enjeitado recebeu o primeiro sacramento, aos 03 de abril de 1776. O desafortunado recebeu como fiadores espirituais o próprio João da Silva e Leonor Duarte, recebendo o nome de João, em nítida referência ao receptor e padrinho, o que me permite acreditar que o exposto foi criado naquela casa.⁶¹⁷

Enfim, quando o menino foi deixado no limiar da porta da casa de João da Silva, este tinha uma escrava prenha e em tempos de parir; seria leite certo, alimento garantido para o pequeno desvalido, o que possibilitaria sua sobrevivência. Fica claro por que a casa de João da Silva, e não outro domicílio, foi escolhida para receber aquele exposto; neste caso, mais uma vez a assistência informal aos enjeitados se consolidou dentro da própria casa, não tendo o receptor que buscar padrinhos entre os indivíduos da freguesia. No entanto, a consolidação da assistência dentro do próprio domicílio receptor não que dizer que não tenham

⁶¹⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. 109.

⁶¹⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. 109v.

havido relações de interdependência funcional entre as pessoas, pois eram aqueles fios dessa relação de tributação mútua que costuravam o tecido social.

Já nos primeiros anos do século XIX, a casa do Capitão José Joaquim Mendes Saquete foi escolhida para o abandono de um recém-nascido.⁶¹⁸ A esta altura da análise do fenômeno social do enjeitamento, recolhimento e assistência informal na freguesia da Cidade do Natal, posso afirmar que não foi uma mera casualidade a chegada de uma criança à residência daquele militar.

O que estava em jogo era a vida de um recém-nascido: a função do enjeitamento naquela formação social era a proteção, independentemente das motivações particulares para o ato de abandono. Com isso, é claro e evidente que o expositor do recém-nascido tinha plena consciência das condições favoráveis para o recebimento do pequeno desafortunado naquela casa.

O assento de batismo do exposto não traz a data do enjeitamento, mas revela que ele foi levado à pia batismal da capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá na data de 24 de agosto de 1803, recebendo o nome de Manuel. Seus padrinhos foram o próprio receptor, o Capitão José Joaquim Mendes Saquete, e sua esposa, Dona Elena Duarte de Azevedo.

A rede informal de assistência para proteger o pequeno Manuel foi armada dentro do próprio domicílio receptor. O Capitão, assim como sua mulher, estavam envolvidos nas relações de interdependência inerentes à figuração social, sendo movidos inconscientemente pela segunda natureza intrínseca ao homem católico ocidental. Aquelas pessoas aprendiam na vivência diária, desde muito cedo, que praticar a caridade e as boas ações era necessário para o indivíduo católico em sociedade, pois gerava status perante os outros e, sobretudo, construía as veredas para a salvação eterna.

Salienta-se que o Capitão José Joaquim Mendes Saquete, tal como outros indivíduos pertencentes ao nível superior da figuração social, teve vários outros afilhados antes do exposto Manuel.⁶¹⁹ Em uma figuração católica como era a freguesia da Cidade do Natal, dificilmente alguém negava-se a ser padrinho e compadre. O Capitão tornou-se padrinho de José aos 19 de julho de 1790, filho de Guitiliana Dias, natural da Capitania do Ceará.⁶²⁰ Quase uma década após aquele

⁶¹⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Livro: 1795-1807, f. 90v.

⁶¹⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1793-1803, f. 142-142v.

⁶²⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1776-1795, f. 179v.

batizado, aos 10 de novembro de 1799, novo convite para apadrinhamento: Saquete tornou-se fiador espiritual de Ana, menina exposta em casa de Domingos Rodrigues da Silveira, batizada na capela de São Gonçalo do Potengi.⁶²¹

A carreira de padrinho do Capitão desdobrou-se em outras cerimônias de batismo: em 16 de julho de 1800, tornou-se pai espiritual de outro José, filho legítimo de João Pedro de Sá Bezerra e de Maria Tereza de Macedo.⁶²² Apadrinhou ainda mais um José na fazenda da Malhada do rio Potengi, aos 17 de agosto de 1800; era este José pardo e forro, filho legítimo de Domingos Barbosa, homem branco, e Ana Francisca da Conceição, parda.⁶²³ Saquete exerceu a função de padrinho também no batismo de Ana, menina parda e forra, filha legítima de Firmiano de Freitas e de sua mulher Filipa Rodrigues, em 28 de dezembro de 1801.⁶²⁴ No conjunto de afilhados do receptor de Manuel contam-se, portanto, três Josés, provavelmente uma homenagem ao padrinho, e duas Anas.

Retornando ao caso de Manuel, percebe-se que as condições subjetivas, tanto no âmbito da freguesia como naquele domicílio específico, estavam dadas: o receptor já tinha apadrinhado várias outras crianças, inclusive um exposto. Quem depositou o menino Manuel junto à morada de José Joaquim Mendes Saquete era sabedor também das condições materiais para o recebimento daquela criança:

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de mil oitocentos e três batizou de licença minha na capela de Jundiá e logo lhe pôs os santos óleos o Reverendo coadjutor Francisco Alves de Melo a Teresa filha de Luiza escrava do Capitão Joaquim Mendes Saquete, crioulos com um mês de nascida [...].⁶²⁵

Quando Manuel foi exposto, a escrava do Capitão estava prestes a parir ou já tinha parido, já que a pequena Tereza recebeu os santos óleos com 30 dias de vida, juntamente com Manuel. Não foi uma mera casualidade o abandono do neonato, mas uma estratégia, tendo a função de protegê-lo. Afirmo sem medo de errar que o peito crioulo que alimentou Tereza também alimentou Manuel, pois o mais certo é que o Capitão Saquete tenha posto sua escrava Luiza na condição de ama-de-leite

⁶²¹ ACMAN, Assentos de batismo, Livro: 1795-1807, f. 32v.

⁶²² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1800, f. s/n.

⁶²³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1799-1807, f. 85.

⁶²⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1799-1807, f. 105.

⁶²⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Livro: 1795-1807, f. 90v.

do seu afilhado, já que era obrigação dele cuidar da sobrevivência do recém-nascido.

Tenho quase certeza de que vários moradores da freguesia da Cidade do Natal sabiam da gestação da escrava Tereza e da disposição do seu proprietário de ir até as capelas e apadrinhar as crianças na jurisdição eclesiástica. Parto do seguinte pressuposto para tal afirmação: o diminuto contingente populacional, que no ano de 1803 girava em torno de 6.000 habitantes, somado à complexa rede de interdependência direta que conectava os indivíduos uns aos outros, dando formato ao tecido social e resultando no enfeitamento protetor de Manuel.

É necessário demonstrar que o Capitão José Joaquim Mendes Saquete esteve presente em outras redes de assistência aos enjeitados da freguesia. Quatro anos após o recolhimento de Manuel, aos 19 de janeiro de 1807, o Capitão tornou-se padrinho de outro exposto, deixado em casa de Mariana Francisca; o rito do batizado se deu na capela de São Gonçalo do Potengi, onde o menino foi registrado com o nome de Teodósio.⁶²⁶ Suponho que o convite para o apadrinhamento do pequeno Teodósio tenha partido de sua própria receptora, pois o exposto não teve madrinha; conjeturo ainda que não houve casualidade no convite: tudo era uma estratégia social.

É muito provável que o Capitão tivesse em seu domicílio outra escrava, ou quem sabe a mesma Luiza, prena e prestes a parir ou mesmo já parida, apta a ser ama-de-leite de outro afilhado dele. No entanto, este caso ficará no nível das possibilidades, já que não se pode atestá-lo empiricamente por falta de documentação.

Por outro lado, examinando cuidadosamente os assentos de batismo, foi possível entrever que não foram apenas os domicílios ou indivíduos proprietários de escravas capazes de amamentar os pequenos abandonados que atraíram os expostos para o limiar de suas portas ou motivaram convites de apadrinhamento, dando formato às redes de assistência informal. Identifiquei situações em que domicílios com mulheres livres com potencial lactífero e, conseqüentemente, com o mesmo potencial de criação, envolveram-se na rede de abandono, proteção e socorrimento.

⁶²⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Livro: 1795-1807, f. 135v.

Entre as três e quatro horas da manhã, aos 22 de agosto de 1765, foi encontrado um menino exposto em casa do Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco, o mesmo que posteriormente viria a ser o sogro do já referido Tenente Joaquim Lino Rangel. Na data de 12 de setembro do mesmo ano, o exposto foi conduzido até a capela de Santo Antônio do Potengi, onde foi batizado com os santos óleos e recebeu o nome de Antônio, talvez em homenagem ao orago da capela; foram padrinhos o próprio Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco e sua esposa, Antônia Maria da Conceição.⁶²⁷ Percebe-se que mais uma vez a rede de assistência ao exposto foi tecida e elaborada dentro do domicílio onde a criança foi abandonada, não tendo o receptor que sair pela freguesia em busca de pessoas com condições materiais para tornarem-se fiadoras espirituais do enjeitado.

Tal situação tornou-se compreensível quando descobriu-se que a senhora da casa, Antônia Maria da Conceição, tinha condições de amamentar. Dezesete dias antes do abandono de Antônio, a receptora e madrinha tinha dado à luz a um menino, batizado com o nome de Felix, o mesmo do pai.⁶²⁸ Não foi possível identificar na documentação a existência de uma cativa do Tenente Coronel que estivesse amamentando, hipótese que não se descarta. Também não se sabe, e nunca se saberá, qual foi a postura de Antônia Maria da Conceição ao ter a chance de alimentar o afilhado com seu próprio leite; talvez ela não o tenha feito, pois tratava-se de uma mulher do nível superior da figuração social. De qualquer forma, ela tornou-se mãe espiritual do exposto.

O exame documental me permite fazer duas afirmações com bastante segurança. Primeira: os genitores ou os familiares do exposto tinham conhecimento do nascimento do pequeno Felix, dada a pequena população da freguesia. Segunda: a existência de leite humano na casa do Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco atraiu a atenção dos indivíduos que tinham a necessidade de abandonar, que assim realizaram um enjeitamento protetor e consciente do potencial de criação daquele domicílio.

Similarmente a este caso de abandono, o Capitão-mor Agostinho Gonçalves de Oliveira encontrou exposta na porta de sua casa uma menina, aos 20 de agosto de 1770. A enjeitada foi batizada em 2 de setembro do mesmo ano na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, recebendo o nome de Bernarda. O que chama

⁶²⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. 3.

⁶²⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. 24.

a atenção é que Bernarda não teve padrinhos; assim, não há margem para conjecturar sobre atribuições de responsabilidade. Porém, identifica-se o motivo do enjeitamento naquela moradia:

Ana filha legítima de Agostinho Gonçalves de Oliveira natural da freguesia de Muribeca, e de Margarida Barbosa da Conceição natural do Recife de Pernambuco neta pela parte paterna de Agostinho Gonçalves de Oliveira e de Rosa Maria Ferreira naturais da freguesia de Muribeca, e pela materna de Francisco Xavier de Araújo natural da Ilha de São Miguel, e de Dona Maria Dinis natural do Recife de Pernambuco, nasceu aos vinte, e oito de março do ano de mil setecentos, e setenta, e foi batizada com os santos óleos nesta matriz por mim aos treze de maio do dito ano: foi padrinho José Joaquim Soares com procuração do Tenente Coronel Francisco Machado Barros de que digo casado, de que mandei lançar este assento em que me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁶²⁹

Mais uma vez, a existência de uma mulher livre em condições de amamentar motivou o enjeitamento protetor, consciente de que existiam meios de possibilitar a sobrevivência do recém-nascido naquele lugar. Neste caso, as fontes documentais não permitem saber como se articulou a rede de assistência informal em torno de Bernarda.

Porém, é perceptível que tanto na casa do Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco quanto na casa do Capitão-mor Agostinho Gonçalves de Oliveira, os recém-nascidos foram abandonados após o nascimento e batismo de seus filhos legítimos. Posso aventar duas hipóteses, infelizmente sem possibilidade de verificação pela ausência de fontes, propondo, assim, um exercício imaginativo. Primeira: considerando que não há evidências nem sinais de escravas paridas nos domicílios receptores, as próprias genitoras poderiam ter sido procuradas ou ter se apresentado para servir como amas-de-leite dos filhos legítimos da casa; em contrapartida, também alimentariam os próprios rebentos, e talvez os criassem sob suas vistas. Segunda: é possível que os filhos daqueles militares já estivessem mortos e sepultados quando da chegada dos expostos, considerando a alta mortalidade de crianças no mundo colonial. Assim, a vacância dos recém-nascidos na vida daqueles casais da freguesia, assim como a disponibilidade de leite humano,

⁶²⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. 35.

atraíram indivíduos que tinham a necessidade de enjeitar, praticando um tipo de “substituição” de crianças.⁶³⁰

Deslocando o prisma de observação para o nível inferior da figuração social, foi possível identificar domicílios de mulheres solteiras livres que receberam expostos em suas casas, sobretudo porque estavam amamentando, assim colaborando para a elaboração das redes informais de socorrimento.

Aos 3 de setembro de 1788 foi encontrada, por volta das seis horas da manhã, uma exposta sem portar bilhete algum junto à casa de Florência de Moraes, mulher solteira. Doze dias depois do enjeitamento, a menina foi conduzida até a capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto, onde recebeu o primeiro sacramento, sob condições, e o nome de Caetana.

A exposta não teve um casal de padrinhos, como orientava a Igreja, mas apenas um padrinho: Lino da Cunha Marques, solteiro, tal como a receptora.⁶³¹ A chegada de Caetana à casa daquela mulher solteira, em princípios de setembro de 1788, também não foi mera casualidade:

Paula filha de Florência de Moraes, de pai incógnito neta de Paula de Moraes cativa avô incógnito nasceu em agosto, e foi batizada nesta capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto com os santos óleos pelo padre João Tavares da Fonseca aos onze de setembro de mil setecentos e oitenta e oito, foram padrinhos João de Almeida Teixeira e sua mulher Maria José do Espírito Santo e não se continha mais em dito assento de que mandei fazer este por verdade me a assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁶³²

Pressuponho que Florência de Moraes fosse uma mulher pobre naquela formação social, filha de escrava, de pai não declarado, tal como o pai de sua filha, solteira, talvez vivendo sozinha. Desta forma, tendo condições de amamentar, diferente das mulheres da camada superior da sociedade, é muito provável que o leite que alimentou a recém-nascida Paula também tenha nutrido a exposta Caetana, sem grandes problemas. Até mesmo porque Florência, na condição de solteira, pobre e lactante, apresentava o perfil de alguém que poderia ter servido de ama-de-leite para as mulheres abastadas da freguesia da Cidade do Natal. Acredito,

⁶³⁰ A substituição de crianças dentro do fenômeno do abandono foi detectada por Bacellar em suas investigações sobre o enjeitamento de recém-nascidos na vila de Sorocaba, entre os anos de 1679-1845. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2002. p. 27.

⁶³¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 23.

⁶³² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 22v.

então, que a rede de assistência foi articulada de forma muito simples em torno de Caetana: Florência a recolheu, batizou e nutriu.

Anos depois, em 06 de janeiro de 1797, outra mulher solteira, Rita Maria dos Santos, teve abandonado em sua casa um menino branco, que sobreviveu apenas por oito dias, sendo sepultado no solo sagrado da capela do Senhor Bom Jesus da Ribeira, envolto em um hábito azul.⁶³³ Rita teve plenas condições de alimentar o exposto, pois tinha uma filha de mais ou menos seis meses, que veio a falecer em 24 de julho do mesmo ano, sendo sepultada também de hábito azul, na mesma capela.⁶³⁴ Rita Maria dos Santos também foi uma possível ama-de-leite paga.

Fica evidente que quem buscou os domicílios destas mulheres para enjeitar seus recém-nascidos procurou dar proteção às crianças, pois sabia da existência de leite humano naqueles locais.

Ao fim desta amostragem, em que se buscou reconstituir a trajetória de alguns poucos abandonos em conjunto com a elaboração de determinadas redes informais de assistência, é importante ter consciência de que os laços de dependência mútua eram inerentes àquelas ações de socorrimento. É importante que fique claro que os indivíduos dispunham de uma margem de decisão no interior das relações de interdependência que compunham as figurações, sendo que suas decisões particulares estavam diretamente conectadas às vidas de outras pessoas.

Decidir significava pôr em ação o jogo social, pois quando os moradores deparavam-se com um recém-nascido enjeitado na soleira de suas portas, ou mesmo deixado no terreno de suas casas, podiam decidir não recolher o pequeno desvalido. Porém, o *habitus* do homem católico ocidental, somado às experiências daqueles indivíduos com outros abandonos, forçavam inconscientemente aquelas pessoas a recolherem, batizarem e cuidarem dos recém-nascidos enjeitados.

Nem todos os dias havia abandono de recém-nascidos na freguesia, diferentemente de grandes figurações como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Buenos Aires, Cidade do México, Lisboa e Madri, onde a Roda dos expostos girava diariamente. Porém, quando o enjeitamento acontecia, o ato tinha uma função, uma acepção para indivíduos e grupos sociais; sempre que necessário, os indivíduos,

⁶³³ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 31v.

⁶³⁴ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 36.

tanto do nível superior quanto do nível inferior da figuração social, articulavam-se entre si, compondo redes informais de assistência.

Em alguns momentos constituíam-se redes de socorrimento simples que envolviam poucas pessoas, ao passo que em outras situações se elaboravam redes mais complexas envolvendo mais indivíduos, pessoas livres e escravas, já que a função do abandono na freguesia era salvaguardar a vida do enjeitado; os indivíduos em sociedade davam resposta positiva ao fenômeno, recolhendo, batizando, possibilitando a sobrevivência e encaminhando para a vida quando possível. Porém, nem todos os enjeitados chegavam à idade produtiva e reprodutiva.

4.3 A morte e os expostos

Desde longa data, os indivíduos convencionaram denominar de morte o fim da existência física. No mundo católico ocidental, desenvolveu-se um caráter de fantasia coletiva, ou mesmo de crença, entre todas as pessoas de que, após a morte, inumação e decomposição do corpo, haveria outra vida no além-sepultura, que poderia ser de paz ou tormento. Tudo que tem vida morre, no entanto, os homens são os únicos seres vivos que têm plena consciência da finitude da própria existência, tornando a morte um problema para os vivos, já que morrer não constitui problema algum para os mortos.⁶³⁵

Como vimos, o abandono de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal não foi considerado um problema pelo Senado da Câmara ou pelos padres visitantes da Sé de Olinda, que passavam em revista a jurisdição eclesiástica, examinando a conduta dos fregueses e párocos locais. Mas com certeza a morte de alguns pequenos enjeitados naquela formação social representou um problema específico para aqueles que os recolheram e se envolveram na tessitura das redes informais de assistência.

Quando o fenômeno da morte consumia a vida de uma criança exposta, com poucos dias, meses ou anos de existência, gerava gastos financeiros para os adultos envolvidos na criação. Era necessário pagar a mortalha, custear a encomendação do corpo e a pequena sepultura na igreja matriz ou em alguma das

⁶³⁵ ELIAS, Norbert. *op. cit.*, 2001. p. 7-77; ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Trad. Luiza Ribeiro. São Paulo: UNESP, 2014. p. 6.

capelas anexas, a não ser que o responsável pelo enterro fosse extremamente pobre e solicitasse o sepultamento do exposto *pelo amor de Deus*; ainda assim, mesmo que o criador recolhesse esmolas para custear a inumação do pequeno corpo, aquilo geraria gastos para outros moradores da freguesia. Considera-se ainda um possível custo emocional, caso os moradores do domicílio receptor tivessem gestado laços de amor com o enjeitado agora morto.

É de fundamental importância apontar que foi recorrente naquela figuração o enterro de recém-nascidos ilegítimos, filhos de mulheres solteiras, com ajuda de esmolas. Tal situação também revela os laços de interdependência entre os indivíduos, pois um pequeno corpo necessitava ser enterrado, e todo e qualquer indivíduo naquelas sociedades católicas também precisava praticar a caridade, neste caso, concedendo esmolas para o enterramento dos filhos de mulheres provavelmente pobres.

Apresento os casos das moradoras Joana de Tal⁶³⁶, Escolástica Maria⁶³⁷ e Antonia de Tal⁶³⁸, todas solteiras. Joana mandou sepultar seu filho José, que tinha apenas dois dias de vida, com a ajuda de esmolas dadas pelos moradores da freguesia. Tal ação de caridade se repetiu em função do enterro dos pequenos Joaquim e Pedro, nascidos de Escolástica e Antonia, respectivamente. Também com ajuda de esmolas foram enterrados Manoel, com 12 dias de vida⁶³⁹, Maria, com cinco anos de idade⁶⁴⁰, Pedro, também com apenas 12 dias de vida⁶⁴¹, Damiana, com dois dias de nascida⁶⁴², Cosme, com um ano de idade⁶⁴³, Antonia, com seis dias de vida⁶⁴⁴, e, por último, outra pequena Maria, com seis meses de nascida⁶⁴⁵. Todos eram filhos de mulheres declaradamente solteiras.

Não há sinais, evidências ou pistas de que os homens-bons da Cidade do Natal deliberaram sobre recursos a serem direcionados ao socorrimento dos expostos; pode-se supor que menor ainda seria a possibilidade de que a Câmara destinasse recursos aos funerais dos enjeitados. Neste ponto Natal difere do que

⁶³⁶ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 31.

⁶³⁷ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 47v.

⁶³⁸ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 58.

⁶³⁹ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 50v.

⁶⁴⁰ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 56v.

⁶⁴¹ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 58.

⁶⁴² ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 61.

⁶⁴³ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 61.

⁶⁴⁴ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 61.

⁶⁴⁵ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 61v.

aconteciam em contextos mais amplos, em figurações do centro-sul da América portuguesa onde os camaristas passaram a colaborar com os sepultamentos. Veja-se o caso de Vila Rica, onde inicialmente a Câmara

[...] não pagava as mortalhas dos inocentes; recaíam também sobre os criadores a encomendação e o enterro. Quando, em julho de 1769, Vicente Moreira de Oliveira pediu pagamento pela criação de Veloziano, esclareceu que “consta comprar o suplicante a mortalha para ser envolto o dito enjeitado, importa uma oitava e um cruzado”. A Câmara deferiu somente o estipêndio combinado e alegou que “é justo que se lhe satisfaça pelos bens desta Câmara menos as despesas que refere fez com a morte do exposto”. Contudo, em 1801, a Câmara já arcava com as encomendações dos enjeitados, como atesta uma lista de enjeitados falecidos que o vigário de Antônio Dias, João Antônio Pinto Moreira, enviou, solicitando a “pouquidade que de justiça a mim se deve praticar”.⁶⁴⁶

Talvez o que se percebe em Vila Rica, em fins do século XVIII, seja uma mudança na sensibilidade dos agentes da Câmara perante a morte dos expostos. Já a Câmara da vila de Porto Alegre custeava o sepultamento dos pequenos desvalidos a contragosto da corregedoria:

Proveu que não fizessem a menor despesa com os enterros dos enjeitados porquanto tinham precisa obrigação os Reverendos Párcos das freguesias, mandá-los sepultar sem estipêndio algum, quando é certo que mesmo Párcos percebem ordenados de sua Majestade ou as cômruas que lhe fazem os povos, nem podem servir de fundamento, serem as criações desses miseráveis feitas pelos bens do Conselho, porque a alta clemência dos nossos soberanos nada mais se estende que à despesa de suas criações, o contrário pagariam eles, oficiais, pelos bens.⁶⁴⁷

Era função das Câmaras em qualquer parte do império Português criar os expostos, porém não sepultá-los. Tal situação deflagrou um conflito entre o vigário da vila de Porto Alegre e os membros da Câmara; no início do século XIX, o padre cobraria do Conselho os valores dos enterramentos, recusando-se ainda a enterrar mais enjeitados sem o devido pagamento.⁶⁴⁸

⁶⁴⁶ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 200-201.

⁶⁴⁷ AHPAMV. Termo de vereança, 05/06/1799. Apud SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 75.

⁶⁴⁸ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 75-76.

Sem dúvida, a morte era uma ameaça constante para as crianças na freguesia da Cidade do Natal. Vários expostos não lhe escaparam, como Lina e Lino, anteriormente estudados. Este foi também o caso de Maria, exposta em casa de João Batista Dias: a menina foi encontrada por Eva, uma preta pertencente a João Luís Pereira, aos 23 de novembro de 1763. A pequena foi batizada na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação em 5 de dezembro do mesmo ano; foram padrinhos o seu receptor, João Batista Dias, e Inácia Pereira, filha de João Luís Pereira.⁶⁴⁹

Posto em ação o jogo social do abandono, estabelecia-se a rede informal de assistência, inerente às relações de dependência recíproca existentes na freguesia. Mas nem sempre tal assistência garantia a sobrevivência do exposto, pois Maria faleceu antes de completar dois anos. A menina foi sepultada na mesma igreja de seu batismo, no final do mês de agosto de 1765, envolta em uma mortalha de tafetá azul.⁶⁵⁰

Outros expostos que não resistiram foram José, João e Manuel, que faleceram com sete meses, nove dias e dois dias de vida, respectivamente. O pequeno José morreu na data de 13 de maio de 1784, havendo sido deixado na casa do mestre Agostinho da Silva, que, realizando um último ato de caridade para com aquele enjeitado, sepultou-o na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá.⁶⁵¹ João tinha sido abandonado em um domicílio próximo de um rio, em casa da viúva Teresa Josefa de Jesus, que o enterrou na capela de São Gonçalo aos 25 de abril de 1802.⁶⁵² Possivelmente a viúva arcou com todas as despesas do sepultamento. Manuel não viveu mais que 48 horas. No dia 16 de janeiro de 1803, o enjeitado foi enterrado também na capela de São Gonçalo, sendo os gastos do sepultamento provavelmente pagos por seu receptor José da Costa de Veras.⁶⁵³

Entre os anos de 1760 e 1835 foram arrolados 2.240 sepultamentos de indivíduos livres e forros na freguesia da Cidade do Natal, contagem esta realizada a partir dos assentos de óbito que chegaram até nós. As inumações ocorreram na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação e nas capelas anexas, contando-

⁶⁴⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1763-1765, f. 5v.

⁶⁵⁰ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1762-1765, f. 1v.

⁶⁵¹ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1780-1784, f. 44.

⁶⁵² ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 20v.

⁶⁵³ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1788-1802, f. 24v.

se 1.057 enterramentos de homens e mulheres adultos⁶⁵⁴ e 1.183 de crianças, sendo 52 destas expostas. Apesar do número de enterros de infantes ter sido um pouco maior que o dos adultos, pode-se supor que tal cifra tenha sido ainda maior, considerando a alta mortalidade infantil do período. Na Península ibérica, no século XVIII, figurou-se o seguinte quadro:

Na Espanha setecentista, a cidade de Oviedo estava entre os mais baixos índices, que entre 1785 e 1789, foi de 432 por mil; por sua vez, os números de Santiago de Compostela aumentavam em quase 100%, ou seja, de cada mil crianças nascidas, 845 faleceram, entre os anos de 1767 e 1771. Em Florença, 77% das crianças faleceram no período de 1700 a 1702; esse número subiu para 90% entre 1792-1794; os percentuais também eram altos na França, Rouen, entre 1782-1789, a mortalidade recaía sobre 86% dos nascidos. Em Portugal, os números não são tão assustadores quanto aqueles encontrados em algumas cidades européias, porém, trata-se, igualmente, altos índices de mortalidade. No Porto, as taxas calculadas para o século XVIII não excederam os 63%; em Évora (1724-1780), não ultrapassaram os 45%. Para Santarém (1691-1710), 44,7% das crianças abandonadas morreram durante o primeiro ano de vida, e esse percentual subia para 54,7% quando se levava em conta os sete da criação; em Ponte de Lima, os valores ficaram em torno dos 60% nos decênios calculados para os séculos XVIII e XIX.⁶⁵⁵

A alta mortalidade de crianças era uma realidade tanto na Europa como na América. Acredito que não somente os documentos de óbito desaparecidos revelariam uma freqüência maior de enterramentos de crianças na freguesia, como também deve-se considerar a possibilidade de alguns sepultamentos clandestinos, fora do espaço do sagrado, em quintais, caminhos e outros rincões. Inumações não registradas, sobretudo por causa dos custos de encomendação do corpo, mortalha e sepultura, mesmo havendo a opção dos enterros com ajuda de esmolas ou pelo amor de Deus. Tal realidade foi identificada na região das Minas, centro-sul da América portuguesa:

Em 20 de agosto de 1782, acharam-se “os ossos de um inocente de um ano, atrás da chácara de João Rodrigues de Abreu. Diziam ser filho da crioula Ana, escrava de Francisco de Souza Rego. Os ossos foram entrados na região das cabeças”, recolhidos e enterrados no adro da matriz do Pilar.⁶⁵⁶

⁶⁵⁴ Entre os adultos havia dois expostos, ambos solteiros.

⁶⁵⁵ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 203.

⁶⁵⁶ *Ibid.*, p. 202.

Quanto aos 52 expostos sepultados na freguesia da Cidade do Natal no período examinado, somente de cinco foi possível encontrar referências nos registros de batismo; lembremos que alguns pequenos desafortunados podem ter sido batizados em casa, em função das péssimas condições de saúde com que chegavam aos domicílios receptores; como já aventado, há também a possibilidade do extravio dos documentos ao longo do tempo.

Considerando que foram identificados 157 expostos nos documentos de batismo, pode-se visualizar por proporção uma mortalidade relativamente alta entre eles. Fosse em figurações pequenas, onde os laços de interdependência eram diretos, ou em figurações de grandes proporções, em que as relações de dependência recíproca eram indiretas, a mortalidade dos expostos era alta, tanto na América ibérica quanto na Europa. Segundo Marcílio, estima-se que apenas 20% ou 30% dos recém-nascidos que eram postos nas Rodas dos enjeitados chegavam à idade reprodutiva, no contexto amplo da América portuguesa e Império do Brasil.⁶⁵⁷

Como dito, em diferentes formações sociais a morte dos expostos, principalmente onde havia Roda dos enjeitados, representou um verdadeiro desastre. Na vila de Santo Antonio do Recife, entre os anos de 1790 e 1800, a morte dos pequenos desvalidos na instituição de recolhimento esteve em torno de 70% a 80%; lá não se salvava vidas, mas talvez até se acelerasse a morte dos recém-nascidos.⁶⁵⁸

Em São Salvador da Bahia, entre meados do século XVIII e final do XIX, a mortalidade dos enjeitados não esteve abaixo de 45%⁶⁵⁹; em 1831, na Casa dos expostos de São Sebastião do Rio de Janeiro, a morte causou um massacre entre os expostos, chegando ao nível de 932 por mil⁶⁶⁰; em Campos dos Goitacases, capitania do Rio de Janeiro, entre os anos de 1754 e 1796 a morte dos expostos foi taxada em 38%.⁶⁶¹ Ainda no centro-sul da América de Portugal, em Vila Rica, entre os anos de 1763 e 1769 foi arrolado um índice de mortalidade de expostos de 62,8%.⁶⁶²

⁶⁵⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. **op. cit.**, 2001. p. 37.

⁶⁵⁸ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 138. Ver também NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O “espetáculo” da morte de crianças e a casa dos Expostos no Recife colonial. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças** – De Portugal ao Brasil: século XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 266.

⁶⁵⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **op. cit.**, 1998. p. 238.

⁶⁶⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 109-110.

⁶⁶¹ FARIA, Sheila de Castro. **op. cit.**, 1998. p. 84.

⁶⁶² FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 204.

No sul da América lusa, a mortandade dos recém-nascidos abandonados também foi regularidade: 25% foi o percentual de mortalidade no período entre 1770 e 1790 na vila de Curitiba.⁶⁶³ Na vila de Desterro,

A mortalidade dos expostos era bastante elevada. Dos 367 registros de entrada na Casa dos Expostos desde 1828 até 1840, faleceram 223, o que corresponde a 61% do total. A maior parte dos óbitos ocorria antes de as crianças completarem um ano de idade, somando 193, ou seja, 52% das crianças entradas na Casa, equivalendo a 86% dos óbitos de expostos no período analisado.⁶⁶⁴

Na vila de Porto Alegre, entre os anos de 1801 e 1835, ocorreu o enjeitamento de 635 crianças, das quais morreram 358, correspondendo a um índice de 36,1%.⁶⁶⁵ Para além dos limites da América portuguesa, em Buenos Aires, no intervalo entre 1779 e 1823 a mortalidade na *Inclusa* foi superior a 60%⁶⁶⁶; no período entre 1673 e 1757, nas ilhas hispânicas da costa da África,

De los 86 niños que tenemos constancia a través de los libros de registro que regresaron a la Casa Cuna de Santa Cruz de La Palma, 33 fallecieron en la institución a los pocos días o meses, representando el 38,3 por 100 del total de incluseros. De la suerte del resto de los niños entregados no se vuelven a realizar anotaciones en los libros del Hospital.⁶⁶⁷

Nas terras da Península, tal como em outras figurações específicas do mundo luso-hispânico, a morte de crianças recém-nascidas expostas também esteve nas alturas. Na cidade do Porto, entre os anos de 1700 e 1720, a mortalidade dos enjeitados atingiu um nível de 60%⁶⁶⁸; em Granada, no Reino de Castela, entre 1771 e 1780 o índice de mortalidade entre *niños expósitos* foi de 66,8%⁶⁶⁹. Em suma, como afirmou Venâncio, a história do abandono de recém-nascidos foi uma história da morte; segundo o historiador, os expostos na América portuguesa morriam em

⁶⁶³ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 99.

⁶⁶⁴ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **op. cit.**, 1990. p. 176.

⁶⁶⁵ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 134.

⁶⁶⁶ MORENO, José Luis. **op. cit.**, 2000. p. 674.

⁶⁶⁷ ANDRÉS, Pedro Quintana; CABRERA, Manuel Lobo. **op. cit.**, 2013. p. 878.

⁶⁶⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 167.

⁶⁶⁹ CAPILLA, Manuel Vallecillo; ROS, Guillermo Olagüe de. Política demográfica y realidad social en la España del siglo XVIII: la asistencia al niño expósito en Granada (1753-1808). **Acta Hispanica ad Medicinæ Scientiarumque Historiam Illustrandam**. v. 2, p. 211-240, 1982. p. 239.

maior proporção que os filhos dos escravos, na passagem do século XVIII para o XIX.⁶⁷⁰

Normalmente os expostos eram postos nas Rodas ou *tornos* com a saúde relativamente frágil, quando não já mortos, para terem um enterro digno. Acredita-se que estes altos índices de mortalidade entre os recém-nascidos, sobretudo os deixados nas Rodas dos Expostos, esteja associado à alimentação artificial, isso na primeira metade do século XIX.

As crianças eram alimentadas com pão molhado, mel misturado com água ou, então, sugavam leite em trapos ou boneca de pano. Em nenhum momento, as deliberações administrativas ou os conselhos médicos alertavam para a necessidade de o leite ser fervido ou de higiene com o material empregado. Tanto na residência das criadeiras quanto nos hospitais, a amamentação artificial comprometia a saúde frágil dos abandonados.⁶⁷¹

Nos séculos XVIII e XIX, os recém-nascidos enfrentavam uma verdadeira batalha pela vida nos primeiros anos de existência. Havia inúmeras ameaças,

[...] como mau trato do cordão umbilical, mal de sete dias, vestuários impróprios, alimentação inadequada, sarna, bexiga, sarampo, lombriga, hepatite, gastroenterite.⁶⁷²

Na Capitania do Rio Grande do Norte, dos 52 expostos da freguesia da Cidade do Natal de que se teve acesso aos documentos de óbito, 37 morreram antes de completar um ano de idade. Apenas sete enjeitados faleceram com pouco mais de um ano, e em oito registros os padres não fizeram referência à idade dos abandonados. No entanto, arrolou-se um caso de um exposto que morreu de moléstia desconhecida com 10 anos e seis meses, já na idade da razão; o menino, que atendia por Francisco, era branco e foi abandonado em casa de Marcolino Vieira; Francisco faleceu na data de 31 de agosto de 1799, sendo sepultado no corredor da igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação.⁶⁷³

⁶⁷⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 99-119.

⁶⁷¹ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 109.

⁶⁷² FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 205.

⁶⁷³ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 52.

Situação similar à da freguesia da Cidade do Natal verificou-se na vila de Porto Alegre, entre os anos de 1801 e 1835.

Das crianças expostas nesse período, 54% morreram antes mesmo de completar seu primeiro ano de idade, e 18% antes de completarem seus dois anos de idade, ou seja, quase 70% do total dos enjeitados mortos não sobreviveram aos dois primeiros anos de vida.⁶⁷⁴

Na Natal colonial foram raras as vezes em que os padres anotaram nos assentos de óbito a causa da morte dos expostos, supostamente porque tal informação não era comunicada aos párocos pelos receptores-criadores, sobretudo porque os encarregados de cuidar dos enjeitados não conseguiam, muitas vezes, identificar a *causa mortis* dos pequenos desafortunados. Mesmo quando os criadores informavam a provável *causa mortis*, o que era anotado como causa do falecimento não passava de sintomas que poderiam indicar várias doenças.⁶⁷⁵

Foram detectados apenas três assentos em que os padres registraram o que possivelmente causou a morte dos pequenos. Assim foi com Gregório, de pele parda, exposto em casa do provedor da Fazenda Real Antônio Carneiro de Albuquerque Gondim, que morreu aos 30 de junho de 1798, sendo sepultado na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em um hábito azul; o sacerdote que elaborou o assento de óbito apontou o hidrópico como causa da morte. A hidropisia era um problema de saúde causado pela má circulação do sangue, pela pouca capacidade do coração de bombear, tendo por consequência a formação de edemas.⁶⁷⁶

A possível insuficiência cardíaca e os inchaços pelo corpo também vitimaram o receptor do pequeno Gregório, quase dez meses depois.

Aos vinte e três de abril de mil setecentos e noventa e nove faleceu da vida presente com todos os sacramentos Antônio Carneiro de Albuquerque Gondim com idade de oitenta anos pouco mais ou menos casado com Dona Maria da Apresentação de hidropisia. Foi sepultado nesta matriz envolto em habito dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, depois de ser encomendado solenemente por mim, com a presença de todos os sacerdotes

⁶⁷⁴ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 135.

⁶⁷⁵ ARAÚJO, Cíntia Ferreira. Os frutos enjeitados: o abandono de crianças na Mariana Oitocentista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças** – De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 187-191.

⁶⁷⁶ *Ibid.*, p. 190.

desta freguesia. E para constar fiz este termo e assinei. Feliciano José Dorneles / Vigário Colado.⁶⁷⁷

Antônio, branco, exposto em casa do Capitão Manuel Alves Correia, morreu aos 16 de agosto de 1798, com apenas quinze dias de vida, sendo enterrado na capela da Utinga, envolto em uma mortalha encarnada; o padre que registrou a morte do pequeno abandonado declarou que Antônio tinha morrido de espasmo.⁶⁷⁸ As convulsões que supostamente mataram Antônio poderiam ter várias origens, de fundo nervoso, contrações musculares ou mesmo um choro tão intenso que o recém-nascido pode ter parado de respirar, morrendo por asfixia.⁶⁷⁹

Outro caso de morte com a provável causa declarada foi o de Joaquina, abandonada em casa de Elena do Coito. A menina, de dois meses de idade, faleceu de uma febre aos 28 de julho de 1803, sendo inumada no solo da capela de São Gonçalo, em uma roupa mortuária encarnada.⁶⁸⁰ Apesar de haver a indicação da *causa mortis* da enjeitada Joaquina, a expressão *uma febre* não explica muita coisa, pois a febre poderia ser o sintoma de algum tipo de infecção, que poderia ter sido desde respiratória até intestinal, passando por muitos outros problemas de saúde.

Foi arrolado também o caso de José, branco, exposto em casa de Rita Maria dos Santos; José faleceu com 8 dias de vida, aos 6 de janeiro de 1797, sendo enterrado na capela do Senhor Bom Jesus das Dores. Este é um dos muitos falecimentos de expostos em que o padre não declarou o motivo da morte; no entanto, pode-se conjecturar que o pequeno José pode ter sido vítima do mal-de-sete-dias (tétano) ou de uma, infecção pós-parto, já que ele resistiu poucos dias. Similarmente, identificou-se a morte de Maria, abandonada no domicílio de Joaquim José Pereira; possivelmente vitimada por uma infecção pós-parto, Maria faleceu na data de 28 de março de 1797, com apenas cinco dias de vida, sendo sepultada na igreja de Santo Antonio dos Soldados.

Pode-se supor que vários enjeitados morreram vítimas de infecções respiratórias, causadas pelo clima quente e fungos tropicais, ou de infecções intestinais provocadas por alimentação inadequada.

⁶⁷⁷ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 48.

⁶⁷⁸ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 44v.

⁶⁷⁹ MELO, Sara; CHORÃO, Rui. Espasmos de choro: problema de comportamento? **Nascer e crescer – Revista do hospital de crianças Maria Pia**. v. XIX, n. 1, p. 20-24, 2010. Disponível em: < <http://repositorio.chporto.pt/bitstream/10400.16/671/1/v19n1artRev.pdf> > Acesso em: 08 jan. 2016.

⁶⁸⁰ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1795-1845, f. s/n.

Sobre esta questão, Sergio Odilon Nadalin é bastante enfático:

[...] De fato, a mortalidade infantil e mesmo juvenil é, no geral, relativamente maior no verão do que no inverno. [...] A saúde das crianças amamentadas sofria então uma dupla ameaça, pela alteração do leite da mãe em função de longas jornadas de trabalho ao sol, ou pela diminuição da vigilância, inclusive em relação às crianças mais velhas. Aumentavam, pois, os riscos de acidentes, de infecções, de abusos na ingestão de frutos muito verdes ou muito maduros, resultando em problemas gastrointestinais.⁶⁸¹

Na freguesia da Cidade do Natal não foram encontrados casos de acidentes com recém-nascidos. No entanto, foi possível identificar situações como a da pequena parda Teresa, filha de Leandro Cardoso e Josefa Maria, que morreu aos 30 de junho de 1798, de comer terra.⁶⁸² Semelhante situação se repetiu em 2 de julho do mesmo ano com Luísa, negra forra de apenas três anos de idade, filha de Nicomedio de Oliveira e Candida Teixeira.⁶⁸³ De problemas possivelmente intestinais, apresentando febre e vômito, morreu com apenas doze meses de vida Joaquim, menino branco, filho de Agostinho Rodrigues e Josefa Maria, na data de 12 de setembro de 1798.⁶⁸⁴

Nas terras da freguesia houve casos de domicílios nos quais a morte trouxe a vida de duas crianças no mesmo ano. Foi assim com as filhas de Vitoriano José: uma faleceu na data de 12 de abril de 1793,⁶⁸⁵ a outra aos 4 de outubro.⁶⁸⁶ Assim também ocorreu com os filhos de Manoel Araujo Correia, Dionicio, que morreu com idade de quatro anos, aos 28 de julho de 1789,⁶⁸⁷ seguido de sua irmã Eugenia, um pouco mais jovem, com apenas três anos de idade, na data de 28 de setembro.⁶⁸⁸ Salienta-se que, assim como no caso dos expostos, o padre que escreveu os documentos de enterramento não declarou as causas das mortes.

Na jurisdição eclesiástica da Cidade do Natal, entre os anos de 1760 e 1835, os sepultamentos seguiram o padrão comum do mundo católico ocidental. O padrão era denominado de *ad sanctos apud ecclesiam*, ou seja, perto dos santos e dentro

⁶⁸¹ NADALIN, Sergio Odilon. **op. cit.**, 2004. p. 112.

⁶⁸² ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 43.

⁶⁸³ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 43v.

⁶⁸⁴ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1788-1802, f. 45.

⁶⁸⁵ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1792-1793, f. 16.

⁶⁸⁶ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1792-1793, f. 16.

⁶⁸⁷ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1784-1791, f. 23v.

⁶⁸⁸ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1784-1791, f. 48.

da igreja⁶⁸⁹; na ampla figuração social da América ibérica, as igrejas e capelas tinham seus espaços internos hierarquizados, espaços estes que eram também utilizados como morada dos mortos. Os templos eram divididos em corpo da igreja e o altar-mor, onde estavam os santos; havia também o adro, solo ao redor das igrejas também destinado aos enterramentos - uma espécie de *perto dos santos, mas fora da igreja*. O adro era o local de sepultamento dos muito pobres e de escravos que não podiam pagar pelo funeral.⁶⁹⁰

Ocorria uma reprodução da hierarquia que existia no mundo dos vivos no espaço da morte, tanto em Natal quanto em qualquer outra figuração do mundo ibérico.⁶⁹¹ Ser enterrado perto dos santos no altar-mor custava mais caro, sendo privilégio de alguns indivíduos posicionados no nível superior da sociedade. Já o corpo da igreja era destinado a homens pertencentes ao nível inferior da figuração, espaço onde para ser enterrado se pagava menos, mas ainda mais do que no adro.⁶⁹² Tal como a *causa mortis* dos expostos, o lugar específico de seu sepultamento também não era declarado pelos padres, quando elaboravam os assentos de óbito.

Todavia, um enterramento destacou-se entre os sepultamentos dos enjeitados: foi o de Alexandre, exposto em casa de Felix Ferreira, falecido aos 20 de setembro de 1785, com um ano de idade: foi sepultado no solo da capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiaí, envolto em hábito de cetim carmesim. O padre redator do documento especifica que o abandonado foi enterrado “[...] do arco para cima [...]”; Alexandre foi enterrado pelo receptor na melhor forma *ad sanctos apud ecclesiam*; o pequeno desafortunado teve sua última morada em um espaço prestigiado e caro.⁶⁹³ Acredito que a atitude do criador de Alexandre, de sepultá-lo no altar-mor, revela indícios de uma mudança de sensibilidade para com a criança e para com o exposto. Talvez já houvesse vínculos afetivos entre o enjeitado e seus criadores, lembrando que o lugar de enterramento também era um símbolo de

⁶⁸⁹ RODRIGUES, Cláudia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 164.

⁶⁹⁰ Na freguesia em questão havia, na segunda metade do século XVIII, o cemitério da Pedra do Navio, autorizado pelo Bispo de Olinda, pois estava localizado em uma região muito distante da igreja matriz e de suas capelas anexas. Cf. AIMNSA / PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO, 1725-1890.

⁶⁹¹ HUAMÁN, Richard Chuhue. **op. cit.**, 2014. p. 113-121.

⁶⁹² REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 171-202.

⁶⁹³ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1784-1791, f. 5v.

distinção, indicando que o receptor de Alexandre estava posicionado no nível superior daquela sociedade.

Por outro lado, o caso de Caetana, deixada em casa de Braz da Rocha, representa a localização habitual onde acredito que normalmente as crianças falecidas eram enterradas. A exposta faleceu com seis meses de vida, na data de 19 de fevereiro de 1789, sendo sepultada na capela de São Gonçalo, envolta em um pano branco, “[...] do arco para baixo [...]”; ou seja, foi inumada em algum ponto do corpo da igreja, já bem mais afastada dos santos.⁶⁹⁴

As mortalhas das crianças expostas seguiam o mesmo padrão de cores das roupas mortuárias das demais crianças; predominavam entre os enjeitados as cores branca, azul, vermelha, preta e roxa. A cor branca fazia referência ao Santo Sudário e à pureza da alma do pequenino; o azul estava relacionado ao manto de Nossa Senhora, que recebia as crianças no céu; o vermelho era uma menção ao Santíssimo; o preto e o roxo, tonalidades fortes e tristes, estavam ligados à morte e ao luto.⁶⁹⁵ Em outras figurações da América portuguesa, como o Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, já havia sinais de mudança quanto à forma de vestir os pequenos defuntos: houve casos de crianças enterradas vestidas com a armadura e capacete de São Miguel Arcanjo, ou em hábitos de religiosos.⁶⁹⁶

Outra recorrência nos assentos de óbito dos expostos da freguesia da Cidade do Natal foi o local do enjeitamento. Dessa forma, foi possível observar que todos os enjeitados presentes nos assentos de óbito constituíram abandonos em domicílio, confirmando o padrão seguido pelos indivíduos da freguesia.

Como já foi demonstrado, a freguesia da cidade do Natal era uma sociedade composta de indivíduos dependentes entre si, tal como todas as outras formações sociais da América ibérica, do mundo católico ocidental e além. A diminuta proporção da figuração da freguesia, onde os laços de dependência mútua eram diretos e as relações entre as pessoas eram vis-à-vis, não significava que o quadro do todo relacional fosse simples: aqueles indivíduos, além de viverem suas relações de tributação recíproca, também estavam interligados às instituições; por exemplo, todos dependiam do Senado da Câmara para resolver os problemas da vida

⁶⁹⁴ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única. Maço de 1784-1791, f. 12.

⁶⁹⁵ RODRIGUES, Cláudia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. **op. cit.**, 2011. p. 164.

⁶⁹⁶ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2. p. 110-112.

cotidiana, enquanto a Câmara necessitava da população para a arrecadação dos impostos.

Por conseguinte, o todo relacional também estava conectado de forma interdependente à Igreja católica. O saber socialmente construído e adquirido no percurso de vida das pessoas a partir da religião pressionava os indivíduos a praticarem a caridade; reciprocamente, receberiam a absolvição dos pecados. A interdependência entre os moradores da freguesia, tal como em outras figurações do mundo ibérico, transcendia o mundo das coisas físicas, pois os vivos dependiam dos mortos que, por sua vez, também eram seus dependentes.

Tal entrelaçamento entre vivos e mortos pode ser examinado nas aberturas dos testamentos do século XVIII e primeira metade do XIX, em que os vivos, envolvidos por uma fantasia coletiva elaborada pela religião católica, acreditavam na existência de uma vida além da sepultura, onde as almas necessitavam de orações e missas para saírem do Purgatório e atingirem a salvação plena, podendo mesmo intervir no cotidiano dos vivos.⁶⁹⁷

Ao mesmo tempo, os vivos, em uma ilusão inconsciente, acreditavam e esperavam que os mortos fossem seus advogados perante a Corte celestial; isso explica as muitas missas pagas à Igreja e legadas pelos moribundos em seus testamentos em intenção das almas de parentes, amigos e das milhares de almas que sofriam no Purgatório.⁶⁹⁸

Deixar missas pagas para as almas dos outros foi uma prática ligada aos atos do *bem morrer*, algo que era apreendido no dia-a-dia, assim como ensinado, integrando os vários saberes socialmente adquiridos pelo homem católico ocidental.⁶⁹⁹ Em 1769, o governo pombalino criou medidas para intervir e tentar mudar os costumes relativos à prática de legar grandes somas às almas, buscando conter as pulsões dos moribundos e suas ansiedades pela própria salvação.⁷⁰⁰ Na busca de controlar os exageros no momento de legar missas à própria alma e às

⁶⁹⁷ ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 167.

⁶⁹⁸ Sobre esta relação de dependência mútua entre vivos e mortos, ver as aberturas de testamentos nos Anexos.

⁶⁹⁹ RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro – séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 31-59.

⁷⁰⁰ SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.); SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Nova história da expansão portuguesa**: o império luso-brasileiro. Lisboa: Estampa, 1986. v. 8. p. 545.

almas dos outros, a Coroa portuguesa procurava proteger os herdeiros de carne e osso.

Porém, fosse na freguesia da Cidade do Natal, entre os séculos XVIII e XIX, ou em qualquer outra figuração da América ibérica, as pequenas almas não escapavam de engrossar as fileiras de intercessores no mundo dos mortos.⁷⁰¹ Na economia psíquica daqueles indivíduos, os pequenos mortos, inclusive os expostos, se convertiam em anjinhos.

Segundo Venâncio, transformar os pequenos defuntos em anjinhos foi estratégia da Igreja, uma maneira que os padres tiveram para consolar muitos pais e mães que perdiam seus filhos na tenra idade; vários pregadores católicos afirmavam, com base nas Escrituras, que das crianças era o reino de Deus⁷⁰²: “[...] morrer ainda muito jovem, desde que com o batismo, significava aumentar a quantidade de anjinhos. Era o caminho da salvação. Deus proporcionou seu nascimento, fazendo o mesmo com sua morte”.⁷⁰³

Ao longo dos anos, o imaginário elaborado pela Igreja de que recém-nascidos ou crianças, quando morriam, convertiam-se em anjinhos, tornou-se não apenas uma fantasia coletiva, fazendo parte da imaginação de homens e mulheres, mas passou a compor a redação dos assentos de óbito, e se enraizou na estrutura da personalidade daqueles indivíduos.

Assim, lê-se: “aos quatorze de agosto de mil oitocentos e quatro, faleceu um anjo filho digo sepultado um anjo exposto em casa de Gabriel morador na beira do rio [...]”⁷⁰⁴; menos de dois meses depois, outro enjeitado falecido é qualificado em seu assento de enterramento como um ser celestial; “aos cinco de outubro de mil oitocentos e quatro, sepultado nesta capela de São Gonçalo um anjo exposto em casa de Francisca Antonia moradora no Uruaçu [...]”.⁷⁰⁵ Quando novos termos

⁷⁰¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Anúbis e outros ensaios**: mitologia e folclore. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE / Achiamé; Natal: UFRN, 1983. p. 24.

⁷⁰² VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 102. Ver também **BÍBLIA DE JERUSALÉM**. GORGULHO, Gilberto da Silva; STORNILO, Ivo; ANDERSON, Ana Flora (Coord.). Trad. Euclides Martins Balancin et al. São Paulo: Paulus, 2002. Novo Testamento, Evangelho segundo São Mateus, capítulo 19, versículo 14.

⁷⁰³ FÁRIA, Sheila de Castro. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 81.

⁷⁰⁴ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1795-1845, f. s/n.

⁷⁰⁵ ACMAN, Assento de óbito, Cx. única, Maço de 1795-1845, f. s/n.

surgiam, era sinal de que os aspectos psicogenéticos estavam em perceptível transformação.⁷⁰⁶

Em um primeiro momento da prática do abandono, os genitores supostamente desconhecidos e os expostos dependiam dos receptores para recolher, batizar e acolher, elaborando para isso as redes informais de assistência. Os receptores dependiam também dos abandonadores e dos expostos para praticarem uma ação pública de caridade. Quando os enjeitados não resistiam e morriam com pouca idade, eram os acolhedores que passavam a depender dos pequenos anjos, que convertiam-se em intercessores no mundo do Além. Talvez inconscientemente essa dependência que transcendia o mundo físico, fundada em uma fantasia coletiva sobre a morte de crianças, amenizasse os custos materiais com o enterro do pequeno abandonado.

Enfim, a experiência do abandono de crianças recém-nascidas na freguesia da Cidade do Natal não passou pelo Senado da Câmara. Todavia, passou por diversos indivíduos que compuseram a governança em determinados momentos de suas vidas, já que vários homens-bons atuaram como receptores ou padrinhos de enjeitados. Por conseguinte, aqueles indivíduos, conectados uns aos outros, compuseram uma rede de interdependência direta, estabelecendo as ações necessárias para o socorrimento e manutenção da vida dos pequenos desafortunados. Quanto à morte dos pequenos expostos, todos os enjeitados registrados nos documentos de enterramento tinham sido deixados em domicílio; quando faleciam em tenra idade, eram transformados em anjinhos, segundo a mentalidade da época, pondo os vivos sob a dependência de suas intercessões na corte celestial. Quando sobreviviam, tinham destinos vários ...

⁷⁰⁶ ELIAS, Norbert. **op. cit.**, 2011. p. 66.

5º CAPÍTULO

OS QUE DRIBLARAM A MORTE: OS EXPOSTOS ADULTOS

5.1 – Os múltiplos destinos

Vários foram os expostos que driblaram a morte nos primeiros anos de vida, superando as muitas dificuldades do processo de criação, sobretudo as múltiplas doenças que impunham quase que um massacre entre os pequenos desvalidos. Deixados em domicílios, em caminhos ermos, ruas escuras e na Roda dos expostos, criados por particulares como agregados, filhos da caridade alheia, ou como filhos de criação de casais impossibilitados de gerarem filhos biológicos, quando não encontrados nas ruas e cuidados por amas que amamentavam e criavam às expensas dos Senados das Câmaras.

Nos grandes centros urbanos coloniais como Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Buenos Aires e Santiago, os recém-nascidos que eram depositados nas Rodas e remetidos às famílias criadeiras, quando atingiam os sete anos de idade deveriam ser devolvidos à instituição de origem, ou as amas podiam permanecer com eles em seus domicílios; isto possibilitou o desaparecimento de muitos indivíduos da documentação, tornando extremamente complicado o trabalho de historiadores que buscaram elaborar a trajetória dos expostos para além do período de criação.

A partir de 1775, as leis portuguesas determinavam que os expostos, ao completarem sete anos, deveriam ser entregues aos cuidados do Juiz de Órfãos, que os encaminharia para um regime de educação e instrução intimamente imbricado com o mundo do trabalho: eram enviados para casas onde seriam imiscuídos nos serviços domésticos, juntamente com os serviçais; seriam os expostos os típicos *criados*. Ou, especificamente no caso dos meninos, eram direcionados para aprenderem ofícios, tornando-se aprendizes de “[...] ferreiros, louceiros, seleiros, entalhadores, latoeiros, pedreiros, pintores, ourives, marceneiros,

e assim por diante”. Tal prática de confiar a educação de expostos a artesãos ia além dos limites do mundo ibérico, sendo um padrão comum na Europa ocidental.⁷⁰⁷

É necessário apontar que aqueles expostos que engrossaram as fileiras do mundo do trabalho na passagem do século XVIII para o XIX nem sempre foram passivos aos possíveis maus-tratos dos seus mestres-orientadores. Nas vastas figurações sociais, onde os laços de interdependência entre os indivíduos eram indiretos, segundo Venâncio, quando aqueles expostos já crescidos tomavam consciência da sua condição de duplamente abandonados, primeiro pelos genitores e depois retirados das casas de suas amas criadeiras, eles não tinham destino certo, passando pelos domicílios de vários mestres e por múltiplas ocupações, deixando evidente que não eram indivíduos dóceis, fáceis de serem disciplinados. Na Bahia foi identificado o caso de Landislau, entre tantos outros:

Em 8 de novembro de 1826, Maria de Nazaré compareceu à Santa Casa baiana para contratar Landislau; três anos mais tarde, o exposto foi transferido à residência de Thomas Pedreira para aprender o ofício de sapateiro. No ano seguinte, o menino, com idade de 10 anos, foi residir no Recolhimento do Santo Nome, onde permaneceu por quatro anos. Em 1834, Landislau foi enviado à residência de Leandro Ramos para trabalhar como criado. No ano de 1835, aos 15 anos, o enjeitado voltou a residir na Santa Casa, para em seguida não ser mais mencionado nos registros.⁷⁰⁸

Expostos pouco disciplinados, como provavelmente foi Landislau, também poderiam ter outros destinos, como as Companhias de Aprendizes de Marinheiro ou Aprendizes do Arsenal da Guerra:

A construção de embarcações exigia a presença de trabalhadores diversos, especializados ou não especializados. Daí instalarem oficinas para os expostos se iniciarem em ofícios de marceneiro, calafate, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão e outros mais. No estaleiro a criança vivia ao lado de presos, escravos e degredados. Sua alimentação era tão fraca, à base quase só de farinha de mandioca, que acabavam definhando e muitas morrendo. No testemunho de um médico do Rio de Janeiro, que observou as crianças do Arsenal da Marinha, a maioria delas “comia terra” e tinha o corpo enfraquecido pelos parasitas intestinais.⁷⁰⁹

⁷⁰⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 149-150. Ver também SÁ, Isabel do Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 63.

⁷⁰⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 152.

⁷⁰⁹ MARCÍLIO, Maria Luiza. **op. cit.**, 2001. p. 76.

Valdez concorda plenamente com Marcílio quanto aos projetos de proteção às crianças desvalidas de sexo masculino, basicamente fundamentados na pedagogia militar: “[...] obedecendo a uma disciplina rígida, os meninos se viam em uma dura rotina de revista, marchas, aulas, oficinas, rezas e de punições, à menor falta cometida.”⁷¹⁰ Na Capitania de Pernambuco, os enjeitados crescidos tinham futuros diferentes conforme a cor de sua pele:

[...] identificamos alguns dispositivos de enquadramento social que figuraram como possibilidade de inserção dos expostos no Recife no início do Dezenove. Para as meninas e meninos de peles mais claras destinava-se uma instrução voltada para formar trabalhadores urbanos e boas mães de família, que era veiculada pelos Colégios dos Órfãos e das Órfãs. Já as meninas e meninos de peles escuras as possibilidades eram menores: trabalhar ou ‘se engajar’ em casas de famílias, oficinas ou nos engenhos. Para todas as meninas, independentemente da cor, almejava-se que casassem e constituíssem famílias honestas, de preferência, entre expostos da mesma cor para evitar a proliferação da mestiçagem; e para os meninos de pele escura, havia ainda a instituição disciplinar, formadora de artesãos e técnicos: o Trem Militar.⁷¹¹

Por outro lado, existiam caminhos considerados mais nobres, na hierarquia social do passado, que poderiam ser seguidos por expostos que chegavam à idade produtiva. Um destes era a carreira eclesiástica.

Se durante a infância eles eram vistos como filhos do pecado, tudo se modificava quando conseguiam ser admitidos nos seminários. O sacerdócio os “purificava” socialmente, além de abrir possibilidades de ascensão social, seja na burocracia eclesiástica, seja na atividade política, como foi comum entre o clero do Império.⁷¹²

Tornar-se padre era uma possibilidade para uma parcela dos expostos; acredito que uma fração mínima, já que era necessário que alguém ou alguma instituição se responsabilizasse pelos gastos do enjeitado enquanto estivesse no seminário. No Rio de Janeiro, entre os anos de 1751 e 1850, houve recorrência na presença de matriculados expostos no convento de Santo Antônio: os enjeitados representavam um número de 18 indivíduos em um universo de 183 inscritos.⁷¹³

⁷¹⁰ VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás**: séculos XVIII e XIX. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 20.

⁷¹¹ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **op. cit.**, 2006. p. 272.

⁷¹² VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 147.

⁷¹³ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 222.

No império espanhol, fosse na Península Ibérica ou na América, os expostos que não tiveram suas pequenas vidas tragadas pela morte precocemente, similarmente aos expostos de Portugal e de seus domínios, também foram encaminhados para uma educação intimamente ligada ao mundo do trabalho. Em Granada, na segunda metade do século XVIII, o Hospital Real tinha uma oficina têxtil que absorvia os serviços dos pequenos enjeitados⁷¹⁴; no Vice-reino do Prata, especificamente em Buenos Aires, entre os anos de 1780 e 1810, os expostos foram utilizados como mão-de-obra na *Real Imprenta de Niños Expósitos*:

En sus tres primeros años de trabajo la imprenta produjo unas 115 obras diferentes para el territorio virreinal, guías para Chile y cartas para Paraguay y Montevideo. Según el historiador Carlos Heras, no fue sino hasta 1783 cuando se imprimieron los primeros almanaques y guías, novenas, devocionarios, trisagios, esquelas de convite, filiaciones y fojas de servicios para las tropas, timbrados para Secretaria del Virreinato, papeles para el correo y la aduana, conclusiones de alumnos del Colegio de San Carlos, papeletas y carteles para las corridas de toros, pleitos, catecismos, cartillas y cartones.⁷¹⁵

Na Nova Espanha, na Cidade do México, os expostos indígenas eram usados como força de trabalho⁷¹⁶; no final do século XVIII, em 1797, a Coroa de Castela decidiu enviar para povoar a província da Alta Califórnia meninos e meninas abandonados na Casa de niños expósitos. Assim, em 1800 partiu do porto de Monterrey um contingente composto por 10 rapazes e 11 senhoritas, com idades que variavam entre 7 e 19 anos; tais indivíduos, uma vez que sobreviveram à primeira infância, deveriam ser úteis na composição e preservação dos domínios do império. Na província da Califórnia, extremo norte da América ibérica, os expostos foram integrados à população: os homens como típica força produtiva e as mulheres como esposas de colonos e soldados.⁷¹⁷

Na América portuguesa, as meninas expostas, em certa medida provavelmente em nome da honra, poderiam ter destino diferente dos trabalhos domésticos em casa de particulares, já bastante criticados desde meados do século

⁷¹⁴ SÁ, Isabel do Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 62.

⁷¹⁵ ARES, Fabio. Real imprenta de niños expósitos: revalorización patrimonial tipográfica del Buenos Aires Virreinal (1780-1810). In: **Boletín de IIB**, v. XIV, n. 1 y 2, primer y segundo semestre de 2009. p. 101-102.

⁷¹⁶ SÁ, Isabel do Guimarães. **op. cit.**, 1995. p. 64.

⁷¹⁷ MOYA, Beatriz Alcubierre. El destino de los niños Lorenzana: expósitos-pobladores de Alta California. p. 94-95, 114. Disponível em: < <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital> > Acesso em: 24 jan. 2016.

XVIII. No Rio de Janeiro e em Salvador, várias expostas foram sustentadas pela Santa Casa da Misericórdia até atingirem a maioridade ou contraírem matrimônio. Tais instituições, além de manterem as expostas com mais de sete anos, disponibilizavam dotes para as maiores de 14 anos, como uma maneira de torná-las atraentes para o casamento.⁷¹⁸

Encaminhar uma jovem exposta para o casamento ou deixar algum tipo de herança para ela em testamento, mesmo que um legado modesto, tornou-se prática corrente nos séculos XVIII e XIX na América ibérica, como uma demonstração pública de caridade. Em Castela, depois da lei de legitimação dos expostos do final do século XVIII, muitas pessoas passaram a realizar doações em testamentos para os recém-nascidos deixados nas Casas-cunas.⁷¹⁹ No Chile independente, em San Felipe, na primeira metade do século XIX, de cada quatro testamentos, um continha o desejo do testador de deixar algo para crianças criadas por ele.⁷²⁰

Nas terras de Portugal na América foi prática recorrente que mulheres deixassem esmolas para os enjeitados deixados e criados em suas casas. Em Pernambuco, o testamento de Dona Inês Barreto de Albuquerque, elaborado em 1697, sendo o codicilo de 1709, deixou para Dona Ana, que fora exposta em sua casa, “[...] dois escravos e 100 arrobas de açúcar branco [...]”.⁷²¹ Na vila de Santana do Parnaíba, Maria de Lara Bonilha, solteira, legou à enjeitada Floriana 6\$400 (seis mil e quatrocentos réis), para serem entregues à exposta à medida que ela fosse crescendo, além de um catre com colchão, roupas de cama e uma caixa de pau.⁷²²

Na vila de São Salvador de Goitacases, no Rio de Janeiro, foram identificados testamentos em que os expostos receberam pequenas heranças nos anos de 1724, 1772 e 1790.⁷²³ Convém acentuar que na Freguesia da Cidade do Natal não foi diferente: em 1770 a Senhora Januária Nunes de Gusmão da Silveira legou a um exposto deixado em sua casa, por nome Faustino, que ela denominou como *meu enjeitado*, a quantia de mil réis.⁷²⁴

Em 1776, também em Natal, Francisco Xavier não apontou expostos diretamente como seus herdeiros, mas indiretamente criou a possibilidade dos

⁷¹⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. **op. cit.**, 1999. p. 144-146.

⁷¹⁹ GALÁN, Maria del Prado de la Fuente. **op. cit.**, 1997. p. 77.

⁷²⁰ MILANICH, Nara. **op. cit.**, 2001. p. 85.

⁷²¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **op. cit.**, 1998. p. 35-36.

⁷²² *Ibid.*, p. 218.

⁷²³ FARIA, Sheila de Castro. **op. cit.**, 1998. p. 83.

⁷²⁴ AIHGRN, Cx. única, Testamento de Januária Nunes de Gusmão da Silveira, f. 2v.

enjeitados serem beneficiados, pois, caso ele não tivesse herdeiro na data de seu falecimento, seus bens seriam repartidos em três montantes, destinados aos órfãos pobres, ao sustento dos pobres e ao hospital da Santa Casa da Misericórdia.⁷²⁵ Em 1788, Maria Gonçalves de Novoa não esqueceu de contemplar em seu testamento sua filha espiritual: “[...] deixo a minha afilhada Maria Felicia enjeitada de minha tia, um anel dos dois que tenho, uns pratos de [...] pintados, uma sinta chamalote azul [...]”.⁷²⁶

Na formação social da freguesia mais antiga da Capitania do Rio Grande do Norte, acredito que pouquíssimos foram os enjeitados que tiveram o destino do exposto Joaquim Lino Rangel, que na idade adulta tornou-se Tenente, Vereador, Juiz Ordinário e, posteriormente, Ouvidor da Comarca. No entanto, os caminhos da vida adulta de um exposto em Natal eram muitos: poderia permanecer solteiro, unir-se informalmente com outra pessoa, compondo uma família ilegítima, ascender ao altar, tornando-se cônjuge de alguém de qualidade, ou até mesmo migrar para uma freguesia vizinha ou para terras distantes, já que foi identificada a presença de expostos adultos egressos de outras freguesias.

Estudos realizados em figurações específicas da vasta América portuguesa revelam que muitas vezes o casamento foi o último momento na vida de um exposto em que o qualificativo referente ao abandono era destacado na documentação.⁷²⁷ Assim, por vezes os assentos de óbito dos expostos casados não mais faziam referência ao passado de abandono ou ao domicílio receptor, o que poderia ocorrer caso o indivíduo continuasse solteiro até o fim de sua existência.

Dois situações deste tipo foram arroladas na freguesia: os casos de José e Alexandre. O primeiro morreu aos 10 de novembro de 1768, solteiro, com idade de 68 anos, sendo sepultado na capela do Senhor São Gonçalo do Potengi, constando na documentação que ele tinha sido exposto em casa de Francisca de tal, moradora no rio Potengi.⁷²⁸ Alexandre faleceu na data de 28 de março de 1831, ainda bem jovem, com 16 anos, informando o pároco que ele havia sido exposto em casa de Lourenço José da Silva.⁷²⁹

⁷²⁵ AIHGRN, Cx. única, Testamento de Francisco Xavier, f. 9v.

⁷²⁶ AIHGRN, Cx. única, Testamento de Maria Gonçalves de Novoa, f. 3.

⁷²⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001; CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005.

⁷²⁸ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço de 1760-1765, f. 20v.

⁷²⁹ ACMAN, Assentos de óbito, Livro de 1820-1847, f. s/n.

No sul do território português na América, na vila de Curitiba, morreu aos 02 de setembro de 1777 uma moça que atendia pelo nome de Ana, solteira, com idade de 20 anos, “[...] exposta que se criava em casa de Plácido Ribeiro [...]”. Em 18 de agosto de 1771 foi registrada a morte de Antônia, de 18 anos, também solteira, “[...] exposta que se criava em casa de Francisco”.⁷³⁰ Acredita-se que, quando o enjeitado ascendia ao altar, o cônjuge passava a ser a referência familiar, sendo em muitos casos o domicílio receptor não mais anotado.

Em Natal, tal como em outras figurações da América ibérica, indivíduos que não se casavam podiam optar por viver em concubinato, unidos informalmente, compondo famílias ilegítimas. No entanto, os filhos que resultavam daquelas uniões ilegais deveriam ser batizados: foi quando vieram à luz diversos expostos adultos que viviam amancebados.

Assim foi com o exposto Domingos de Souza Cunha, egresso da Capitania da Paraíba, que aos 27 de outubro de 1771, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, batizou o filho ilegítimo, por nome João, que teve com Ana Maria da Assunção, natural da freguesia da Cidade do Natal.⁷³¹ Em julho de 1793, o português João Manuel de Carvalho, solteiro, juntamente com sua companheira, a exposta Marcelina Bezerra, também solteira, natural da freguesia da Cidade do Natal, batizaram seu filho ilegítimo com o nome de Manuel em uma das capelas anexas.⁷³² Assim também ocorreu com Manuel Fernandes Campos e a exposta Dona Antônia Maria de Mendonça, ambos solteiros, que batizaram sua filha com o nome de Maria, aos 29 de dezembro de 1767, na capela do Jundiá.⁷³³ Não só os expostos que viviam amancebados geraram filhos ilegítimos: a enjeitada Vitória Gomes, solteira, batizou seu filho de pai incógnito aos 4 de agosto de 1778.⁷³⁴ Enquanto isso, outros se casavam...

5.2 – Os casamentos dos expostos

O casamento perante o altar era uma possibilidade tanto para expostos que viviam em figurações vastas, onde os laços de interdependência eram indiretos e as

⁷³⁰ CAVAZZANI, André Luiz M. *op. cit.*, 2005. p. 107.

⁷³¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁷³² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 186.

⁷³³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. s/n.

⁷³⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 35v.

dificuldades da vida eram maiores, como em formações sociais de pequenas proporções, como a freguesia da Cidade do Natal, em que os vínculos de dependência mútua eram diretos, a população era pouco dinâmica e todos se conheciam quase que em sua integralidade.

Nesta freguesia, entre os anos de 1727 e 1835, foram contabilizados 2.051 casamentos entre indivíduos livres e forros; em 51 matrimônios realizados naquela jurisdição eclesiástica, um dos contraentes era exposto, o que corresponde a um percentual de 2,4%. Como já foi demonstrado, os recém-nascidos expostos em Natal foram pouquíssimos; quase na mesma proporção eles estavam também na idade adulta. Já na vila de Sorocaba, na Capitania de São Paulo, entre os anos de 1679 e 1830 foram registrados 5.868 assentos de casamento. Deste conjunto, contabiliza-se

[...] um total de 273 assentos de casamentos, em que pelo menos um dos cônjuges era declarado exposto. Isso significava 4,7% do total de registro de matrimoniais do período. Doze dessas uniões foram celebradas com dois cônjuges sendo enjeitados, o que eleva o total de expostos envolvidos para 285.⁷³⁵

No centro-sul da América portuguesa, em Vila Rica, no período entre 1809 e 1839 foram arrolados 84 casamentos em que um dos nubentes era exposto, representando um percentual de 9,5% do total de matrimônios⁷³⁶; mais ao sul, na vila de Curitiba, entre os anos de 1765 e 1819 detectaram-se 120 assentos de casamento em que um dos noivos era exposto⁷³⁷; já no extremo sul, na vila de Porto Alegre, entre os anos de 1772 e 1837, de 3.000 registros de casamento analisados, 47 apresentaram um dos contraentes como enjeitado, correspondendo a um percentual de 1,5%.⁷³⁸

Em suma, avento que os expostos adultos estavam em quase todas as figurações da América ibérica, frisando que nas formações sociais citadas não havia instituições de recolhimento de enjeitados que cuidassem de encaminhá-los para o casamento, sendo este esforço possivelmente realizado pelos criadores particulares ou pelos próprios expostos.

⁷³⁵ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001. p. 75 e 237.

⁷³⁶ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 225.

⁷³⁷ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 108.

⁷³⁸ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 174-175.

Na freguesia da Cidade do Natal, entre 1727 e 1835, os expostos adultos contraíram matrimônio com mais intensidade no mesmo período em que isto ocorreu com a maior parcela da população livre. Aqueles expostos obviamente não eram indivíduos externos àquela figuração social, pois a sociedade passava por dentro dos indivíduos singulares e estes, em um conjunto relacional, davam forma à sociedade.⁷³⁹

TABELA 13 – PERÍODOS DOS CASAMENTOS DA POPULAÇÃO LIVRE E FORRA DA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL, 1727-1835.

Meses	População livre	Expostos
Janeiro	222	8
Fevereiro	294	6
Março	57	1
Abril	79	2
Maiο	215	6
Junho	179	1
Julho	129	1
Agosto	161	4
Setembro	157	2
Outubro	203	3
Novembro	236	9
Dezembro	74	2
Não consta	4	6
Total	2000	51

FONTE: ACMAN, Livros de casamento da Freguesia da Cidade do Natal.

A sazonalidade das uniões oficializadas pela Igreja nesta Freguesia corresponde a um padrão comum que englobava outras figurações específicas da América portuguesa. Como pode-se observar, o mês de fevereiro foi preferencial para os matrimônios, em função das interdições da Quaresma (os 40 dias que antecedem a Páscoa); os meses de novembro e janeiro também concentraram as cerimônias, por conta das interdições do Advento (as três semanas anteriores ao Natal).

É possível afirmar que tal sazonalidade era comum em toda a América ibérica e mesmo na ampla figuração do mundo católico ocidental, já que estava ligada aos costumes religiosos do homem católico. Semelhante periodicidade para os casamentos também foi identificada em pesquisas para Ubatuba, Curitiba, Sorocaba e Porto Alegre.⁷⁴⁰

⁷³⁹ ELIAS, Norbert. *op. cit.*, 1994.

⁷⁴⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. *op. cit.*, 1986. p. 190; CARDOSO, Jayme A.; NADALIN, Sérgio O. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX e XX. *História: questões e debates*. Curitiba, dez. 1982. p. 126; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *op. cit.*, 2001. p. 75; FREITAS, Denize Terezinha Leal. *O casamento na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835*. 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade

TABELA 14 – LEGITIMIDADE DOS CONTRAENTES DOS EXPOSTOS ADULTOS, 1727-1835.

Noivo	Noiva	Total
Exposto	Legítima	17
Exposto	Natural	7
Exposto	Exposta	-
Exposto	Não consta	-
Exposto	Viúva	2
Legítimo	Exposta	19
Natural	Exposta	4
Não consta	Exposta	-
Viúvo	Exposta	2
	Total	51

FONTE: Livros de casamento da freguesia da Cidade do Natal. Adaptado de FRANCO, 2014. p. 226.

Os indivíduos que traziam atrelados aos seus nomes o qualificativo de expostos não eram impedidos de se casar com pessoas filhas de casamentos legítimos: na freguesia da Cidade do Natal, entre os 51 matrimônios que envolviam enjeitados, 36 foram realizados entre expostos e legítimos; os enjeitados também uniram-se legalmente a filhos ilegítimos (naturais) e a viúvos.

Os expostos de Natal uniram-se oficialmente em sua maioria com filhos legítimos; considere-se que, entre 1753 e 1835, 76,8% dos recém-nascidos batizados eram fruto de relações lícitas, demonstrando que o casamento era regularmente praticado naquela jurisdição eclesiástica. Neste período, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia deixavam bem claras as funções do matrimônio:

Foi o matrimônio ordenado principalmente para três fins, e são três bens, que nele se encerram. O primeiro é o da propagação humana, ordenada para o culto, e honra de Deus. O segundo é a fé, e lealdade, que os casados devem guardar mutuamente. O terceiro é o da inseparabilidade dos mesmos casados, significava da união de Cristo Senhor nosso com a Igreja Católica. Além destes fins é também remédio da concupiscência, e assim São Paulo o aconselha como tal aos que não podem ser continentes.⁷⁴¹

Frise-se ainda que casar era uma necessidade de primeira ordem para as mulheres, fossem do nível superior ou inferior da figuração social, nascidas na Colônia ou no Reino.⁷⁴²

Na vila de Porto Alegre, entre os anos de 1772 e 1837, os enjeitados contraíram casamento em sua maioria com filhos legítimos: foram 47 uniões, sendo

Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. p. 97.

⁷⁴¹ **CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA**, Livro Primeiro, Título LXII, § 260.

⁷⁴² VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 93.

33 expostas unidas a legítimos, uma a um ilegítimo e outra a um exposto. Em contrapartida, sete expostos selaram união com legítimas, dois com ilegítimas e apenas um casou-se com outra exposta; dois casamentos não puderam ser definidos.⁷⁴³ Na vila de São Salvador dos Goitacases, entre 1754 e 1804, foram identificados 76 assentos de casamento envolvendo expostos: 65% daqueles enjeitados casaram-se com legítimos, 18% com ilegítimos e 16% com indivíduos que não tiveram sua condição de legitimidade declarada (em sua maioria viúvas), havendo apenas um casamento entre expostos.⁷⁴⁴

Em Vila Rica, entre 1809 e 1839, foram arrolados 84 matrimônios envolvendo expostos, dos quais 51 foram realizados entre expostos e legítimos.⁷⁴⁵ Ainda na região das Minas, na figuração de São João del Rei, entre os anos de 1740 e 1850 foram contabilizados 324 casamentos envolvendo expostos. Destes, 223 (68,8%) contraíram matrimônio com indivíduos de filiação legítima, 66 (20,4%) uniram-se a filhos naturais, 26 foram as uniões em que não foi possível identificar a legitimidade do cônjuge e apenas nove (2,8%) dos casamentos foram realizados entre expostos.⁷⁴⁶ Na vila de Curitiba, entre 1765 e 1819, 120 uniões seladas pela Igreja envolveram expostos, sendo que 79 (65,8%) dos casamentos realizaram-se entre enjeitados e legítimos.⁷⁴⁷

É perceptível que de norte a sul da imensa América portuguesa era quase um costume estabelecido casar-se, sempre que possível, com filhos legítimos; ter o qualificativo de exposto atrelado ao nome não constituía estigma, mas uma marca neutra, que não bloqueava a possibilidade do enjeitado ou enjeitada casar-se com alguém de melhor qualidade, nem que fosse a qualidade de legítimo.

Os assentos de casamento elaborados pelos párocos da freguesia da Cidade do Natal, entre os anos de 1727 e 1835, não somente revelam a presença de expostos que chegaram à idade produtiva e reprodutiva, mas também fortalecem a hipótese de que naquela formação social todos se conheciam quase que em sua totalidade. Em alguns dos documentos de matrimônio de expostos daquela formação social os padres deixaram registrada muito claramente a filiação do contraente que, quando batizado, foi registrado como exposto, quando, segundo as

⁷⁴³ SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 182.

⁷⁴⁴ FARIA, Sheila de Castro. **op. cit.**, 1998. p. 85.

⁷⁴⁵ FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 226.

⁷⁴⁶ BRÜGGER, Silva Maria Jardim. **op. cit.**, 2006. p. 139.

⁷⁴⁷ CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 112.

normas, os expostos deveriam ser registrados como filhos de pais incógnitos, tendo o local de abandono como única referência de sua origem. Das 51 celebrações de casamento envolvendo expostos em Natal, em quatro matrimônios os genitores dos contraentes enjeitados foram revelados.

O primeiro caso diz respeito a Inácio Ferreira de Carvalho, que residia na Ribeira do Mipibú e era filho natural do casal, André da Rocha e de Isabel Morena, porém tinha sido exposto em casa de Bartolomeu Ferreira, já falecido na data da união. O exposto casou-se em 24 de janeiro de 1752 com Antonia da Rosa, filha legítima de Manuel da Rosa e de sua mulher, Damiana do Vale. A celebração ocorreu na capela de Nossa Senhora do Papari, sendo realizada pelo Reverendo Antônio de Araujo e Souza. Foram testemunhas o Capitão-mor João de Oliveira e Freitas e o Capitão Manuel da Costa Travassos, todos eles pessoas conhecidas e moradoras também na Ribeira do Mipibú.⁷⁴⁸

No mesmo ano, o padre José Pessoa de Sá, que compunha a visitação egressa da Sé de Olinda, celebrou o casamento de João de Abreu, natural e morador na freguesia da Cidade do Natal, filho legítimo do Coronel Henrique Correa da Costa⁷⁴⁹, falecido naquele ano, e de Paula Pereira, com Antonia da Trindade, natural e moradora também da freguesia da Cidade do Natal, filha natural do casal Manuel de Melo e Albuquerque e de Teodora de Oliveira, mas que tinha sido exposta em casa do Tenente Coronel Matias.⁷⁵⁰ Foram testemunhas dois sacerdotes, os padres Antônio de Albuquerque e Melo e Francisco de Albuquerque e Melo.⁷⁵¹

É possível que as pessoas envolvidas neste matrimônio se conhecessem em um nível estreito de proximidade, pois havia uma similitude entre os sobrenomes das testemunhas e o do pai da noiva exposta, todos Albuquerque e Melo. Também chamo a atenção para o domicílio receptor onde a noiva foi abandonada quando criança: o chefe da casa tinha como distintivo social a patente militar de Tenente Coronel, o que provavelmente aponta para um domicílio do nível superior da figuração social. Haja vista que o sobrenome do pai da enjeitada, Albuquerque, representava um grupo familiar proeminente nas Capitanias de Pernambuco,

⁷⁴⁸ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1740-1752, f. 92v.

⁷⁴⁹ O pai do noivo era natural do reino de Portugal. Cf. ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. s/n.

⁷⁵⁰ O sobrenome do Tenente Coronel estava ilegível na documentação.

⁷⁵¹ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1740-1752, f. 96.

Paraíba e Rio Grande do Norte. Seria a noiva filha biológica de pessoas abastadas e, como tal, enjeitada em uma casa semelhantemente rica? De qualquer forma, o Tenente Coronel Matias possibilitou o casamento de sua enjeitada com o filho legítimo de outro Coronel, o que possivelmente permitiu a Antonia reproduzir as condições sociais de seu domicílio criador.

A inexistência de documentos como listas de habitantes e róis de confessados em muito dificulta o rastreamento extenso e profundo das trajetórias dos expostos adultos. Foi nos livros de assentos de batismo que obtive a confirmação de que, na segunda metade do século XVIII, o casal João de Abreu e sua mulher Antônia da Trindade, exposta, que contraíram casamento em 1752, foram pais de pelo menos quatro filhos. O primeiro foi batizado com o nome de Antônio, talvez em homenagem à mãe; o primeiro sacramento foi-lhe conferido na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, aos 18 de novembro de 1754, sendo padrinho Matias Simões Coelho, não havendo madrinha.⁷⁵² O segundo rebento de que se tem notícia era uma menina, batizada com o nome de Teodosia, também na igreja matriz, aos 19 de setembro de 1756; foram padrinhos Antônio Raposo da Câmara (filho do Capitão Manuel Raposo da Câmara) e Antônia Maria da Conceição (mulher do Tenente Coronel Felix Barbosa Tinoco).⁷⁵³ A madrinha da pequena Teodósia viria a ser a sogra do Tenente Joaquim Lino Rangel.

O terceiro fruto desta união foi Ana, nascida aos 8 de fevereiro de 1770 e batizada aos 18 do mesmo mês e ano, em uma capela anexa; foram padrinhos Luís José Rodrigues (filho do Capitão Francisco Pinheiro Teixeira) e Maria Francisca Coelho (filha da viúva Clara Gomes Freire).⁷⁵⁴ O último filho do casal de que temos conhecimento foi outro Antônio, nascido aos 18 de fevereiro de 1772 e batizado em 1º. de março do mesmo ano na igreja matriz da freguesia; Antônio teve como fiadores espirituais o Tenente Manuel do Rego Freire de Mendonça, homem solteiro, e Arcangela Micaela, mulher de Vicente Ferreira.⁷⁵⁵ É importante destacar que, em toda a documentação referente aos batismos dos filhos da enjeitada Antônia da Trindade, o qualificativo *exposta* em tempo algum foi utilizado.

O terceiro caso refere-se à união de Manuel Fernandes do Nascimento, filho natural de Bernarda de Abreu Luna, mas que tinha sido exposto em casa da Viúva

⁷⁵² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1753-1755, f. 45v.

⁷⁵³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1755-1757, f. 66v.

⁷⁵⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. s/n.

⁷⁵⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

Ângelica, com Antônia Maria, filha legítima de Antônio Lopes, já falecido, e de sua mulher Josefa Maria. O casamento ocorreu na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, aos 11 de maio de 1764, às sete horas da noite, sendo celebrado pelo padre coadjutor João Tavares da Fonseca; foram testemunhas o Alferes Antonio de Albuquerque e Melo Vasconcelos, homem solteiro, e o Sargento-mor Cosme e Freitas de Andrade, homem casado.⁷⁵⁶

Por fim, foi identificado o matrimônio de Rui Felix de Freitas, filho legítimo de João Gomes de Freitas e de sua mulher Ana Lourença, com Inácia Maria da Apresentação, filha natural de Josefa Maria (falecida), exposta em casa de Domingos Matias da Rocha. O casamento ocorreu na data de 13 de abril de 1790 na capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto, sendo celebrado pelo padre João Tavares da Fonseca; foram testemunhas Manuel Rodrigues de Sá e Leandro Rodrigues.⁷⁵⁷

Quatro casos são pouco, mas permitem conjeturar que na freguesia da Cidade do Natal alguns expostos foram criados pelos receptores sob o olhar cuidadoso dos pais biológicos. Como já afirmado anteriormente, os laços de interdependência eram diretos: assim, era perfeitamente possível que todo mundo soubesse quem era filho de quem; talvez os expostos crescessem freqüentando a casa dos pais biológicos e, neste processo, tomassem consciência de sua condição de enjeitados, o que talvez não fizesse muita diferença, já que criadores e genitores estavam todos tão próximos, não gerando um suposto sentimento total de abandono.

A mesma documentação referente aos matrimônios na freguesia apresenta vestígios que remetem à probabilidade de determinados expostos, apesar do possível contato com os seus genitores, terem sido realmente criados sob a responsabilidade dos domicílios que os recolheram, não fazendo deles apenas agregados ou criados, mas sim, em alguns casos, tendo com os enjeitados uma atenção similar à dispensada aos filhos biológicos. Tal raciocínio se sustenta quando arrola-se um número de 10 expostos que, na data de seu casamento, tinham, ao que tudo indica, adotado o sobrenome do chefe do domicílio receptor.

⁷⁵⁶ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1761-1769, f. 89.

⁷⁵⁷ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1785-1790, f. 154v.-155.

QUADRO 6 – EXPOSTOS ADULTOS QUE CONTRAÍRAM O SOBRENOME DE SEUS RECEPTORES NA FREGUESIA DA CIDADE DO NATAL, 1727-1835.

Ano do casamento	Receptor	Exposto
1727	Brigida Rodrigues	Manuel Rodrigues Pimentel
1748	Pe. Domingos Rodrigues Tellaens	Dona Isabel Francisca Rodrigues
?	Antônio da Gama Luna	Luís da Gama Luna
1752	Inácio Ferreira de Carvalho	Bartolomeu Ferreira
?	Mateus Rodrigues de Mendonça	Bartolomeu Rodrigues de Mendonça
?	Cosme da Silveira	Faustino Gomes da Silveira
1758	Mariana da Costa Tavares	Bernardo da Costa
1759	José de Melo da Cruz	Dona Ana Tereza de Melo
1757	Dona Maria de Mendonça	Dona Antônia Maria de Mendonça
1802	João Ferreira	Antônio Ferreira

FONTE: ACMAN, Livros de casamento da Freguesia da Cidade do Natal.

Caso estes expostos não tenham sido criados como membros da família receptora, atrelar ao próprio nome os sobrenomes do chefe do domicílio que os recebeu muito possivelmente revela, no mínimo, um sentimento de gratidão.⁷⁵⁸ É necessário sublinhar os casos de Isabel Francisca Rodrigues, Ana Tereza de Melo e Antônia Maria de Mendonça, que não apenas contraíram os sobrenomes mas também tinham agregado a seus nomes o distintivo social *Dona*, que apontava para uma condição social diferenciada. Salienta-se que em outras formações sociais da América portuguesa expostos que ascenderam ao altar também contraíram os sobrenomes de seus receptores, como foi detectado na vila de Sorocaba.⁷⁵⁹

Em todas as figurações da América de Portugal onde se realizaram estudos referentes aos casamentos de expostos ficou evidente que as expostas contraíram matrimônio em um percentual um pouco maior que os expostos, com legítimos, naturais, viúvos ou enjeitados.⁷⁶⁰

Na freguesia da Cidade do Natal, dos 51 casamentos que envolveram expostos, 25 tiveram o noivo na condição de exposto, sendo a noiva a exposta nos outros 26. Diferentemente de outras figurações da América lusa, identificou-se para esta freguesia um claro equilíbrio, levando-se ainda em consideração que nem todos

⁷⁵⁸ Deve-se esclarecer que na América portuguesa “[...] não havia qualquer tradição, ou mesmo norma, para a transmissão do nome de família”. Tal procedimento só foi regulamentado no Código Civil de 1916. MARCILIO, Maria Luiza. **op. cit.**, 1986. p. 204.

⁷⁵⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001. p. 246.

⁷⁶⁰ *Ibid.*, p. 237; CAVAZZANI, André Luiz M. **op. cit.**, 2005. p. 108-109; FRANCO, Renato. **op. cit.**, 2014. p. 225; BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2006. p. 139; SILVA, Jonathan Fachini da. **op. cit.**, 2014. p. 177.

os expostos que ascenderam ao altar na Cidade do Natal eram naturais da freguesia.

Os expostos forasteiros, por assim dizer, eram egressos de freguesias vizinhas ou localizadas em capitânicas próximas, como Paraíba e Pernambuco; todavia, eram todos ovelhas do grande rebanho do Bispado de Olinda. Veja-se o caso de Lino das Chagas, exposto em casa de Inácio Ferreira, natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha, figuração localizada no litoral sul da Capitania do Rio Grande do Norte. Lino casou-se com Augustinha Ribeiro de Jesus na Capela de Nossa Senhora do Ó do Papari⁷⁶¹; era a noiva filha legítima de Alexandre Moreira da Fonseca e de sua mulher Teodosia Ribeiro, natural da freguesia da Cidade do Natal.⁷⁶²

Também egressa da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha era Joana Barbosa de Maceno, branca, exposta em casa do Alferes João Correia de Souza, mas residente em Natal. Aos 7 de fevereiro de 1802, às sete horas da noite, Joana uniu-se, perante o altar da capela de São Gonçalo do Potengi, a Gregório José do Nascimento, branco, também natural e residente na freguesia de Goianinha, filho legítimo de Agostinho da Silva Ribeiro e de sua mulher Antônia Maria da Conceição.⁷⁶³

Em 16 de outubro de 1834, na capela de São Gonçalo do Potengi, às duas horas da tarde, o padre João Soares da Veiga uniu oficialmente Cristovão José Barbosa de Sá, exposto em casa de Bento Freire, a Tereza Maria dos Anjos, filha legítima de Luís Martins e de Maria dos Anjos. O enjeitado era natural da freguesia de Extremoz, também vizinha a Natal, localizada no litoral norte da Capitania, e residia na freguesia da Cidade do Natal, de onde sua noiva era natural.⁷⁶⁴

A freguesia mais antiga da capitania do Rio Grande do Norte também recebeu expostos adultos vindos de terras mais distantes. Este foi o caso de José Landim de Mendonça, exposto em casa de Caetano de Melo Soares e de sua mulher Brazida Gonçalves de Oliveira, natural da vila de Goiana, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, capitania de Pernambuco. O enjeitado residia na Ribeira do Mipibu; aos 7 de novembro de 1748, casou-se, na capela da Senhora Santa da Missão de Mipibu, com Maria do Ó, forra, ex-escrava de Manuel Gonçalves de Castro e de sua mulher

⁷⁶¹ Não foi possível identificar a data do matrimônio em razão do desgaste do documento.

⁷⁶² ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1752-1760, f. 27.

⁷⁶³ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1798-1807, f. 76-76v.

⁷⁶⁴ ACMAN, Assentos de casamento, Livro: 1816-1836, f. 175-175v.

Custódia de Oliveira (defunta), filha natural dos índios José Fernandes da Silva e Antônia de Oliveira.

Antes de estabelecer-se na Ribeira do Mipibu, José tinha morado nos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte, na freguesia de São João Batista do Assú.⁷⁶⁵ Suponho que o exposto tenha constituído um domicílio marcado pela pobreza, já que sua noiva, ex-cativa e filha de nativos, compunha o nível inferior da figuração social.

Aos 4 de maio de 1755, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, casou-se outro enjeitado, também natural da capitania de Pernambuco, exposto em casa de Antônio Freitas. Francisco da Rocha Freitas teve suas denúncias realizadas na igreja matriz da vila de Santo Antonio do Recife e na Boa Vista de Pernambuco. O exposto casou-se com Tereza de Jesus, escrava do Capitão Manuel Raposo da Câmara, filha natural da escrava Josefa da Silva, cativa do mesmo Capitão; era a noiva natural e residente em Natal.⁷⁶⁶

Acredito que Francisco da Rocha Freitas estruturou outro domicílio caracterizado pela pobreza, estabelecido também no estrato inferior da figuração social, considerando a condição jurídica de sua esposa e de sua sogra, presas ao cativeiro; saliento inclusive que os filhos daquele casamento seriam legítimos, porém escravos. Como todo exposto era considerado ingênuo, acredito que aquele casamento tenha piorado a condição social dos descendentes de Francisco.

Outro forasteiro que casou-se na freguesia da Cidade do Natal foi Antônio Marinho dos Santos, pardo, exposto em casa do Mestre de campo Gonçalo Gouveia, natural da freguesia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba. Aos 8 de dezembro de 1803, na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, às oito e meia da noite, o enjeitado casou-se com a viúva de Antônio Freire, Vicência Gomes, parda, natural da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha, mas residente em Natal.⁷⁶⁷

Nesta união talvez tenha prevalecido o princípio da igualdade entre os noivos, considerando que ambos eram mestiços e Vicência também era forasteira, não sendo, talvez, já tão atrativa no mercado matrimonial, pois já tinha sido casada.

⁷⁶⁵ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1740-1752, f. 70v.

⁷⁶⁶ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1752-1760, f. 18.

⁷⁶⁷ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1798-1807, f. s/n.

Assim, pode-se supor a formação de mais um domicílio a engrossar a camada inferior daquela sociedade.

Foram identificados também dois casos de expostos forasteiros que provavelmente construíram domicílios posicionados no nível superior da figuração social, possivelmente reproduzindo as condições sociais de seus domicílios receptores.

O primeiro caso é o de Dona Rita Maria da Conceição, exposta em casa do Escrivão da Fazenda Agostinho Gonçalves de Oliveira, sendo ela natural da vila de Santo Antônio do Recife. Dona Rita contraiu casamento com Francisco Xavier Barbosa, filho legítimo do Tenente José Barbosa Gouveia e de Dona Guiteria Tereza de Jesus, sendo o noivo natural da freguesia da Cidade do Natal.

A celebração ocorreu na igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação no dia 1º de novembro de 1760, às seis e meia da manhã. Chama a atenção o fato de que o receptor da enjeitada foi uma das testemunhas do matrimônio.⁷⁶⁸ Talvez Dona Rita e Francisco tenham composto um domicílio de melhor qualidade, sobretudo por que o recolhimento de Rita foi feito por alguém com um certo destaque na vila do Recife, um funcionário da Coroa, tal como o sogro da exposta era dono de uma patente militar.

O segundo caso é o casamento de Bartolomeu Rodrigues de Mendonça, exposto em casa de Mateus Rodrigues de Mendonça, natural da freguesia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba. O enjeitado, residente na Ribeira do Mipibu, casou-se com Vivencia Ferreira,⁷⁶⁹ natural da freguesia da Cidade do Natal, também residente na Ribeira do Mipibu, filha natural do Capitão Tomás Cabral da Rocha e de Luiza Pereira. Apesar da contraente ser ilegítima, fruto de mancebia, o sogro do exposto era um Capitão, o que talvez conferisse alguma proeminência social a seu domicílio em uma pequena figuração como a Ribeira do Mipibu.

Percebe-se que nos casos elencados a maior parte dos expostos forasteiros que se casaram na freguesia da Cidade do Natal, entre o século XVIII e o XIX, são homens. Na vila de São João del Rei, no mesmo período, a maior presença de expostas na condição de noivas foi explicada pela pressão que as mulheres sofriam para se casarem, assim como pela existência de pessoas dispostas a encaminhar as expostas para o matrimônio; mas o foco da explicação está na maior capacidade

⁷⁶⁸ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1769-1782, f. 105v.

⁷⁶⁹ A data e o local do matrimônio não foram identificados em função do desgaste do documento.

dos homens de migrarem para outras figurações, sendo bem isto o que foi detectado em Natal.⁷⁷⁰

Foram arrolados outros expostos adultos que casaram-se na jurisdição eclesiástica da Cidade do Natal, naturais da própria freguesia, que provavelmente reproduziram as condições sociais de seus domicílios receptores. Repito que a inexistência de listas nominativas para o norte da América portuguesa dificulta em muito uma análise segura e profunda desta possível reprodução, pois tal documentação permitiria a construção de um perfil material de ambos os domicílios.

Aos 30 de maio de 1750, na capela de São Gonçalo do Potengi, foi celebrado pelo padre João Gomes Freire o casamento entre o escravo Boaventura de Melo, pertencente a Brizida Rodrigues, filho natural dos escravos Francisco Monteiro e Ana Rodrigues, também pertencentes a Brizida Rodrigues, com Maria do Rosário, crioula e forra, exposta em casa do casal de índios Bernardo Soares e Bernarda Martins. Foram testemunhas o Capitão Roberto de Sá Bezerra, homem casado, e Faustino Barreto, filho de Francisco Barreto, pessoas conhecidas.⁷⁷¹ Pode-se inferir que Boaventura e Maria do Rosário estabeleceram um domicílio caracterizado pela pobreza, ele, um indivíduo preso às amarras da escravidão, ela, uma preta forra. No entanto, os filhos gerados pelo casal não herdariam a condição jurídica do pai, crescendo como indivíduos livres, assim como seriam legítimos, ao contrário de Boaventura.

Assim, aos 27 de agosto de 1754, o casal Boaventura e Maria do Rosário batizou sua filha legítima, Marcelina, em uma das capelas da freguesia; foram padrinhos Matias da Silva e Teodora dos Santos.⁷⁷² Praticamente dois anos após a cerimônia de batismo da pequena Marcelina, especificamente na data de 26 de julho de 1756, batizaram outra filha, Paula, que teve como fiadores espirituais Gonçalo Freire de Amorim e Januaria da Rocha.⁷⁷³ Em 7 de julho de 1760, o casal batizou mais uma filha, Ana, que teve como pais espirituais João Dias Pereira e Maria de Jesus.⁷⁷⁴

Marcelina, Paula e Ana foram batizadas como livres, mas o que mais chama a atenção nos documentos de batismo é que a condição escrava de Boaventura e os

⁷⁷⁰ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **op. cit.**, 2006. p. 140. Ver também SOUZA, George F. Cabral de. **Tratos & mafatras**: o grupo mercantil do Recife colonial (c.1654-c.1759). Recife: Edufpe, 2012. p. 95.

⁷⁷¹ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1740-1752, f. 84.

⁷⁷² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1753-1755, f. 41.

⁷⁷³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1755-1757, f. 65.

⁷⁷⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1760-1761, f. 104.

qualificativos de *crioula*, *forra* e *exposta* de Maria do Rosário não foram anotados pelos padres, assim como os nomes dos avôs também não foram registrados. Um pesquisador desatento, que analisasse apenas os assentos de batismo, talvez considerasse Boaventura e Maria do Rosário como um casal de indivíduos brancos e livres. Assim, fica a questão: quantos outros casais não tiveram sua mestiçagem ou condição cativa omitida nos documentos de batismo?

Assim, vinte anos depois, Marcelina, filha de Boaventura e Maria do Rosário, batizou a neta do casal com o nome de Joana, aos 24 de maio de 1774, sendo a menina filha legítima de Francisco da Costa de Veras, natural da freguesia de Extremoz e filho de índios⁷⁷⁵; foram padrinhos Julio da Costa, homem casado, e Lourença Dias, filha de Antonio Dias Machado.⁷⁷⁶

Na data de 25 de agosto de 1776, Marcelina, que tinha adotado o sobrenome Pereira, batizou juntamente com seu marido outro filho, com o nome de Manuel⁷⁷⁷; dez anos depois, aos 26 de abril de 1787, outro neto de Boaventura e Maria do Rosário, já falecidos, foi batizado com o nome de Francisco.⁷⁷⁸ Paula, que contraiu o sobrenome Moraes, casada com José Rodrigues de Souza, batizou outra neta do casal Boaventura e Maria do Rosário no mês de abril de 1788⁷⁷⁹; no mesmo ano, Marcelina batizou outra filha legítima, que recebeu o nome de Arcangela.⁷⁸⁰ Possivelmente os domicílios compostos pelas filhas de Boaventura e Maria do Rosário também foram caracterizados pela pobreza, porém tanto Marcelina quanto Paula casaram-se e batizaram os filhos como legítimos e livres.

Suponho que a *exposta* deixada em casa do Coronel João Pereira de Veras, Dona Isabel Rocha, tenha reproduzido a condição social de seu domicílio receptor, pois na data do seu matrimônio a enjeitada já tinha anexo a seu nome o tratamento de *Dona*, tendo se casado com Manuel da Costa Espinola, filho legítimo de Carlos de Freitas da Costa e de Maria da Assunção Espinola.⁷⁸¹ Teve como testemunhas dois militares, os capitães Gonçalo Freire de Amorim e José Rodrigues Santiago, homens casados e conhecidos na freguesia.

⁷⁷⁵ Em apenas um documento de batismo há referência à mestiçagem do marido de Marcelina.

⁷⁷⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. s/n.

⁷⁷⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁷⁷⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 28v.

⁷⁷⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 43v.

⁷⁸⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 114.

⁷⁸¹ A data do casamento não pôde ser identificada em função do desgaste do documento.

Na trajetória de Dona Isabel foi possível arrolar o batismo de quatro filhos: Ana, aos 27 de outubro de 1761,⁷⁸² João, aos 26 de dezembro de 1762,⁷⁸³ Maria, aos 25 de dezembro de 1765⁷⁸⁴ e João, aos 14 de agosto de 1771.⁷⁸⁵ No caso de Dona Isabel Rocha, o padre que redigiu o assento de batismo da pequena Maria apontou a condição de enjeitada de sua mãe.

No entanto, *ser exposta* não impediu que Dona Isabel Rocha e seu marido Manuel da Costa Espínola fossem convidados para serem padrinhos. Assim ocorreu no dia 24 de abril de 1763, em uma das capelas da freguesia, em que a enjeitada do Coronel João Pereira de Veras e seu marido tornaram-se fiadores espirituais de Inácio, filho legítimo de José e Isabel, escravos do Coronel Francisco da Costa de Vasconcelos.⁷⁸⁶ Houve na freguesia outras enjeitadas que casaram-se e supostamente também reproduziram a condição social de seus domicílios receptores, circulando entre os indivíduos que compunham o nível superior da figuração social, como apresento nos fragmentos das trajetórias de Dona Rosa Maria de Mendonça e Dona Isabel Francisca Rodrigues.

5.3 – Os casos das Donas Rosa Maria de Mendonça e Isabel Francisca Rodrigues, expostas.

Reconstituir elementos das vidas de Dona Rosa Maria de Mendonça e Dona Isabel Francisca Rodrigues, ambas expostas em casas da freguesia da Cidade do Natal ainda na primeira metade do século XVIII, não foi uma tarefa simples, sobretudo por tratar-se de indivíduos comuns, pessoas que deixaram pouquíssimos vestígios, mulheres que muito provavelmente não sabiam ler, escrever ou contar, como muitos indivíduos femininos da ampla figuração da América ibérica. Acredito que fossem conhecedoras de inúmeras orações católicas (Pai-nosso, Ave-Maria, o Credo, etc.) e de algumas rezas indígenas e africanas, em função de sua mestiçagem: informações apreendidas em parte nas missas e em parte no cotidiano. Possivelmente sabiam bordar e gerir as atividades domésticas.

Rosa e Isabel não deixaram testamentos, ou provavelmente aqueles documentos não chegaram até o presente. Ambas foram deixadas em residências

⁷⁸² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1761-1763, f. s/n.

⁷⁸³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1761-1763, f. 138v.

⁷⁸⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. s/n.

⁷⁸⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁷⁸⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. s/n.

de indivíduos proeminentes da freguesia, pessoas que compunham o nível superior da figuração social, o que possibilitou que se casassem com pessoas de qualidade. Assim, quando os nomes de Rosa Maria de Mendonça e Isabel Francisca Rodrigues surgem na documentação eclesiástica, elas estão na condição de noivas, esposas, mães ou mesmo avós, normalmente à sombra de uma referência masculina. Por esse motivo, busquei reconstituir informações sobre os seus receptores, maridos e filhos para melhor iluminar aquelas pequenas histórias.

Primeiro tratarei da enjeitada Rosa Maria de Mendonça, que foi identificada inicialmente nos assentos de batismo, quando se buscava aferir o índice de abandono de recém-nascidos na freguesia da Cidade do Natal, já que, por três vezes, os padres fizeram referência ao qualificativo de exposta da dita senhora. Casada com o Alferes Domingos João Campos, ela fez parte do conjunto de expostos que não morreram na primeira infância, atingiram a idade produtiva e reprodutiva e ascenderam ao altar, consolidando sua inserção social e constituindo uma família legítima.

Não foi possível acessar o documento de batismo de Rosa, assim não dispomos de informações específicas sobre o seu abandono, como data, horário, quem a encontrou e quem foram seus padrinhos, que com certeza compunham a complexa rede de interdependência que permitiu socorrer aquela pequena vida. A referência documental mais remota que se identificou para Rosa foi seu assento de casamento.

Aos vinte e quatro de novembro de mil setecentos e quarenta e cinco anos, pela manhã, na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande do Norte, feitas as denúncias na forma do Sagrado Concílio Tridentino, nesta matriz, e na dita capela onde o contratante é morador e justificando o contratante ser solteiro livre e desempeido perante o Reverendo Doutor José de Almeida vigário da praça e do Juiz dos residentes do distrito da Paraíba, por comissão nomeado na visita de sua Excelência Reverendíssima que se achava visitando na dita cidade e dando fiança aos banhos do contratável perante mim como constava do mandado que se me apresentou com as sobreditas clausulas, sem se descobrir impedimento como consta nas certidões dos banhos mais documentos que ficam em meu poder, exceto a fiança que foi remetida ao dito Juiz a mão do escrivão, pelo Reverendo Inácio Pereira de Azevedo, clausula também do dito mandado, e em presença do Reverendo coadjutor licenciado João Gomes Freire de licença minha e sendo presentes por testemunhas o Capitão-mor desta capitania Francisco Xavier de Miranda Henrique e o Provedor da Fazenda Real Inácio de Souza Rocha Branco, pessoas conhecidas, se casaram em face da Igreja solenemente por palavras de presente Domingos João Campos, filho legítimo de Felipe Francisco já

defunto e sua mulher Isabel Fernandes, naturais do lugar Muzelos, freguesia do Campo, Bispado de Viseu e morador nesta cidade com Dona Rosa Maria de Mendonça filha de pais incógnitos, exposta em casa do Sargento mor Mario de Castro Rocha, natural e morador na ribeira da cidade desta dita freguesia e logo lhes dei as bênçãos conforme os ritos e cerimônias digo as cerimônias da Santa Madre Igreja do que tudo mandei fazer este assento em que por verdade me assinei. Manuel Correa Gomes / Vigário.⁷⁸⁷

Como se vê, o documento que registrou o casamento da exposta Rosa Maria de Mendonça deixa evidente que ela estava conectada a indivíduos importantes da figuração social. Primeiro, é necessário frisar que seu receptor, o Sargento-mor Mário de Castro Rocha, teve participação recorrente no Senado da Câmara da Cidade do Natal na primeira metade do século XVIII. Aos 17 de fevereiro de 1746, praticamente 90 dias após o matrimônio da enjeitada, o Sargento-mor assinou o termo de posse e juramento para assumir a função de Juiz Ordinário na governança da cidade.⁷⁸⁸

A condição de presidente do Senado da Câmara indicava que o receptor era o vereador mais velho daquela administração, ratificando a suspeita de que Rosa tinha sido abandonada em um domicílio posicionado na camada superior daquela sociedade. Não há dúvidas de que Mário de Castro Rocha era um indivíduo conhecido na freguesia.

O Sargento-mor participou em outros momentos de sua vida da governança da Capitania do Rio Grande do Norte. Na data de 1º. de maio de 1737, ele foi empossado outra vez como Juiz Ordinário.⁷⁸⁹ Em 11 de fevereiro de 1738, foi escolhido para ser o Almotacé da cidade para aquele mês⁷⁹⁰; já em 21 de novembro do mesmo ano, Mário de Castro Rocha estava na função de Provedor dos Ausentes e, juntamente com outros membros da governança, buscava soluções para uma rebelião de escravos africanos que tinham se amucambado, cometendo delitos pelos caminhos e contra os moradores da Capitania.⁷⁹¹

Em 1º. de junho de 1739, o receptor de Dona Rosa Maria de Mendonça foi outra vez escolhido como Almotacé, para os meses de setembro e outubro. Neste ano ficou especificado que os Almotacés tinham que notificar os moradores da

⁷⁸⁷ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1740-1752, f. 62.

⁷⁸⁸ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1745-1752, f. 18v.-19.

⁷⁸⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1737-1742, f. 7.

⁷⁹⁰ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1737-1742, f. 15v.-16.

⁷⁹¹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1737-1742, f. 27v.-29.

cidade que fossem proprietários de escravos para que enviassem um dos seus cativos “[...] para o concerto dos barcos da ribeira e do rio da cidade”.⁷⁹²

Na década de 1720 também foi possível identificar a passagem de Mário de Castro Rocha pela Câmara. Aos 7 de abril de 1722, o receptor de Rosa, que já possuía a patente de Capitão, foi escolhido como Almotacé para substituir o capitão Antônio Marques da Rocha, que se achava no sertão.⁷⁹³ Em 21 de novembro de 1723 (dia de Nossa Senhora da Apresentação, orago da freguesia da Cidade do Natal), Mário foi escolhido como vereador para o ano de 1724.⁷⁹⁴

Aos 22 de novembro de 1724, ele foi preso por dívidas que tinha com a Fazenda Real,⁷⁹⁵ porém sua prisão não bloqueou a possibilidade de participações futuras na Câmara, já que em 27 de março de 1725 mais uma vez Mário estava na função de almotacé⁷⁹⁶; aos 2 de fevereiro de 1727, ele foi chamado à presença do Capitão-mor da Capitania, provavelmente para ser escolhido como Juiz e escrivão de vintena para a Ribeira e Freguesia de Goianinha.⁷⁹⁷

Nove meses após ter sido chamado à presença do Capitão-mor, Mário de Castro Rocha foi testemunha do casamento entre Manuel Rodrigues Pimentel, exposto em casa de Brigida Pimentel, e Eugênia Maria de Sá, filha natural de Anacleto Gomes e Francisca Borges.⁷⁹⁸ Ambos os nubentes eram naturais e residentes na freguesia da Cidade do Natal; o matrimônio foi celebrado aos 26 de novembro de 1727 na capela da Senhora Santa Ana do Ferreiro Torto.⁷⁹⁹

O receptor de Rosa também era criador de gado: em 1735, solicitou à Coroa terras devolutas próximas ao rio Jundiá para tal finalidade, recebendo resposta positiva de Lisboa.⁸⁰⁰

Em suma, a exposta não foi deixada à porta de qualquer indivíduo da freguesia: seu enjeitamento se enquadra no padrão de abandono estabelecido pelos indivíduos da figuração por todo o século XVIII e primeiras décadas do XIX: um enjeitamento domiciliar, protetor e consciente.

⁷⁹² AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1737-1742, f. 47.

⁷⁹³ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1721-1735, f. 11v.

⁷⁹⁴ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1721-1735, f. 30-30v.

⁷⁹⁵ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1721-1735, f. 47-47v.

⁷⁹⁶ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1721-1735, f. 53.

⁷⁹⁷ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 1, Livro: 1721-1735, f. 69-69v.

⁷⁹⁸ Nas buscas realizadas nos documentos de batismo, o qualificativo de exposto desapareceu do nome de Manuel Rodrigues Pimentel após a realização do casamento.

⁷⁹⁹ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1727-1740, f. 34.

⁸⁰⁰ CARTA DE SESMARIA. Disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/sesmaria/RN%200931>
Acesso em: 08 fev. 2016.

Abandonada em casa de alguém de distinção, Rosa Maria de Mendonça também foi encaminhada ao casamento com alguém socialmente distinto, o Alferes Domingos João Campos. Domingos era um reinol, nascido aos 29 de abril de 1714, filho legítimo de Felipe Francisco e Isabel Fernandes, em Muzelo, freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Campo, Bispado de Viseu, norte de Portugal.⁸⁰¹

Não se sabe com que idade ou em que ano Domingos chegou à América, nem em quais circunstâncias. Mas é certo que aos 31 anos de idade ele encontrava-se na Capitania do Rio Grande do Norte, na freguesia da Cidade do Natal, apto a casar-se com a exposta Rosa. Conjeturo que ele tenha adotado o sobrenome Campos como uma forma de lembrar-se e identificar-se com suas origens. Na segunda metade do século XVIII, o marido da exposta esteve presente entre os membros da governança, atuou como piloto de terras na Capitania e foi qualificado como senhor de engenho pelo próprio Senado da Câmara.

Seis anos após ter contraído matrimônio com Rosa Maria de Mendonça, o Alferes Domingos João Campos foi escolhido para a função de vereador, aos 21 de novembro de 1751, passando a compor a governança.⁸⁰² Em 1774, o Alferes era responsável por transportar valores de Câmaras do sertão para a Cidade do Natal⁸⁰³; neste mesmo ano, ele foi mais uma vez escolhido para ser vereador.⁸⁰⁴

Aos 3 de janeiro de 1776, Domingos foi escolhido para ser Almotacé nos meses de janeiro e fevereiro⁸⁰⁵; já estava nesse momento com aproximadamente 66 anos, sendo velho para os parâmetros do século XVIII; em 24 de janeiro de 1780, ele assinou o termo de posse e juramento para tornar-se Juiz Ordinário da Câmara.⁸⁰⁶ Sublinho que o marido de Dona Rosa Maria de Mendonça só foi identificado entre os membros da administração alguns anos após o casamento, o que revela indícios da relação de interdependência entre o Sargento-mor Mário de Castro Rocha e Domingos. O primeiro possivelmente precisava casar sua enjeitada Rosa Maria, que talvez fosse sua própria filha concebida fora do casamento e abandonada na porta do próprio pai, enquanto o segundo provavelmente via

⁸⁰¹ Documento de batismo de Domingos João Campos. Disponível em: <http://putegi.blogspot.com.br/2012/11/familiares-de-domingos-joao-campos-em.html> Acesso em: 09 fev. 2016.

⁸⁰² AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1745-1752, f. 112-113.

⁸⁰³ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1766-1781, f. 149-149v.

⁸⁰⁴ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1766-1781, f. 167-168.

⁸⁰⁵ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1766-1781, f. 200v.-201.

⁸⁰⁶ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1766-1781, f. 262v.-263.

naquele casamento o caminho para ingressar na governança, considerando a condição de homem-bom do receptor de sua esposa.

O esposo de Rosa Maria de Mendonça, antes de estar entre os membros da governança, e poucos anos antes do casamento, exercia uma função importante na Capitania do Rio Grande do Norte: Domingos João Campos era um tipo de agrimensor, um Piloto demarcador de terras. Apesar de ter fixado moradia com a exposta no litoral, o Alferes percorreu vários pontos do sertão da capitania, medindo terras e prestando serviços.

No ano de 1742, ele foi responsável por demarcações nas regiões litorâneas de Maniçobas, Boas Águas, Macacheta e Itaipu Grande. Quase vinte anos depois, em 1759, Domingos media datas na ribeira do Apodí, em um lugar de nome Riacho do Olho de Água da Serra do Catolé, no sertão da Capitania.

Em 1762 ele estava presente na região do Seridó, também sertão da Capitania, demarcando as terras do sítio Passagem do Acari; em 1763, Domingos volta ao Seridó para medir uma data de terra chamada Totoró, pertencente a Salvador de Souza Castro. Já em 1768, estava mais uma vez no Seridó, agora para demarcar o Sítio São José, que pertencia aos herdeiros de Nicolau Mendes da Cruz.

Em 5 de abril de 1769, Domingos João Campos demarcou o Sítio Santo Antônio do Potengi; quase dez anos depois daquela medição, em 1778, o piloto demarcador retorna ao sertão para medir o Sítio Quinque, no Seridó.⁸⁰⁷ Pode-se ter uma noção do ofício de Domingos:

A primeira etapa do processo de demarcação era o requerimento da parte interessada, marcada a data e o provável custo da demarcação, iniciava a viagem até o destino previsto. Para realização do processo, fazia-se necessário a presença do Provedor da Fazenda Real e seu Escrivão, o Perito Demarcador e seu auxiliar, a quem chamavam de Ajudante da Corda, função quase sempre exercida pelo Meirinho do Mar e Execuções da Fazenda Real. No local da demarcação o Provedor recebia o juramento do Piloto Demarcador e seu ajudante “[...] bem e verdadeiramente fizessem a presente demarcação sem dolo e sem malícia e correção do rumo da agulha não acrescentando nem diminuindo mais do que disse o dito rumo [...]”. Em seguida o Demarcador trazia perante o Provedor a agulha que era examinada por este, e ao Demarcador era perguntado: “se a agulha estava correta”, ao que este respondia “[...] que a agulha estava corrente e capaz sem embaraço algum [...]” Feito isto, mediam a corda que usariam na demarcação “[...] e sendo ai mediram o dito Piloto e seu Ajudante da Corda em uma corda de fio de gravatá dez braças de dez palmos craveiros cada braça [...]”. Após essas

⁸⁰⁷ CAMPOS, João Bosco. Demarcações de terras no Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, v. LXXV-LXXVI, 1983. p. 45.

démarches procuravam o lugar de referência na sesmaria original e seguiam o curso declarado até se completar as medições de sua concessão e, em determinados locais, iam colocando marcos referenciais para futuras averiguações e como fixador de divisas “[...] por no dito lugar um marco de pedra preta tosca com três palmos de comprimento ao largo de dois palmos sendo a dita pedra quase redonda e ficou interada dois palmos escassos e fora da terra um palmo reforçado, ferindo o rumo do Norte para o sul com duas testemunhas da mesma pedra uma da parte do Leste e outra da parte do Oeste [...]”.⁸⁰⁸

Com a idade de 74 anos, aos 2 de abril de 1788, o Alferes e Piloto Demarcador de terras Domingos João Campos não mais aparece como membro da governança, mas foi qualificado pelo próprio Senado da Câmara como senhor de engenho, que deveria prestar informações sobre suas terras, lavouras, escravos e animais, tudo por cobrança do governo de Pernambuco.⁸⁰⁹

Para além da participação na Câmara, do ofício de Piloto Demarcador ou mesmo das posses acumuladas pelo Alferes ao longo da vida, destaca-se que Domingos e Rosa constituíram uma família legítima. Por várias vezes vieram a público batizar seus numerosos filhos, sempre na capela do Jundiá: Manuel, em 1749⁸¹⁰, Antônio, em 1754⁸¹¹, Francisco, em 1757⁸¹², João, em 1759⁸¹³, Lourenço, em 1762⁸¹⁴, Patrício, em 1764⁸¹⁵, Bernardo, em 1766⁸¹⁶, e Joaquim, em 1770.⁸¹⁷

Domingos João Campos, em outros momentos, tornou-se compadre de outros indivíduos da freguesia da Cidade do Natal. Aos 21 de dezembro de 1767, na Capela de São Gonçalo do Potengi, o Alferes passou a ser padrinho do pequeno Manuel, filho legítimo de José Gomes Camilo, natural de Pernambuco, e de Helena da Paixão, natural do Rio Grande do Norte.⁸¹⁸ É importante mencionar que o pai de Manuel tinha a mesma condição da esposa de seu compadre, como pode-se verificar no assento de batismo:

Manuel filho legítimo de José Gomes Camilo exposto natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Varge, e de Helena da Paixão natural desta

⁸⁰⁸ Ibid., p. 45.

⁸⁰⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 3, Livro: 1784-1793, f. 74-74v.

⁸¹⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1749, f. s/n.

⁸¹¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1755-1757, f. 103v.

⁸¹² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1755-1757, f. s/n.

⁸¹³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1760-1761, f. 104.

⁸¹⁴ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. s/n.

⁸¹⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1763-1765, f. s/n.

⁸¹⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. s/n.

⁸¹⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁸¹⁸ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

freguesia, neto pela parte materna de Teodoro de Mendonça, e de Joana Gomes naturais desta freguesia, nasceu no primeiro de novembro de mil setecentos, e sessenta e sete, e foi batizado com os santos óleos na capela de São Gonçalo do Potengi de licença minha pelo padre Miguel Pinheiro Teixeira aos vinte e um de dezembro de mil setecentos e sessenta e sete. Foram padrinhos Domingos João Campos, e Maria José da Conceição mulher de João da Silva desta freguesia, do que fiz este termo em que por verdade me assinei. Pantaleão da Costa de Araújo / Vigário do Rio Grande.⁸¹⁹

Em 7 de junho de 1776, Domingos atendeu a novo convite para ser padrinho, agora de um menino batizado com o nome de Francisco, filho de Fabrício de Moura e Francisca Rodrigues.⁸²⁰ A presença do esposo de Dona Rosa Maria de Mendonça na pia batismal na condição de padrinho repetiu-se em 21 de setembro de 1776, quando outro pequeno Francisco, filho legítimo de Eugênio Gomes e de Inês Rodrigues, recebeu os santos óleos também na capela do Jundiá.⁸²¹

Com aproximadamente 72 anos, aos 3 de maio de 1786, o Alferes voltou a tornar-se parente espiritual de outras pessoas da figuração, passando a ser padrinho da recém-nascida Rita e compadre de Francisco Brito e Maria da Silva, ambos naturais da vila de Arez, Capitania do Rio Grande do Norte.⁸²²

Com a idade já bastante avançada, aos 8 de julho de 1792, na capela do Jundiá, juntamente com Josefa Joaquina, sua neta (filha legítima de José Martins Praça e Dona Ana Guiteria de Mendonça), Domingos apadrinhou um exposto batizado com o nome de Nicácio. O recém-nascido tinha sido abandonado em casa de José Rodrigues Silveira, dois meses antes de ser batizado⁸²³; porém, na data de 21 de novembro de 1792, o afilhado do velho agrimensor tornou-se um anjinho, sendo sepultado na mesma capela onde foi batizado.⁸²⁴

Alferes, Camarista e piloto de terras, Domingos João Campos também foi testemunha do casamento de João Severino Maciel com Joana Rodrigues da Costa, ambos filhos legítimos, aos 22 de dezembro de 1765, na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá.⁸²⁵ Em 1779, na mesma capela, o marido da exposta, mais

⁸¹⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. 4.

⁸²⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁸²¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁸²² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 65v.-66.

⁸²³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1786-1795, f. 141v.

⁸²⁴ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço: 1792-1793, f. 6.

⁸²⁵ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1769-1782, f. s/n.

uma vez foi solicitado como testemunha de casamento, agora juntamente com seu filho José Fernandes Campos: daquela vez, a união foi entre cativos.⁸²⁶

Foram extremamente raros os momentos registrados em que a exposta Rosa Maria de Mendonça veio a público. Não contando as vezes em que esteve na capela do Jundiá batizando os filhos, identificou-se apenas um caso em que Dona Rosa apareceu na condição de madrinha:

Firmiano escravo do capitão Antônio de Gois Vasconcelos, filho natural de uma sua escrava chamada Joana natural desta freguesia de Nossa Senhora da Apresentação neto pela parte paterna de avos incógnitos, e pela materna de Feliciano, digo de Felicia natural de Angola, foi batizado com os santos óleos aos três de outubro de mil setecentos e sessenta e três na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá por mim vigário abaixo assinado, foram seus padrinhos Carlos Vital, homem casado, e morador na freguesia da vila de São José, e Dona Rosa Maria de Mendonça mulher de Domingos João Campos morador no Jundiá de que logo fiz este assento, em que por verdade me assinei. Miguel Pinheiro Teixeira / Pro Vigário.⁸²⁷

Domingos João Campos e Rosa Maria de Mendonça tiveram dois recém-nascidos enjeitados na porta de seu domicílio: uma exposta tornou-se, assim, receptora. O primeiro abandono ocorreu por volta de junho de 1766: a exposta foi batizada com o nome de Joana; não sabe-se quem foram os padrinhos, pois a informação foi acessada a partir dos documentos de óbito: Joana não teve a mesma sorte de sua receptora, falecendo com aproximadamente 11 meses aos 14 de maio de 1767, sendo sepultada envolta em uma mortalha de tafetá azul na capela de Santo Antônio do Potengi.⁸²⁸

É necessário apontar que o indivíduo que tomou a decisão de abandonar a recém-nascida na casa do Alferes e da exposta buscava proteger a criança, e sabia que as condições objetivas e subjetivas para seu recolhimento estavam dadas. Domingos João Campos era um homem de posses; além disso, quando Joana foi exposta, Dona Rosa tinha em casa um filho pequeno, Bernardo, que tinha vindo ao mundo na data de 28 de dezembro de 1765, sendo batizado aos 3 de janeiro de 1766.⁸²⁹ Dessa forma, na data do enjeitamento, Bernardo era uma criança com seis

⁸²⁶ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1769-1782, f. 138v.

⁸²⁷ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1761-1763, f. 147v.

⁸²⁸ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço: 1767, f. 3.

⁸²⁹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1765-1766, f. s/n.

meses de idade, e Rosa, na condição de lactante, tinha plenas condições de amamentar a enjeitada, favorecendo assim sua sobrevivência.

O domicílio de Domingos e Rosa foi uma segunda vez eleito para ser receptor de um recém-nascido. Não se pode conjeturar sobre a data do enjeitamento, pois o assento de óbito da criança não faz referência a sua idade: o padre que elaborou o documento afirma apenas que Januário tinha sido exposto em casa do Alferes Domingos João Campos, tendo falecido aos 11 de março de 1782, sendo enterrado na capela do Jundiáí, envolto em um pano branco.⁸³⁰

No entanto, houve o caso de uma enjeitada na casa do Alferes que não morreu na primeira infância, mas chegou à idade produtiva e reprodutiva. Dona Antônia não se casou, mas tornou-se mãe solteira. Ela conseguiu casar sua filha natural, Maria Fernandes, com Manuel Rodrigues de Sá, filho legítimo de Vitoriano Rodrigues de Sá e Luiza de Souza. O casamento ocorreu na capela de Nossa Senhora do Socorro da Utinga, aos 13 de outubro de 1785, pela manhã.⁸³¹ É presumível que Dona Antônia visualizava para seus netos uma origem diferente: nem expostos como a avó, nem ilegítimos como a mãe.⁸³²

Em 14 de outubro de 1757, Domingos João Campos teve outra experiência com pessoas que tinham sua origem no enjeitamento. Naquela data, ele foi testemunha, na capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiáí, do matrimônio de Nicácio Gomes, filho legítimo de José Cruz de Melo e de Leonor Quaresma, com Dona Antônia Maria de Mendonça, que tinha sido exposta em casa de Dona Maria Madalena de Mendonça. Era o noivo natural da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goianinha, e a noiva, da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.⁸³³

Nota-se que a noiva tinha o mesmo sobrenome da esposa do Alferes, assim como a mesma origem. Assim, sou forçado a inferir que a exposta Rosa Maria de Mendonça, apesar de ter sido abandonada em casa do Sargento-mor Mário de Castro Rocha, talvez tenha sido criada em casa de Maria Madalena de Mendonça, o que também não afasta a possibilidade de Rosa Maria ter sido a filha de Maria

⁸³⁰ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço: 1780-1784, f. 14v.

⁸³¹ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1785-1790, f. 170v.

⁸³² Nota-se que a exposta tinha o tratamento de *Dona*, uma distinção social. É possível que este *status* tenha sua origem no domicílio de Domingos João Campos e Dona Rosa Maria de Mendonça, que foram seus receptores e, talvez, criadores e protetores. Seria por acaso que a filha de Antônia adotou o sobrenome Fernandes, o mesmo da mãe do Alferes?

⁸³³ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1761-1769, f. 97v.

Madalena, tornando-se assim um tipo de irmã de criação de Dona Antônia Maria de Mendonça.

É de grande valia ressaltar que Dona Maria Madalena de Mendonça provavelmente circulava entre os indivíduos que compunham o nível superior da figuração social da freguesia. A casa daquela senhora por vezes foi pouso para um religioso que visitava a povoação do Jundiáí, que veio a ser perseguido pelo Santo Ofício por abusar sexualmente de suas confidentes.

Frei Ignácio de Jesus era um religioso carmelita pertencente à Província Reformada de Pernambuco que trabalhava como assistente no sertão do Panema, Freguesia de Assu na Capitania do Rio Grande. Costumava ir até a povoação de Jundiahy para visitar e participar de eventos familiares, como assim o fez em 1754 por ocasião do casamento de uma sobrinha. Geralmente, hospedava-se na casa da viúva Dona Maria Magdalena com quem mantinha boas relações sociais.⁸³⁴

O que mais chama a atenção não é o fato do Alferes ter sido convidado como testemunha da união de sua suposta cunhada, mas o fato de que, dez anos depois, a noiva daquele mesmo matrimônio, na mesma capela do Jundiáí, batizou um filho natural, resultado de uma provável mancebia com Manuel Fernandes Campos, que tinha então 18 anos, filho do Alferes e de Rosa Maria de Mendonça.

Maria filha de Manoel Fernandes Campos, e de Dona Antonia Maria de Mendonça exposta em casa da Dona Maria Madalena de Mendonça já defuncta foi bautizada com os sanctos oleos na capella de Nossa Senhora da Conceição de Jundiahi de licença minha pelo padre Jose Vieyra Afonço aos vinte, e nove de dezembro de mil settecentos, e secenta, e sette. Forão Padrinhos o Alferez Domingos João de Campos, e sua filha Dona Anna Guiteria todos desta freguesia, e não constava mais da Certidão, do que fis este termo, em que por verdade me-assinei. (Pantaleão da Costa de Araujo / Vigario do Rio grande)⁸³⁵

Percebe-se que o padre que elaborou o assento de batismo não fez nenhuma referência à possível viuvez de Dona Antônia Maria de Mendonça, o que indica ser a pequena Maria uma filha natural. Estaria Dona Antônia carnalmente separada do marido, ou teria Nicácio Gomes partido para outras terras e não mais retornado, permitindo assim a ela relacionar-se com o próprio sobrinho de criação? Outro ponto

⁸³⁴ HONOR, André Cabral. A exposição da carne: condutas sexuais de carmelitas reformados na América portuguesa do século XVIII. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014. p. 203.

⁸³⁵ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. 4.

a destacar é que Maria tornou-se afilhada do próprio avô; a exposta Antônia Maria, naquele ano de 1767, acumulava as condições de cunhada, nora e comadre do Alferes Domingos João Campos.

O nascimento e batismo de Maria indicavam a existência de leite humano no domicílio de Manuel Fernandes Campos; acredito que, um ano após aquele batizado, a exposta ainda amamentava. Assim, aos 8 de dezembro de 1768 Manuel Fernandes foi convidado a tornar-se padrinho de um recém-nascido exposto em casa de Antonio Ferreira, encontrado pelas 10 horas da noite por João Gomes de Melo, batizado com o nome de Manuel, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jundiá, pelo padre João Tavares da Fonseca.⁸³⁶

Tendo o padrinho uma esposa em condições de amamentar, e sendo os padrinhos os responsáveis pela criança na ausência dos pais, talvez Manuel Fernandes Campos, com a ajuda de sua mulher, tenha possibilitado a sobrevivência do pequeno Manuel. Em suma, o convite não foi um simples acaso.

Tal como Dona Rosa Maria de Mendonça, sua provável irmã de criação, Dona Antônia Maria de Mendonça, também esteve unida, mesmo que informalmente, a um indivíduo proeminente na freguesia da Cidade do Natal. O esposo-sobrinho Manuel Fernandes Campos em 1768 foi escolhido para ser membro da Câmara na função de vereador⁸³⁷; em 1776 foi novamente escolhido para o mesmo cargo, já sendo naquele ano portador da patente de Sargento-mor.⁸³⁸ No entanto, o mesmo Senado da Câmara expediu um mandado de prisão contra ele, aos 26 de outubro de 1782, por desobedecer à notificação de trazer farinha de sua propriedade para vender na cidade.⁸³⁹

Filho de uma exposta e marido de outra, Manuel Fernandes Campos, como tantos outros homens-bons da freguesia da Cidade do Natal, também esteve envolvido no processo de abandono de crianças, fosse como padrinho ou como receptor. Aos 6 de novembro de 1806, foi batizado na capela do Jundiá um menino branco, com o nome de Manuel; o recém-nascido, exposto em casa do Sargento-mor Manuel Fernandes Campos, recebeu como padrinhos Manuel da Silva e Joaquina.⁸⁴⁰

⁸³⁶ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1768-1770, f. s/n.

⁸³⁷ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1766-1781, f. 69-70.

⁸³⁸ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1766-1781, f. 212v.-213v.

⁸³⁹ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1781-1784, f. 28-28v.

⁸⁴⁰ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1799-1807, f. 183.

Enfim, Dona Rosa Maria de Mendonça e Dona Antônia Maria de Mendonça, supostamente criadas em um mesmo domicílio, viveram maritalmente com indivíduos que pertenciam à mesma família, posicionados, juntamente com elas, no nível superior da hierarquia social; não eram pessoas pobres, mas referências na povoação da Ribeira do Jundiá, freguesia da Cidade do Natal. Pai e filho, Domingos João Campos, português do Reino, e Manuel Fernandes Campos, português da América, foram homens da Câmara, assim como receptores e padrinhos de enjeitados.

Estas supostas irmãs de criação não foram as únicas a casarem-se com indivíduos proeminentes. Na Capitania de São Paulo, na vila de Sorocaba, destinos semelhantes foram identificados na segunda metade do século XVIII. Veja-se o caso de Esméria Rita do Vale:

Batizada como exposta em casa de Manuel do Vale Pereira, carioca instalado e casado em Sorocaba, e sem filhos, casou-se com o tenente Francisco Vicente Torres, viúvo, lavrador de médio porte, dono de cerca de meia dúzia de escravos. Um bom casamento, sem dúvida, pois o tenente tinha um padrão socioeconômico superior ao de seu sogro Manuel, transformando o casamento em uma forma de ascensão social para a jovem Esméria.⁸⁴¹

Destinos diferentes também foram detectados naquela vila: expostas que, após o casamento, não reproduziram as condições materiais de seu domicílio receptor, mas compuseram o nível inferior da hierarquia social:

[...] Gertrudes exposta na casa do guarda-mor Antônio João Ordonho e de dona Ermenegilda Ferreira Prestes, grandes agricultores, possuidores de mais de quarenta escravos. Gertrudes, nascida e exposta por volta de 1790, era claramente considerada agregada. Casou-se, em 1804, com Custódio Pereira, jovem filho de humildes agricultores, e constituíram um lar extremamente simples. Na colheita do ano de 1807, por exemplo, declararam haver colhido somente três arrobas de algodão, enquanto que em 1810 teriam produzido apenas doze alqueires de milho e quatro arrobas de algodão. Gertrudes, após enviuvar, casou-se novamente, em 1818, com José Pedroso, igualmente pequeno lavrador.⁸⁴²

Retornando à Capitania do Rio Grande do Norte, apresenta-se o caso de outra enjeitada que contraiu matrimônio com alguém de destaque, e que

⁸⁴¹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2001. p. 242.

⁸⁴² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **op. cit.**, 2002. p. 37.

supostamente foi contemporânea da exposta Rosa Maria de Mendonça. Trata-se de Dona Isabel Francisca Rodrigues, que tinha sido abandonada em casa do Padre Domingos Rodrigues Tellaens; na data de seu matrimônio, Dona Isabel estava morando no domicílio de Dona Claudia de Abreu Soares, pois seu receptor estava então residindo na freguesia de Nossa Senhora das Neves da cidade da Paraíba.

O matrimônio ocorreu aos 7 de maio de 1748, na igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Cidade do Natal, às dez horas da noite “pouco mais ou menos”, sendo celebrado pelo padre coadjutor João Gomes Freire, tendo por testemunhas os capitães Francisco Diniz da Penha e Ângelo Ferreira da Rocha. O noivo era o Tenente Gonçalo Freire de Amorim, filho legítimo do Capitão Domingos da Silveira e de Catarina de Amorim, já falecida. A noiva era moradora da Cidade do Natal, pois suas denúncias ocorreram na Igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, enquanto as do noivo foram realizadas nos sertões do Assú.⁸⁴³

Os rastros deixados por estes personagens são muito poucos, mas é possível saber que o Tenente Gonçalo Freire de Amorim também esteve entre os homens-bons da Câmara da Cidade do Natal. A 1º. de julho de 1749, o marido de Dona Isabel Francisca Rodrigues foi escolhido para ser o Almotacé nos meses de setembro e outubro⁸⁴⁴; já em 16 de janeiro de 1750, Gonçalo assumiu a função de Procurador.⁸⁴⁵

Casar-se com uma exposta deixada em casa de um padre, que talvez fosse filha natural do sacerdote com alguma mulher solteira da freguesia⁸⁴⁶, não era a primeira experiência do Tenente com alguém que teve sua origem no abandono. Quando ainda solteiro, Gonçalo Freire do Amorim teve exposta em sua casa uma menina que foi batizada com o nome de Francisca; ela casou-se aos 28 de maio de 1755, na capela de São Gonçalo do Potengi, com Alexandre Gomes da Câmara, filho natural de Inácio Gomes da Câmara e Maria da Cruz; o matrimônio foi celebrado pelo padre coadjutor Doutor João Freire de Amorim, possível parente do receptor.⁸⁴⁷

Gonçalo Freire de Amorim esteve presente também como testemunha do casamento de Manuel da Costa Espinola com a exposta Dona Isabel Rocha, união

⁸⁴³ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1740-1752, f. 68.

⁸⁴⁴ AIHGRN, Termos de Vereação, Cx. 2, Livro: 1745-1752, f. 78v.-79.

⁸⁴⁵ Ibid., f. 84-84v.

⁸⁴⁶ Era recorrente no mundo português do Antigo Regime que mulheres solteiras ou viúvas enjeitassem filhos resultantes de relações furtivas com padres.

⁸⁴⁷ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1752-1760, f. 20.

já comentada anteriormente.⁸⁴⁸ Finalmente, aos 2 de julho de 1783, veio a falecer o menino José Matias, de idade de um ano e quatro meses; o pequeno, que tinha sido exposto em casa de Gonçalo, foi sepultado na capela de São Gonçalo do Potengi, no lugar do *arco para cima*, espaço privilegiado de enterramento.⁸⁴⁹ Isso demonstra que, ao longo do tempo, o abandono de recém-nascidos integrou a vida daquele indivíduo.

Quanto a sua esposa, a exposta Dona Isabel Francisca Rodrigues, personagem principal desta narrativa, não viveu muitos anos após o casamento, morrendo aos 34 anos “pouco mais ou menos”, aos 5 de dezembro de 1761.⁸⁵⁰ Enjeitada na casa de um padre, supostamente em 1727, o que possivelmente explica sua união com alguém de qualidade, Isabel casou-se em 1748, aproximadamente aos 21 anos. Não foi encontrado nenhum batizado em que tenha servido como madrinha. No entanto, viveu o suficiente para ser mãe de três filhos, que cresceram e constituíram famílias legítimas: Dona Manuela Freire de Amorim⁸⁵¹, Catarina Freire de Amorim⁸⁵² e Domingos Rodrigues da Silveira.⁸⁵³

Em suma, em centros urbanos coloniais da América luso-castelhana ou mesmo em formações sociais de grandes proporções na Península Ibérica, os destinos dos expostos deixados nas Rodas dos enjeitados eram plurais. Quando não permaneciam com suas amas de criação, retornavam para a Santa Casa da Misericórdia ou ficavam sob a tutela do Senado da Câmara, de onde eram encaminhados para o mundo do trabalho, na condição de aprendizes, sobretudo no caso dos meninos; pouquíssimos foram postos em uma carreira eclesiástica. O casamento era um destino possível para ambos os gêneros, porém havia uma preocupação maior em proteger as meninas e fornecer-lhes dotes para que se tornassem mais atrativas.

Já nas figurações sociais de pequenas proporções, os enjeitados deixados nas casas poderiam permanecer solteiros até o fim da vida, migrar para outras terras ou consolidar sua inserção social casando-se com indivíduos de ambos os níveis da hierarquia social. Recorrentemente as expostas casavam-se mais que os expostos, na América portuguesa, apesar de ter sido identificado um equilíbrio para o caso de

⁸⁴⁸ ACMAN, Assentos de casamento, Cx. única, Maço: 1752-1760, f. s/n.

⁸⁴⁹ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço: 1780-1784, f. 24.

⁸⁵⁰ ACMAN, Assentos de óbito, Cx. única, Maço: 1760-1765, f. s/n.

⁸⁵¹ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁸⁵² ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

⁸⁵³ ACMAN, Assentos de batismo, Cx. única, Maço: 1770-1777, f. s/n.

Natal. Foram os vestígios deixados pelas expostas, na figura de seus maridos, que possibilitaram a reconstituição de pequenos traços das vidas de Rosa Maria de Mendonça e Isabel Francisca Rodrigues.

CONCLUSÃO

História é processo e transformação no tempo. Estruturas, indivíduos, formas de pensar e comportar-se mudam com o passar dos anos, em ritmos concomitantes ou diferentes. Entre os anos de 1727 e 1835, mudanças estruturais significativas foram detectadas na freguesia da Cidade do Natal. Dentre aquelas transformações pode-se destacar a mudança na base territorial da freguesia, que passou por uma diminuição de seu espaço, reduzindo o número de capelas anexas à matriz, o que possibilitou o surgimento de novas freguesias e vilas na Capitania do Rio Grande do Norte. Tais alterações estavam conectadas às decisões tomadas em Lisboa: Dom José I, sob a influência do Marquês de Pombal, ordenou a saída da Companhia de Jesus do reino e dos domínios de além-mar, resultando nas mudanças citadas.

Na transição do século XVIII para o XIX, o número de moradores na freguesia aumentou consideravelmente: eram 3.288 entre 1774 e 1786, passando para 6.693 em 1805. Em um contexto mais amplo, a Capitania do Rio Grande do Norte apresentou aumentos no contingente de mão-de-obra escrava e no número de estabelecimentos voltados à criação de gado. Observou-se o surgimento de pequenos engenhos produtores de açúcar próximos a Cidade do Natal e na Ribeira sul da capitania. Desenvolveu-se o cultivo do algodão no litoral e no sertão, seguindo-se a criação de uma alfândega em 1820, o que tornou a Capitania independente do porto de Recife; processo este que pode ser entendido como consequência das mudanças ocorridas na colônia em função da chegada da Família Real, em 1808, ao Rio de Janeiro.

Além das alterações estruturais mencionadas, grupos de homens-bons, pertencentes ao nível superior da hierarquia, alternaram-se na administração da Câmara, espaço onde encontravam-se homens casados com expostas, um filho de exposta e mesmo um exposto que exerceu as funções de vereador, Juiz Ordinário e Ouvidor da comarca da Província do Rio Grande do Norte: o Tenente Joaquim Lino Rangel. Considera-se que a maior mudança estabelecida na governança da Capitania e na Câmara da Cidade do Natal foi a instalação do governo rebelde composto pelo grupo de André de Albuquerque Maranhão, adepto das ideias e do projeto político da Revolução Pernambucana de 1817, grupo que foi derrotado tal como aqueles insurgentes, o que resultou no desligamento administrativo da Capitania do Rio Grande do Norte da Capitania de Pernambuco.

No âmbito eclesiástico ocorreram outras mudanças. Vários foram os vigários que passaram pela igreja matriz de Nossa Senhora da Apresentação, entre eles Manuel Correa Gomes, João Freire de Amorim, Pantaleão da Costa de Araújo e Feliciano José Dorneles. A alternância dos vigários alterava sensivelmente a forma como se redigiam os documentos de batismo, casamento e óbito, apesar de todos eles seguirem o modelo de redação proposto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Quanto aos documentos referentes aos expostos, a redação em grande medida era lacônica; por vezes, contudo, informações sobre a origem dos pequenos enjeitados eram registradas pelos padres, rompendo o pacto de silêncio e cumplicidade.

Há também aspectos que aparentemente não se transformaram na freguesia em um lapso de tempo de mais de 100 anos examinados, ou que mudaram tão lentamente que não foram perceptíveis às lentes investigativas impostas ao objeto, já que os elementos sociogenéticos transformavam-se juntamente com os elementos psicogenéticos, considerando que estes últimos mudavam em uma velocidade indescritivelmente menor.

No período de tempo analisado não foi possível captar mudanças quanto ao padrão estabelecido pelos moradores da freguesia na maneira de enjeitar os seus filhos recém-nascidos, pois todos os abandonos foram realizados em domicílios, mesmo tendo os indivíduos a margem de decisão de enjeitar seus rebentos em qualquer lugar. Ao aproximar as lentes investigativas do padrão de enjeitamento estabelecido pelos indivíduos na figuração da freguesia, detectou-se que o abandono foi protetor, pois quem tinha a necessidade de enjeitar recorrentemente buscou os mais variados domicílios, tanto do nível superior quanto do nível inferior da figuração social.

Além disso, o abandono na freguesia da Cidade do Natal era uma atitude consciente e orientada: os genitores não deixavam as crianças em quaisquer domicílios; havia motivações específicas para um recém-nascido ser deixado em uma dada casa, como, por exemplo, a existência de condições materiais para recebê-lo. Além disso, a presença de bilhetes junto a alguns expostos caracterizava um abandono orientado.

Nunca houve uma Santa Casa da Misericórdia em Natal, muito menos uma Roda dos expostos. Sendo assim, o socorro aos expostos ocorreu pelas mãos de todos os indivíduos; o entrelaçamento social que interligava todas aquelas pessoas,

conectando-as aos recém-nascidos abandonados, compondo redes informais de assistência, não apresentou transformações perceptíveis.

O abandono de recém-nascidos não foi tido como um problema pelo Senado da Câmara da Cidade do Natal, considerando o número reduzido de enjeitamentos; os pequenos expostos não chegavam diante dos membros da governança, que elegiam como problemas concretos pontes quebradas, porcos soltos pela cidade ou mulheres de mau comportamento. Os enjeitados também foram invisíveis para os padres visitantes, muito mais preocupados com os pais que não batizavam seus filhos no tempo determinado pelas Constituições e com os indivíduos que preferiam trabalhar aos domingos a frequentar a missa. Além do que, o enjeitamento abria a possibilidade da prática da caridade.

Quando abandonados, os recém-nascidos tornavam-se dependentes de seus receptores e padrinhos, mesmo que crescessem sob a vista dos pais biológicos; porém, quando morriam, transformavam-se em anjinhos, sendo a partir daquele momento seus receptores dependentes das intercessões realizadas por estes anjos na corte celestial, segundo a fantasia coletiva elaborada pelos indivíduos no século XVIII. Caso chegassem à idade produtiva e reprodutiva, podiam permanecer solteiros, constituir famílias ilegítimas, migrar para outras freguesias ou ascender ao altar, consolidando sua inserção social, levando-se em conta que o qualificativo de exposto era uma marca neutra, não constituindo um estigma e, por conseguinte, não impedindo que os enjeitados desposassem indivíduos de qualidade ou participassem da governança. Em suma, ser um exposto era condição jurídica e não antropológica.

Ao cabo de tudo, concluo que as relações de interdependência diretas que caracterizavam o entrelace social dos indivíduos que compunham a figuração da freguesia da Cidade do Natal estabeleceram um controle do desejo de enjeitar, a partir da coesão social. Como as pessoas se conheciam quase em sua totalidade no espaço da jurisdição eclesiástica, as relações pessoais vis-à-vis contiveram o abandono de crianças recém-nascidas livres e bloquearam o enjeitamento de recém-nascidos escravos, resultando em um baixo índice de exposição e na composição de redes informais de recolhimento. Considera-se que tal proposta é válida para quaisquer figuração da América ibérica e mundo católico ocidental, desde que os aspectos estruturais e sociais fossem semelhantes a da Cidade do Natal.

REFERÊNCIAS: FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Documentos manuscritos

A - ARQUIVO METROPOLITANO DA ARQUIDIOCESE DE NATAL

1. MAÇOS E LIVROS DE BATISMOS da Freguesia da Cidade do Natal / Capitania e Província do Rio Grande do Norte.

MAÇO: 1749

MAÇO: 1753 – 1755.

MAÇO: 1755 – 1757.

MAÇO: 1760 – 1761.

MAÇO: 1761 – 1763.

MAÇO: 1763 – 1765.

MAÇO: 1765 – 1766.

MAÇO: 1768 – 1770.

MAÇO: 1770 – 1777.

MAÇO: 1786 – 1795.

MAÇO: 1792 – 1813.

LIVRO: 1795 – 1807.

MAÇO: 1799 – 1807.

MAÇO: 1803.

MAÇO: 1813 – 1815.

MAÇO: 1810, 1813, 1815, 1821, 1822, 1831, 1835.

LIVRO: 1826 – 1835.

2. MAÇOS E LIVROS DE CASAMENTO da Freguesia da Cidade do Natal / Capitania e Província do Rio Grande do Norte.

MAÇO: 1727 – 1740.

MAÇO: 1740 – 1752.

MAÇO: 1752 – 1760.

MAÇO: 1761 – 1769.

MAÇO: 1769 – 1782.

MAÇO: 1782 – 1785.

MAÇO: 1785 – 1790.

MAÇO: 1798 – 1807.

LIVRO: 1816 – 1836.

3. MAÇOS E LIVROS DE ÓBITOS da Freguesia da Cidade do Natal / Capitania e Província do Rio Grande do Norte.

MAÇO: 1760 – 1765.

MAÇO: 1762 – 1765.

MAÇO: 1767.

MAÇO: 1768.

MAÇO: 1780 – 1784.

MAÇO: 1784 – 1791.

MAÇO: 1788 – 1802.

MAÇO: 1792 – 1793.

MAÇO: 1795 – 1802.

MAÇO: 1795 – 1845.

LIVRO: 1820 – 1847.

B - ARQUIVO DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO / CIDADE DO NATAL

1 - PRIMEIRO LIVRO DE TOMBO da igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, 1725-1890 / Capitania e Província do Rio Grande do Norte.

PARTES UTILIZADAS:

- Registro de uma pastoral diocesana que nesta matriz se publicou por mandado do Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor Dom Francisco Xavier Aranha, por mercê de Deus e Santa Sé apostólica bispado de Pernambuco do conselho de sua majestade fidelíssima e mandado registrar neste livro das visitas por ordem do reverendíssimo senhor Doutor visitador Marcos Soares de Oliveira, 1760.
- Joaquim Monteiro da Rocha, presbitero secular e visitador qual repartição baixa do norte, para _____ sua excelência reverendissima que Deus guarde [...], 1779.
- Termo de visita da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Natal do Rio Grande do Norte, 1795.

C - ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

1 - LIVROS DE TERMOS DE VERAÇÃO DO SENADO DA CÂMARA DA
CIDADE DO NATAL / Capitania e Província do Rio Grande do Norte.

LIVRO: 1709 – 1721.

LIVRO: 1721 – 1735.

LIVRO: 1737 – 1742.

LIVRO: 1743 – 1744.

LIVRO: 1745 – 1752.

LIVRO: 1766 – 1781.

LIVRO: 1781 – 1784.

LIVRO: 1784 - 1793

LIVRO: 1784 – 1803.

LIVRO: 1793 – 1803.

LIVRO: 1815 – 1823.

2 – REGISTRO DE CARTAS E PROVISÕES DO SENADO DA CÂMARA DA
CIDADE DO NATAL / Capitania do Rio Grande do Norte.

CAIXA 1 / LIVRO 4: 1702 – 1707

CAIXA 1 / LIVRO 5: 1708 – 1713

CAIXA 1 / LIVRO 6: 1713 – 1720

CAIXA 2 / LIVRO 7: 1720 – 1728

CAIXA 2 / LIVRO 8A: 1738 – 1743

CAIXA 2 / LIVRO 9: 1743 – 1754

CAIXA 3 / LIVRO 10: 1755 – 1760

CAIXA 3 / LIVRO 11: 1760 – 1762

CAIXA 4 / LIVRO 12: 1762 – 1793

CAIXA 5 / LIVRO 15: 1789 – 1800

CAIXA 6 / LIVRO 13: 1756 – 1826

3 - TESTAMENTOS do Termo da Cidade do Natal - Capitania do Rio Grande do Norte.

1º Testamento de Pedro Tavares Romeiro Capitão de infantaria falecido nesta cidade [do Natal], 1777.

2º Testamento com que faleceu a viúva Joana da Rocha, 1768.

3º Testamento com que faleceu o Capitão Domingos da Cunha Linhares, 1769.

4º Testamento de Januária da Rocha Nunes da Gusmão da Silveira, aprovado por mim tabelião abaixo assinado o que vai serrado com cinco pingos, digo o mesmo de Cosme da Silveira, 1770.

5º Testamento com que faleceu Francisco Fernandes da Silva, 1771.

6º Testamento com que faleceu a viúva Ana Ferreira de Miranda, 1786.

7º Testamento com que faleceu Maria Gonçalves de Novoa, 1788.

8º Testamento com que faleceu o Cabo de esquadra de infantaria paga Francisco Pinto de Araújo.

9º Testamento com que faleceu Teodosio Felipe Navarro, de São José e morador nesta cidade [do Natal].

10º Testamento com que faleceu Dona Custódia do Sacramento, 1792.

11º Testamento com que faleceu Albino Duarte de Oliveira morado desta cidade em 1797.

12º Testamento com que faleceu Dona Rosa Maria Josefa moradora no rio da pedras, termo desta cidade [do Natal]

13º Testamento com que faleceu Dona Catarina Peralta Rangel, 1775.

14º Testamento com que faleceu a viúva Maria da Conceição de Barros, 1776.

15º Testamento com que faleceu Marialina Alves Soares, 1777.

16º Testamento com que faleceu Maria da Inácia da Assunção, crioula e forra, 1779.

17º Testamento com que faleceu o Coronel José Estevam da Silva, 1779.

- 18º Testamento com que faleceu José Ribeiro de Macedo, 1780.
- 19º Testamento com que faleceu Dona Maria de Jesus, 1784.
- 20º Testamento com que faleceu Dona Antonia da Silva, 1785.
- 21º Testamento com que faleceu Francisco Xavier, 1776.
- 22º Testamento com que faleceu Dona _____, 1784.
- 23º Testamento com que faleceu Antonia Duarte de Azevedo, morador deste Termo desta cidade [do Natal].
- 24º Testamento com que faleceu o Doutor Pantaleão da Costa de Araújo Vigário desta freguesia [desta Cidade do Natal], 1793.
- 25º Testamento com que faleceu o Sargento-mor Manuel de Souza Marinho, 1797.
- 26º Testamento com que faleceu Manuel _____, 1797.
- 27º Testamento com que faleceu Vitoriano Rodrigues no lugar da Pirituba, termo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação [Cidade do Natal], 1797.
- 28º Testamento com que faleceu o Capitão Manuel Alves de Moraes Navarro, morador que foi na povoação de São Gonçalo, desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação [da Cidade do Natal], 1798.
- 29º Testamento com que faleceu o Sargento-mor governado que foi desta Capitania Caetano da Silva Sanches, desta Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação [da Cidade do Natal], 1799.
- 30º Testamento com que faleceu o Capitão-mor João Luís Pereira, morador que foi nesta cidade [do Natal], Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, 1799.

D – ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO / PROJETO RESGATE – BARÃO DO RIO BRANCO.

AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, Doc. 9. PARECER do Conselho Ultramarino sobre pedido de pensão de Quintiliana de Barros, viúva do ex-capitão-mor do Rio Grande do Norte, Luís Ferreira Freire, morto em serviço. Anexo: aviso e despacho do Conselho Ultramarino. Lisboa, 30 de janeiro de 1723.

AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, Doc. 11. CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. João V] sobre a incapacidade de governar do capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Pereira da Fonseca. Natal, 22 de novembro de 1723

AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 1, Doc. 29. CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Pereira da Fonseca, ao rei [D. João V] relatando o atentado a tiro que sofreu e outros crimes que tinham ocorrido na capitania. Natal, 25 de julho de 1725.

AHU - RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 5, Doc. 44. REQUERIMENTO de Félix Barbosa Tinoco ao rei [D. João V] pedindo confirmação de carta patente do posto de tenente-coronel de cavalaria da Ribeira e Freguesia do Açú, passada pelo capitão-mor Francisco Xavier de Miranda Henriques. Anexo: carta do governador de Pernambuco, D. Marcos de Noronha; carta patente e patente de confirmação. Natal, 2 de setembro de 1748.

AHU – Rio Grande do Norte. Cx. 7. Doc. 47. CARTA do provedor interino da Fazenda Real do rio Grande do Norte Manuel Teixeira de Moraes ao rei [D. José] enviando o recenseamento das contas do ex-almojarife Felix Barbosa Tinoco. Anexo: certidão e informação do provedor do assentamento Miguel de Gouveia Pegado. Natal, 22 de fevereiro de 1762.

AHU – ACL – CU – 018, Cx. 8, Doc. 483. OFICIO do sargento-mor e governador interino do Rio Grande do Norte Caetano da Silva Sanches, ao secretário de estado e Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre o estado da capitania à data de sua posse; epidemias de bixiga; escassez de carne, farinha e peixe; falta de militares e armamento; dando conta das providencias tomadas, nomeadamente a arrematação do contrato das carnes e queixando-se da falta de jurisdição e autoridade para prover oficiais de justiça e fazenda e possar patentes e cartas de sesmarias. Anexo: atestação dos oficiais da Câmara de Natal, mapa do rendimento dos contratos dos dízimos, mapa dos corpos auxiliares e companhias de infantaria, armamento da Fortaleza dos Reis Magos e provisão. Natal, 29 de abril de 1791.

AHU – RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, Doc. 39 e 40. CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] sobre as dificuldades de manutenção da guarnição da Fortaleza dos Reis Magos e a necessidade de se construir um quartel na fortaleza para as tropas. Natal, 20 de setembro de 1806.

AHU – RIO GRANDE DO NORTE. Cx. 9, Doc. 18, 46 e 47. CARTA do [capitão-mor do Rio Grande do Norte], José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, ao príncipe regente [D. João] remetendo um mapa da população do Rio Grande do Norte e uma relação dos distritos que necessitam de novas companhias de ordenanças. Anexos: 2ª via; provisão (cópia); “mapa da população da capitania do Rio Grande do Norte, com declaração dos seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias, tanto brancos como índios, até 31 de dezembro de 1805”, e “relação dos distritos, que necessitam novas companhias de ordenanças na capitania do Rio Grande do Norte, com declaração das vilas a que pertencem”. Nata, 31 de dezembro de 1806.

AHU – Rio Grande do Norte. Cx. 10. Doc. 25. CARTA dos membros da Junta Governativa Provisória ao rei [D. João VI] sobre os distúrbios ocorridos em Natal após a eleição e os motivos que tiveram para abandonar a cidade e fugir para a Paraíba. Paraíba, 24 de fevereiro de 1822.

Documentos impressos

BÍBLIA DE JERUSALÉM, GORGULHO, Gilberto da Silva, STORNILO, Ivo, ANDERSON, Ana Flora (Coord.). Trad. Euclides Martins Balancin; Samuel Martins Barbosa; Estêvão Bettencourt; Emanuel Bouzon; Gilberto da Silva Gorgulho; Theodoro Henrique Maurer Júnior; Jorge Cesar Mota; Benjamim Carreira de Oliveira; Ney Brasil Pereira; Isaac Nicolau Salum; Luiz Inácio Stadelmann; Ivo Storniolo; Calisto Vendrame; José Raimundo Vidigal; Domingos Zamagna; Joaquim de Arruda Zamith. São Paulo: Paulus, 2002.

CATECISMO ROMANO, por Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. Petrópolis: Vozes Limitada, 1951.

CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Majestade: propostas, e aceitas em o sínodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Estudos introdutórios e edição, FEITLER, Bruno, SOUZA, Evergton Sales, JANCSÓN, Istvan, PUNTONI (Orgs.). São Paulo: EDUSP, 2010.

DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con los phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Dedicado – al Rey nuestro señor Don Phelipe V (que Diós guarde), a cuyos reales expensas se hace esta obra. Compuesto, por la Real Academia Española – que contiene las letras A. B / Con privilegio. Madrid: En la Impreta de Francisco Del Hierro, Impressor de la Real Académia Española, 1726 . T. I.

DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, en que se explica el verdadero sentido de las voces, su naturaleza y calidad, con los phrases o modos de hablar, los proverbios o refranes, y otras cosas convenientes al uso de la lengua. Dedicado – al Rey nuestro señor Don Phelipe V (que Diós guarde), a cuyos reales expensas se hace esta obra. Compuesto, por la Real Academia Española – que contiene las letras D. E. F. Madrid: En la Impreta de la Real Academia Española por la viuda de Francisco del Hierro, 1732. T. III.

IDEIA da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extenção de suas Costas, Rios, e Povoações notaveis, Agricultura, numero dos Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &. a &. a desde anno de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitancias o Governador e Capitão General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAIS DA**

BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, publicados sob a administração do Director geral interino (Dr. Aurelio Lopes de Souza). Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1923. (Vol. XL – 1918)

Informação Geral da Capitania de Pernambuco, 1749. **ANNAIS DA BLIBLIOTECA NACIONAL**, publicados sob a administração do Diretor Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Biblioteca Nacional, 1908. (Vol. XXVIII – 1906)

NOVO DICCIONARIO CRITICO E ETYMOLOGICO DA LINGUA PORTUGUEZA, por Francisco Solano Constancio. Paris: s/Ed, 1836.

PITTA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. São Paulo: W. M Jackson, 1958.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil, 1500-1627**. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

Documento visual

EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil (1855)**. Belo Horizonte: Itatiaia / Edusp, 1976.

Documentos em meio digital

1- CARTAS DE SEMARIAS:

CARTAS DE SESMARIA DE FELIX BARBOSA TINOCO. Disponível em:
<<http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmeiro.php?numeroSesmeiro=1554>>

CARTA DE SESMARIA DE JOAQUIM LINO RANGEL. Disponível em:
<<http://www.silb.cchla.ufrn.br/visualSesmeiro.php?numeroSesmeiro=4519>>

2 – CRONISTAS:

TAUNAY, Affonso d' Escagnolle. **A Guerra dos Bárbaros – Edição especial para o Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria** – Disponível em: <http://indiosnonordeste.com.br/wpcontent/uploads/2012/08/a_guerra_dos_barbaros1.pdf>

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil: “travels in Brazil”** . Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo / Rio de Janeiro / Recife / Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil>>

3 – ORDENAÇÕES:

ORDENAÇÕES AFONSINAS – Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>>

ORDENAÇÕES MANUELINAS – Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>

ORDENAÇÕES FILIPINAS – Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>

4 – DICIONÁRIOS:

VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, AULICO, ANATOMICO, ARCHITECTONICO, BELLICO, BOTANICO, brasílico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrogico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forente, Fructifero, Geografico, Geometrico, Gnomonico, Hydrografico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Itsagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Phillogico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symobolico, Synonymico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, **AUTHORIZADO COM EXEMPLOS dos melhores Escritores Portuguezes, & Latinos E OFFERECIDO A EL REY DE PORTUGAL DOM JOAM V. PELO PADRE D. RAPHAEL BLUTEAU, CLERIGO REGULAR,**

DOUTOR NA SAGRADA THEOLOGIA, pregador da rainha de Inglaterra, Henriqueta de França, & Qualificador no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa. COIMBRA: NO Collegio das Artes da Companhia de Jesus Ano de 1712– Com todas as licenças necessárias. V. 3. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>

SUPPLEMENTO AO VOCABULARIO PORTUGUEZ, E LATINO, que acabou de sair a luz, Anno de 1721. Dividido em oito volumes, DEDICADO AO MAGNIFICO REY DE PORTUGAL D. JOÃO V. PARTE PRIMEIRA PELO PADRE D. RAFAEL BLUTEAU, Clerigo Regular, DOUTOR DA SAGRADA THEOLOGIA, PREGADOR DA Rainha da Grãa Bretanha, Henriqueta Maria de França, Qualificador do Santo Officio no Sagrado Tribunal da Inqueisição de Lisboa, e Academico da Academia Real. LISBOA OCCIDENTAL, Na Offcina de JOSEPH ANTONIO DA SYILVA, Impressor da Academia Real. M. DCCC. XXVII – Com todas as licenças necessarias. V. 1 Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario>>

DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUEZA COMPOSTO PELO PADRE D. RAFAEL BLUTEAU, REFORMADO, E ACCRESCENTADO POR ANTONIO DE MORAES SILVA natural do Rio de Janeiro. LISBOA, NA OFFICINA DE SIMÃO TAHADDEO FERREIRA. ANO M. DCC. LXXXIX – Com licença da Real Meza da Commissão Geral, nobre e Exame, e Censura dos Livros. TOMO PRIMEIRO. A – K. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario>>

DICCIONARIO DA LINGUA BRASILEIRA por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da província de Goyas. OURO PRETO: NA TYPOGRAFIA DE SILVA, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario>>

5 – RELATÓRIO DO PRESIDENTE DE PROVINCIA DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO COM QUE O EXM. SR. DOUTOR JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA, ABRIU A SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIA

DO RIO GRANDE EM 1860. PERNAMBUCO, TYP. DE M. F. DE FARIAS, 1860.
Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/849/000010.html>>

FALA COM QUE O EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, O DOUTOR MANUEL RIBEIRO DA SILVA LISBOA, ABRIU A 3ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MESMA PROVÍNCIA EM 7 DE SETEMBRO DE 1837. RECIFE, TYP. DE M. F. DE FARIA, 1837.
Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/826/000004.html>>

6 - LEI DO IMPÉRIO DO BRASIL

Lei de 1 de outubro de 1828: Dá nova às Câmaras Municipais, marcas suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Título IV – Aplicação das rendas Art. 76 e 77. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm>

BIBLIOGRAFIA

Livros e capítulos de livros

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul – séculos XVI-XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, André Ferrand. As misericórdias. In: MATOSSO, José (Dir.), MAGALHÃES, Joaquim Romero (Coord.). **História de Portugal – No alvorecer da Modernidade (1480-1620)**. Lisboa: Circulo de Leitores, 1993. p. 185-193.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira, SILVA, Tyego Franklin da. Na ribeira da discórdia: povoamento, política, defesa e conflito na Capitania do Rio Grande (1680-1710). In: POSSAMAI, Paulo Cesar. (Org.). **Conquistar e defender**: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de história militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 235-249.

_____. Os desafios da governança e as relações de poder na Capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros, SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 27-44.

ALVES, Joaquim. **História das secas (século XVII-XIX)**. Mossoró: ESAM, 1982.

ANDRADE, Manuel Correa de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: EDUFRN, 1981.

_____. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 99-108.

ARAÚJO, Cíntia Ferreira. Os frutos enjeitados: o abandono de crianças na Mariana Oitocentista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças – De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 177-202.

ARES, Berta Queija. El papel de mediadores y la construcción de un discurso sobre la identidad de los mestizos peruanos (siglo XVI). In: ARES, Berta Queija, GRUZINSKI, Serge (Coords.). **Entre dos mundos: fronteiras culturais y agentes mediadores**. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano – Americanos / Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997. p. 37-59

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.

_____. **História da morte no ocidente – Da Idade Média aos nossos dias**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

_____. **O homem diante da morte**. Trad. Luiza Ribeiro. São Paulo: UNESP, 2014.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Sitio. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 766-767.

_____. **Viver e sobreviver em uma vila Colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

_____. Abandonos nas soleiras das portas: a exposição de crianças nos domicílios de Sorocaba, século XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 15-41.

BARATA, José do Carmo. **História Ecclesiastica de Pernambuco**. Recife: Imprensa industrial, 1922.

BELLOTO, Heloisa Liberalli. Pombal, Marquês de. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da história da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994. p. 645-648.

BOSCHI, Caio C. **Os leigos e o poder – irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMANDO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Trad. Luiz Alberto Monjardim, et al. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 181-191.

BOXER, Charles R. **O império marítimo português, 1415-1825**. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. 2. ed. Recife: CEPE, 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade**. São Paulo: Annablume, 2007.

CABRERA, Manuel Lobo, CANEDA, Ramón López, SANTANA, Elisa Torres. **La “otra” población: expósitos, ilegítimos, esclavos – Las Palmas de Gran Canaria, siglo XVIII**. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1993.

CÁCERES, Rina. **Negros, mulatos, escravos y libertos en la Costa Rica del siglo XVII**. México, D.F: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social**. Trad. João Maia. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **Anúbis e outros ensaios: mitologia e folclore**. 2. ed. Rio de Janeiro: FUNARTE / Achiamé; Natal: UFRN, 1983.

_____. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.

_____. **História da cidade do Natal**. 3.ed. Natal: IHG/RN, 1999.

CALVALCANTE, Helaine de Moura. Do Flamengo ao bárbaro: o processo de restauração da Capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). **Conflitos, revoltas e insurreição na América portuguesa**. Maceió: EDUFAL, 2011. p. 41-53.

CALVO, Thomas. **La Nueva Galicia em los siglos XVI y XVII**. Guadalajara: El Colegio de Jalisco, 1998.

CAVAZZANI, André Luiz M. Expostos, enjeitados e estratégias matrimônias na Vila de Curitiba colonial. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma História social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil: século XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 203-231.

CELTON, Dora E. Abandono de niños e ilegitimidad. Córdoba, Argentina, siglos XVIII-XIX. In: GHIRARDI, Mónica (Coord.). **Familias iberoamericanas ayer y hoy: una mirada interdisciplinaria**. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, 2008. p. 231-250.

CHARTIER, Roger. **Origens culturais da Revolução Francesa**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Unesp, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão** – e seus narradores na França do século XVI. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro: José Olimpio / Brasília: Ed. UNB, 1993

_____. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Thiago Alves. A Companhia pombalina de comércio e a Capitania do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros, SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). **Capitania do Rio Grande**: história e colonização na América portuguesa. Natal: EDUFRN, 2013. p. 91-108.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2009.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Trad. Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

_____. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V. 2.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1994.

_____. **Mozart**: sociologia de um gênio. Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

_____, SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A solidão dos moribundos** – envelhecer e morrer: alguns problemas sociológicos. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Escritos & ensaios: Estado, processo, opinião pública**. Trad. Sérgio Benevides, Antonio Carlos dos Santos, João Carlos Pijnappel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. V. 1

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. A propósito das origens dos enjeitados no período escravista. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 81-98.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. **Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

FILHO, Olavo de Medeiros. **Engenho Cunhaú: a luz de um inventário**. Natal: Fundação José Augusto, 1983.

_____. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

_____. **Terra natalense**. Natal: Fundação José Augusto, 1991.

_____. **Aconteceu na Capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento de Estado de Imprensa, 1997.

_____. **Os holandeses na capitania do Rio Grande**. Natal: IHGRN, 1998.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRANCO, Renato. Notas sobre a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica durante o século XVIII. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Org.). **As misericórdias** - das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX). Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009. p. 41-61.

_____. Assistência e abandono de recém-nascidos em Vila Rica. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças:** de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 147-175.

_____. **A piedade dos outros:** o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII. Rio de Janeiro: FGV (Fundação Getúlio Vargas), 2014.

GALVÃO, Helio. **História da fortaleza da barra do rio Grande.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

GLAVE, Luis Miguel. Propiedad de la tierra, agricultura y comercio, 1570-1700: el gran despojo. In: NOEJOVICH, Héctor O, SALAZAR-SOLER, Carmen, SUÁREZ, Margarita, GLAVE, Luis M, SALAS, Miriam. **Compendio de História conómica del Perú** – economía del período colonial temprano. Lima: IEP (Instituto de Estudios Peruanos), 2009. T. 2, p. 313-446.

GÓES, José Roberto de, FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 177-210.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço.** Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HENRY, Charles. Elementos para uma teoria da individualização – quando o criador Mozart se achava um livre artista. In: GARRIGOU, Alain, LACROIX, Bernard. **Norbert Elias:** a política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 145-162.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância:** da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOLLADA, Sérgio Buarque. **História geral da civilização brasileira: a época colonial – do descobrimento à expansão territorial**. 8. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

HUAMÁN, Richard Chuhue. Enterramiento de expósitos y benefactores en la bóveda sepulcral de la iglesia y hospícios de niños huérfanos de Lima. In: HUAMÁN, Richard Chuhue, LUNA, Pieter van Dalen (Org.). **Lima subterránea – arqueologia histórica: criptas, bóvedas, canales virreinales y republicanos**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2014. p. 101-122.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: Estampa, 1995.

LIMA, Lana Lage da Gama, VENÂNCIO, Renato Pinto. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 61-75.

LIMA, Nestor dos Santos. **A Matriz de Natal**. Natal: Atelier Typographico M. Victorino e C., 1915.

LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume, 1998.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado / IHG-RN, 2003.

_____. Os indígenas aldeados da Capitania do Rio Grande na primeira metade do século XVIII: terra e trabalho. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros, SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 73-90.

LYRA, Augusto Tavares de. **A independência do Brasil no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1972.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. 3.ed. Natal: Nordeste, 1998.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens**. Natal: EDUFRN, 2011.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. As gentes dos sertões da Capitania do Rio Grande do Norte. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande**: história e colonização na América portuguesa. Natal: EDUFRN, 2013. p. 155-180.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo**: povoamento e população, 1750-1850. São Paulo: EDUSP, 1973.

_____. **Caiçara**: terra e população – Estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas / CEDHAL, 1986.

_____. **História social do abandono de crianças**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001. p. 53-79.

_____. A criança abandonada na história de Portugal e do Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010.

MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos Bispos de Olinda**. Natal: Nordeste, 2006.

MARIZ, Marlene da Silva, SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

MARQUES, Euríola Belízia Fernandes. **A Irmandade do Santíssimo Sacramento e seu papel na sociedade do Rio Grande do Norte**. Natal: IHGRN, 2000.

MARTINS, Paulo César Garcez. Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia. (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume; Nemge/USP; Fapesp, 2002. p. 43-60.

MATTOSO, Kátia de Queiros. **Ser escravo no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, Tarcísio. **Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654**. 3. ed. São Paulo: Editora-34, 2007.

_____. **O Brasil holandês (1630-1654)**. São Paulo: Peguim - Companhia das Letras, 2010.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempo dos flamengos: influência da cultura holandesa na vida e na cultura no norte do Brasil**. 2. ed. Recife: Secretária de Educação e Cultura, 1979.

MELLO E SOUZA, Laura de. O senado da Câmara e as crianças expostas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 28-43.

_____. **Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

MENA, Magdalena Chocano. **La América colonial (1492-1763): cultura y vida cotidiana**. Madri: Sintesis, 2000.

MESGRAVIS, Laima. **Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EDUSP, 1995.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 2000.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAIS, Ana Lunara da Silva, ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Nada mais que necessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos: estratégias de

moradores da capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros, SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 45-58.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia: elementos para um diálogo**. Campinas: ABEP, 2004.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. O “espetáculo” da morte de crianças e a casa dos Expostos no Recife colonial. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças – De Portugal ao Brasil: século XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 253-272.

NAZZARI, Muriel. Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

NEVES, Guilherme Pereira das. Marquês de Pombal. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil colonial: 1500 – 1808**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

NETO, Manoel do Rêgo Barros. **O Remir**. Natal: Não publicado – Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

OLIVAL, Fernanda. Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermediários. In: MATTOSO, José (Dir.). MONTEIRO, N. G (Coord.). **História da vida privada em Portugal: a Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 244-273.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro. In: BRANCHER, Ana, AREND, Silvia Maria Fávero. (Orgs.). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

OLIVERO, Sandra. Natalidad y bautismo en una parroquia rural de la campaña rioplatense: la población blanca del Pago de la Costa en la primera mitad del siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, Antonio Escudero, CUETOS, Maria Luisa Laviana . (Coord.).

Estudios sobre América: siglos XVI-XX. Sevilla: AEA (Asociación Española de Americanistas), 2005. p. 1317-1337.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia (Minas Gerais, 1716-1789)**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

PALACIOS, Guillermo. Agricultura, camponesa e *plantations* escravista no nordeste oriental durante o século XVIII. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. (Org.). **História econômica do período colonial**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 35-53.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres. Os enjeitados da Capitania do Rio Grande do Norte. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças - De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil – séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 233-252.

_____. Em nome do pai: o discurso normativo na capitania do Rio Grande do Norte – uma nova possibilidade de pesquisa. In: BALBINO, Bruno, ESTEVAM, Saul. **História do Rio Grande do Norte – Novos temas**. Natal: EDUFRN, 2014.

PERARO, Maria Adenir. Expostos e ilegítimos em Cuiabá: sociabilidade, estratégias e parentesco espiritual, século XIX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. (Org.). **Uma história social do abandono de crianças – de Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 273-296.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

PORTO, Maria Emilia Monteiro. Discursos de fonteira: Antonil e as imagens da guerra na Capitania do Rio Grande. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros, SANTOS, Rosenilson da Silva. (Orgs.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 59-72.

POSSAMAI, Paulo Cesar. A Fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII. In: POSSAMAI, Paulo Cesar. (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil – Estudos de história militar na Idade Moderna.** São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 225-231.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720.** São Paulo: HUCITEC, 2002.

RAMINELLI, Ronald. Honras, malogros: trajetória da família Camarão. In: MONTEIRO, Rodrigues Bentes, VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). **Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da época Moderna.** São Paulo: Alameda, 2009. p. 175-191.

RAMÍREZ, Maria Himelda. **De la caridade barroca a la caridade ilustrada: mujeres, género y pobreza en la sociedad de Santa Fé de Bogotá, siglos XVII y XVIII.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

REIS, João José. **A morte é uma festa – ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da vida privada no Brasil Império: a Corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V. 2. p. 95-141.

REVEL, Jacques. **História e historiografia.** Trad. Carmem Lúcia Druciak. Curitiba: EDUFPR, 2010.

RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. Koster, Henry. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil.** Lisboa: Verbo, 1994. p. 470-472.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro – século XVIII e XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary, AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 157-183.

RODRIGUES, Henrique. Sobrevivências e trajetórias de expostos emigrados para o Brasil. In: VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças** - De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010. p. 297-338.

RUSSEL – WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550 – 1775**. Trad. Sérgio Duarte. Brasília: EDUNB, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **A circulação de crianças na Europa do sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

_____. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdia, caridade e poder no Império português, 1500-1800**. Lisboa: Ed. Comissão Nacional para comemorações dos descobrimentos portugueses, 1997.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. A população da América espanhola colonial. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina: América Latina colonial**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 23-55.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)**. 3. ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010.

SANTOS, Rosenilson da Silva. Quem casa quer dote: de como se dotava as mulheres no sertão da Capitania do Rio Grande (1759-1795). In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva (Org.). **Capitania do Rio Grande: história e colonização na América portuguesa**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 213-228.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-205.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

SCOTT, Ana Silvia Volpi, CELTON, Dora, GHIRARDI, Mónica, SILVA, Jonatahn Fachini da. La exposición de niños en los espacios coloniales portugueses y españoles. In: FLECK, Elaine C. Deckmann, REGUERA, Andrea. (Dir.). **Variaciones en la comparación: procesos, instituciones, memórias en la historia de Brasil, Uruguay y Argentina**. (SS. XVIII-XXI). Buenos Aires: Facultad de Ciencias Humanas – UNICEN, 2014. p. 65-94.

_____, et al. **História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 146-171. (e-book)

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba, 385 anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira. (Dir.), SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Coord.). **Nova história da expansão portuguesa – o império luso-brasileiro**. Lisboa: Estampa, 1986. V. 8.

SERRA, Márcia Milena Pivatto. **Aspectos demográficos da circulação de crianças no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População / UNICAMP, 2004.

SILVA, Gian Carlos de Melo. **Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem do Recife colonial (1790-1800)**. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2014.

SILVA, Jonathan Fachini da. Quando os anjos batem em sua porta: o fenômeno da exposição de crianças na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). In: SCOTT, Ana Silvia Volpi, CARDOZO, José Carlos da Silva, FREITAS, Denize Terezinha Leal, SILVA, Jonathan Fachini. (Orgs.). **História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas**. São Leopoldo: Oikos, 2014-b. p. 146-171.

SILVA, Luiz Geraldo. Norbert Elias: configuração social e a sociologia processual do Eu e do Nós. In: CODATO, Adriano. **Tecendo o presente**: oito autores para pensar o século XX. Curitiba: SESC PARANÁ, 2006. p. 117-141.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SOUZA, George. F. Cabral de. **Tratos & mafatras**: o grupo mercantil do recife colonial (c.1654-c.1759). Recife: Edufpe, 2012.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007.

TWINAM, Anné. Honor, sexualidad e ilegitimidade en la Hispanoamérica colonial. In: ASUNCIÓN, Lavrin (Coord.). Sexualidad y matrimonio en la América hispânica, siglos XVI-XVIII. México, D.F: Grijalbo, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás**: século XVIII e XIX. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo (Visconde de Porto Seguro). **História Geral do Brasil**: antes da separação e independência de Portugal. 9. ed. São Paulo: Melhoramento, 1978. T. I.

_____. **História Geral do Brasil**: antes da separação e independência de Portugal. 9. ed. São Paulo: Melhoramento, 1978. T. II.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. Entre dois Impérios: a Santa Casa da Misericórdia e as 'Roda dos expostos' no Brasil. In: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (Org.). **As misericórdias** - das duas margens do Atlântico: Portugal e Brasil (séculos XV-XX). Cuiabá: Carlini & Caniato, 2009-a. p. 121-149.

_____. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.), BASSANEZI, Carla. (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 189-222.

VIVO, Cristina Mazzeo. Os vínculos interfamiliares, sociais e políticos da elite mercantil de Lima no final do período colonial e início da República: estudos de caso, metodologia e fontes. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, ALAMEIDA, Carla Maria de Carvalho de. (Org.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 263-295.

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel. In: NEIBURG, Federico, et al. **Dossiê Norbert Elias**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 89-111.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Teses, Dissertações e Monografias

ANJOS, João Alfredo. **A Roda dos enjeitados**: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX. 282f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

ARAÚJO, Cintia Ferreira. **A caminho do céu**: a infância desvalida em Mariana (1800-1850). 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, França, 2005.

ARAUJO, Soraya Geronazzo. **O muro do demônio**: economia e cultura na Guerra das Bárbaros no nordeste colonial do Brasil – séculos XVII e XVIII. 122f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

BURMESTER, Ana Maria de O. **Population de Curitiba au XVIIIe**. Siècle. Tese (PhD) – Université de Montréal, Montréal, 1981

BREDA, Daniel Oliveira. **Vicus Judaorum**: os judeus e o espaço urbano do Recife neerlandês (1630-1654). 250f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (segunda metade do século XVIII)**. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

CRUZ, Pedro Henrique Ermida. **Expostos e farrapos**: um estudo sobre a vida das crianças abandonadas na Santa Casa de Misericórdia durante o cerco farroupilha a Porto Alegre (1838-1843). 43f. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. **Ser exposto**: a “circulação de crianças” no Termo de Mariana (1737-1828). 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

DIAS, Thiago Alves. **Carne, farinha e aguardente**: o Senado da Câmara de Natal e o abastecimento alimentício interno (1750-1808). 86f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

_____. **Dinâmicas mercantis coloniais** – capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821). 274f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha. **A protecção à infância abandonada em tempos de conflito**: os expostos em Trancoso (1803-1825). 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

DINIZ, Nathália Maria Montegro. **Velhas fazendas da Ribeira do Seridó**. 205f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **Um sertão entre tantos outros**: fazendas de gado nas ribeiras do norte. 307f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

EUGERCIOS, Bárbara A. Revuelta. **Los usos de la inclusa de Madrid, mortalidad y retorno a principios del siglo XX (1890-1935)**. 607f. Tese (Doutorado em História) – Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2011.

FERREIRA, Luciana Viana. **A criação de enjeitados em Vila Rica**: a permanência da caridade (1775-1850). 179f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

FONTE, Teodoro Afonso da. **No limiar da honra e da pobreza**: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924). 528f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Guimarães, 2004.

FRANCO, Renato Junior. **Desassistidas Minas** – a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII. 227f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

_____. **Pobreza e caridade leiga**: as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. 376f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. **O casamento na freguesia Madre de Deus de Porto Alegre**: a população livre e suas relações matrimoniais de 1772-1835. 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade do vale dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

GALVÃO, Rafael Ribas. **Relações amorosas e ilegitimidades**: formas de concubinato na sociedade curitibana (segunda metade do século XVIII). 212f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação:** estudo sobre estratégias sociais e familiares a parti dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). 474f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

JESUS, Mirian Silva. **Abrindo espaços:** os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade:** as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório Pombalino no século XVIII. 699f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundo mestiço:** relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Serido entre o final do século XVIII e início do século XIX. 150f. Monografia (Bacharelado em História) – CERES, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2002.

_____. **Outras famílias do Seridó:** genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX). 360f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

MÂCEDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais:** patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII). 290 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

MOREU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia séculos XVI-XVIII.** 373f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A sorte dos enjeitados:** o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). 305f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha:** assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). 329f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. **O pasto dos Brutos:** contexto de João d Barros, “horizonte histórico” e política nas *Décadas da Ásia*. 265f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação** – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. 197f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos:** festas e funerais na Natal oitocentista. 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

PORTELA, Bruna Marina. **Gentio da terra, gentio da Guiné:** a transição da mão de obra indígena para a escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). 386f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PORTO, Maria Emília Monteiro. **Jesuítas na capitania do Rio Grande século XVI-XVIII:** arcaicos e modernos. 260f. Tese (Doutorado em História) - Facultad de Geografía e Historia, Universidad de Salamanca, 2000.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino:** a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus em Porto Alegre (1772-1837). 226f. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **‘Nas solidões vastas e assustadoras’** – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII.

362f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

STABEN, Ana Emilia. **Negócios dos escravos: o comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759)**. 118f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas Letras, e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

VALLE, Marília Souza do. **Nupcialidade e fecundidade das famílias da Lapa, 1770-1829**. 372f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino: o abandono de crianças no Rio de Janeiro do século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

Artigos em periódicos e paper em Anais de Congresso

ACOSTA, Elsa María Bocanegra. Las prácticas de crianza entre la colonia y la independencia de Colombia: los discursos que las enuncian y las hacen visibles. **Rev. Latino Am. Cienc. Soc. Niñez Juv**, v. 1, n. 5, 2007.

ALMEIDA, Luís Castanho de. Clero secular diocesano brasileiro setecentista. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 3, 1963. (Anais comemorativos)

ALVES, Angelita Carla Pereira, SOUZA, Dominick Farias. A Guerra dos Barbaros na Capitania Real da Paraíba. **TARAIRIÚ – Revista Eletrônica de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, Campina Grande, v. 1, n. 4, p. 23-33, abr./mai. 2011.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Quando as chefias indígenas se fortalecem enquanto pequena nobreza nos sertões das capitanias do norte na segunda metade do século XVIII. **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro Científico e Cultura de Macau, 2011. p. 1-8.

ARES, Fabio. Real imprenta de niños expósitos: revalorización patrimonial tipográfica del Buenos Aires Virreinal (1780-1810). In: **Boletín de IIB**, V. XIV, n. 1 y 2, primer y segundo semestre de 2009.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. A criança exposta nos domicílios de Sorocaba, séculos XVIII e XIX. **Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1996. v. 3. p. 1731-1746.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Crianças expostas: um estudo da prática do enjeitamento em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 12, p. 116-146, jan./jun. 2006.

CAMPOS, João Bosco. Demarcações de terras no Rio Grande do Norte. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**. v. LXXV-LXXVI, p. 45-46, 1983.

CAPILLA, Manuel Vallecillo, ROS, Guillermo Olagüe de. Política demográfica y realidad social en la España del siglo XVIII: la asistencia al niño expósito en Granada (1753-1808). **Acta Hispanica ad Medicinae Scientiarumque Historiam Illustrandam**. V. 2, p. 211-240, 1982.

CARDOSO, Jayme A., NADALIN, Sérgio O. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX e XX. **História: questões e debates**. Curitiba, dez. 1982. p. 105-130.

CARRERO, Alexandra Mancera. Niños expósitos y menores en Bogotá: 1791-1920. **Nómadas**, Bogotá, n. 36, p. 225-237, abr. 2012.

COSTA, Renata Assunção da. Dinâmicas populacionais: um estudo sobre a Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714). **II Encontros Coloniais**. Natal: UFRN / Lehs (Laboratório Experimental em História Social). p. 1-12.

DIAS, Leonardo Guimarães Vaz. A Guerra dos Bárbaros: manifestações das forças colonizadoras e da resistência nativa na América portuguesa. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p. 5-18, set. 2002.

DIAS, Thiago Alves. Produção, consumo e comércio nas Vilas do Rei. **Mneme – Revista de humanidades**. Caicó, v. 14, n. 26, p. 1-31, jan./jul. 2013.

DOLHNIKOFF, Miriam. Feijó, um liberal do século XIX. **Nossa História**, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n.6, p. 72-75, abr. 2004.

FONTE, Teodoro Afonso da. A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas Rodas à dispersão rural pelas amas. **I Congresso Histórico Internacional – as cidades na história: população**. Guimarães: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Universidade do Minho, 2012. p. 239-258.

GALÁN, Maria del Prado de la Fuente. La situación de las inclusas en el siglo XVIII: la encuesta de 1790. **Chronica Nova**, n. 24, p. 61-78, 1997.

_____. Ilegitimidad y abandono en la Granada del siglo XVIII: un establecimiento para partos de expósitos ilegítimos. **Chronica nova**, n. 27, p. 9-21, 2000.

HONOR, André Cabral. A exposição da carne: condutas sexuais de carmelitas reformados na América portuguesa do século XVIII. **Oficina do historiador**. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 197-220, jul/dez. 2014.

LOPES, Antónia Maria. As mulheres e as famílias na assistência aos expostos. Região de Coimbra (Portugal), 1708-1839. **Caderno espaço feminino**, Uberlândia, v. 26, n. 2, p. 290-322, jul./dez. 2013.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros. Escravidão indígena no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 449-462, dez. 2008.

_____. Colonos portugueses e luso-brasílicos na formação de agrupamento familiares na Freguesia do Seridó (1788-1811). **Clio- Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 29, p. 1-25, 2011.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. Estado das Almas: população, família e educação escolar no Rio Grande do Norte colonial (século XVIII). **Revista Educação em Questão**. Natal, v. 41, n. 27, p. 244-268, jul./dez. 2011.

MAIA, Ligio de Oliveira. Aldeias e missões nas Capitâneas do Ceará e Rio Grande: catequese, violência e rivalidade. **Revista Tempo, Niterói**, v. 19, n. 35, p. 7-22, jul./dez. 2013.

MARCILIO, Maria Luiza, VENÂNCIO, Renato Pinto. Crianças abandonadas e primitivas formas de proteção. **Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1990. v. 1. p. 321-338.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Capa, espada, hábito e tença: concessão de títulos nobiliárquicos às lideranças indígenas na luta contra invasores estrangeiros na América portuguesa. **Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Centro Científico e Cultura de Macau, 2011. p. 1-11.

MENEZES, Mozart Vergetti. Jurisdição e poder nas Capitâneas do Norte, 1654-1755. **Saeculum**, João Pessoa, n. 14, p. 11-25, jan./jun. 2006.

MILANICH, Nara. Los hijos de la providencia: el abandono como circulación en el Chile decimonónico. **Revista de Historia social y de las mentalidades**, Santiago, n. 5, p. 79-100, Invierno, 2001.

MORENO, José Luis. El delgado hilo de la vida: los niños expósitos de Buenos Aires, 1779-1823. **Revista de Indias**, v. LX, n. 220, p. 664-685, 2000.

MOTT, Luís. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. **Revista de Antropologia**. São Paulo, 1979.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. A sorte dos enjeitados no Recife (1789-1832). **XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo: ANPUH, 2007. p. 1-10.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. O destino dos filhos de ninguém: os expostos-adultos da Freguesia de N^a Sr^a da Apresentação Setecentista. **História em Reflexão** – Revista Eletrônica de História, Dourados-UFGD, V. 3, n.6, p. 1-12, jul/dez, 2009.

POSSAMAI, Paulo Cesar. O tráfico de escravos na Colônia do Sacramento. **5º Encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 1-15.

RODARTE, Rosa Isela, OROZCO, Guillermo Hernández. Internamiento de menores en la época del virreinato. **XI Congreso Nacional de Investigación Educativa**. México D.F: UNAM, 2011.

RODRÍGUEZ, Pablo. Família e vida urbana no cotidiano colonial: Cartagena de Índias no século XVIII. Trad. Ronaldo Vainfas. **Revista tempo**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 1-8, dez. 1999.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas. **Penélope – fazer e desfazer a história**, Lisboa, n. 8, p. 75-89, 1992.

SÁNCHEZ CHAVES, Kattia. Niños expósitos y huérfanos en la provincia de Costa Rica, siglo XVIII, **Diálogos Revista Electrónica de Historia**, San Pedro de Montes de Oca, Costa Rica, v. 5, n. 1-2, p. 1-13, abr./ago. 2005.

SILVA, Jonathan Fachini da. Os criadores de expostos nas hierarquias sociais do Antigo Regime: Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1822). **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 3, n.11, p. 22-38, set. 2014-c.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O problema dos expostos na Capitania de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, 1980/1981, T. XXX.

SILVA, Tyego Franklim. Homem da guerra: Manuel Álvares de Moraes Navarro e a guerra justa na campanha do Assu. **Revista Acadêmica Historien**, Petrolina, ano 5, n. 10, p. 216-229, jan./jun. 2014.

SMITH, Roberto. A presença da componente populacional indígena na demografia histórica da Capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Ouro Preto: ABEP, 2002, p. 1-35.

SOARES, Maria Simone Moraes, FILHA, Maria Berthilde de Moura. A formação dos arraiais nos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará em fins do século XVII. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, v. 1, n.2, p. 1-18, jul./dez. 2014.

VALDERRAMA, Manuel Delgado. La infancia abandonada en Chile, 1770-1930. **Revista de Historia social y de las mentalidades**. Santiago, n. 5, p. 101-126, Invierno, 2001.

VALDEZ, Diane. Inocentes expostos: o abandono de crianças na província de Goiás no século XIX. **Inter-Ação**, v. 1, n. 29, p. 107-129, jan./jun. 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os expostos de Catas Altas: estratégias de sobrevivência em uma comunidade camponesa. Minas Gerais: 1775-1875. **Anais do XIX Simpósio Nacional de História**. Belo Horizonte: ANPUH, 1997. p. 461-470. V. II

_____. Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais: 1775-1875. **Diálogos**, v. 4, n. 4, p.111-123, jan./dez. 2000.

_____. Infância e pobreza no Rio de Janeiro, 1750-1808. **História: questões & debates**, Curitiba, n. 36, p. 129-159, 2002.

_____. Entregues à própria sorte. **Nossa História**, Biblioteca Nacional, n. 9, p. 42-48, jul. 2004.

_____. Criança sem amor: o abandono de recém-nascidos na cidade de São Paulo (1760-1860). **Seminário permanente de estudos da família e da população no passado brasileiro**. São Paulo: USP, s/d. p. 1-9.

VIEIRA, Dilermando Ramos. Padre Diego Antônio Feijó: as controvérsias de um sacerdote regalista e anticelibatário, **Revista Pistis & Praxis – Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 193-210, jan./jun. 2010.

KRAISCH, Adriana Machado Pimentel de Oliveira. Os índios tapuias do Cariri paraibano no período colonial: ocupação e dispersão. **Anais II Encontro Internacional de História Colonial**. Natal: UFRN, 2008. p. 1-13.

KÜFFER, Claudio F, TEIXEIRA, Paulo Eduardo, COLANTONIO, Sonia E. Hogares, familias, género y jefaturas de hogar en dos poblaciones latinoamericanas (Punulla, Córdoba, Argentina; Campinas, São Paulo, Brasil) a fines del siglo XVIII. **Estudios históricos-CDHRP**, n.3, p. 1-23, dez, 2009.

Artigos e textos da Web

ANDRÉS, Pedro Quintana, CABRERA, Manuel Lobo. Expósitos en la isla de la Palma (1673-1757). **Anuario de Estudios Atlánticos**. 2013. p. 809-884. Disponível em:

<<http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/viewFile/719/719>>

ARAYA, Natalie Guerra. **Representaciones del cuerpo-niño: desprotección y violencia en Chile colonial**. p. 63-89. Disponível em:

<<http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/miradas/mirada004.pdf>>

GALÁN, María del Prado de la Fuente. **Una institución para los niños expósitos de Granada**: la creación de la Casa-cuna (siglo XVI-XVIII). p. 115-130. Disponível em: <[DialnetUnaInstitucionParaLosNinosExposotosDeGranada-241752%20\(1\).pdf](http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=241752%20(1).pdf)>

GARYGA, Édouard. **Enfants abandonnés et enfants trouvés (1750-1800)**: Jean Grenier meneur de nourrices pour l'hôpital dès enfants trouvés de Paris. p. 105-106. Disponível em: <http://www.histoireaisne.fr/memoires_numerises/chapitres/tome_36/Tome_036_page_103.pdf>

JOHNSON JÚNIOR, Harold B. **Para um modelo estrutural da freguesia portuguesa do século XVIII**. (Conferência dada na Universidade Nova de Lisboa em 11 de novembro de 1985. p. 1-18. Disponível em: <<http://people.virginia.edu/~hbj8n/modelo.pdf>>

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento histórico da população brasileira até 1872**. p.1-25. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/crescimento_historico_da_populacao.pdf>

MELO, Sara, CHORÃO, Rui. Espasmos de choro: problema de comportamento? **Nascer e crescer – Revista do hospital de crianças Maria Pia**. v. XIX, n. 1, p. 20-24, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.chporto.pt/bitstream/10400.16/671/1/v19n1artRev.pdf>> Acesso em: 08 jan 2016.

MOYA, Beatriz Alcubierre. El destino de los niños Lorenzana: expósitos-pobladores de Alta California. p. 94-95, 114. Disponível em: <<http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital>> Acesso em: 24 jan. 2016.
